



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



HEBELYANNE PIMENTEL DA SILVA

**A DOCÊNCIA NO INTERIOR DE ALAGOAS: REFLEXÕES A PARTIR DAS
IDEIAS DA PROFESSORA MARIA MARIÁ (1960-1963)**

**JOÃO PESSOA
2024**

HEBELYANNE PIMENTEL DA SILVA

**A DOCÊNCIA NO INTERIOR DE ALAGOAS: REFLEXÕES A PARTIR DAS
IDEIAS DA PROFESSORA MARIA MARIÁ (1960-1963)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal da Paraíba como
requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em
Educação.

Linha de pesquisa: História da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite.

João Pessoa
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586d Silva, Hebelyanne Pimentel da.

A docência no interior de Alagoas : reflexões a
partir das ideias da professora Maria Mariá (1960-1963)
/ Hebelyanne Pimentel da Silva. - João Pessoa, 2024.
270 f. : il.

Orientação: Ivonaldo Neres Leite.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação. 2. Maria Mariá - Professora. 3. Ideias
educacionais. 4. Trabalho docente. I. Leite, Ivonaldo
Neres. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37(043)

HEBELYANNE PIMENTEL DA SILVA

**A docência no interior de Alagoas: reflexões a partir das ideias da professora
Maria Mariá (1960-1963)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Linha de pesquisa: História da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite.

Resultado: Aprovado

João Pessoa, 28 de fevereiro de 2024.

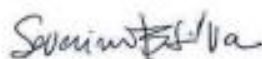
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite
Orientador (Presidente da Banca) – Universidade Federal da Paraíba



Prof. Dr. Francisco das Chagas Silva Souza – Avaliador Externo
Membro da Banca (Avaliador Externo) – IFRN



Prof. Dr. Severino Bezerra - Avaliador Interno
Membro da Banca (Avaliador Interno) – UFPB

Dedico este estudo às pessoas éticas.

AGRADECIMENTOS

Sou grata às pessoas que, direta ou indiretamente, colaboraram com a minha trajetória acadêmica, desde a graduação, quando os primeiros passos que resultariam nessa pesquisa foram dados. À minha família e amigos, pelo apoio e companheirismo. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento da investigação. Aos arquivos públicos e privados que disponibilizaram acesso às fontes analisadas. À ouvidoria da Universidade Federal da Paraíba e ao Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher da Universidade Federal da Paraíba (CoMu), pelo acompanhamento à minha difícil trajetória no Mestrado. Ao professor orientador, por ter assumido o compromisso de orientação. E à banca examinadora do texto, pelas contribuições dadas em etapas de qualificação e defesa.

RESUMO

O objetivo geral deste estudo foi investigar o modo como foi se construindo a percepção de docência da professora palmarina Maria Mariá, a ser ilustrada em seu envolvimento com a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG). A professora Maria Mariá de Castro Sarmento, natural da cidade de União dos Palmares (AL) e com ideias analisadas nesta pesquisa, foi estudante na Escola Normal de Maceió durante a década de 1930, e passou a exercer a docência na década de 1940, tornando-se conhecida nacionalmente pelo teor dos textos que passou a divulgar na imprensa alagoana a partir de 1950, evidenciando a participação na CNEG, por meio das denúncias feitas ao tratamento dado à docência por tal projeto educacional voltado à formação secundária da juventude desvalida interiorana. Nessa direção, os objetivos específicos voltaram-se a: 1) Identificar as características comuns na sociedade interiorana, especificamente palmarina, captadas pela professora Maria Mariá; 2) Situar a professora Maria Mariá entre os que com ela dialogaram em espaços públicos e privados, no interior e capitais; 3) Verificar as informações presentes nas publicações de Maria Mariá, que desvelam a condição do trabalho docente na localidade de União dos Palmares, em diálogo com os resultados da CNEG em Alagoas. Para tanto, foram consideradas três categorias de análise: 1) o lugar; 2) a classe; 3) o gênero. O referencial teórico da pesquisa, por sua vez, ancorou-se nos autores atrelados a micro-história italiana, tendo em vista a incursão pelas fontes e pela análise do material encontrado, em perspectiva indiciária, e procedimentos microanalíticos. Trata-se de uma pesquisa documental de caráter qualitativo, que foi operacionalizada a partir da garimpagem de fontes imagéticas, escritas, impressas, iconográficas, audiovisuais. Em arquivos físicos e virtuais. Foi possível localizar algumas informações ainda não exploradas sobre a vida profissional da personagem, a saber: 1) viagens feitas pela professora; 2) cartas pessoais por ela trocadas com estudantes e colegas de trabalho; 3) depoimentos de ex-alunos; 4) relações estabelecidas entre a personagem e outros intelectuais alagoanos, católicos ou políticos. Tudo permite perceber os determinantes da formação das ideias manifestadas pela professora ao analisar os resultados da CNEG. Notou-se, ao finalizar a investigação, que os marcadores que perpassam a trajetória de Maria Mariá lhe permitiram sensibilizar o olhar para a precarização do trabalho docente, em um projeto implantado em União dos Palmares com a sua colaboração, que pretendia beneficiar a população pobre interiorana. A personagem desvela-se em suas contradições, ao mesmo tempo que permite perceber as contradições que afetam o trabalho docente, desde a sua constituição como profissão.

Palavras-chave: Maria Mariá. Ideias Educacionais. Trabalho Docente. CNEG.

ABSTRACT

The general aim of this study was to investigate how Maria Mariá's perception of teaching work was formed, based on her involvement with the National Campaign for Free Education (CNEG). She was born in the city of União dos Palmares and studied at the Escola Normal de Maceió during the 1930s and worked as a teacher during the 1940s. Her professional life was characterized by involvement with several projects and works that marked events in the History of Education in Alagoas. From the 1950s onwards, she also expressed herself in the local and national press denouncing teachers' working conditions. The specific objectives of the study were as follows: 1) To Identify the common characteristics of the interior, specifically of the society of União dos Palmares, as Professor Maria Mariá described them; 2) To situate Maria Mariá among those who dialogued with her; 3) To verify the information contained in Maria Mariá's publications, which reveal the condition of teaching labour in the city of União dos Palmares, in connection with the results of the CNEG in Alagoas. From the point of view of the analytical framework, the work took into account two perspectives: on the one hand, the categories of place, class and gender and, on the other hand, the theoretical basis of Italian indiciary history, which articulates micro and macro analytical approaches. It was qualitative documentary research, which was operationalized through the study of imagery, written, printed, iconographic and audiovisual sources, in physical and virtual archives. The research found some unknown results about her professional life, namely: 1) Maria Mariá's travels; 2) personal letters she exchanged with students and colleagues; 3) testimonies from former students; 4) relationships established between her and other intellectuals from Alagoas, whether Catholic or political. These facts highlight the conditioning factors in the formation of Maria Mariá's ideas in the context of the CNEG's activities. Finally, the work states that one of the characteristics of Maria Mariá's trajectory is her denunciation of the precariousness of teaching work and her commitment to a project to improve teachers' working conditions, according to a project implemented in the city of União dos Palmares. This process reveals the contradictions in which Maria Mariá is immersed, both from the point of view of her career and the constitution of the teaching profession.

Keywords: Maria Mariá. Educational ideas. Teaching work. CNEG.

LISTA DE SIGLAS

AAB	Associação dos Artistas Brasileiros
AAL	Academia Alagoana de Letras
ABC	Ação Básica Cristã
ABE	Associação Brasileira de Educação
ACB	Automóvel Club do Brasil
ACMM	Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió
AL	Alagoas
ANDIFES Superior	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
APA	Arquivo Público de Alagoas
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BMJL	Biblioteca Municipal Jorge de Lima
BPEGR	Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMUP	Cemitério Municipal de União dos Palmares
CNEG	Campanha Nacional de Educandários Gratuitos
COAP	Comercio Organizado de Alimento Popular
COTRINAG Geral	Comissão de Organização da Triticultura Nacional e Armazenamento Geral
EEJL	Escola Estadual Jorge de Lima
EERC	Escola Estadual Rocha Cavalcanti
EMMMCS	Escola Municipal Maria Mariá de Castro Sarmiento
HDBN	Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional
HISTEDBR	Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGAL	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
INEP Teixeira	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JUSBASIL	Internet Jurídica Brasileira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCMM	Museu Casa Maria Mariá
MEC	Ministério da Educação
OAB	Ordem Nacional dos Advogados do Brasil
PAD	Portal Alagoas em Dados
PB	Paraíba
PIBIC	Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PMUP	Prefeitura Municipal de União dos Palmares
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGL	Programa de Pós-Graduação em Letras
PUC/RGS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUNAB	Superintendência Nacional do Abastecimento
UDN	União Democrática Nacional
UFAL	Universidade Federal da Alagoas
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas
USAID	United States Agency For International Development
USP	Universidade de São Paulo
XCBHE	X Congresso Brasileiro de História da Educação

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mapa demográfico de Alagoas em 1960.....	52
Imagem 2 - As lavadeiras no Rio Mundaú.....	54
Imagem 3 - Enchente do Rio Mundaú em União dos Palmares.....	54
Imagem 4 - Maria Mariá entre os Militares e ao lado de Antônio Gomes de Barros....	58
Imagem 5 - Peculiaridades do interior palmarino.....	64
Imagem 6 - Um homem interiorano nos arquivos de Maria Mariá.....	64
Imagem 7 - Feira de União dos Palmares em 1923.....	66
Imagem 8 - Feira de União dos Palmares em 1965.....	71
Imagem 9 - Igreja de Santa Maria Madalena em 1960.....	72
Imagem 10 - Festa de Santa Maria Madalena em 1958.....	73
Imagem 11 - Avenida Monsenhor Clóvis Duarte de Barros 1945.....	76
Imagem 12 - Fundadores de um jornal palmarino.....	89
Imagem 13 - Viagem ao Pantanal.....	92
Imagem 14 - Mariá Mariá, uma criança indígena e uma ema.....	93
Imagem 15 - Nome de Mariá Mariá em placa da Serra da Barriga.....	96
Imagem 16 - Usina Laginha na infância de Mariá.....	98
Imagem 17 - Maria Mariá pescando no Pantanal.....	99
Imagem 18 - Mãe de Maria Mariá.....	101
Imagem 19 - Recibo do Jornal de Alagoas.....	102
Imagem 20 - Maria Mariá e sua irmã em Maceió.....	104
Imagem 21 - Maria Mariá afrontando o busto de Jorge de Lima.....	107
Imagem 22 - Memórias da professora Maria Mariá.....	116
Imagem 23 - Mulheres no Ensino Superior.....	123
Imagem 24 - Uma banda Palmarina.....	125
Imagem 25 - Acervo do Museu Maria Mariá em 2001.....	140
Imagem 26 - Acervo do Museu Maria Mariá em 2023.....	141
Imagem 27 - Disciplinas da Escola Normal de Maceió-1933.....	148
Imagem 28 - Diploma de estudante da Escola Normal - década de 1980.....	149
Imagem 29 - Proposta curricular para curso de aperfeiçoamento ao magistério - 1930.....	149
Imagem 30 - Exame do desempenho da professora Maria Mariá na Escola Rocha Cavalcanti-1932.....	153
Imagem 31 - A Página dos Municípios do Jornal de Alagoas.....	167
Imagem 32 - Matéria de Teófanês à Maria Mariá no Jornal de Alagoas.....	181

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mulheres escritoras em Alagoas e São Paulo.....	25
Quadro 2 - Trabalhos micro analíticos consultados.	27
Quadro 3 - Fontes primárias em números e categorias.	35
Quadro 4 - Sites que mencionam Maria Mariá.	37
Quadro 5 - Tipologia das fontes por espaços consultados.	39
Quadro 6 - Fontes em pastas por temas.	40
Quadro 7 - Catálogo de conteúdos enquadrados.	41
Quadro 8 - Personagens e funções entre 1960 e 1963.	77
Quadro 9 - A docência na escrita para o Jornal de Alagoas – 1953 a 1963.	158

SUMÁRIO

PALAVRAS INTRODUTÓRIAS.....	14
1.1. A construção do objeto	14
1.2. Um breve encontro com pesquisas sobre história das ideias	23
1.3. Abordagem micro historiográfica: um esboço metodológico	32
PACATAS VIDAS INTERIORANAS: UNIÃO DOS PALMARES PELOS OLHOS DA PROFESSORA MARIA MARIÁ	45
2.1. Das questões de um estado ao estado de uma questão: peculiaridades do Lugar	50
2.2. As pessoas e dias comuns: um pouco das vidas na estrutura	59
2.3. Entre heroicos vilões: indicações de um modo de ser em nomes de lugares	74
PARA ALÉM DOS MUROS DA CIDADE: A ESCRITA E A SUA CAPACIDADE DE PROJETAR	82
3.1. Parece até herança familiar: registros de uma professora do interior	89
3.2. Do interior à capital e da capital ao interior	100
3.3. Um viver itinerante em movimento de certezas fúnebres: vida de mulher	115
A EDUCAÇÃO DO POVO E O TRABALHO DOCENTE INTERIORANOS: ENTRE FEMINISMO, CATOLICISMO E LATIFÚNDIO.....	129
4.1. Vestígios de quem escreve o que vive e vê: uma concepção entre outras	138
4.2. Da educação que se planejava ao que diziam as entrelinhas: trâmites legais	156
4.3. Pensando à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG): diálogos com o cônego Teófanés de Barros	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
REFERÊNCIAS	191
Bibliografia.....	191
Fontes.....	200
ANEXO A – Cartas escritas ou recebidas por Maria Mariá.....	218
Cronologia de Cartas	218
1. 30º DIA x Ernestina de Castro Sarmiento.....	219
2. Sto. Antonio, 2/2/62.....	221
3. Mariá	222
4. Campo Grande, 19 de março de 1966.....	224
5. Queridas Vastê, Silvinha e Mariá	227

6. Bom Conselho, 4 de junho de 1965	230
7. Prezado “Dr. Polvilho”	236
ANEXO B – Recibos e anotações preservados por Maria Mariá	239
Cronologia de Recibos e Anotações	239
1. Recibo do Jornal de Alagoas	240
2. Recibo resultante da atividade de Inspeção	241
3. Manda brasa Mariá	242
ANEXO C – Textos Jornalísticos	244
Cronologia de Jornais	244
1. 15 de Junho	245
2. “Zé brejeiro”	247
3. Há seis meses vivemos nas travas	251
4. A conjuntura do ginásio	254
5. Carta aberta ao revmo. Cônego Teófanês de Barros	257
6. Organização esportiva palmarina	260
7. Com as visitas do IBGE	263
8. Carta ao Sr. Diretor da Educação	266
9. Luiza de França	268

Capítulo 1

PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

“Não sei o que fazer do que vivi, tenho medo dessa desorganização profunda” (Lispector, 2020, p. 9).

1.1. A construção do objeto

Conheci, por indicação da banca avaliadora desse trabalho e após etapa de qualificação, a obra *A sociabilidade do homem simples* (Martins, 2008, p. 120), e nela o autor discorre sobre a invisibilidade atribuída às pessoas comuns: “os historiadores da nossa classe operária, como bons pequeno-burgueses, sabem da dramática história de Olga, mas nada sabem sobre a prisão e a morte do sapateiro Francisco Marques e do gráfico Manuel Medeiros, de São Caetano, na mesma época”. Pode ser que isso justifique a escolha que faço pelo verbo conjugado em primeira pessoa, nesse momento inicial de texto. Como mulher de interior, ao utilizar, nessa introdução dissertativa, as memórias que demarcaram a construção da minha identidade profissional e acadêmica, apresento às ciências humanas experiências de uma pessoa desvalida que conquistou um lugar de fala a partir da formação sistematizada. Memórias de alguém que vem de baixo e que se construiu à margem dos direitos necessários ao exercício pleno da cidadania. Que coloca nessa produção, definida como Ciência Humana, experiências que não seriam conhecidas se não estivesse utilizando-se da habilidade escrita.

Sou uma mulher do interior, especificamente da cidade de União dos Palmares (AL), adjetivada palmarina. Sou natural do mesmo lugar no qual viveu e atuou a personagem que venho estudando, mas derivo de outra classe. Por saber que as minhas experiências se cruzam com as de outros e de outras, me parece que podemos ingressar, por meio desse texto, na História de todas as pessoas desvalidas afetadas pelas ideias dominantes da sociedade de classes. O encontro com a minha trajetória de vida, se confunde com o objeto que tento, aos poucos, apresentar.

Me sinto descrita no dito do supracitado autor, quando entrevistado por José Antonio Sagatto: “Eu cresci aprendendo o modo de ver e viver dos subalternos, dos insignificantes, dos simples, dos que vivem à margem da História, dos que vivem para o trabalho” (Martins, 2008, p. 119). Eu aprendi a ser menor. Poucas vezes imaginei que poderia, em futuro, comunicar-me por escrito. Eu que me via distante do universo letrado, sem dinheiro para comprar livros, percebia, na oralidade e na técnica, as mais

altas habilidades que poderia adquirir. O direito à formação, ora elementar, ora clássica, colocava-se diante de um problema: o de classe. Ou, como dizem na Índia: de casta¹. Eu parecia suja demais para escrever. Para pegar em um livro. Não derivava de uma família de posses. A minha língua constituiu-se bruta² e eu passei, a partir de dado momento, a tornar-me inconformada com as injustiças sociais. Indesejada por alguns, como parece ocorrer com todos os marginais que acessam espaços que lhes foram negados historicamente. Temida pelos que pretendiam esconder as reais intenções de suas teorias e atitudes caridosas. Dos que pareciam me preparar para as funções que me cabiam e, para isso, negavam a formação.

Eu passei a me sentir como Dalila Aoulia Couri³ (Pinheiro, 2017), mas, diferente do seu historiador, eu fui notando que o problema da desigualdade formativa que afeta às vidas desvalidas, não está apenas na concepção educacional escolanovista, durante o século XX (Silva, 2021a). O problema está na disparidade de classes, que interfere na conquista de direitos e gera a intencional função das instituições e projetos que atuam dentro do Estado. Eu passei a ver o passado mostrando-se no presente, e entendi melhor o dito de Edward Said (2011, p. 35): “[...] não há nenhuma maneira de isolar o passado do presente. Ambos se modelam mutuamente, um inclui o outro”. Primeiro me incluía na classe de estudantes, depois de docentes que precisavam acreditar na sua predisposição missionária. Me incluía no imaginário construído das pessoas subalternas. Deveria aceitar essa imagem atribuída às pessoas do interior. Ser grata pela parte que me cabe no latifúndio⁴.

O Estado segue a uma norma, que é a norma posta pelo dinheiro, e nisso acaba conservando interesses de uma classe sobre outra. Antonio Gramsci (2020e, p. 24) questionava a ética preservada pelo liberalismo, ao tempo que compreendia ser a sua

¹ Ressalto que não existe a intencionalidade de estabelecer, neste texto, uma equivalência conceitual entre classe e casta, dado que tais conceitos se diferenciam teoricamente. Todavia, reconheço que a separação que tais categorizações provocam, geram efeitos sociais semelhantes entre marginalizados e marginalizadores, independente dos motivos que utilizem para justificar às desigualdades.

² Alusão aos personagens literários do romance *Vidas Secas*, sobretudo Fabiano (Ramos, 2008).

³ Dalila foi uma estudante da Escola Parque da Bahia, durante a década de 1930. Foi apresentada em um texto de tese (Pinheiro, 2015), depois transformado em livro, como uma criança que pareceu afetada, negativamente, pela proposta de formação sugerida pelo Movimento da Escola Nova, que se mantinha em fase inicial durante a década supracitada. Desejando tornar-se uma adulta escritora, Dalila percebia a formação técnica como pouco compactuante com a efetivação desse sonho e apresentava em diário, tais dilemas.

⁴ Alusão ao poema *Morte e vida severina* (Neto, 2010). No poema, o autor discorre sobre as desigualdades sociais que interferem no acesso das pessoas pobres às condições mínimas para a sobrevivência. A parte cabível aos desvalidos, seria a sepultura, parcela de terra reservada a todos os que passam da vida para a morte. Quando faço a alusão no texto, me refiro ao latifúndio mencionado nesse sentido por João Cabral de Melo Neto. Eu sou, portando, igual ao personagem Severino, eu lírico da poesia. Uma pessoa sem identidade, sem direitos.

existência decorrente de comodismo social: “[...] sua existência como miragem que o robustece e faz dele uma força de conservação. Na esperança de que finalmente esse Estado se realize em sua completa perfeição, muitos encontraram a força para não renegá-lo, e não buscar, portanto, substituí-lo”. Vimos nos construindo pessoas nesse modelo de Estado, dito ético, que se coloca contrário a repressão ao reprimir. Um Estado capaz de limitar às possibilidades de mulheres e homens de origem simples. Nele me fiz perdida entre às retratações atribuídas à minha vida, e entre as ideias que me direcionavam para os espaços capazes de me caber.

Recordo os fatos rotineiros em meu lugar. Dos dias buscando equilibrar o tempo entre as atividades de trabalho e as de estudo. Da busca pela biblioteca pública Jorge de Lima. Desse lugar, lembrava ao passar tardes e noites nos gabinetes de estudos da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), durante o Ensino Superior. Eu aprendi, com os livros e com as pessoas comuns, que a apropriação do conhecimento historicamente acumulado pelo conjunto da humanidade, poderia ser uma via de comunicação entre a minha classe e a classe dominante.

Os livros da Biblioteca Pública Jorge de Lima, que frequentei por longa data, derivavam das mais diferentes partes do país e de Portugal, dada a diversidade dos doadores que decidiram colaborar com a construção do acervo durante a década de 1950, hoje público (Silva, 2021a). Eles derivam da crença que uma mulher pareceu ter na formação de leitores, como instrumento de emancipação: “[...] do Nordeste saiam admiráveis publicações. Porém, pouco se fazia pelo crescimento do número de escritores e leitores. Diante deste lugar de fala, Maria Mariá de Castro Sarmento idealizou e fundou a primeira Biblioteca Pública da Cidade de União dos Palmares” (Silva, 2020, p. 9).

Esse era um lugar que me remetia a outros lugares. Mais tarde substituído pelos arquivos públicos alagoanos, presentes na cidade de Maceió: Arquivo Público de Alagoas (APA), Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), Arquivo Judiciário de Alagoas, Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Eles que armazenavam a escrita de pessoas comuns e públicas, de diferentes tempos. Apareciam entre os relatos de contrerrâneos viventes em outros momentos: “O **Instituto Histórico das Alagoas**, sob a presidência do meu velho companheiro de juventude, o poeta e historiador Jayme de Altavilla, festejava no dia 2 de dezembro o centenário de sua

fundação⁵” (Cavalcanti, 1972, p. 6, grifos meus). Cruzavam acontecimentos microscópicos e globais. Os fatos da minha vida se desenrolaram nesses lugares, em meio a mortos e vivos.

Eu poderia dizer que foi em uma das idas a tais lugares, que as primeiras ideias para este trabalho dissertativo, nasceram. Especificamente durante o ano de 2018, quando no intervalo entre uma leitura e outra, decidi observar o acervo presente na Hemeroteca da Biblioteca Estadual Graciliano Ramos. Folheava, por curiosidade, um bloco do Jornal de Alagoas, como costumava fazer sempre que ia estudar em tal local. Eu buscava por mulheres escritoras. Mulheres que escreveram ao tempo que viveram o magistério em múltiplas modalidades. No período eu fazia Mobilidade Acadêmica Nacional, sob o financiamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), e havia retornado a Maceió para buscar por um texto necessário à escrita de um artigo que pretendia submeter ao X Congresso Brasileiro de História da Educação (XCBHE).

Era uma observação, naquele momento, informal. Estavam implícitos três desejos: 1) conhecer escritos jornalísticos femininos; 2) observar o que esses escritos diziam do trabalho docente; 3) identificar se a cidade de União dos Palmares era mencionada entre textos do século XX. Reconheço, passados alguns anos, que nos projetos de iniciação científica, dos quais participei entre 2016 e 2018, as duas primeiras preocupações foram sendo estimuladas. Entre 2016 e 2017, a pesquisa com a qual colaborei estava atenta ao discurso sobre a mulher burguesa entre os séculos XIX e XX, e a Educação Feminina era focalizada (título do projeto: *O discurso sobre a mulher no final do século XIX e início do XX: analisando a concepção de mulher e de educação feminina*). Já entre 2017 e 2018, passei a contribuir com uma investigação atenta à construção identitária docente, por estudantes de Licenciatura em Pedagogia pela UFAL (título do projeto: *Adesão à docência por estudantes das licenciaturas da UFAL: algumas perspectivas*). A união das experiências acadêmicas com as experiências de vida, pareciam me direcionar a preocupações específicas, dentro dos estudos de História da Educação.

Dizia o historiador Marc Bloch (2001), inspirador da nova historiografia, que o trabalho histórico decorre do olhar que o presente destina ao passado. Decorre de perguntas que fazemos e refazemos ao analisar o que outros humanos deixaram como

⁵ Cabe ressaltar que Povina Cavalcante falava do ano de 1969, portanto, o IHGAL fazia aniversário no dia 2 de dezembro de 1969.

vestígios de suas múltiplas vivências. Ele nasce de interrogações que antecedem e sucedem o contato com fontes, mas aprofunda-se por meio da leitura a elas. Talvez tenha encontrado, com o passar dos anos, os caminhos que parecem possíveis para a montagem desse difícil quebra-cabeça.

Eu buscava, quando estava em Mobilidade Acadêmica Nacional, por mais textos da professora Alagoana Maria Mariá, porque havia localizado, durante o mesmo ano no Jornal de Alagoas, a crônica Retrato do Brasil, por ela escrita. Essa estava no Arquivo Público de Alagoas (APA). Em mesma Página dos Municípios, na qual aparecia o maior número de textos da professora, encontrei uma matéria escrita pelo Conego Teófanês de Barros, e destinada à Maria Mariá. O texto recebia por título: *Um Ginásio e sua conjuntura carta aberta à prof.^a Maria Mariá de Castro Sarmiento* (Barros, 22 maio. 1960). Fui notando que os dois personagens pareciam discutir, publicamente, os problemas existentes em uma campanha que visava ofertar o Ensino Secundário gratuito para a população desvalida de Alagoas, consequentemente da cidade de União dos Palmares.

Percebendo a minha pequena maturidade para analisar aquela fonte, decidi a arquivar. Mais tarde, quando publiquei o meu primeiro livro (Silva, 2021a) e analisei em conjunto todas as matérias publicadas por Maria Mariá durante a década de 1950, desvendando uma espécie de escola que ela construiu a partir dos textos jornalísticos, aquela matéria ainda não parecia cabível. Era muito específica e os vínculos existentes entre a personagem e o catolicismo não me pareciam claros. Apenas em 2021 retornei aquela publicação e me questionei implicitamente: Qual o vínculo estabelecido entre a professora Maria Mariá e o Padre Teófanês de Barros? Que campanha foi essa a preocupar os dois personagens durante as décadas de 1950 e 1960? Qual a dimensão local dessa campanha, no tempo de fundação e efetivação?

Pela minha história de vida no lugar e pelo que vinha estudando até aquele momento, percebia que havia uma diferenciação entre as oportunidades escolares interioranas e as que eram ofertadas nos grandes centros. Isso parecia visível entre às informações que diziam do século XX local. E os textos sobre aquela campanha pareciam defender os seus benefícios ao interior, algo que passou a prender a minha atenção a partir de um dado momento. Mas as fontes que tratavam daquele debate, olhadas rapidamente, não pareciam me apresentar informações viáveis ainda, e eu não conseguia as interpretar micro e macroscopicamente. Todavia, sempre que participava

de debates atentos a educação do século XX, as informações nelas existentes apresentavam-se em minha memória, entre outras preocupações.

Eu circulei por muitos espaços, entre 2018 e 2021, em busca de ampliação do olhar para a escrita e pesquisa histórica: 1) Humanidades, Educação e História da Educação; 2) Grupo de Estudo e Pesquisa História dos Processos Educadores; 3) Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura Escrita; 4) Laboratório de Pesquisas e Práticas de Ensino de História⁶. Todos colaboraram, de algum modo, com o meu amadurecimento, mas nenhum desses ambientes formativos parecia apresentar investigações capazes de estabelecer diálogo com àquelas inquietações iniciais. Me submeti a seleções de Mestrado em Educação, em duas instituições, com um projeto no qual pretendia estudar melhor a construção das ideias educacionais da professora Maria Mariá, em seu intercâmbio de relações com o trabalho docente.

Ao estabelecer vínculo com o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE-UFPB), a minha pesquisa que dialogava com os interesses investigativos da linha de História da Educação, por atentar à trajetória de uma professora nordestina, passou a se somar aos estudos atrelados à subdivisão do Grupo de Estudos e Pesquisas HISTEDBR (História, Sociedade e Educação no Brasil), especificamente a um dos eixos temáticos que o compõe: História Intelectual e dos Intelectuais, (auto)Biografias e Estudos de Gênero. O trabalho distancia-se de algumas das investigações desenvolvidas nessa linha, por não focalizar atenção única e exclusiva na História de uma personagem em sua rede de relações. Aproxima-se das pesquisas, nacionalmente desenvolvidas, que buscam pensar sobre a sociedade e as ideias nela predominantes, por meio de casos particulares que interagem com, e são dependentes dos, fenômenos globais.

Estando com um material de pesquisa que me ajudava a perceber alguns eventos que afetaram a trajetória da professora Maria Mariá na imprensa alagoana e brasileira, ao iniciar o Mestrado analisei tal material com o apoio de leituras que me ajudaram a perceber melhor o século XX e os fenômenos dele decorrentes. Fui delimitando melhor o recorte temporal que inicialmente correspondia ao período entre 1953 e 1963. Depois, ao perceber que os textos nos quais Maria Mariá tratava da CNEG estavam mais concentrados na década de 1960, especificamente entre 1960 e 1963, considerei tal periodização para um novo levantamento em arquivos físicos alagoanos.

⁶ Esse laboratório mantém atividades regulares, e durante os anos de 2022, iniciamos o projeto: “Trajetórias, identidades e saberes docentes” (Trajetórias [...], 14 fev. 2023).

Durante o ano de 2022, foram constantes as viagens feitas à cidade de União dos Palmares em busca de fontes capazes de colaborar com a percepção da História da localidade. Em uma dessas idas, conheci alguns parentes da professora, e pessoas comuns que com ela mantiveram contato em momentos próximos a sua morte. Os seus alunos, ainda vivos, quando contatados informalmente, expuseram recordações de quem foi essa mulher. Outros me falavam sobre como eram recebidos na casa dela para retirar dúvidas e para estudar em conjunto. O que havia lido nos dicionários biobibliográficos, aparecia em narrativa popular. A História estava oralizada e eu a contatava em dias comuns. Embora as fontes orais não tenham sido levantadas por meio desta pesquisa, o contato com elas foi importante porque colaborou com o amadurecimento do olhar para as produções escritas, já catalogadas, e para o levantamento de novos documentos. Os escritores de obras memorialísticas, por sua vez, me receberam e apresentaram as recordações que traziam dos pontos da cidade e dos personagens que ocuparam aquele cenário durante o passado. A hospitalidade e a generosidade das pessoas comuns do interior no qual nasci, foram interferindo nos rumos dados a análise do material decorrente dessa investigação.

Como mulher palmarina que havia saído da cidade para estudar, inicialmente na capital de Alagoas (Graduação em Pedagogia) e posteriormente na capital da Paraíba (Mestrado em Educação), eu voltava a contatar a História local a partir de outras óticas. Passava a conhecer a personagem que estava estudando, por meio de recordações de pessoas que com ela conviveram. Eu voltava a olhar de dentro a cidade que aprendi, na qualidade de historiadora da educação, a olhar de fora. Entrelaçava às informações presentes nas conversas informais, com os dados que fui encontrando nas fontes escritas. Aos eventos que marcaram o país e Alagoas durante a segunda metade do século XX. Recordava e atribuía sentido aos que teorizaram sobre História Local: “A história local é a história da particularidade, embora ela se determine pelos componentes universais da História, pelos processos mais amplos e significativos” (Martins, 2008, p. 116). A História de União dos Palmares era diferente da História de outros municípios de Alagoas. Era diferente da História da capital do estado. Seus interesses e projetos, seus personagens públicos e anônimos, seus monumentos. Tudo anunciava uma particularidade que interagia com a globalidade. Uma particularidade que estava na memória daquele grupo que continuava a viver e a produzir novos acontecimentos. Não por ventura, foi sendo possível perceber que, “[...] embora na história local raramente sejam visíveis as formas e conteúdos dos grandes processos históricos, ela ganha

sentido por meio deles, quase sempre ocultos e invisíveis” (idem). A implantação da CNEG, naquele espaço geográfico, apresentava um significado peculiar, e as intenções de quem com ela colaborava, eram atreladas às especificidades territoriais.

Algumas das conversas rememorativas da trajetória da personagem, deram-se na casa de uma das suas parentes: Genisete Sarmento (sobrinha da professora Maria Mariá). As conversas longas, colaboraram com a ampliação do olhar que foi destinado à pessoa, ao tempo e ao lugar. Diria que os diálogos com ela, durante o ano de 2022, bem como o contato com fontes íntimas, como cartas e fotografias, levaram ao amadurecimento desse trajeto formativo. Em mesma direção, esteve o contato com o professor Sérgio, que chegou a visitar o museu, antes da primeira reforma do lugar. Ele havia fotografado cartas encontradas em uma caixa na casa da professora e as arquivou desde então. As cartas fotografadas por ele, permitiram o caminhar pela dimensão privada da personagem.

As experiências na cidade palmarina, foram sensibilizando o olhar que passei a direcionar ao passado local. Voltei à Paraíba, após várias dessas viagens, repleta de livros e de novos materiais para estudo e análise. Já possuía informações suficientes para conhecer um pouco mais daquela vida, e isso foi unindo-se ao aprofundar de leituras sobre a década de 1960, levando-me a conectar a campanha discutida pela professora palmarina e o padre Teófanés de Barros, ao projeto educacional assistencialista nacionalmente populoso, idealizado pelo jovem, na época estudante de direito: Felipe Tiago Gomes (Astofe, 2019).

Eles discutiam às consequências da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), na cidade de União dos Palmares. E eu, entendendo melhor o que foi a cidade na década de 1960, e o modo como Maria Mariá esteve envolvida nisso, voltei ao meu primeiro livro publicado e localizei algumas matérias que tratavam de tal projeto. Aos poucos, delimitei a pergunta que visou responder por meio dessa dissertação: **Como se construíram as ideias de docência da professora palmarina Maria Mariá de Castro Sarmento, manifestadas na Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG)?** Posicionei, portanto, a Campanha como ponto de chegada. Porque percebi que antes de a estudar com maior profundidade, parece necessário entender como as ideias educacionais, consequentemente de docência da personagem, foram sendo construídas até culminarem no olhar que mostrou destinar ao projeto de Ensino Secundário em seu ideário sobre o trabalho docente.

Considera-se, portanto, o objetivo geral de: Investigar o modo como foi se construindo a percepção de docência da professora palmarina Maria Mariá, a ser ilustrada em seu envolvimento com a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG). Os rumos dados a escrita, decorrentes da operacionalização da pesquisa, podem ser especificados, respectivamente: 1) Identificar as características comuns na sociedade interiorana, especificamente palmarina, capitadas pela professora Maria Mariá; 2) Situar a professora Maria Mariá entre os que com ela dialogaram em espaços públicos e privados, no interior e capitais; 3) Verificar às informações presentes nas publicações de Maria Mariá, que desvelam a condição do trabalho docente na localidade de União dos Palmares, em diálogo com os resultados da CNEG em Alagoas⁷.

Parto da hipótese de que a proposta de Ensino Secundário disposta pela CNEG, que já apresentava consequências criticadas pela professora Maria Mariá durante a segunda metade do século XX, evidencia uma das formas de precarização do trabalho docente, dada pelo convencimento de que o magistério é uma atividade missionária que tem predisposição assistencialista e depende do sacrifício das pessoas que a exercem. Nesse sentido, torna-se mais um instrumento de alienação e manutenção das disparidades estruturais das sociedades de classes. Essas intencionalidades variam a partir de alguns determinantes postos pelas especificidades do lugar em análise: uma cidade situada na zona da mata do estado de Alagoas. Os projetos políticos destinados à cidade de União dos Palmares, também diferenciam o ambiente em estudo, afetado pela presença latifundiária e católica, conflitante com a modernização proposta pela movimentação sugerida pelos anos que precedem a ditadura militar e sucedem a ditadura do Estado Novo.

As ideias construídas e apresentadas por uma professora atuante em União dos Palmares, portanto, somam aos demais casos isolados que se espalharam pelos numerosos espaços e tempos, diferenciando-se por suas interferências temporais e territoriais. Considero como categorias de análise, para o estudo: 1) **o lugar**; 2) **a classe**; 3) **o gênero**. Tendo em vista, que: 1) os lugares pelos quais Maria Mariá circulou no desenvolver da vida, atentando às suas origens, evidenciam o modo como ela se construiu educadora e intelectual, e a maneira como essa constituição mostra-se no que

⁷ Cabe ressaltar que, após a etapa de qualificação, por se observar a necessidade de maior delimitação das pretensões de uma produção dessa natureza, e por se notar o tamanho que o texto precisaria ter com as objetivações anteriores, os capítulos 4 e 5 foram transformados em uma única seção. A modificação ocasionou em modificação da estrutura do último objetivo específico. A dissertação que seria operacionalizada em 4 momentos, passou a operacionalizar-se em 3 momentos.

por ela foi sendo defendido, seja social, seja educacionalmente; 2) os determinantes postos pela herança familiar, seja essa financeira ou mesmo social, expressam o posto da personagem na hierarquia da sociedade brasileira, alagoana e palmarina, tornando evidentes as semelhanças e divergências entre as suas ideias manifestadas e o que delas era esperado; 3) as suas formas de viver o gênero interferem no modo como foi construindo a percepção de docência manifestada no decorrer da vida, e na CNEG, porque desvelam contradições de variadas naturezas.

1.2. Um breve encontro com pesquisas sobre história das ideias

Pela atenção que se dá à trajetória de uma professora, vinculando essa aos fenômenos globais, a pesquisa situa-se no variado debate da **História Social e Política**, que vêm inserindo os estudos sobre a intelectualidade, considerando a cultura. Maria Mariá exerceu a função de intelectual orgânica, a partir da definição dada por Gramsci (2004), porque divulgou, em âmbito local, uma cultura que vinha sendo estabelecida nacional e internacionalmente, ao participar da implantação de projetos como a CNEG. Atuou na mediação de ideias e manteve a capacidade de influência quando dialogou com: docentes, latifundiários, jornalistas, políticos, pessoas do interior. Foi influenciada também por tais grupos, e suas propostas circularam entre os ideais católicos presentes, sobretudo, na segunda metade do século XX, além dos projetos de sociedade defendidos pelas concepções liberais que se mantinham resistentes nas décadas de 1950 e 1960, frente ao advento do socialismo e das propostas progressistas que recebiam espaço pela interferência dos movimentos populares, em anos antecedentes ao Golpe Militar (Saviani, 2013).

Os intelectuais, na concepção gramsciana, são pessoas que apresentam capacidade de influência em tempos e espaços específicos. Essa condição pode ser alterada com o passar dos anos, portanto, cabe ressaltar que se considera que a personagem exerceu a função de intelectual orgânica ao discorrer sobre os resultados de um projeto para a formação da juventude desvalida da cidade de União dos Palmares durante o século XX, embora se perceba, no desenvolver da leitura dessa dissertação, que a sua capacidade mediadora não se limitou a esse projeto. Na ótica de Sirinelli (2003), ela também seria identificada como mediadora cultural porque, na qualidade de jornalista e professora, utilizou-se desses espaços públicos para propagar ideias

microscópicas. Essas ideias pequenas, aparecem na memória das pessoas que com ela conviveram no desenvolver da vida, sejam estudantes, sejam colegas de profissão.

Percebe-se, com o aprofundar da análise às fontes, que a professora vai mostrando-se uma pessoa atípica para o lugar de origem, quando passa a criticar problemas existentes na política local, resultante nos fenômenos que afetam a educação e o modo de se perceber as pessoas pobres do interior. Sendo uma professora que foi fazendo-se crítica, como os capítulos seguintes poderão evidenciar, ela manteve-se observada, e em alguns momentos fez aludir a histórias já consagradas na historiografia eurohepa, como é o caso da perseguição ao personagem Menocchio⁸, em tempos de inquisição (Ginzburg, 2006), e brasileira, como é o caso do trajeto turbulento de Lima Barreto (Schwartz, 2017). O característico de atipicidade não a vincula, necessariamente, a ideias contrárias aos interesses das classes dominantes ou aos interesses das camadas subalternizadas. Ela circulou por diferentes espaços e manteve contradições. Como reconhecido por Libânia Xavier (2016), a intelectualidade, em muitos momentos, pecou. Possivelmente, por não ser fácil suportar a condição de deslocamento. O deslocamento, que parece ter afetado variadas pessoas no decorrer da história.

A estudando, em suas ideias contraditórias, fui acometida pelo mesmo sentimento de Netelie Zemon Davis (1987, p. 21) ao estudar Martin Guerre: “[...] gostaria de arriscar a hipótese de que estamos frente a uma rara identificação entre o destino dos camponeses e o destino dos ricos e instruídos”. É como caminhar por um labirinto intermediário. No aglomerado de contradições. Não por ventura, em momento inicial da investigação, não parecia possível prever os lugares para os quais a personagem me direcionaria, sobretudo porque desconhecido ainda parecia ser o município de União dos Palmares e o trabalho docente nele desenvolvido durante o tempo de atuação da professora.

Por saber que as primeiras produções acadêmicas sobre Maria Mariá foram feitas por mim, não realizei um levantamento em bases de dados para conhecer pesquisas atentas a sua trajetória em âmbito nacional. As poucas publicações que havia feito, até a escrita dessa dissertação, atentaram para algumas das atividades nas quais ela

⁸ Esse era o nome pelo qual a população da aldeia de Montereale, na Itália do século XVI, conheceu o moleiro Domenico Scandella. Ele foi um homem com ideias consideradas subversivas para o tempo e lugar nos quais socializou, ao questionar os posicionamentos adotados pela Igreja Católica. A sua percepção da realidade o levou a ser condenado pela inquisição em 1599. O historiador Carlo Ginzburg (2006), escreveu um texto biográfico sobre esse personagem, a partir do olhar dos processos decorrentes da inquisição.

esteve envolvida, e a associaram aos debates escolanovistas predominantes até a segunda metade do século XX: 1) a fundação de bibliotecas públicas em Alagoas; a construção de uma escola de prosas por meio do Jornal de Alagoas, durante a década de 1950; 2) a Relação com o poeta Jorge de Lima; 3) a polêmica atuação docente resultante em um exílio durante a década de 1950.

A partir da análise ao que ela escreveu sobre a CNEG, venho notando como acompanhou os debates educacionais do tempo, mostrando-se vinculada aos grandes projetos locais e nacionais, e fazendo conhecidas as condições do trabalho docente, ora por meio da própria trajetória (privilegiada), outrora por meio da trajetória de quem analisava (subalternizada). O conhecimento da realidade nacional, unido à habilidade escrita, atuou como instrumento de emancipação, até um dado momento da sua existência. Ela mostrou-se vinculada a outras mulheres, nessa ótica: às mulheres alagoanas encontradas por Izabel Brandão e Ivya Alves (2002), que se tornaram conhecidas e influentes em seus contextos e lugares, pela frequência de publicações em jornais (Quadro 1). Nem todas exerceram a docência. Os textos circulavam entre literatura e magistério, dois temas comuns a mulheres que conquistavam os espaços públicos.

Quadro 1 – Mulheres escritoras em Alagoas e São Paulo.

ALAGOANAS		
PERSONAGEM	PERÍODO DOS ESCRITOS	ESTADO
Paula Achilles	1905-1906	Alagoas
Violeta Silva	1920-1922	Alagoas
Virginia Victorino	1920-1934	Alagoas
Yolanda de Mendonça	1921-1931	Alagoas
Marqueza Maria Maiocchi-Platis	1921	Alagoas
Armelita Nortali	1922	Alagoas
Rosalina Coelho Lisboa	1922-1935	Alagoas
Maria Judith Malta	1928-1929	Alagoas
Mademoise A. M.	1931	Alagoas
Sylvia Serafim	1931	Alagoas
Flora Ferraz	1933	Alagoas
Celeste de Pereira	1933-1935	Alagoas
Mariinha Rocha	1934	Alagoas
Eunice Lavenère Reis ⁹	1934-1952	Alagoas
Jandira	1935	Alagoas
Nilomé	1935	Alagoas
Iracempi	1935	Alagoas
Celina	1935	Alagoas
Norma Valeria	1936	Alagoas
Rachel Prado	1936	Alagoas
Yédmar	1936	Alagoas

⁹ A primeira ata, por ela assinada na Academia Alagoana de Letras (AAL), foi datada de 17/11/1944.

Lygia Manezes	1937	Alagoas
Izabel de Novais	1935	Alagoas
PAULISTAS		
PERSONAGEM	PERÍODO DE VIDA	ESTADO
Amélia Americano	1920-?	São Paulo
Alice Meirelles	1900-1993	São Paulo
Benedita da Trindade	1828-1853	São Paulo
Botrya Camorin	1917-1962	São Paulo
Carolina Ribeiro	1892-1982	São Paulo
Deolinda de Paula Machado Fagundes	1870-1890	São Paulo
Ilka Brunhilde Lourito	1925-2012	São Paulo
Iracema Marques da Silveira	1900-1978	São Paulo
Maria Antonieta Mendes de Castro	1892-1984	São Paulo
Maria José Tristão Parise	1953-1985	São Paulo
Madre Ninetta Jonatta	1887-1976	São Paulo
Noêmia Saraiva de Mattos Cruz	1894-1987	São Paulo
Noemy da Silveira Rudolfer	1902-1980	São Paulo
Olinda Magarotto dos Santos	1934-?	São Paulo
Violeta Leme Fonsec	(? ¹⁰)	São Paulo
Zuleika Martins Ferreira	1892-1956	São Paulo

Fonte: Organizado pela autora com base nos dados de Brandão e Ivia Alves (2002) e Vidal e Vicentini (2019).

As supracitadas paulistas, que vivenciaram o cotidiano do magistério em diferentes espaços e contextos, foram estudadas em pesquisas recentes (Vidal; Vicentini, 2019). A maioria com formação pelas Escolas Normais espalhadas pelas diferentes localidades do estado (idem). Todas eram professoras, mas algumas atuaram apenas em localidades específicas e não chegaram a ser caracterizadas, por suas biógrafas, como intelectuais. Elas eram apenas mulheres comuns que exerceram o ofício após diplomarem-se no Curso Normal. Por assim ser, nos textos sobre algumas das docentes não houve a utilização do termo intelectual. Mas nota-se o uso de Carlo Ginzburg e de Edward Palmer Thompson. Do último Fabiana Munhoz (2019, p. 45) dizia extrair o conceito de experiência: “[...] enquanto ponto de junção e de flexão com a noção de cultura, permitiu problematizar as relações entre trabalho, conduta, tradição e valores morais no magistério”. Percebo, entre os trabalhos consultados, sejam eles sobre intelectuais ou sobre mulheres comuns, a adesão a uma análise marxista da cultura.

Estariam influenciados pelo que Libânia Xavier (2011, p. 33) caracterizou como terceira matriz interpretativa da história educacional do Brasil: “[...] imputando prioridade ao contexto cultural que envolve os costumes das classes populares e suas relações com as classes dominantes, inclusive em estudos de orientação marxista”. Eles preferem, portanto, “[...] o estudo de casos em lugar da teorização geral” (Xavier, 2011,

¹⁰ A autora de um fragmento da biografia dessa personagem, não havia encontrado a data de seu nascimento e morte (Moraes, 2019).

p. 34). Nem sempre analisam criticamente os projetos educacionais modernizadores do século XX, e as vezes mostram-se incoerentes por esse motivo. Pode-se dizer que Amanda Haydn (2022) aproximou-se e distanciou-se dessa abordagem, preferindo manter a coerência na crítica, pela visualização que fazia à globalidade em diálogo com a especificidade. A última utilizou-se do termo *Intellectual*, ao desenvolver uma prosopografia atenta a mitificação feita ao personagem José de Anchieta, pelos críticos à laicidade educacional, comum durante a primeira metade do século XX (idem).

Visando ampliar o olhar sobre as pesquisas voltadas aos intelectuais e as ideias por eles propagadas, foram levantados alguns trabalhos entre os existentes no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Curiosamente, alguns dos títulos levantados já desvelam algumas das características dessas investigações e foram leituras significativas, inicialmente, para fazer pensar sobre como as produções dissertativas que atentam aos sujeitos e as suas ideias, vêm sendo estruturadas em diferentes Universidades Públicas Brasileiras: 1) A trajetória da professora Hebe Maria Rôla dos Santos no contexto educacional da cidade de Mariana-MG (1960-1990); 2) Valdir Pereira Duarte: a práxis de um intelectual orgânico da classe trabalhadora do campo; 3) Trajetória intelectual de Orlando Dasilva: contribuições para a educação em arte (1970-1990); 4) Práticas de leitura e docência de um professor da educação básica: o acervo pessoal de Rubim Santos Leão de Aquino; 5) Ação intelectual de Theobaldo Miranda Santos no campo educacional: imprensa periódica católica e produção de manuais didáticos (1935-1947); 6) A presença da pedagogia e do ‘método’ de Johan Heinrich Pestalozzi no colégio suíço-brasileiro de Curitiba à luz dos documentos oficiais da instituição. São textos micro analíticos, embora não mencionem Carlo Ginzburg (1989, 2006, 2007) ou mesmo Giovanni Levi (2011), e destacam elementos da vida e profissão dos personagens. Três deles não apresentam recorte temporal. Os que o apresentam, discorrem sobre os fenômenos educacionais que ocorreram a partir da Era Vargas.

Quadro 2 - Trabalhos micro analíticos consultados.¹¹

¹¹ Cabe ressaltar que não houve a intenção de fazer uma espécie de estado da arte, ao levantar teses e dissertações. Busquei analisar como estavam sendo feitas as pesquisas atentas a personagens, em Universidades Brasileiras e quem as produzia. Depois disso, selecionei 6 textos para estudar o modo como eram estruturados e como tratavam os sujeitos, metodológica e conceitualmente. Eu poderia denominar essa ação como estudo de conteúdo, sem o intuito de trazer grandes informações sobre a amplitude das pesquisas brasileiras atentas a personagens e a ideias, no campo da Educação. Por meio desses trabalhos, fui pensando sobre o tratamento que as pesquisas de mestrado costumam dar ao tema da intelectualidade. O objetivo foi encontrar inspirações para a ampliação do debate sobre a questão. E,

Dissertação	Ano de Publicação	Gênero	Nome
1	2021	Feminino	Hebe Maria R. dos Santos ¹²
2	2021	Masculino	Valdir Pereira Duarte ¹³
3	2021	Masculino	Orlando DaSilva ¹⁴
4	2021	Masculino	Rubim Santos Leão de Aquino ¹⁵
5	2021	Masculino	Theobaldo Miranda Santos ¹⁶
6	2021	Masculino	Johan Heinrich Pestalozzi ¹⁷

Fonte: Autoria própria com base nos dados de Tavares (2021), Hoffmann (2021), Goncalves (2021), Robert (2021), Bach (2021), Freitas (2021).

Chama a atenção, em um dos textos, a presença do conceito buscado em Antonio Gramsci (2004): intelectual orgânico. Neste trabalho, o professor Valdir Duarte, protagonista na dissertação, recebe tal classificação por ser engajado nos problemas da classe trabalhadora: “[...] foi um lutador dos direitos dos agricultores e o Projeto Vida na Roça foi um exemplo dessa luta. Uma conquista dos agricultores que também foi fortemente combatido por tornar as pessoas do campo participativas da política e da sociedade” (Hoffmann, 2021, p. 11). A intelectualidade decorre, portanto, da noção de engajamento.

Os demais trabalhos não especificam em título, mas ao fazer a leitura dos textos fui notando a presença do conceito pensado por Carlos Eduardo Vieira, autor que entende o intelectual como um missionário crente no poder do Estado protagonista e modernizado. Esse é o caso da pesquisa sobre Orlando DaSilva¹⁸ (Goncalves, 2021). Não obstante, está a dissertação sobre Johann Heindrich Pestalozzi, que se encontra focalizada, sobretudo, na propagação do método de tal intelectual no tempo presente. O último não é um texto sobre o personagem em si, mas sobre as suas ideias (Freitas, 2021).

Em contrapartida, a dissertação sobre Hebe Maria R. dos Santos não se define como pertencente a História dos Intelectuais. Ela enfatiza as relações entre mulher e gênero, ao dizer construir uma biografia da docente realçada, e inicia a narrativa com a apresentação da vida professoral da protagonista: “A professora Hebe Rôla iniciou oficialmente a sua carreira no Colégio Providência em 1950, mas, desde os 15 anos de idade, ajudava uma tia a lecionar em curso supletivo na cidade de Mariana-MG”

utilizando as dissertações como fontes, tentei mostrar o que faziam de semelhante e de diferente quando comparadas a minha pesquisa. O mesmo fiz com outros trabalhos não colocados nesse quadro.

¹² (Tavares, 2021).

¹³ (Hoffmann, 2021).

¹⁴ (Goncalves, 2021).

¹⁵ (Robert, 2021).

¹⁶ (Bach, 2021).

¹⁷ (Freitas, 2021).

¹⁸ Na dissertação consultada, o nome do personagem apresenta essa grafia.

(Tavares, 2021, p. 11). E reconhece os privilégios da pessoa estudada: “[...] é uma mulher branca, pertencente a uma família tradicional da cidade” (Tavares, 2021, p. 10). Privilégios semelhantes aos encontrados na vida de Maria Mariá.

Mychelle Robert (2021) também não caracteriza Rubim Santos Leão Aquino como intelectual, em resumo, e a dissertação que escreveu sobre ele não se encontra disponível para acesso. Foi possível notar apenas, que o texto que escreveu discorre sobre a escrita íntima do docente. Já Libânia Xavier (2019), ao escrever sobre o mesmo personagem, o enquadrou no conceito de intelectual sugerido por Sirinelli (2003). Ele teria sido, portanto, um mediador de cultura, segundo ela: “O trabalho de mediação e disseminação dos conhecimentos históricos fez de Aquino um pesquisador atento às notícias divulgadas nos jornais, por meio dos quais ele constituiu uma série de dossiês temáticos” (Xavier, 2019, p. 279). O último é apresentado a partir da sua trajetória profissional. O mesmo que se percebe ocorrer na dissertação sobre Theobaldo Miranda Santos (Bach, 2021), que ao destacar às interações que ele estabeleceu com o catolicismo, e com os projetos liberais, evidencia às contradições e os vínculos das ideias com o tempo.

Em suas especificidades, e globalidades, os trabalhos consultados mostram que existem diferentes maneiras de se estudar as ideias de pessoas atuantes em tempos passados. Eles nem sempre se dizem adeptos à História Cultural ou Social. São diversos no que diz respeito a escolha por autores e teorias, e focalizam mais atenção nos sujeitos que na sociedade que os influencia e que por eles são influenciadas. Entre tais pesquisas, não existe atenção às especificidades do lugar no qual as pessoas estudadas foram construídas. Assim, a construção ou manifestação das ideias é associada ao contato com o tempo ou com outros personagens.

O contato com as investigações existentes, foi levando a outros e o estudo do conteúdo foi permitindo a ampliação do olhar sobre o tema. Localizei, entre as dissertações nordestinas dispostas ainda no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a única pesquisa acadêmica atenta ao **Cônego Teófanês de Barros** (Satírio, 2009). Essa foi defendida em 2009, e ancora-se apenas no que foi divulgado em livros: Na missão de educar (Barros, 1961); Na missão de afirmar (Barros, 1981); Alocuções (Barros, 1989). Ela não apresenta as publicações feitas pelo padre na imprensa local e nacional, e conclui afirmando a contribuição dada por ele a educação alagoana, como um intelectual conservador: “As proposições conservadoras e empreendedoras da Igreja Católica brasileira no âmbito educacional encontram no Padre Teófanês um de seus

discípulos” (Satírio, 2009, p. 96). O estudo a essa dissertação, após análise das pesquisas sobre personagens vinculados aos projetos educacionais comuns no século, em alguns dos estados brasileiros externos ao Nordeste, fez pensar sobre o modo como a professora Maria Mariá poderia estar colaborando ou distanciando-se de tais ideias ao interagir, sobretudo, com Teófanês de Barros durante a fundação e efetivação da CNEG.

Embora os textos jornalísticos escritos pelo cônego e contatados por meio da pesquisa que venho introduzindo, o tornem mais próximo ao socialismo e contraponham, por evidências, o argumento defendido na dissertação supracitada, o estudo fez com que o olhar para o personagem fosse ampliado, interferindo, conseqüentemente, na atenção dada ao que ele divulgou em colaboração com Maria Mariá.

Fundador do curso de filosofia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e das variadas escolas secundárias existentes em mesmo estado, entre as quais encontram-se aquelas vinculadas ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (Silva, 2021a), o personagem apresentou visível poder de influência no estado, e embora a autora que o estudou não tenha se utilizado das categorias da história intelectual para subsidiar a escrita, ela ancorou-se no conceito de intelectual cunhado por Jean-Paul Sartre (2015).

Os estudos atentos às ideias, como mostrado pelos trabalhos levantados e estudados, permitem variadas abordagens e campos teóricos. Como recordado por Sirinelli (2003, p. 232): “A história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que longe de se fechar sobre se mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”. São comuns alguns conceitos, como: geração, sociabilidade, itinerários. Cláudia Alves (2012, p. 115), ao discorrer sobre os estudos de Sirinelli, reconhecia: “A sociedade é uma das categorias dentre as três noções que enumera como essenciais nessa abordagem: os itinerários de formação, a geração e a sociabilidade”. A segunda categoria, facilmente identificável em entrevista dada por Moacir C. Lopes ao Diário de Notícias, ao dizer dos autores que lhe inspiravam: “[...] passei para a literatura inglesa, russa, depois francesa. Só então tomei tino que o Brasil tinha literatura. Comecei com Machado de Assis, fui a Lima Barreto, viajei por José Lins do Rêgo, Jorge Amado e Rachel de Queirós. Cheguei a Graciliano Ramos” (Maria [...], 3 jan. 1960).

A geração de escritores da segunda metade do século XX, no Brasil, foi inspirada na literatura social. Apenas na década de 1960, o supracitado jornal

mencionava 249 vezes o nome de Lima Barreto. Crescimento significativo quando comparado a década de 1930, com 92 menções. Essa informação simples, sugere que o intelectual, definido por Lilia Schwarcz (2017) como visionário, foi mais comentado pela geração de jornalistas da primeira década supracitada. Uma geração que se tornava mais crítica pelo amplo debate marxista em âmbito nacional, que, por sua vez, afetava a educação (Silva, 2021a). Como recordado por Libânia Xavier (2016, p. 474), a segunda geração escolanovista que manteve “[...] protagonismo nas décadas de 1950-60, foi liderada por Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro”, e influenciada por intelectuais como Álvaro Vieira Pinto e Nelson W. Sodré (Sanfelice, 2007).

A categoria geração torna menos comum a superficialidade nas análises, algo fundamental nesse tipo de produção: “[...] não se trata da simples menção às etapas de vida e formação escolar, mas a tentativa de apreensão de como se foi construindo ‘o intelectual’ em cada momento e em cada experiência, evitando a projeção de sua figura, tal como aparece ao fim da vida” (Alves, 2012, p. 116). É preciso, nesse tipo historiográfico, atentar para as contradições, por meio da construção de itinerários, estabelecidos no processo de mediação cultural: “Construir itinerários é afinar a capacidade de observação para elementos do contexto histórico que se traduzem em vivências cotidianas, que marcam a sensibilidade, as escolhas, as afinidades, as aproximações e os deslocamentos” (idem). Itinerários que interferem nas ações e na formação de pensamentos. Ao fazer parte de uma geração de jornalistas que escreveram a partir da década de 1950, Maria Mariá se encontra inserida em um grupo de pessoas que sofreram influências dos debates marxistas vigentes em âmbito Nacional.

O ampliar do olhar, possibilitado pelo estudo às pesquisas existentes, interferiu na definição de conceitos capazes de estabelecer diálogo com as categorias de análise pretendidas neste trabalho, fazendo surgir a necessidade de estabelecimento de diálogo entre o conceito de intelectual e o conceito de lugar (Santos, 2005). O último, tratado sobretudo como constitutivo de identidades individuais e coletivas. Ele está presente nas ideias que disputam o poder, em campos conflituosos de interesses diversos e contraditórios. Está manifestado no que Bourdieu (1989a) denominou de *habitus* e Campo, e Michelle Perrot (2018) definiu ao pensar sobre as relações entre pessoas e espaços, a partir do conceito de cidade. Tudo ajuda a refletir sobre a efetivação do sentimento de pertencimento e de deslocamento que vai sendo construído pela professora palmarina, com suas ideias que, ora desvelam, outrora distanciam-se do que  lvaro V. Pinto (2021) definiu por Consciência Crítica.

1.3. Abordagem micro historiográfica: um esboço metodológico

Narro o que chamarei aqui de **biografia das ideias**, ou o que outros, como é o caso de Karsburg (2015), poderiam chamar de estudo de trajetória. Utilizando-me da percepção micro analítica disposta como método, pela historiografia italiana que, por sua vez, aplica “[...] modelos generativos, constituídos na análise intensiva de uma realidade, para suscitar e identificar uma pergunta que seja relevante para muitas realidades e que permita e preserve, mesmo assim, as muitas e diferentes soluções dos casos específicos” (Levi, 2020, p. 20). Como já disposto, é mostrado como o caso particular da professora Maria Mariá, evidenciado pela construção da sua percepção do real e da educação, pode ser capaz de tornar mais claro o projeto de educação, consequentemente de docência, planejado para uma cidade do interior de um estado nordestino.

A postura tem sido indicada para estudos dessa natureza, como recordado por Alexandre Oliveira Karsburg (2015, p. 33): “[...] a biografia atual problematiza as histórias particulares, relacionando-as e não as isolando da história geral”. Por ser o documento escrito, colocado como principal fonte, recorre-se aqui, à noção de que todo o texto produzido por alguém, é uma experimentação mental, como ilustrou Carlo Ginzburg (1989, 2004, 2006, 2007, 2010), ao pensar sobre às simbolizações presentes na intencionalmente elaborada escrita inquisitorial. Dessa noção parte o olhar destinado ao que se define por fonte histórica. Entendida como algo que decorre das intenções de um tempo. As últimas, percebidas como pertencentes às múltiplas categorizações: imagéticas, escritas, impressas, iconográficas, audiovisuais.

Como reconhecido por Jacques Le Goff (1996, p. 545), os vestígios que dizem do passado, são monumentos, ou seja, são produções feitas com algum objetivo, portanto, são manipulações da verdade: “Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”. Evidentemente, a ciência histórica decorre de um olhar crítico para essas fontes, e, consequentemente, para os eventos do passado. Sem o olhar crítico, possibilitado por determinantes do tempo presente, caímos em construções esvaziadas de cientificidade: “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (idem).

Nessa direção, também está a crítica feita por Pierre Bourdieu (2006, p. 185), aos estudos biográficos, muitas vezes responsáveis pela monumentalização das vivências singulares: “Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato concreto de uma seqüência de acontecimentos com significados e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica”. Essa ilusão, para o supracitado autor, estaria ancorada no comportamento acrítico: “[...] uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar” (idem).

A inspiração para a escrita decorre de Natalia Ginzburg (2018, 2022), Netelie Z. Davis (1987) e Carlo Ginzburg (2006), e desses autores também é retirado o modo interdisciplinar de tratar as relações estabelecidas no texto, considero contribuições de diferentes áreas do conhecimento, quando necessário, no estudo e tratamento às fontes, a saber: Antropologia, Sociologia, Geografia, Filosofia, Letras. Alexandre Karsburg (2015, p. 32) já dizia: “A biografia, porém, renovou-se ao trazer conceitos de outras disciplinas, como a antropologia, e se basear em métodos oriundos da micro-história italiana, como a redução da escala de análise para entender processos históricos amplos”.

Parto das fontes de e sobre a educadora Maria Mariá, e a coloco em interação com quatro grupos: **peças do interior, herdeiros de latifúndio, jornalistas, professoras**. Os grupos poderiam ser percebidos como campos nos quais atuam diferentes poderes simbolizados nas práticas tornadas comuns (Bourdieu, 2006). E assim, tento escamotear, por meio do cruzamento de dados, o que está escondido na expressão dos pensamentos. No caso em questão, um pensamento que se constrói coletiva e singularmente, e a partir disso, revela as especificidades dos fenômenos globais: “[...] tem a capacidade de trazer qualquer indivíduo de volta ao seu tempo, e, uma vez feito isso, devemos procurar captar semelhanças e diferenças entre os indivíduos de um mesmo período, principalmente quando há um contexto comum que os condiciona” (Karsburg, 2015, p. 36). Essa postura última, também é orientada por Pierre Bourdieu (2006, p. 190): “Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado”. Partindo do pressuposto de que:

[...] não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do

envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenvolve e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (idem).

Essa associação dos agentes com outros, também foi sugerida em prosopografias, embora estas últimas se diferenciem da micro análise. O texto de Peter Burke (2020), sobre as sociedades favoráveis e desfavoráveis aos acontecimentos polimáticos, a partir da análise a um grupo constituído por 500 indivíduos, faz pensar sobre o modo como a prosopografia se aproxima da **micro-história** italiana: “A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (Stone, 2011, p. 115). Ela valoriza a aproximação do olhar. Valoriza os detalhes. Atenta às ideias que aproximam e distanciam pessoas: “o propósito da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior” (Stone, 2011, p. 116). Ela foi ressignificada por variados autores, múltiplas vezes (Bulst, 2005; Charle, 2006; Júnior, 2019). Também parece ser um método em construção. Como recordava Geovani Levi (2020, p. 20): “A micro-história, na realidade, coloca o foco nos questionamentos sobre o funcionamento da racionalidade humana que governa os comportamentos – nisso é próxima também da literatura”, mantendo o propósito de “contribuir com a criação e à crítica das ciências humanas em geral, mais do que usar delas passivamente” (idem).

Essa também é a ótica constitutiva da escrita de: Edward P. Thompson (1987); Eric Hobsbawm (2013); Michelle Perrot (2018); Arlette Farge (2017). Como recordado pelo segundo: “Para os marxistas, ou para os socialistas em geral, o interesse pela história dos movimentos populares se desenvolveu com o crescimento do movimento operário” (Hobsbawm, 2013, p. 283), especificamente durante a década de 1950 (idem). E os fez modificar os paradigmas escriturários. Embora a escrita desses historiadores seja generalizante, visto que discorreram sobre os humanos em suas coletividades subalternas. Eles iniciaram um movimento importante de análise, mais tarde adotado por Carlo Ginzburg (1989, 2004, 2006, 2007, 2010), passaram a olhar os fenômenos de baixo para cima.

O micro-historiador citado, acrescentou atenção a personagens protagonistas que, estando dentro de grandes contextos, permitem perceber melhor os fenômenos

globais. Inspiro-me, nessa escrita, na micro análise sugerida pelo último. Arrisco dizer que o autor de *O queijo e os vermes* (Ginzburg, 2006) escreveu prosopografias, mesmo sem o dizer. Destaco as ideias da professora Maria Mariá, em meio outras que compactuaram com projetos educacionais. Mostro como as ideias globais chegam à professora e como essas ideias são ressignificadas e expressas, em suas experimentações mentais expostas em escrita. Problemático o seu modo de perceber a realidade à luz do que provoca em tempo e espaço. Do mesmo modo, vou desvelando como ela expõe uma reflexão sobre o Brasil em interação com a cidade de União dos Palmares, à medida que se constrói pessoa, docente e escritora.

As ideias educacionais da personagem, desveladas a partir de fragmentos da sua trajetória, e associadas as de outros, mostram-se por meio de vestígios da sua memória, espalhados pelos mais diferentes arquivos, e distribuídos em variadas categorias de fontes. Aqui recorro a: jornais, cartas pessoais, relatórios de inspetoria, fotografias, placas, comentários em sites, depoimentos postos em vídeos. Tudo o que diz dessa pessoa e do tempo, acaba por tornar-se relevante no processo de produção, considerando-se a ampliação do olhar para a ciência histórica, que vem ocorrendo desde o início do século XX, e que ganha intensidade durante a década de 1960 (Burke, 2010; Le Goff, 1996).

As informações postas em documentos íntimos, são contrapostas com aquelas que existem na esfera pública e oficial: mapa, dicionários biobibliográficos, legislação, documentação escolar. Além de livros memorialísticos que tratam da História de União dos Palmares. Tudo observado a partir da sua tipologia (Quadro 3), em interação com a minha grande questão de interesse. Como indicado por Carlo Ginzburg (1989), adoto postura indiciária em: análise, seleção de informações e construção dissertativa.

Quadro 3 - Fontes primárias em números e categorias.

Fonte	Quantidade localizada	Quantidade analisada	Sobre Mariá¹⁹	De Mariá
Jornais	528 ²⁰	118	Não quantificadas	65
Cartas/bilhetes	10	10	7 ²¹	3
Relatórios de inspetoria	11	-	11	11
Fotografias	121	32	121 ²²	121 ²³

¹⁹ Nem todos são destinados a tratar única e exclusivamente da personagem, mas a mencionam, ou destinam um momento para tratar de algum dos seus feitos.

²⁰ Esse foi o número total de matérias fotografadas e arquivadas em pastas até o momento. Entre elas, existem textos que não relacionam diretamente ao objeto, mas favorecem a percepção do tempo (segunda metade do século XX), ou mesmo dos espaços (Brasil, Alagoas e União dos Palmares).

²¹ Nesse caso, foram cartas ou bilhetes encaminhados para Maria Mariá.

Mapas	1	1	0	0
Legislação	2	-	0	0
Revistas épicas	2	2	0	0
Folhetos Informativos	1	1	1	0
Manuais pedagógicos	3	3	0	0
Dicionários biobibliográficos	3	3	3	0
Livros memorialísticos	13	13	3	0

Fonte: Autoria própria.

Considerando a materialidade do texto escrito, como repleto de significados, não deixei de a observar nessa investigação. A produção dos documentos e os seus múltiplos lugares de conservação, muito dizem a historiografia. Em breve comentário, Eric Hobsbawm (2013, p. 284) fez pensar sobre isso: “Para estudar Shakespeare, que não deixou manuscritos mas uma série de edições impressas puídas, significa tornar-se uma espécie de Sherlock Holmes do ramo gráfico”. Mantenho um olhar sensível e erudito, em alguns momentos, e trato as fontes em suas variadas formas de expressão, considerando a sua materialidade, mas sobretudo, a sua capacidade de dizer de quem as produziu ou de dizer dos lugares sobre os quais discorreram e tempo e espaço. São fontes documentais, de naturezas múltiplas, embora trabalhe com maior frequência com os jornais, por esse motivo, as técnicas utilizadas com cada uma delas são melhor especificadas no início de cada capítulo.

De modo geral, parto do princípio de que os documentos precisam ser interrogados e observados em interação com os seus lugares de produção e as intencionalidades de suas naturezas. As interrogações partem do contato com a empiria e com a percepção de sociedade de quem escreve História. Portanto, embora o meu olhar atual para as fontes ancore-se em uma prévia pergunta, todas as respostas me são dadas a partir do minucioso cruzamento de informações, documentadas e preservadas pelos acervos físicos das instituições: Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos (BPEGR); Arquivo Público de Alagoas (APA); Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL); Biblioteca Municipal Jorge de Lima (BMJL); Museu Casa Maria Mariá (MCOMM); Escola Estadual Rocha Cavalcanti (EERC); Escola Estadual Jorge de Lima (EEJL); Escola Municipal Maria Mariá de Castro Sarmiento (EMMMCS). Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM); Prefeitura Municipal de União

²² São fontes que dizem sobre ela, porque foram arquivadas com alguma intencionalidade, ao tempo que também mostram o que ela foi fazendo em espaços públicos e privados.

²³ Fazem parte dos arquivos que ela preservou, por esse motivo posso dizer que são dela, mas nem todas as fotografias possuem a ela ou os seus familiares. Algumas apresentam apenas a cidade de União dos Palmares, e outras colocam as pessoas que ela fotografou ou mesmo que mantiveram algum contato com ela no desenvolver da vida.

dos Palmares (PMUP). E virtuais: Site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Internet jurídica brasileira (JUSBRASIL); Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN); Portal Alagoas em Dados (PAD). Além dos locais: Serra da Barriga e Cemitério Municipal de União dos Palmares (CMUP). Os últimos para a verificação da veracidade dos dados apresentados em sites e em documentos²⁴.

Quadro 4-Sites que mencionam Maria Mariá.

SITES	TÍTULO DA MATÉRIA	ANO DE PUBLICAÇÃO
http://www.portalturismobrasil.com.br/atracao/95/Maria-Maria	Maria Mariá - Portal Turismo Brasil - 95	Sem data
https://www.historiadealagoas.com.br/maria-maria-a-guerreira-da-terra-de-zumbi.html	Maria Mariá, a guerreira da terra de Zumbi	12/07/2017
https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_Casa_Maria_Mari%C3%A1	Museu Casa Maria Mariá	3/2/2018
https://www.br104.com.br/cultura/historia-maria-maria-a-revolucionaria-que-entrou-para-a-historia-de-uniao-dos-palmares/	História: Maria Mariá, a revolucionária que entrou para a história de União dos Palmares	9/2/2019
https://www.minube.com.br/sitio-preferido/casa-de-maria-maria-a3616653	Casa de Maria Mariá	Sem data
https://www.resenhacritica.com.br/todas-as-categorias/uma-decada-de-prosa-impressos-e-impressoes-da-professora-e-jornalista-maria-maria-1953-1959-hebelyanne-pimentel-da-silva/	Uma década de prosa: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953- 1959) Hebelyanne Pimentel da Silva	16/2/2022
http://premiomariamaria.blogspot.com/p/quem-foi-mria-maria.html	Quem foi Maria Mariá	Sem data
https://www.folhaserrana.com.br/noticia/10159/aniversario-de-maria-maria-filha-ilustre-de-uniao-dos-palmares	Aniversário de Maria Mariá filha ilustre de União dos Palmares	16/6/2023
https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/65802	Docência e Política no jornalismo de Maria Mariá	24/5/2022
https://www.melhorescola.com.br/escola/escola-municipal-maria-maria-de-castro-sarmento	Escola Municipal Maria Maria de Castro Sarmento²⁵	Sem data
https://www.zona10.com.br/noticias/2022/08/18/5387-museu-maria-maria-e-mais-um-patrimonio-cultural-que-passa-por-restauracao-em-uniao	Museu Maria Mariá é mais um patrimônio cultural que passa por restauração em União dos Palmares	18/8/2022
https://www.google.com.br/travel/hotels/entity/ChkI1NHq-	Museu Casa Maria Mariá	Sem data

²⁴ Uma das informações verificadas foi a participação de Maria Mariá no processo de tombamento da Serra da Barriga. Também se observou, em análise ao tumulto da família, se existia alguma outra pessoa com o mesmo nome, e foi demonstrado que sim. Todavia, a segunda Maria Mariá faleceu recentemente. Os dados que parecem simplórios, tornaram-se indispensáveis ao processo de escrita e continuação da pesquisa.

²⁵ Apresenta apenas o endereço da instituição.

_264Of1ARoML2cvMXltX2wxejZjEAQ?utm_campaign=sharing&utm_medium=link&utm_source=htls&ved=0CAAQ5JsGahcKEwiok7659bOAAxUAAAAAHQAAAAAQAw&ts=CAESABoECglaACoECgAaAA		
http://oliviadecassia.blogspot.com/2011/06/maria-maria-de-castro-sarmento.html	Maria Mariá de Castro Sarmento	16/6/2011
http://thiaguinhouniao.blogspot.com/2012/01/maria-maria.html	Um pouco sobre Maria Mariá	Sem data
https://refugios-de-um-guerreiro7.webnode.page/projetos/	ROTEIRO	Sem data
http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-78062022000100079	RESENHAS: Docência e política no jornalismo de Maria Mariá (base de dados)	13/9/2022
https://www.wikiwand.com/pt/Museu_Casa_Maria_Mari%C3%A1	Museu Maria Mariá	Sem data
https://gimigliati.wordpress.com/tag/maria-maria/	O sucesso do prêmio Maria Mariá	Sem data
http://zambo-informativo.blogspot.com/2009/03/sociedade-casa-cultural-maria-maria-de-23.html	Maria Mariá	23/3/2009
https://editorialivre.com.br/dialogos-com-uma-decada-de-prosa-quem-disse-que-nao-posso-resenhar-o-meu-proprio-livro/#.ZMUQJnZKhPY	Diálogos com “UMA DÉCADA DE PROSA”: quem disse que não posso resenhar o MEU PRÓPRIO LIVRO?	6/4/2023
https://todosdestinos.com/nordeste/alagoas/5-destinos-que-voce-precisa-conhecer/	Todos Destinos	Sem data
http://folhaserrana.blogspot.com/2011/06/os-94-anos-de-maria-maria-filha-ilustre.html	Folha Serrana	16/6/2011
https://ama-al.com.br/escolas-publicas-de-uniao-dos-palmares-e-maceio-se-classificam-para-a-etapa-nacional-do-premio-mpt-na-escola/	Escolas públicas de União dos Palmares e Maceió se classificam para a etapa nacional do prêmio MPT na Escola	12/9/2019
https://www.registroslegislativos.com.br/2020/06/a-casa-do-coronel-basiliano-sarmento.html	A casa do coronel Basiliano Sarmento	19/6/2020
https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2011/06/10/uniao-dos-palmares-um-premio-a-liberdade	União dos Palmares: um prêmio à liberdade	10/6/2011
https://www.aquiacontece.com.br/noticia/alagoas/07/02/2022/ministerio-publico-do-trabalho-convida-municipios-de-alagoas-a-participarem-do-mpt-na-escola/176688	Ministério Público do trabalho convida municípios de Alagoas a participarem do MPT na Escola	8/2/2022
https://culturaeviagem.wordpress.com/2019/09/18/o-brilho-das-estrelas-radiosas-100-casos-de-pioneirismo-e-genialidade-de-alagoanos/	O brilho das estrelas radiosas: (+de) 100 casos de pioneirismo e genialidade de alagoas	18/9/2019
https://www.alagoasagora.com.br/noticia/9017/escolas-municipais-de-uniao-sao-premiadas-novamente-pelo-ministerio-publico-do-trabalho	Escolas municipais de União são premiadas novamente pelo Ministério Público do Trabalho	23/4/2021
https://www.jaenoticia.com.br/noticias/2019/12/05/67050-vencedores-alagoanos-do-premio-mpt-na-escola-participam-de-	Vencedores alagoanos do prêmio MPT na escola participam de solenidade em	5/12/2019

<u>solenidade-em-brasil</u>	Brasília	
-----------------------------	-----------------	--

Fonte: Organizado pela autora.

Para que esse cruzamento de dados fosse feito, durante a pesquisa e a escrita, adotei como instrumento o que denominei de **Diário de Arquivos**. Nesse diário, passei a registrar, desde o início do Mestrado, todas as minhas atividades de pesquisa, fossem elas feitas nos acervos presenciais ou virtuais. Os relatos feitos nesse caderno, apontam os materiais analisados e os dias nos quais os encontrei, além de dispor as ideias que fui construindo a partir do contato inicial, e depois da leitura e catalogação das fontes. Em muitos momentos, durante a construção dos capítulos da dissertação, fui até esse caderno para consultar as informações nele contidas, fossem elas quantitativas, fossem qualitativas.

Quadro 5 - Tipologia das fontes por espaços consultados.

Campo de Pesquisa	Tipo de Consulta	Fonte Encontrada
BPEGR	Presencial	- Jornais
APA	Presencial	- Jornais - Documento da Escola Normal
IHGAL	Presencial	- Jornais - Revistas Épicas - Manuais Pedagógicos - Livros de Autores Alagoanos
BMJL	Presencial	- Livros Memorialísticos Palmarinos
MCMM	Presencial	- Objetos deixados pela professora - Casa na qual ela viveu até o fim da vida - Revista Informativa/panfleto
EERC	Presencial	- Atas escolares - Relatórios de Inspeção
EEJL	Presencial	- Sem ocorrência de materiais viáveis
EMMCS	Presencial	- Sem ocorrência de materiais viáveis
ACMM	Presencial	- Sem ocorrência de materiais viáveis
PMUP	Presencial	- Legislação Educacional Municipal - Decretos aprovados na década de 1960
INEP	Virtual	- Livros Épicas - Registros presidenciais
JUSBRASIL	Virtual	- Diários Oficiais
HDBN	Virtual	- Jornais
PAD	Virtual	- Mapa
Serra da Barriga	Presencial	- Placa de tombamento da Serra da Barriga
CMUP	Presencial	- Placa da sepultura de Maria Mariá

Fonte: Autoria própria.

Lançando mão dos princípios próprios adotados em investigações dessa natureza, e considerando a organização que já mantinha em momentos anteriores desta investigação²⁶, após o levantamento das variadas fontes que passavam a somar as que já

²⁶ Me refiro ao levantamento que fiz durante o curso de graduação, quando já iniciava a garimpagem em acervos alagoanos, primeiro em busca de professoras atuantes no estado, e depois em busca de textos escritos pela professora Maria Mariá. Como já mencionei (Silva, 2021a), foi uma pesquisa iniciada em 2018, mas efetivamente durante o período no qual estive em Mobilidade Acadêmica Nacional (atividade

possuía, e após as visitas em acervos físicos e virtuais, iniciei o processo de organização, primeiramente em pastas separadas por temas: 1. Maria Mariá; 2. Educação em Alagoas; 3. Educação no Brasil; 4. Nomes da História de Alagoas; 5. Notícias indiretas. Dentro dessas pastas, quando necessário, foram criadas outras, com o objetivo de separar as fontes por tipologia. As pastas numeradas como 4 e 5, surgiram de maneira inesperada. A primeira nasceu, quando fui notando a predominância de alguns nomes nos jornais, que analisei como pertinentes a construção de objetos para pesquisas futuras, além dos dados cabíveis a esta. Sobretudo, porque alguns dos nomes predominantes, não estavam em pesquisas realizadas em Alagoas, quando apareciam, eram mencionados superficialmente, mesmo com a participação nos debates educacionais do estado. Aos poucos, parte desses nomes, foram sendo interligados a trajetória da personagem, seja diretamente, seja indiretamente. A última pasta, foi pensada por existência de uma estratégia na garimpagem. Por ter claras as minhas questões de interesse desde o início da busca, continuada no Mestrado, sempre que surgiram matérias com informações consideradas por mim como relevantes à pesquisa, as fotografei. Muitas colaboraram com as delimitações que fui fazendo ao objeto, e somaram à elaboração de novas hipóteses diretivas da investigação.

Quadro 6 - Fontes em pastas por temas.

PASTA	FUNÇÃO DA PASTA	FONTES
1. Maria Mariá	Arquivar fontes produzidas pela personagem e as que a ela se referem.	- Jornais - Atas Escolares - Cartas - Fotografias - Revista/panfleto ²⁷
2. Educação em Alagoas	Arquivar fontes capazes de apresentar informações sobre a condição da Educação de Alagoas no século XX.	- Legislação - Livros memorialísticos - Manuais pedagógicos - Revistas Épicas - Jornais
3. Educação no Brasil	Arquivar fontes capazes de apresentar informações sobre a condição da Educação brasileira durante o século XX.	- Legislação - Revistas Épicas - Livros memorialísticos
4. Nomes da História de Alagoas	Arquivar fontes capazes de apresentar informações sobre nomes públicos da História de Alagoas (políticos e escritores). Ou mesmo pessoas comuns com textos que somavam a ampliação do olhar para o objeto.	- Revista de ensino de Alagoas - Livros Memorialísticos - Jornais

financiada pela ANDIFES). Resultados do primeiro levantamento foram divulgados em livro, como também já mencionei.

²⁷ Material produzido na contemporaneidade e disposto ao público, no Museu Maria Mariá, para informar aos visitantes quem foi a personagem e quais foram os seus feitos. É um material que se ancora nos relatos memorialísticos de parentes que conviveram com a professora e de pessoas que interagiram com ela.

5. Notícias indiretas	Arquivar fontes capazes de apresentar informações ligadas indiretamente ao objeto (sobre o período).	- Jornais
------------------------------	--	-----------

Fonte: Autoria própria.

Após a organização em pequenos agrupamentos, fui delimitando o meu objeto até chegar a essa proposta de escrita e, por meio dessa delimitação, selecionei o material que parecia pertinente à construção de cada capítulo da dissertação. Nessa segunda organização, as fontes em pastas, foram sendo selecionadas, inicialmente por título, e direcionadas para novas pastas. As pastas correspondentes a cada capítulo da dissertação. Denomino essa segunda organização, por: Catálogo de conteúdos enquadrados. Durante a efetivação escriturária, algumas foram sendo deslocadas de um capítulo para outro, ou mesmo descartadas. Cabe ressaltar que, sendo o primeiro capítulo, introdutório, foram consideradas nele, outras categorias de fontes que vão para além das encontradas em acervos. Recordemos que mencionei ter utilizado dissertações e teses como fontes da reflexão inicial, assim como também utilizei as minhas memórias, todavia, o catálogo supracitado destaca as fontes localizadas em arquivos: Hemerotecas, museu, espaços históricos, escolas, bibliotecas, sites.

Quadro 7 - Catálogo de conteúdos enquadrados.

CAPÍTULOS	TIPOLOGIA DAS FONTES
Capítulo 1	- Jornais - Revistas
Capítulo 2	- Jornais - Livros memorialísticos - Mapa - Legislação - Fotografias
Capítulo 3	- Livros Memorialísticos - Dicionários Biobibliográficos - Fotografias - Cartas - Folhetos - Vídeos
Capítulo 4	- Documentos da Escola Normal e primária - Jornais - Livros memorialísticos - Fotografias (iconografia) - Revistas de Ensino

Fonte: Autoria própria.

Tratando-se de uma Pesquisa Documental²⁸, na qual são considerados múltiplos tipos de fontes que, por sua vez, são analisadas a partir das orientações técnicas dadas

²⁸ Com o objetivo de conhecer de modo mais profundo as técnicas necessárias a pesquisa dessa natureza, em diferentes áreas, fiz a leitura de algumas produções orientativas (Salge; Oliveira; Silva, 2021; Pimentel, 2001).

por: Bacellar (2019); Borges (2019); Janotti (2019); Luca (2019); Karnal e Tatsch (2009); Lima e Carvalho (2009); Malatian (2009). As pesquisas dessa natureza exigem alguns procedimentos, aqui identificados sequencialmente como: Seleção, catalogação, transcrição de dados relevantes, análise. De modo geral, “[...] das fontes devem emergir os diferentes contextos em que o indivíduo está inserido. Mas não quaisquer contextos, antes aqueles em que o sujeito efetivamente participa, que o envolvem, condicionando suas escolhas e nelas interferindo” (Karsburg, 2015, p. 34). As especificidades nos tratamentos ao material, vão sendo dispostas na introdução de cada um dos quatro posteriores capítulos que ajudam a compor o texto.

Considerando-se este capítulo como introdutório à pesquisa, é iniciada na segunda seção a exploração a vida da personagem em seu construir de ideias. Para tanto, são identificadas às características comuns na cidade de União dos Palmares, por meio dos arquivos preservados pela professora Maria Mariá, e dos textos que ela escreveu durante parte do seu trajeto jornalístico e profissional. Por meio desse contato inicial com a História que venho contando, o leitor irá percebendo, progressivamente, o que parece evidenciar-se como um modo de ser interiorano, com as especificidades do supracitado interior em particular.

O espaço da cidade, como lugar de socialização, é também um ambiente no qual se constroem costumes tornados comuns e que sobrevivem, por este motivo, ao tempo, marcando as gerações que de lá são originadas. Os costumes presentes na cidade de União dos Palmares, foram captados por meio de textos jornalísticos e de depoimentos deixados por seus moradores em livros memorialísticos e em vídeos, mas podem ser captados nesse capítulo, sobretudo, por meio de imagens que desvelam: gestos e expressões corporais das pessoas comuns e públicas; modos de vestir das pessoas de distintas classes; disposições de eventos que perpassam a cultura local, como é o caso da feira e das enchentes ocasionadas pelo rio Mundaú, rio no qual também aparecem as lavadeiras locais, que dele dependiam para a realização das suas atividades domésticas; as festas religiosas, com os seus rituais próprios e peculiares, como é o caso da festa de Santa Maria Madalena, padroeira do lugar; o prédio no qual eram celebrados os cultos à religiosidade católica, que se faz presente na fundação territorial; composição das ruas, por meio da ilustrada Avenida Monsenhor Clóvis, anteriormente denominada Avenida João Pessoa.

As imagens ora espontâneas, outrora intencionais, desvelam elementos que marcam a vida nos espaços e tempo, por esse motivo, “o esforço teórico caminha no

sentido de compreender a fotografia como um conjunto variado de possíveis códigos sociais. Sua força representacional é constituída no momento da produção de sentidos e não anteriormente a ela” (Lima; Carvalho, 2009, p. 44). A exploração aos vestígios imagéticos, permanece durante todos os demais momentos da dissertação.

Ao discorrer sobre a influência dos bens materiais no modo de estruturarem-se os espaços da cidade, o capítulo dois também chama a atenção para os nomes dados aos espaços públicos, como uma das observações já feitas por Maria Mariá em textos jornalísticos. Esses nomes são melhor explorados no tópico terceiro de tal seção. Eles desvelam às heranças políticas e latifundiárias locais, evidenciando o nível de influência que tais grupos exercem na estrutura organizacional do ambiente.

Por ser o lugar uma categoria de análise nesta pesquisa, pode-se dizer que a apresentação do espaço em suas características comuns, favorece a observação desse construir da personagem protagonista, sobretudo porque as fontes que ajudam a compor a seção, foram arquivadas por ela durante a vida. São reflexões e paisagens das vivências cotidianas e do modo como a personagem as percebia. As vidas monumentalizadas interagem com as vidas comuns e quase invisibilizadas, que compõem as multidões, quase desconsideradas em suas individualidades. Mariá produziu e preservou parte da memória local, ao tempo que foi produzida por ela.

Essa Maria Mariá que já aparece no segundo capítulo, mostra-se ainda mais visível no terceiro, quando a atenção do texto se volta para as interações que ela estabeleceu entre os espaços públicos e privados. A casa e os vínculos familiares, representam os privilégios dessa mulher. Os seus capitais: social, financeiro, cultural. O terceiro capítulo, ao propor situar a personagem entre as pessoas de mesma origem, e ao mostrar o intercâmbio que ela foi fazendo entre espaços interioranos e capitais, possibilita uma percepção comparativa, enfatizando a influência de alguns marcadores na sua construção identitária, e, por assim ser, na percepção de sociedade que ela foi construindo e reconstruindo com o passar dos anos, seja entre os seus deslocamentos por espaços públicos e privados, seja pela convivência com diferentes pessoas e cidades, algumas das últimas, possibilitadas pelo trabalho docente.

No quarto capítulo, ao se verificar de modo mais específico, o vínculo da formação que a professora recebeu como normalista pela Escola Normal de Maceió, em um momento de modernização educacional impulsionado pelo Movimento da Escola Nova, vão evidenciando-se as compatibilidades dessa formação com a sua escrita educacional, pessoal e jornalística, resultantes nos posicionamentos sobre os resultados

da CNEG. Considerando que essa última escrita se manifesta a partir da segunda década posterior ao curso normal, os debates nacionais e internacionais unidos ao amadurecimento da docente, pelo acúmulo de experiências profissionais e pessoais, são notados como elementos colaborativos e culminantes em seus progressos e regressos, por vezes notados no modo como analisa o trabalho docente e anuncia a marginalização atribuída às pessoas de origem interiorana, apoiando e criticando o projeto que ajudou a implementar na localidade. Além de caracterizar-se como conclusivo, o capítulo quarto também abre caminhos para investigações posteriores, ao se apresentar os indícios do envolvimento de Maria Mariá com o cônego **Teófanés de Barros**, intelectual que colaborou com a efetivação de projetos educacionais destinados à população interiorana nordestina e que se manteve influente no processo de Fundação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), algo a ser melhor explorado em continuidade a essa investigação.

Capítulo 2**PACATAS VIDAS INTERIORANAS: UNIÃO DOS PALMARES PELOS OLHOS DA PROFESSORA MARIA MARIÁ**

“[...] interesse pelo cotidiano e seu personagem, pelo que parece e por quem parece banal e insignificante, pelo que se repete e por quem se repete e, por isso, anula a visibilidade do todo e a consciência crítica que daí decorre” (Martins, 2008, p. 12).

Era apenas uma cidade de interior. Algumas das pessoas que lá nasceram, comentam no presente as suas impressões exaltando personagens que definiram como ilustres (Filho, 2012). Existem os que afirmavam ter conhecido, há pouco tempo, algumas histórias que marcaram aquele território: “Eu sempre tive curiosidade de saber o ano em que minha cidade – União dos Palmares – foi fundada, quando chegaram os primeiros habitantes do lugar que se chamava Macaco. Até hoje, pouco se escreveu sobre ela” (Sarmento, 2019, p. 19). Fenômeno provocado pelo apagamento histórico decorrente dos estudos que, por muito tempo, desconsideraram pessoas comuns e acontecimentos de dimensão local. Sobretudo quando esses acontecimentos decorriam de ações femininas (Perrot, 2018). Os comentários a personagens e acontecimentos enfatizam mais os pontos positivos que negativos do lugar. Focalizam atenção em fragmentos da cultura. Mas, aos poucos, vamos notando as múltiplas faces interioranas.

Nos primeiros momentos dessa pesquisa, os achados sobre a cidade diziam muito das secas e da miséria que lhe afetava na década de 1950 (Cenas [...], 12 mar. 1953). Era uma cidade que vivia, majoritariamente, do comércio (Silva, 2021a). Não era o único município interiorano do país em crise econômica, ao tempo que esse não se mostrava como peculiar momento de visualização das desigualdades (Schwaecz; Starling, 2018). Ao discorrer sobre um projeto de assistência alimentar em São Paulo, atentando ao período correspondente entre 1920 e 1960, Jaime Rodrigues (2007, p. 246) mostrava as relações existentes entre a baixa instrução e a insegurança alimentar, mas também reconhecia a importância da implantação do salário mínimo para a garantia de direitos elementares: “[...] pode ser entendida como uma medida que alcançava as famílias, já que era voltada aos trabalhadores urbanos e pensada enquanto possibilidade de satisfação das necessidades básicas das famílias destes”. Mas nem todas as famílias recebiam o mínimo salário. Mesmo durante e após as promessas nacional

desenvolvimentistas²⁹: “Seu programa de governo dava voz a uma nova e entusiástica condição de ser brasileiro que poderia contribuir para reparar as injustiças de uma herança histórica de miséria e desigualdades profundas, e serviria para abrir as portas da modernidade” (Schwaecz; Starling, 2018, p. 417). No Diário de Pernambuco, apenas durante a década de 1960, os exemplares disponibilizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN) mencionavam 3.517 vezes o termo *Salário Mínimo*. Em uma das matérias, negava-se a possibilidade de evolução das remunerações: “O presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Borracha, sr. Santana de Oliveira, acentuou que a simples propagação daquela idéia <<vale como um novo aviso-prévio para futuros aumentos de preços>>” (Não [...], 8 jan. 1960).

As desigualdades se mantinham, e os que dependiam de vendas eram colocados como empecilhos para a redução dos preços de alimentos proposta pelo Comercio Organizado de Alimento Popular (COAP), durante a década de 1960. Os pedidos para a redução de preços mostravam-se recorrentes, no Diário de Pernambuco, visto que 37 das notícias apresentavam o tema, e dessas 14 tratavam de alimentos. Em 18 de março de 1965, o mesmo jornal colocava medidas estabelecidas por Recife: “[...] o representante da SUNAB³⁰ manetrá contectos com o Sindicato dos Industrias Farmaceuticas do Recife e representantes do comércio varejista e atacadista, para assegurar o fiel cumprimento das resoluções referentes ao congelamento dos preços” (Sunab [...], 18 mar. 1965). No Nordeste, “[...] sr. Arnaldo Peixoto, após observação a venda de gêneros de primeira necessidade no interior do Rio Grande do Norte e Paraíba, retornou ao Recife, informando que a ação da SUDENE³¹, nestes municípios, causou redução de preços da ordem de 30%” (Sudene [...], 26 abr. 2023).

A redução do custo de vida parecia necessária para o acesso de muitos a alimentação básica, de acordo com uma notícia publicada ainda no Diário de Pernambuco de 6 de janeiro de 1960: “[...] prefeito da cidade vem tentando tabelar os preços da carne verde, com os abatedores de gado do município, alegando que os preços, que estão cobrando, são justos e nenhuma redução podem sofrer, sob pena de ocasionarem prejuízos sérios aos comerciantes” (Preços [...], 6 jan. 1960). A matéria continua: “Os prefeitos de cidades do interior não têm poderes legais para tabelar os preços dos gêneros de primeira necessidade, segundo informação prestada pelo sr.

²⁹ Período de Juscelino Kubitschek (1956-1959).

³⁰ A Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) foi criada em 1962, por meio de um decreto de nº 5, de 26 de setembro de 1962, e foi extinta em 1997, pelo decreto de nº 2.280 (Brasil, 24 jul. 1997).

³¹ Sigla para: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Moacir André Gomes, chefe da Fiscalização da COAP, é um marcante do município de Goiana” (idem). O sindicalista sr. Santana de Oliveira, afirmava reconhecer que “<<nem o dobro do atual salario minimo resolveria a situação dos trabalhadores nas atuais condições economico-financeiras do País>>” (Não [...], 8 jan. 1960). E alertava ainda: “[...] nem mesmo por interesse político, o govêrno da República poderia elevar, nos próximos meses, os niveis salariais” (idem).

Nesse contexto, em 29 de janeiro do ano seguinte, o Diarrio de Noticias apresentava União dos Palmares como uma das 23 cidades contempladas, pelo Ministério da Agricultura, com um armazém comercial: “Alagoas, em Palmeira dos Índios, União dos Palmares e Maceió (11.800 t)” (470 Milhões [...], 29 jan. 1961). Um entre três dos municípios alagoanos: “Os armazéns para cereais, construídos através da COTRINAG³² e com administração da Divisão de Obras, cobrem uma área total de 53 mil metros quadrados, enquanto os armazéns-mercados contam com uma área de mais de mil metros quadrados” (idem). A industrialização e a agricultura exigiam braços fortes em ação para o desenvolvimento nacional. Inspiração buscada em outros países: “Um Congresso Internacional Técnico de Maquinismo Agrícola, organizado pelo Sindicato Geral dos Construtores de Tratores e Maquinas Agricolas, da França, será levado a efeito dos dias 2 a 7 de março, em París” (Congresso [...], 29 jan. 1961), e “[...] conta com o patrocínio do Primeiro Ministro francês e tem como principal objetivo elevar o nível dos trabalhos do campo e, particularmente, ajudar aos países em desenvolvimento” (idem).

Todavia, nesse momento da história brasileira, havia o desejo de romper com os Estados Unidos (Schwaecz; Starling, 2018), conjuntura distinta da que se via em décadas anteriores (idem). Uma das preocupações dos sindicatos, quando espalhavam a notícia de evolução dos salários, era a redução das oportunidades de emprego: “3) Um novo salario mínimo no momento poria em risco a existência de pequenas e médias industrias, provocando o desemprego. 4) As condições econômico-políticas poderiam ser agravadas com uma nova campanha de revisão de salario minimo” (Não [...], 8 jan. 1960). No Nordeste, de acordo com Paulo Fontes (2008), as condições continuavam levando a migração de pessoas para os bairros periféricos de São Paulo, entre os quais estava São Miguel Paulista. O supracitado autor constatou que não era apenas o desejo por salários que levava as pessoas a essa decisão, mas a possibilidade de efetivação da

³² Sigla para: Comissão de Organização da Triticultura Nacional e Armazenamento Geral.

cidadania: garantia de direitos trabalhistas; acesso a assistência hospitalar; melhor educação escolar (idem).

Maria Mariá contava 36 anos de existência em 1953 e publicava o primeiro texto que localizei durante essa pesquisa, no Jornal de Alagoas. Uma crônica que recebeu o título: Decadencia (Sarmiento, 20 set. 1953/Silva, 2021f). Desde então, o jornalismo parece ter lhe feito projetar-se nacionalmente, como constatei em outro momento (Silva, 2021a). Ela publicava em uma página destinada aos municípios, e representava a sua cidade de origem. Mas essa não foi a única atividade exercida pela protagonista. Ela também foi docente e iniciou o exercício do magistério na zona rural, momento do qual pouco ou nada se tem em registros localizados. Francisco Barros (2005), Enaura Silva e Edilma Bomfim (2007) apontaram, em dicionários biobibliográficos, apenas o que dizia o senso comum. Por percepção de que muito do que foi Mariá decorre do contato que ela estabeleceu com seu ambiente de origem, ao mesmo tempo que esse ambiente também dependeu de sua atuação, nesse capítulo busco apresentar a cidade de União dos Palmares por meio do seu olhar. Assim, vou mostrando como o *habitus* interiorano se desvela por meio dos registros por ela deixados. Portanto, indago: **Como a memória material produzida por Mariá, confrontada com outras, desvela características palmarinas comuns na segunda metade do século XX?** Atento, para tanto, nesse primeiro momento escriturário posterior ao introdutório, ao grupo que denomino de: pessoas do interior. Esse recebe influências da sua herança latifundiária, e por tal motivo vou abrindo caminhos para a reflexão que será aprofundada no terceiro capítulo da dissertação.

Trabalho, neste capítulo, com seis dos conceitos indicados em introdução: **habitus** e **campo** (Bourdieu, 1989); **lugar** (Santos, 2005a); **cidade** (Perrot, 2018); **gênero** e **classe** (Scott, 1995, 2011). Ora também os coloco como categorias de análise. Todos colaboram, conjuntamente, com a apresentação de como se deu a construção identitária de Maria Mariá, ao tempo que mostram as particularidades daquele interior quando comparado com outros. Ressalto que quando discorria sobre Paris, Michelle Perrot (2018, p. 121) recordava: “A cidade é um mercado, uma floresta onde se pode caçar furtivamente, e aí se sobressaem principalmente as mulheres e crianças. A cidade é um teatro de mil ‘galinheiros’”. É o ambiente de encontro de muitas vidas em contradição, e imersas no caos da desordem social. Misturam-se tantas categorias, que as vezes não as conseguimos perceber sem aproximação do olhar. Existem mecanismos que provocam um modos de: agir, pensar, ser, sonhar. É um ambiente que delimita ou

amplia perspectivas particulares e coletivas. Depende de onde se está: “Não distinguiríamos entre unidade e diversidade, se não soubéssemos que a unidade é o próprio do Planeta e da História, e a diversidade é o próprio dos Lugares” (Santos, 2005a, p. 158). Uma diversidade de pessoas que incorporam de formas diferentes os costumes, e constroem identidades: “[...] cada lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional. É assim que os subespaços existem e se diferenciam uns dos outros” (Santos, 2005a, p. 159). Diferenciam-se pelas pessoas que os ocupam.

Os protagonistas que deixaram por escrito suas memórias são encontrados por meio disso, como ilustrado pelo então ex-funcionário da cidade palmarina: “Eis aí. Já me referi alguma vez ao episódio. Foi há mais de vinte anos, realmente, que ao jornalista mal-e-mal iniciado em literatura e no curso de uma experiência de órgão do Ministério Público na velha União dos Palmares, terra de Jorge de Lima” (Lima, 30 out. 1960). Outros existiram anonimamente e os arquivos registraram as suas memórias por meio de letrados, como bem mostraram alguns historiadores (Ginzburg, 2006; Davis, 1987). Até aqueles que estavam dentro de grandes eventos: “Para fazer falar um moleiro italiano com ideias muito importantes sobre as forças criadoras do universo, Ginzburg teve de resgatar essa voz em meio a uma documentação hostil ao réu” (Karnal; Tatsch, 2009, p. 17). Trabalhamos em meio a mortas vidas: “O arquivo é excesso de sentido quando aquele que o lê sente a beleza, o sombrio e um certo abalo emocional. Esse lugar é secreto, diferente para cada um, porém, em todo itinerário ocorrem encontros que facilitam o acesso a ele e, sobretudo, à sua expressão” (Farge, 2017, p. 36).

Os arquivos, nesse primeiro momento, distinguem-se por categorias ao mostrarem-se virtuais e físicos, e neles foram localizados documentos públicos (oficiais) e íntimos. Confrontarei, portanto: mapa, fotografias, jornais, livros memorialísticos, legislação. Buscarei captar o modo de viver da cidade de União dos Palmares, a ponto de mostrar como essa apresenta uma expressão cultural própria: “[...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *bexis*, indica a disposição incorporada, quase postural -, mas sim de um agente em ação” (Bourdieu, 1989, p. 61). Um *habitus* que se desvela por meio da escrita da protagonista, ao mesmo tempo que contribuiu com a sua construção.

A escrita, neste capítulo, é organizada em três seções: *Das questões de um estado ao estado de uma questão: peculiaridades do Lugar*, quando apresento os jornais

que mencionam União dos Palmares em 1960, confronto as informações neles existentes com os dados geográficos do mesmo período e coloco os seus personagens divulgados nas notícias; *As vidas e dias comuns: um pouco das vidas na estrutura*, quando vou mostrando por meio da escrita e imagens produzidas por Mariá, as pessoas comuns com pequenos ou grandes feitos, e os comentários a elas dirigidos; *Entre heroicos vilões: indicações de um modo de ser em nomes de lugares*, construído pela apresentação dos feitos de alguns personagens e das homenagens a eles atribuídas, com a aplicação de seus nomes nos diferentes espaços do pequeno município. O capítulo vai da globalidade do interior, por meio dos registros deixados por Mariá, trazendo os personagens que ela visibilizava e criticava, e mostra, por fim, como esse ambiente possui um modo próprio de ser e de expor o que nele se encontra.

2.1. Das questões de um estado ao estado de uma questão: peculiaridades do Lugar

União dos Palmares, cidade situada na Zona da Mata de Alagoas, de acordo com o Relatório escrito por Manuel Balthazar Pereira Diégues Júnior (1944) na primeira metade do século XX, era um dos 9 municípios em tal localidade. Na década de 1960 fazia fronteira com: Santana do Mundaú, São José da Laje, Ibateguara, Matriz do Camaragibe, Murici. Estava entre as quatro cidades com maior população, e perdida apenas para Maceió, capital do Estado (imagem 1). Em 1940, contava com 1.940 propriedades rurais, e em 1942 somava 83 estabelecimentos industriais. O valor estimado da sua produção agrícola, no último ano citado, equivalia a 14. 568.225 Cr\$. Sendo essa produção a maior do estado no citado ano, e estando seguida por São José da Lage com 11.566.100 Cr\$. O produzido pela indústria, no mesmo período, também era significativo, embora se colocasse na 12ª posição quando comparado a outros, mantendo o quantitativo de 3.442.654 Cr\$ (Júnior, 1944). Preservava, em 1940, área correspondente a 980 km², território superior a Maceió que ocupava 367 km² (idem).

Em 19 de janeiro de 1960 (terça-feira), o Correio da Manhã apresentava atualizadas informações demográficas sobre Alagoas: “A atual população alagoana, segundo estimativas do Laboratório de estatística do IBGE, não deveria ser muito superior a um milhão e duzentos mil habitantes: 1.241.000 a 1º de julho de 1959, 1.250.000 a 1º de janeiro de 1960” (Demografia [...], 19 de janeiro de 1960). E acrescentava: “As previsões para o 1º de julho de 1960 são de 1.259.000 habitantes. A confirmarem-se, isso quer dizer que no atual período intercensitário o crescimento

demográfico de Alagoas – que tinha 1.093,137 habitantes em 1950 terá sido inferior a 200 milhares” (idem). População abastecida pelo Rio Mundaú.

As características geográficas e históricas, lá existentes, inspiravam os artistas: “Serra da Barriga!/Te vejo da casa em que nasci” (Lima, 2016a, p. 134). Assim como as pessoas comuns em suas ações rotineiras: “As cantigas lavam a roupa das lavadeiras/As cantigas são tão bonitas, que as lavadeiras/ficam tão tristes, tão pensativas!” (Lima, 2016, p. 141). Ações, também captadas por quem as observava de longe, em 26 de novembro de 1975 (imagem 2). As lavadeiras parecem ter feito parte das paisagens presentes na cidade palmarina, durante o século XX, como ilustra a fotografia e os textos locais atentos a essa característica citadina. Os que lá nasciam, também registravam as suas memórias de infância (Cavalcanti, 1972). E os não nascidos, percorriam sobre fenômenos marcantes, com as devidas cronologias:

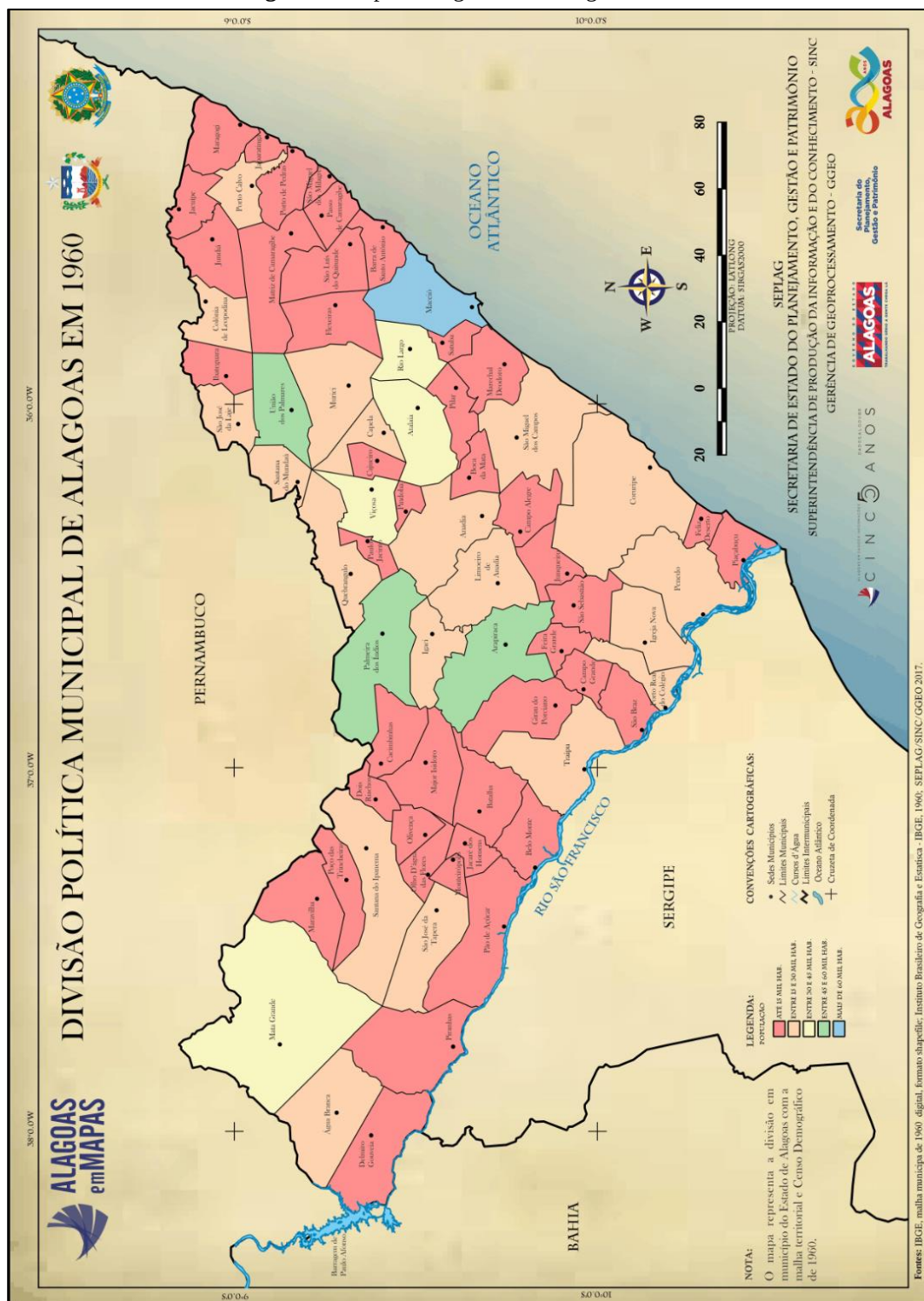
Chamou-se sucessivamente Macacos, Santa Maria Madalena e Vila Nova da Imperatriz, recebendo em 1889 o nome de União, não se sabendo o motivo. **Em 1944 passou a denominar-se União dos Palmares, relembrando o acréscimo feito a circunstância de ter existido no seu território o quilombo dos Palmares.** Vila criada por decreto do Govêrno Geral de 13 de outubro de 1831 e desmembrada da de Atalaia. Seus fundamentos remontam aos ' fins do século 18 com o nome de Macacos, que depois se tornou conhecida por Santa Maria. Em 1875 a Res. n. 681, de 24 de abril, transferiu a sede do Município para a vila de São José da Laje que criou; o que não se efetuou, sendo revogada depois por lei n. 733, de 3 de julho de 1876. A lei o. 737, de 7 de julho de 1876, criando de novo a Yila de São José da Laje, dizia nela fosse estabelecida a sede do Município da Imperatriz, o que também não se efetuou apesar de instalada a vila e Município de Laje. Foi elevada à categoria · de cidade por lei n. 1 113, de 20 de agosto de 1889. Foi denominada União por decreto n. 46, de 25 ele setembro de 1890. De seu Município foram tirados 011 da Yila de Murici em 1872, e de São José da Laje em 1876 (Junior, 1944, p. 51, grifos meus).

Na década de 1960, o município contava 20 anos com o mesmo nome. Ainda de acordo com notícia publicada no Correio da Manhã: “No último recenseamento, mais de um décimo dos efetivos populacionais do Estado (.....120.908 habitantes) estava concentrado no Município da Capital, o único a abrigar mais de 100.000 almas” (Demografia [...], 19 de janeiro de 1960).

O interior palmarino era um dos que mantinha maior número de habitantes durante a década: “Dos 37 Municípios em que então se dividia a Unidade (hoje possui 56), apenas mais quatro – Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, União dos Palmares e Viçosa – tinham mais de 50.000 habitantes” (Demografia [...], 19 de janeiro de 1960). De acordo com a representação cartográfica, ele estava entre os três

municípios com maior população de Alagoas (imagem 1). Isso pode ter interferido no número de menções feitas nos jornais de outros estados e regiões.

Imagem 1 - Mapa demográfico de Alagoas em 1960.



Autor: IBGE; **Ano:** 2017; **Acervo:** Alagoas em Mapas.³³

³³ O mapa pode ser encontrado por meio do link: <https://dados.al.gov.br/catalogo/en/dataset/mapas-historicos-do-estado-de-alagoas/resource/909c2142-d8d8-4bb7-8224-eee6c52eae09>.

Apenas no Diário de Notícias do Rio de Janeiro, foram localizados 10 textos atentos ao lugar. A esse unia-se o Correio da Manhã, com 16 menções, e o Diário de Pernambuco, com 475 ocorrências. Algumas das matérias presentes nos dois primeiros, informam sobre as verbas recebidas para alguns projetos: “Para o abastecimento de água, rede de esgoto ou escolas, Maceió receberá a verba de Cr\$ 50 milhões: Penedo, Cr\$ 8 milhões; União dos Palmares, Cr\$ 8 milhões, assim como Palmeira dos Índios” (Govêrno [...], 3 jun. 1961). Um ano antes, de acordo com a lei de n. 128, publicada em 28 de abril de 1960, foi conquistado pela cidade um crédito para pagamento de um abono emergencial a população, assinado por: Breno Bahia Maia Gomes, Arnaldo Sarmiento de Azevêdo e José da Cunha Machado Pedroza (Silva, 2022). O nome dos supracitados personagens, não apareceram nos jornais analisados. No jornal pernambucano chama a atenção o número de assassinatos que, de acordo com as matérias, foram cometidos durante disputas territoriais na terra de Zumbi.

Cabe ressaltar que a partir de 23 de junho de 1960, parte da sua área veio a ser desmembrada: “O governador Muniz Falcão sancionou lei da Assembleia Legislativa que cria o Município de Mundaú Mirim, desmembrado de União dos Palmares. A sede da nova comuna será Santana do Mundaú e seus limites vão até a fronteira de Pernambuco” (Noticias [...], 23 jun. 1960). As duas cidades ribeirinhas eram apresentadas unidas a outras, como afetadas pela enchente, em 1962: “De Alagoas, conta a agência Telepress que as águas do rio Mundaú, que provocaram inundações nas cidades de União dos Palmares e Murici, começaram a baixar, desde ontem, passando a inundar cidades localizadas mais abaixo, como Rio Largo e Satuba” (Viação [...], 5 jul. 1962). Luiz Cavalcanti, então governador de Alagoas, declarava estado de calamidade: “[...] assinou decreto estabelecendo o estado de calamidade publica em Alagoas, em face da maior enchente já verificada neste Estado. Transbordando vários rios e a lagoa de Mundau, trazendo assim o flagelo à população ribeirinha” (Estado [...], 6 jul. 1962). Embora se saiba que o flagelo não tinha início, em tal localidade, pelo advento da tragedia (Silva, 2021a), é possível concordar que o fato o agravava. O fenômeno veio a se repetir, como registrado por Maria Mariá, em 1964 (imagem 3).

Imagem 2 - As lavadeiras no Rio Mundaú.



tora: Maria Mariá; **Ano:** 1975; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

Imagem 3 - Enchente do Rio Mundaú em União dos Palmares.



Autora: Maria Mariá; **Ano:** 1964; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

Na fotografia arquivada por ela, uma família ribeirinha aparece ilhada pela invasão das águas do Rio Mundaú. Cenário que parecia comum no período de elevação da frequência de chuvas locais. Durante a década de 1964, os jornais consultados não comentaram a existência da enchente desse ano. Foram localizadas notícias com um novo desastre natural, apenas em 1962: “O transbordamento dos rios Mundaú, Canhoto e Beberibe, principalmente o primeiro, como consequência das últimas chuvas caídas no território alagoano, causaram prejuízos consideráveis aos municípios de Branquinha, Murici e União dos Palmares” (Projeto [...], 7 ago. 1964) e fizeram manter “[...] o isolamento da área entre o povoado de Itamacaré e o município de São José da Lage, nas fronteiras com o Estado de Pernambuco” (idem). A data na fotografia encontrada entre pertences da professora Maria Mariá, pode estar equivocada. Ao mesmo tempo, também pode ter ocorrido uma enchente menos divulgada pela imprensa no contexto ditatorial (Schwaecz; Starling, 2018; Fausto, 2018).

Entre os anos iniciais de repressão da década de 1960, o Diário de Pernambuco apresentava União dos Palmares, apenas, em anúncios de empresas automotivas. De todo modo, nos dois meses antecedentes ao golpe, esse mesmo periódico indicava uma matéria informando a oferta de assistencialismo: “No setor de Saúde e Assistência Social o ponto de maior relêvo é o Plano de Habitações Populares. Até agora o Govêrno do Estado já entregou ao povo cerca de 500 casas populares, na capital e no interior” (Paz [...], 1 fev. 1964), atendendo as “[...] cidades de Maceió, Murici, Branquinha, Santana do Mundaú e União dos Palmares” (Idem). Em março, a entrega das casas era registrada: “[...] a inauguração da Vila Pesidente Kennedy, em Maceió, e a entrega ao povo de casas populares em União dos Palmares” (Embaixador [...], 27 mar. 1964).

A *United States Agency For International Development* (USAID³⁴)-Nordeste apresentava, em relatório publicado em 3 de novembro de 1968, os gastos com as casas populares:

Relatório da USAID/XI recentemente editado, nos indica que de 1962 até junho de 1968, essa Agência, em convênio com órgãos brasileiros de habitação, concedeu 181.300 dólares, acrescidos de 4.421.700 dólares do chamado “Fundo do PL-480”, num total de 4.603 mil dólares, na área do

³⁴ É uma agência dos Estados Unidos que busca colaborar com outros países no desenvolvimento de ações voltadas a assistência econômica e política, desde a sua fundação em 1961 (Ribeiro, 2009). Alguns autores foram notando, por meio de investigações recentes, que no decorrer da história ela foi responsável pelo que denominaram de infiltração do imperialismo no Brasil, em contextos ditatoriais, além de pretender voltar os interesses do Ensino Superior a produção industrial e agrícola. Em 1965, foi estabelecido um convenio entra a USAID e a Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação – MEC (idem).

nordeste. Dos acordos, houve contrapartida em cruzeiros, num valor estimado de 747.246 dólares, resultando uma global de 5.350-246 dólares, sob a rubrica de habitação e desenvolvimento urbano (Cifras [...], 3 nov. 1968).

Como reconhecido por um leitor de poesias: “Terra triste e abandonada, gente melancólica e alegre, que Jorge de Lima sentiu fraternamente, cristãmente, compreensivamente³⁵” (Junior [...], 4 nov. 1960, p. 4). E recordava-se em década anterior que a natureza não era a única responsável pelo mal estar da população desvalida: “Para infelicidade nossa, o número de mendigos cresce assustadoramente nas ruas desta cidade que caminha a passos largos para um futuro promissor” (Sarmiento, 6 jun. 1954/Silva, 2021l, p. 172). Esse mal estar era estrutural. Decorria da miséria provocada pela disparidade de classes, na sociedade capitalista (Silva, 2021a). Agravavam-se nos tempos de ditadura (Schwaecz; Starling, 2018; Fausto, 2018).

É possível recordar, ao contatar casos como esses, do pronunciamento feito pelo jovem Antonio Gramsci, em escrito jornalístico de 11 de fevereiro de 1917, ao dizer ser, na Itália, o inconformismo um passo importante para as transformações necessárias à sociedade: “Não podem existir os que são apenas *homens*, estranhos à cidade. Quem vive verdadeiramente não pode não ser cidadão, assumir um lado. Indiferença é apatia, parasitismo, velharia, não é vida. Por isso, odeio os indiferentes” (Gramsci, 2020d, p. 31). Nem todos manifestaram inconformismo com a condição palmarina. Maria Mariá mostrou-se uma das poucas, na cidade de União dos Palmares. Muitos foram indiferentes, no decorrer da história. Essa postura “opera passivamente, mas opera. É a fatalidade; é aquilo com o que não se pode contar; é o que interrompe os programas, subverte os melhores planos; é a matéria bruta que se rebela contra a inteligência e a sufoca” (idem). A indiferença nem sempre está explícita. Ela opera na ausência de observação para o que causa os problemas sociais.

Alguns políticos podem ter sido indiferentes aos problemas causados pela Ditadura Militar, pelo que indiciam as informações localizadas, como parece ter ocorrido com Antônio Gomes, quando se vinculou ao partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA), em 23 de novembro de 1966:

Pela ARENA estão eleitos: Alonso de Abreu Pereira (Arapiraca), Aderval Tenório (Santana), Antenor Serpa (Delmiro Gouveia), **Antonio Gomes de Barros (União dos Palmares)**, Aroldo Loureiro (Matria de Camaragibe), Areski Freitas (Murici), Edmundo T. Donato (Pôrto Real de Colégio), Eraldo

³⁵ Nem todos interpretaram Jorge de Lima como um piedoso (Silva, 2020). De acordo com Maria Mariá, ele não colaborou com a criação da Biblioteca Pública que hoje recebe o seu nome na cidade de União dos Palmares (idem).

Malta (Mata Grande), Guelherme Palmaeira (Maceió), Gilberto Sarmento (São Luiz), Henrique Equeiman (Maceió e Penedo), João Toledo (Capela-Cajueiro), José Tavares (Junqueiro-Maceió), José Lúcio de Melo (Arapiraca), Machado Lobo (Penedo-Piaçabuçu), Miguel Torres (Água Branca), Nelson Costa (Cururipe-Igreja Nova), Remi Maia Jesus (Junqueiro-Maceió), Teobaldo Barbosa (Maceió-Paulo Jacinto-Viçosa) e Luiz Tavares (Traipu), Pelo MDB, estão eleitos: Alcides Muniz Falcão (Maceió), Antonio Amaral (Major Isidoro), Antonio Lopes de Almeida (Rio Largo), Daynei Torres (S. Miguel), Luiz Coutinho (Coruripe), Moacir de Andrade (Penedo), Roberto Mendes (Palmeira-Maceió) e Rubens Canuto (Capela-Cajueiro) (Arena [...], 23 nov. 1966, p. 9, grifos meus).

Os que conviveram com o partido ARENA, pacificamente, podem ter compactuado com essa indiferença, mesmo esse pacto parecendo decorrer de suposta incompreensão do significado da ditadura. Durante a década de 1960, não se sabe especificamente o ano, o supracitado político aparecia em meio a um grupo de generais em fotografia, e Maria Mariá estava ao seu lado (imagem 4). A professora é a única mulher que pode ser identificada pela utilização de óculos escuro, com os braços colocados um sobre o outro. Ela aparenta manter-se confortável em meio aquelas pessoas. Antônio Gomes de Barros está posicionado ao seu lado direito.

Na imagem também pode ser identificada a presença de Luiz de Sousa Cavalcanti, governador de Alagoas durante a década de 1960. O último está na frente da personagem, com a mão apontada para a cabeça. Não se sabe exatamente o motivo nem a ocasião do evento. Sabe-se que o envolvimento da personagem com representantes de variados partidos não se distancia do que já se sabe sobre a sua trajetória (Silva, 2021a). Ela foi a autora de muitos dos discursos proferidos por candidatos a cargos públicos (Barros, 2005), incluindo esse.

Embora a imagem aparente ser uma contradição, quando colocada em contraste com alguns dos textos publicados pela autora de uma escola de prosas (Silva, 2021a), é possível dizer que ela pode ter convivido com autores de projetos repressivos, pela limitada noção do significado de uma organização partidária, visto que em alguns escritos se disse alheia a partidos (idem). Valorizou muito o assistencialismo, independentemente de onde ele derivasse. Há contradição em todos os participantes desta e de outras histórias.

Imagem 4 - Maria Mariá entre os Militares e ao lado de Antônio Gomes de Barros.



Autora: Desconhecido; **Ano:** Desconhecido; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

Além dos projetos, em uma notícia divulgada no dia 2 de junho de 1960, Antônio Gomes foi definido como o mandante de um ato consequente na morte de um trabalhador rural: “Mediante a apresentação da orelha da vítima, o fazendeiro Antônio Gomes lhe pagou os restantes quatro mil cruzeiros” (Macabra [...], 2 jun. 1960). A matéria indicava que ele pagava para Edgard Bodoque da Silva, Cr\$ 8 mil pelo feito³⁶. Ainda de acordo com a reportagem, foi em 1955 que o último, com seus irmãos, “[...] tomou conhecimento de que o fazendeiro Antonio Gomes mantinha <<negociatas>> com pistoleiros profissionais e amadores, motivo pelo qual resolveu tentar conseguir um <<serviço>>” (idem). Mesmo após a divulgação do caso, o fazendeiro parece ter continuado a ocupar cargos públicos. Isso pode levar a variadas interpretações leitoras. Considerando-se que as informações divulgadas pela imprensa ocorreram em momentos variados, incluindo os meses de campanhas políticas, não se sabe quais as hipérboles ou lacunas presentes nessas matérias.

Em 1 de fevereiro de 1961, era anunciada a nova função do político junto ao Governador Luiz Cavalcanti. Esse, por sua vez, prometia acabar com as injustiças locais: “Eis o secretariado do sr. Luiz Cavalcanti: Govêrno - José Porciúncula, Fazenda

³⁶ Não existe, nessa dissertação, a intenção de fazer julgamentos ao personagem. Mas sim, de apresentar as informações levantadas em jornais. Não se sabe, até o momento de publicação desse texto, se as situações mencionadas na matéria citada, foram julgadas no período. Também não se sabe se os jornais apresentam os dados com total veracidade, por esse motivo as informações são confrontadas com outras.

– Aucio Chagas; Segurança – major João Mendes; Viação e Obras Públicas – major Hélio Bento de Oliveira; Saúde – Armando Salgado Lages; Agricultura – Antônio Gomes de Barros” (Novo [...], 1 fev. 1961, p. 5). Ele foi, de acordo com textos memorialísticos, um menino nascido em um engenho (Filho, 2012), que se tornou agricultor, fazendeiro e político. Marcadores que dialogam na tentativa de percepção do que foi a sociedade palmarina.

2.2. As pessoas e dias comuns: um pouco das vidas na estrutura

“É na vida cotidiana que a História se desvela ou se oculta” (Martins, 2008, p. 12).

De acordo com o que as notícias parecem indicar, os casos de mortes, aparentemente relacionados com disputas territoriais, pareciam parte da rotina interiorana. Por assim ser, aparentemente não causavam estranhamento em muitos dos palmarinos. Provavelmente porque as políticas assistencialistas de latifundiários eram maximizadas diante da miséria vigente no interior de Alagoas. Na contemporaneidade, as produções memorialistas definem Antônio Gomes como uma pessoa ilustre e sensível aos pobres: “Sua escala de valores não se detinha na condição social, no status ou na riqueza de ninguém. Afeiçoava-se as pessoas pelo que elas representavam de bom, de positivo” (Filho, 2012, p. 30). Não obstante estava a opinião de Maria Mariá: “[...] quando prefeito deste município, prestou à noss comunidade inúmeros benefícios e seria um nunca acabar enumera-los aqui. Basta, portanto, que o povo palmarino deles tire proveito para os anos que hão de vir” (Sarmiento, 20 mar. 1955/Silva, 2021z, p. 183). Em 20 de março de 1955, a última solicitava a atenção do político, quando deputado, à cadeia pública citadina:

Não somos um povo exigente e nem falto de compreensão. O que nós queremos, é que V. Exeia., paulatinamente, e dentro de suas possibilidades, consiga para esta gente o que esta gente precisa de essencial. Exemplificando: o S.O.S. a que me refiro amima, é para que, na Assembléia, sua voz amiga se faça ouvir, pedindo aos poderes públicos que voltem os olhos para o lastimavel estado em que se acha a Cadeia Pública desta cidade. Esta casa de correção, é mais que uma vergonha, é u’a mancha negra a obstruir a boa marcha do progresso desta gente que tem fumaças de civilizada. É de seu inteiro conhecimento, que Sua Excelencia, o Governador do Estado, em uma de suas visitas a este município, teve oportunidade de penetrar no cárcere imundo de que ora lhe falo. Saiu de lá assombrado com a meseria que viu entre aquelas quantro paredes o tempo e a falta de higiene denegram (Sarmiento, 20 mar. 1955/Silva, 2021z, p. 183-184).

A professora não negava a relação de amizade cultivada com o conterrâneo, em outros escritos: “Peço perdão ao ilustre deputado e também meu amigo Antonio Gomes de Barros, pela insistência com que volto ao assunto, mas é em sua pessoa que nós depositamos a esperança de ver estes dois sérios problemas resolvidos com a máxima brevidade” (Sarmiento, 15 maio. 1955/Silva, 2021r, p. 192). Ela não era a única palmarina partidariamente conservadora. O poeta **Jorge de Lima**, durante a década de 1940, também chegou a compor a União Democrática Nacional (UDN³⁷) (Condema [...], 30 abr. 1948; Acôrdo [...], 18 maio. 1948), mesmo partido no qual Antonio Gomes iniciou a carreira política. Uma organização partidária que se colocou contrária a anistia sugerida após o Estado Novo (Protestam [...], 14 set. 1945)³⁸.

Anistia essa, que viria a libertar presos políticos como Luís Carlos Prestes³⁹: “O homem que caminhou até o portão lateral da penitenciária, com a fisionomia contraída, e partiu, depressa, de carro, estava pálido, magro e envelhecido; não sabia muito bem o que acontecera com sua companheira Olga Benário” (Schwaecz; Starling, 2018, p. 388). Recordemos que Olga havia sido morta no campo de concentração, na Alemanha Nazista, e o fenômeno foi anunciado pelo jornalismo brasileiro (Silva; Machado, 2022). Luís Carlos Prestes também não “[...] conhecia a filha de ambos, Anita, resgatada, aos catorze meses, pela avó, por força de uma formidável campanha internacional, de dentro de uma prisão nazista – Anita vivia com as tias, em Moscou” (Schwaecz; Starling, 2018, p. 388). Somado a isso, os udenistas anunciavam agressões sofridas por pessoas públicas e comuns, expondo os desafios da época:

De Maceió, recebeu a União Democrática Nacional o seguinte despacho: ‘Maceió. – Soldados de Polícia invadiram na noite de ontem, a propriedade do nosso correligionário dr. **Mario Gomes de Barros**⁴⁰, membro do Diretorio Estadual, varejando ainda a casa de seu irmão, **Orlando Gomes**, proprietario em União dos Palmares. O fato provocou indignação geral. O

³⁷ O posicionamento de Jorge de Lima era melhor compreendido porque ele colocava-se como parte da UDN após a Ditadura de Estado, imposta por Getúlio Vargas. Essa ditadura conhecida como Estado Novo, foi responsável pela repressão a muitos artistas e educadores, como ilustram os casos das três mulheres assinantes do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932 (Silva; Machado, 2022), sobretudo o de Cecília Meireles (idem).

³⁸ Nesse período, Gilberto Freire era um outro intelectual que fazia parte da UDN: “Saudações cordiais – Padre Felix Barreto, presidente do Conselho Deliberativo; Gilberto Freire, presidente da Esquerda Democrática; Ângelo Sousa, presidente da Comissão Executiva; Domingos Vieira, presidente da Comissão de Assistencia Plítica” (Protestam [...], 14 set. 1945). É interessante ressaltar que ser opositor a Getúlio Vargas, nesse momento, “[...] podia ter vários significados: combater o Estado Novo, levantar a bandeira da democratização do país ou professar o credo liberal” (Schwaecz; Starling, 2018, p. 392). A UDN era capitaneada por Carlos Lacerda (idem).

³⁹ Ele chegou a apoiar as ideias de Getúlio Vargas, com demais comunistas, após o Estado Novo (Schwaecz; Starling, 2018, p. 392).

⁴⁰ Atualmente, o personagem dá nome a uma escola estadual do município.

nosso correligionário dr. **Luiz Coutinho**, foi ontem solto quando já havíamos requerido ‘habeas-corpos’ ao Tribunal (a.) – **Rui Palmeira**, secretario geral da U.D.N. de Alagoas’ (Vigilante [...], 14 set. 1945, grifos meus).

Mario Gomes de Barros e Rui Palmeira se mantiveram vinculados ao partido até a morte. O primeiro foi suplente do segundo no senado (A revolução [...], 19 dez. 1968). No anúncio fúnebre do último, foi descrito um fragmento do seu trajeto: “Foi deputado federal, sob a legenda da antiga UDN, de 1946 a 1954. Participou da Associação Nacional Constituinte. Durante sua passagem pela Câmara, exerceu a vice-liderança do seu partido, tendo integrado naquela Casa do Congresso” (Rui [...], 17 dez. 1968). Além disso, ele foi: “[...] membro da Ordem dos Advogados do Brasil; do Instituto dos Advogados de Alagoas; da Associação Alagoana de Imprensa; e do Centro de Estudos Econômicos de Maceió” (idem). Schwaecz e Starling (2018, p. 392) fizeram uma colocação contundente, ao discorrerem sobre o que foi tal partido após 1945: “Quem não arredou o pé da UDN desenhou seu perfil definitivo: um partido conservador, moralista, antidemocrático e com indisfarçável vocação golpista”. Isso ficou mais claro, quando muitos dos seus integrantes passaram a fazer parte da ARENA (idem).

Embora tenha sido definida, por alguns, como udenista e comunista, duas correntes opostas, Maria Mariá disse não ter aderido a organizações partidárias (Silva, 2021a). Mas em um texto comemorava evolução da capacidade crítica do eleitorado: “[...] aqui está um caso: numa das últimas urnas abertas nesta cidade, um eleitor escreveu, no seu voto, que não servia de escada para ninguém subir” (Sarmiento, 12 out. 1958/Silva, 2021h, p. 258). E completava: “Se a coisa continua neste crescendo, é bem provável, que em um futuro bem próximo tenhamos 50% ou mais de abstenção dos brasileiros que votam, espontâneos ou coagidos” (idem). Ela mostrava, nas breves palavras, a capacidade de alguns conterrâneos expressarem a consciência crítica aos problemas constitutivos da realidade nacional. Algo já comum no Brasil da época, muitas vezes impulsionado pela influência do ISEB⁴¹, em âmbito nacional (Mainardes, 2015), e da imprensa em algumas localidades. Destaco, por exemplo, a função do Jornal de Alagoas, em âmbito estadual (Alagoas, 1988).

⁴¹ Instituição composta por assinantes do Manifestos dos Educadores, de 1959 (Azevedo, 2006a; Silva, 2021a), e autores da coleção: Cadernos do Povo Brasileiro (Mainardes, 2015, 104): “Álvaro Vieira Pinto escreveu ‘Por que os ricos não fazem greve?’, Nelson Werneck Sodré: ‘Quem é o povo no Brasil?’, Osny Duarte Pereira: ‘Quem faz as leis no Brasil’, Wanderley Guilherme dos Santos: ‘Quem dará o golpe no Brasil?’”. Os títulos e autores já dizem do que os textos representavam.

As crises econômicas também se colocavam como formativas. No supracitado caso e em outros, Mariá dialogou muito com um outro personagem que aparece em suas redes de relações: o cônego **Teófanês de Barros**. Padre com ideias próximas ao comunismo, em alguns momentos: “E porque não caminhamos para uma grande síntese? Injetar no Oriente, espírito, liberdade, ar puro para se respirar, sem alteração da estrutura social que constituíram a custo de tantos esforços, **estruturar o Oriente de outro modo mesmo à custa de revoluções**” (Barros, 29 jan. 1961a, grifos meus). Parece contraditório quando sugere que a estrutura não seja transformada. Mas logo em seguida se faz melhor compreendido: “Ajustá-lo a um pensamento de justiça, de oportunidade para todos. **Arrancá-lo das mãos dos que exploram. Fazer que seja de todos e não dos grupelhos**. Para isto seria necessário, é claro, um grupo de homens loucos, extremamente corajosos decididos a tudo” (idem).

No ano final da década de 1960, o partido ARENA era mantido como o predileto para a prefeitura de União dos Palmares: “[...] partido revolucionário, cujos méritos cabem ao deputado Antônio Gomes de Barros, representante do povo palmarino, que tenciona unir políticos e esforços para fortalecer mais ainda” (Holanda, 1 nov. 1969). Apenas um político local opunha-se: “O voto contra é do vereador José Correia Viana⁴², candidato pelo partido oposicionista à Prefeitura Municipal” (idem). As escolhas políticas ancoradas no assistencialismo, não iniciam nesse momento. Elas são recorrentes na história da cidade. É um lugar marcado por muita miséria, como destacaram todos os escritores contatados, produtores de diferentes gêneros: poesias, crônicas, notícias (Pindoba, 2018; Sarmento, 2019; Cavalcanti, 1972; Silva, 2021a).

As colaborações político-partidárias para a solução de problemas imediatos, parecia a maior das conquistas adquiridas, como já constatado em outro momento (Silva, 2021a). União dos Palmares era um entre os muitos municípios distanciados dos grandes centros: carente economicamente, e com um modo próprio de interagir com a estrutura social. As mortes, pelo que indicam as matérias, encomendadas durante disputas territoriais, e a manutenção das pessoas com poder aquisitivo na política, parecem exemplificar as falhas na efetivação da legislação brasileira. Não existem registros de prisão entre os supostos mandantes de crimes na localidade, mas existem anúncios que discorrem sobre a punição atribuída aos que recebiam pelos assassinatos encomendados (Macabra [...], 2 jun. 1960).

⁴² A personagem dá nome, atualmente, a uma das principais escolas particulares existentes na cidade.

O povo palmarino sobrevivia em meio aos acontecimentos anunciados. Sobrevivia em um campo de disputas. Eram lembrados coletivamente pela hospitalidade, como recordado pelo intelectual Povina Cavalcanti, em registros de viagem: “Os amigos querendo os amigos. A mesa farta convidando a sentar-se. A ternura espreitando lágrimas furtivas no canto dos olhos. E o ultradimensional da paisagem enfeitam, como um pincel renascentista, a vivência humana da comunidade alagoana” (Cavalcanti, 1972, p. 6). Um povo que resistente aos descasos. Que parece mostrar-se, sobretudo, forte⁴³. Os que derivavam de famílias abastadas, não ficavam no município por toda a vida, como é o caso da elite política e intelectual já mencionada e do próprio autor de *Volta à Infância* (Cavalcanti, 1972). Esse era anunciado nos jornais nacionais, pelos trabalhos desenvolvidos durante a década de 1960: membro da Consultoria do Estado (Comércio [...], 28 out. 1960); presidente do conselho deliberativo do Automóvel Club do Brasil (ACB) (Automóvel [...], 30 abr. 1961); presidente da Associação dos Artistas Brasileiros (AAB) (Associação [...], 7 out. 1962); presidente da Ordem Nacional dos Advogados do Brasil (OAB) (Perícia [...], 23 abr. 1964), cargo no qual manteve-se até 13 de abril de 1966 (Advogados [...], 13 abr. 1966).

Os que não eram donatários do latifúndio, habituavam-se à vida simples e de pouca instrução. Quando saíam do lugar de origem para tentar encontrar melhores condições em terras distantes, estranhavam a cultura: “É excelente sua ‘Festa de Natá’, em que êle descreve o desencanto de um matuto nordestino, que voltou do Sul decepcionado com os festejos natalinos de lá” (Sarmiento, 10 abr. 1960d). Como disse a mesma crônica escrita por Maria Mariá, em apresentação ao poeta Zé Brejêiro: “[...] a principal característica do nosso matuto que é a simplicidade de expressão” (idem). Um matuto bem ilustrado em uma das fotografias arquivadas pela professora (imagem 5). Identificável pela forma de vestir (imagem 6), pela capacidade de improvisar equipamentos necessários às atividades rotineiras. Um alguém resistente à precarização da vida. Um entre muitos Fabianos (Ramos, 2008).

Muitas vezes estereotipado, como bem recordado por Graciliano Ramos ao discorrer sobre os sertanejos em 11 de abril de 1931, no jornal *Novidade*: “Para o habitante do litoral o sertanejo é um indivíduo meio selvagem, faminto, esfarrapado, sujo, com um rosário de contas enormes, chapéu de couro e faca de ponta” (Ramos, 11 de abril de 1931/Salla, 2013b, p. 115). Percepção, em muitos momentos, alimentada

⁴³ Alusão a Euclides da Cunha (2010).

pelas construções folclóricas já criticadas por Maria Mariá: “Os foliões querem se divertir ridicularizando nosso matuto. Em nenhum recanto do Brasil, mesmo nos mais longíquos e incultos, encontramos figuras tão grotescas como estas que os criaram para seu bel prazer” (Sarmiento, 4 jul. 1954/Silva, 2021e, p. 180).

Imagem 5 - Peculiaridades do interior palmarino.



Autora: Desconhecido; **Ano:** Desconhecido; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

Imagem 6 - Um homem interiorano nos arquivos de Maria Mariá.



Autora: Desconhecido; **Ano:** Desconhecido; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

O matuto deveria ser retratado como realmente mostrava-se: “[...] simples, malamanhado, ismarento, falando seu português estropiado, legítima joia do folclore brasileiro” (idem). Um português com vocabulário limitado (Ramos, 20 jun. 1934/Salla, 2013a). As duas imagens que retratam o homem do campo, aparecem no arquivo deixado por Maria Mariá sem legenda, mas muito fazem pensar sobre o que ela disse por meio de textos. Um homem que parece resistir ao descaso com a vida. Que parece mostrar pelos gestos e pelas vestes, o lugar que o construiu (imagem 5; imagem 6). União dos Palmares denuncia a interação do campo com a cidade em imagens de eventos, como é o caso da feira (imagem 7) contendo cavalos em quantidade.

Embora também se tornassem raras, durante a década de 1950, na pequena localidade, “[...] as festas de São João e São Pedro, limitam-se apenas a algumas fogueiras, e poucas, que se espalham ao longo das ruas menos centrais da cidade” (Sarmiento, 4 jul. 1954/Silva, 2021e, p. 180). Elemento comum na cultura interiorana: “Quando a gente vir uma fogueirinha acesa, crepitando alegremente ao vento das frias noites de junho, pode ter a certeza de que quem a fez foi um pobre ingênuo para que, segundo a tradição, o demônio não venha dançar à sua porta” (idem). Havia, no lugar, uma forma de viver e de perceber a realidade, ambas específicas. União dos Palmares foi constituída com duas expressões de fé: a de origem africana (derivada do quilombo dos palmares) e a de origem portuguesa (consequente da colonização). A cidade nascia junto com uma capela que depois daria lugar a igreja matriz de Santa Maria Madalena: “Em 1858, após a morte do padre Sarmiento, é que a capela-mor entrou em fase de construção. Foi liberado recurso para *pintura e douramento*. Nesse ano, além desse recurso, o governo liberou outra quantia para prosseguimento da construção da igreja⁴⁴” (Sarmiento, 2019, p. 230, grifos da autora).

O **sobrenome Sarmiento**, é comum entre personagens influentes na localidade: latifundiários, políticos e religiosos. Basiliano Sarmiento, que foi proprietário de muitas das terras constituidoras da cidade, falava sobre a importância da igreja no lugar, reconhecida desde o Império: “Em 1874, a Câmara da Imperatriz, tendo como presidente Basiliano Sarmiento, apontou ao presidente da província como uma das prioridades para a vila” (Sarmiento, 2019, p. 232). A igreja e a fé católica, distanciariam

⁴⁴ Ressalto que, embora a produção desse livro tenha se dado fora do ambiente acadêmico, as informações nele contidas decorrem de fontes documentais localizadas em acervos, de fato. A autora nem sempre apresenta documentos, mas quando os coloca na narrativa, possibilita maior confiabilidade aos dados. Chamo a atenção para a disposição que ela faz de depoimentos (coletados sem grandes sistematizações) decorrentes dos personagens contemporâneos, que participaram dos eventos marcantes para a constituição da cidade e armazenam em memória os fatos.

o olhar para sofrimento, como bem já discutiu Ludwig Feuerbach (2007), ao discorrer sobre a essência do cristianismo. Foi assim que ocorreu no desenvolvimento da história, em variadas partes do globo (idem).

Imagem 7 - Feira de União dos Palmares em 1923.



Autora: Desconhecido; **Ano:** 1920; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

Os que promoviam a fé também davam assistência aos pobres, buscando amenizar as mazelas provocadas pela estrutura social: “Basiliano foi um personagem que construiu fortunas, em União dos Palmares, por meio do empréstimo de dinheiro a juros, às pessoas desvalidas, durante as décadas iniciais do século XX” (Silva, 2021a, p. 88). A esse último, alguns definiram como um banco (Sarmiento, 2019). Além da igreja, esse personagem também fundou: o Cemitério Público, o mercado municipal, a ponte sobre o Mundaú⁴⁵. E colaborou com o calçamento de algumas das ruas citadinas (Silva, 2021a). As colocações feitas por Mariá a esse palmarino, colocam-se como característico do que muitos dos assistidos fizeram. Ela pretendia “[...] apenas defender aqui a memória de um velho matuto, incompreendido e sonhador” (Sarmiento, 29 set.

⁴⁵ O primeiro poeta Palmarino, Antônio Bezerra Correia de Oliveira, estava presente na entrega dessa ponte (Sarmiento, 2019).

1953/Silva, 2021dd, p. 144-145). Um matuto marcado pela incomparável expertise. Um político que, por muito tempo, esteve dirigindo o município: entre Império e República.

Ainda hoje, os mais antigos contam muitas lendas sobre Basiliano. A vida solitária que viveu, principalmente na velhice, e o fato de ser considerado o homem mais rico de Alagoas certamente povoaram a imaginação de muitos, favorecendo a criação de muitas lendas. Talvez já fosse motivo de espetáculo a sua própria origem: **Basiliano era neto de um padre**. É possível que isso não chamasse tanto a atenção em meados de do século XIX, quando nasceu. Nessa época era algo corriqueiro os padres terem filhos. Mas no século XX, provavelmente escandalizava a muitos. Ainda hoje as pessoas estranham quando ficam sabendo que os Sarmentos de União dos Palmares são descendentes de um padre (Sarmiento, 2019, p. 371, grifos meus).

A família de Maria Mariá, por ser envolvida na política local e descendente de religiosos, mostrou-se herdeira do latifúndio⁴⁶. Como bem ressaltado pela professora, já havia uma percepção dessa realidade, por alguns conterrâneos, durante a segunda metade do século XX (Sarmiento, 29 set. 1953/Silva, 2021dd). As pessoas marginalizadas já rejeitavam os proprietários de terra pelas marginalizações que isso causava (idem). O contato com a realidade lhes ajudava a perceber melhor. Viviam o mesmo que outros nordestinos: “[...] não ganham quase nada e começam a sentir necessidades exorbitantes” (Ramos, 11 de abril de 1931/Salla, 2013b, p. 116). E interioranos de outras regiões periféricas do país (Fontes, 2008).

Com anúncios sobre a morte de Basiliano, **Padre Cícero** (do Juazeiro do Norte) lhe encaminhou uma carta solicitando parte dos seus bens como doação para a construção de uma **Escola Salesiana** que destinaria às crianças desvalidas do Juazeiro do Norte (Sarmiento, 2019). Na carta ele deixava claros os propósitos da instituição:

Estou empenhado em uma grande obra a Deus e a Maria Santíssima e ao Santo fundador desta **ordem religiosa, fundada pelo servo de Deus Dom Bosco**. Estou pois tratando de fazer aqui no Juazeiro esta instituição, a fundação da ordem dos Salesianos, casa, collegio, capella desta ordem Santa e promovida por Deus em nossos tempos, que resolvi estabelecer aqui no Juazeiro para educação dos meninos desvalidos e pobres, para serem assim educados para Deus e para a sociedade, como se rem feito esta mesma em outras partes do Brasil e nos outros países civilizados da Europa e em toda parte. Já reservei o pouco que possuo para a fundação desta obra dedicada a Jesus Christo Salvador nosso, esta instituição de Dom Bosco e grande servo de Deus fundador desta grande obra que floresce em todo o mundo. **Tomo o propósito de destinar uma parte destes meninos que se educarem para se ordenarem e serem mandados para catequizar a immensidade de índios brasileiros sem conhecimento de Deus e pagãos dentro das matas, para serem baptizados e se salvarem** (Baptista, 20 fev. 1931, p. 309/Silva, 1982, grifos meus).

⁴⁶ A herança do Basiliano Sarmiento não foi herdada pela família Sarmiento. Foi passada para o Estado (Sarmiento, 2019), mas tal família parece ter se mantido vinculada aos grandes acontecimentos citadinos.

Em plena propagação das ideias escolanovistas, após a fundação da ABE, os católicos seguiam com os projetos de catequização (Silva, 2021a). O Correio da Manhã de 8 de dezembro de 1931, anunciava a morte do terceiro Sucessor de Dom Bosco, e fazia notável a dimensão do projeto: “Dos frutos de seu trabalho pela ordem que abraçou, basta citar a criação das tres inspectorias ou províncias na Hespanha e em Portugal, levada a effeito quando elle era inspetor geral de Peninsula Iberica” (Falleceu [...], 8 dez. 1931). De acordo com a matéria: “Elle enviou de Turim, continuadamente, seus missionarios, ás mais longínquas regiões do globo, os quaes, fundaram em distantes pontos escolas, officinas orphanatos e innumerables obras a que se destina a caridade dos Salesianos” (idem).

Embora não se tenha notícias de como Basiliano Sarmiento analisava esse tipo de projeto educacional, sabe-se que ele “[...] não doou nada ao Padre Cícero e não fez testamento. Sem testamento e sem herdeiros diretos, sua fortuna foi considerada, a princípio, herança jacente e o Estado seria o novo proprietário. O pretense novo dono imediatamente cuidou de proteger seu inesperado patrimônio” (Sarmiento, 2019, p. 375). O estado iria distribuir as terras entre os agricultores que nela mantinham as suas plantações, fenômeno analisado por uma já citada escritora contemporânea, como uma primeira manifestação de Reforma Agrária no município (idem). Reforma mais tarde defendida pelas ligas camponesas e pelo depois presidente João Goulart como necessária a todo o território brasileiro (Schwaecz; Starling, 2018). O desejo do estado não foi concretizado, porque em 1935 “João Pureza de Vasconcelos foi declarado pela Justiça único herdeiro de Basiliano Sarmiento” (Sarmiento, 2019, p. 380-381). Na década de 1950, Maria Mariá lamentava a ocupação das terras pelos usineiros: “Quero dizer com isto que nossas terras tradicionalmente férteis para a agricultura em geral, estão sendo tragadas paulatinamente pelas usinas de açúcar e, em breve, este solo privilegiado, será transformado em belíssimos e verdes canaviais” (Sarmiento, 25 mar. de 1956/Silva, 2021p, p. 209). Elas que foram retiradas dos pobres:

O sonho alimentado por centenas de rendeiros, o de serem donos das terras que cultivavam, logo foi substituído por um grande pesadelo, quando tiveram que desocupar as terras, ao serem expulsos pelos novos proprietários. De repente, os responsáveis pela *pitoresca colcha de retalhos*⁴⁷, **quando fizeram suas roças de mandioca, algodão, mamona, café e milho viraram sem-terra, sem moradia, sem trabalho, sem comida, sem nada** (Sarmiento, 2019, p. 381, grifos meus).

⁴⁷ Os destaques em Itálico foram feitos pela fonte.

A situação explica os motivos que geravam os elogios feitos pela professora ao parente latifundiário: “[...] que jamais cedeu um palmo de suas terras às usinas açucareiras, sempre de olho em seus terrenos, férteis para o cultivo da cana de açúcar. O velho preferia vender-lo modicamente a seus pequenos agricultores aos quais, muitas vezes, emprestava dinheiro” (Sarmiento, 25 mar. de 1956/Silva, 2021p, p. 209). Um agricultor que tirava das feiras (imagem 7) o seu sustento, se via desamparado com a morte de quem lhe ajudava a ter o mínimo.

Na década de 1950, o assistencialismo era buscado em outros proprietários de terra, que, ao que indicava Mariá, não atendiam a todos os necessitados: “[...] são homens sem nenhuma serventia publica desses que se dizem políticos, mas sem nenhuma educação para isto que, em vez de cooperarem com os poderes competentes para o progresso e o bem estar comuns comprazem-se em levantar calnias, em mentir” (Sarmiento, 25 mar. de 1956/Silva, 2021p, p. 210). Embora tenham recebido a admiração de alguns (Filho, 2012), causavam revolta em outros: “[...] querendo lança no desassossego inúmeras pessoas e famílias inteiras que não fizeram ou não fazem parte de suas ‘panelinhas’” (Sarmiento, 25 mar. de 1956/Silva, 2021p, p. 210).

O fato é que a política de assistência, gerada pelas relações de amizade, não parece conseguir estabelecer a justiça, porque nasce da ideia de que existem pessoas que podem decidir o que fazer com outras. Essa subjetivação na escolha do que deveria pertencer a todos por direito, acaba deixando desamparados muitos desvalidos. Esses tornam-se dependentes: da boa vontade, do bom humor, do estado de espírito. Dependentes do desejo de quem, na realidade, sempre precisará ter servos e admiradores para manter-se em monopólio. Dos que não desejam os ver em posição superior. Dos que temem as suas revoltas. Era isso que Karl Marx (1996) identificava como problemático na sociedade de classes e que caracteriza o latifúndio. Um modelo feudal que se mantém no liberalismo. Confunde-se com ele. Os dois modelos sociais servem a um mesmo senhor: o poder. Em contradição, essa era a mesma sociedade que, durante a segunda metade do século XX, já se definia contrária ao modelo comunista cubano e suplicava por democracia para tais povos: “As palavras <<Democracia>> e <<Liberdade>> carecem de sentido para os chefes da foice e do martelo, tanto em Cuba como em qualquer outra parte” (Jornal [...], 16 jan. 1960). Pelos vistos, também carecia de sentido na sociedade do capital.

Não se desconhece que com a ideia liberal, surgiram: o direito ao voto feminino⁴⁸ (Limongi; Oliveira; Schmitt, 2019); a Escola Moderna (Saviani, 2018; Silva, 2021a); a ilusória liberdade de mercado. Por esse motivo, muitos grupos feministas definiram-se simpatizantes com o liberalismo⁴⁹ (Limongi; Oliveira; Schmitt, 2019). Mas esse liberalismo foi responsável pela marginalização dos pobres e pelo sentimento de dependência alimentado neles.

Em 12 de outubro de 1969, uma matéria publicada no Diário de Notícias discorria sobre os problemas estruturais que continuavam a afetar o feminino Norte Americano: “Ainda hoje as mulheres ganham 40 por cento menos que os homens, para efetuar o mesmo trabalho. A mulher americana é legalmente igual ao homem, do ponto de vista do direito⁵⁰ mas não na realidade” (Americanas [...], 12 out. 1969, p. 20). Porque o modelo distributivo dos bens, é o mesmo: “A emancipação da mulher muda sua sujeição legal em sujeição econômica” (idem). Basta recordar o que ocorria com as mulheres que exerciam a docência em União dos Palmares (Silva, 2021a). Lá da terra de Zumbi, Maria Mariá ressaltava: “[...] os ricos da terra querem apenas embolsar o dinheiro que ganham do solo amigo e hospitaleiro e o progresso da terra que se fomenta” (Sarmiento, 29 jun. 1957/Silva, 2021k, p. 246).

Durante a década de 1960, na supracitada cidade, as feiras que continuavam a ser produtoras de renda entre as famílias pobres, identificavam a cultura local (imagem 8), e eram registradas por Mariá. E para as funções nelas desenvolvidas, era ofertado o **Curso Técnico de Comércio** (Sarmiento, 4 out. 1959/Silva, 2021b, p. 269): “[...] fundada em 1957, pelo maior educador alagoano, Revmo. Conego Teofanes de Barros, e que diplomará no fim do corrente ano a sua 1ª turma de Técnicos em Contabilidade”.

No registro de um dia comum de 1965 (imagem 8), é possível notar como esse evento era frequentado por pessoas diversas e como essas pessoas se confundiam na paisagem palmarina. A presença de crianças na fotografia, também prende a atenção. Uma delas olha na direção da câmera, parecendo atenta ao momento do registro. Na frente da menina, um homem que caminha com os pés descalços, e mais um pequeno menino em seguida, posicionado ao lado direito do homem, com vestes que não se diferenciam das utilizadas por adultos. O menino parece empurrar algo semelhante a um

⁴⁸ É importante ressaltar que, embora o voto tenha sido conquistado em 1932, apenas em 1965 as mulheres conseguiram a plenitude desse direito (Limongi; Oliveira; Schmitt, 2019).

⁴⁹ Na segunda metade do século, a influência do marxismo nos movimentos, já possibilitava críticas ao modelo burguês de sociedade (Cisne, 2018).

⁵⁰ O texto original não tem vírgula. A grafia foi mantida.

carro de mão. A presença de crianças, no modo como é disposta, parece indicar a existência de trabalho infantil.

Imagem 8 - Feira de União dos Palmares em 1965.



Autora: Maria Mariá; **Ano:** 1965; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

O espaço geográfico ilustrado parecia definir a forma de vida e as possibilidades de elevação intelectual, confirmando a teorização de Milton Santos (2005b, p. 22) que diz ser o território “[...] uma categoria de Formação Econômica e Social”. Sendo técnica, a escola supracitada não parecia apenas tecnicista, visto que, segundo análise da professora, era capaz de levar os estudantes ao Ensino Superior, diferenciando-se das demais que ofertavam o ensino secundário: “Equiparada aos cursos de Ensino Médio, permite, aos que se diplomarem, ingresse em qualquer Faculdade” (Sarmiento, 4 out. 1959/Silva, 2021b, p. 269).

Além do comércio, a fé católica alimentada desde o Império com a construção da Capela Mor (Sarmiento, 2019), depois denominada Igreja Matriz de Santa Maria Madalena (imagem 9), já era considerada como um outro elemento da cultura. Com arquitetura Barroca, a igreja destinada à santa padroeira do município, parecia representar os vestígios deixados pela Europa. Como recordado por Maria Mariá após a demolição de tal prédio, na década de 1970: “[...] anos e anos de tradição de um povo

que tinha na sua velha Igreja um motivo de orgulho” (Sarmiento, 13 mar. 1977). Um orgulho que fez um dos responsáveis pela demolição guardar um dos tijolos de sua arquitetura: Carlos Rodrigues da Silva (Sarmiento, 2019). Ao observar a cidade de longe, em novembro de 1969, Povina Cavalcanti (1972, p. 10) ressaltava que a igreja foi o primeiro prédio avistado em meio a paisagem: “União à vista. Lá longe o companário da matriz já se delineava no horizonte azul”.

Imagem 9 - Igreja de Santa Maria Madalena em 1960.



Autora: Maria Mariá; **Ano:** 7/2/1960; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

De acordo com Genisete Sarmiento (2019), o prédio foi demolido em 1970, quando o Padre Donald estava como responsável pelas celebrações religiosas, e alegou-se que ele apresentava problemas estruturais. Ainda de acordo com a autora, a decisão foi tomada coletivamente, a partir de uma comissão composta pelos principais membros da comunidade (idem). Maria Mariá, complementa essa informação quando, em 1977, afirma não ter existido escuta a todos: “O povo desta cidade, como seria justo e de

direito, não foi ouvido através de um plebiscito, na ocasião em que os supostos donos da terra tomaram tão... desastrada decisão, como se aqui fosse, por sua falta de respeito à lei, o velho Oeste americano” (Sarmiento, 13 mar. 1977). As comemorações católicas (imagem 10), que eram mais uma característica da cidade desde a Capela Mor, foram intensificadas com a criação da Igreja Matriz (imagem 9), e pareceram perder um pouco do cenário com a extinção do prédio e após a construção de uma igreja que, pelas indicações dos depoimentos locais, não foi bem aceita (Sarmiento, 2019).

Imagem 10 - Festa de Santa Maria Madalena em 1958.



Autora: Maria Mariá; **Ano:** 1958; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

Aconteceu, com a demolição da igreja, a eliminação de um monumento que remetia à história local. David Harvey (2004) diria que o fenômeno faz parte da intersecção existente entre território e **capitalismo de rapina**. O lugar que se construía a partir da disputa abstrata de poder, capaz de interferir na realidade concreta, passava a afetar negativamente a manutenção do vínculo identitário entre pessoas e formas simbólicas de constituição dos ambientes. Confirmando que “[...] o movimento do espaço suprime de maneira prática, e não somente filosófica, toda possibilidade de oposição entre História e estrutura” (Santos, 2005b, p. 31).

As festas⁵¹, que por um tempo não foram as mesmas, seguiram presentes na poética contemporânea: “E toda essa exploração,/Esse imenso sofrimento/Estampam em sua face/Um evidente lamento/Nessa nossa protetora/Do seu povo em desalento” (Pindoba, 2018, p. 43). A fé na santa que deu nome ao prédio e que se tornou padroeira (Sarmiento, 2019; Sarmiento, 13 mar. 1977), parecia ajudar a reexistir. Quando discorreu sobre as características que uniam Viçosa e União dos Palmares, Mariá destacou: “São ligados fisicamente pelo cordão umbilical de Serra do Cafuxi e ligados moralmente pela fé, a sombra dos altares do Senhor Bom Jesus do Bomfim e de Santa Maria Madalena” (Sarmiento, 20 nov. 1955/Silva, 2021cc, p. 204). Fé em uma mulher, por longa data considerada pela igreja católica como pecadora (Haag, 2018), e que a modernidade veio a apresentar como feminista (idem). As marcas na vida da santa parecem interagir com as experiências locais.

2.3. Entre heroicos vilões: indicações de um modo de ser em nomes de lugares

Em 2 de setembro de 1961, Maria Madalena era anunciada como nome de uma pequena cidade situada no Rio de Janeiro (Continua [...], 2 set. 1961). O mesmo jornal também apresentava a santa que parecia sua antítese: “Santa Maria Madalena Pazzi, uma grande mística, faleceu, aos 25 de maio de 1607, e seus restos mortais encontram-se, no Convento das Carmelitas, em Florença. Muito jovem ainda fez o voto de castidade, tornando-se depois carmelita descalça” (Dia [...], 29 maio. 1963). Ambas identificadas pela capacidade de servir. A segunda caracterizada “pela pureza de coração ardente amor a Jesus Cristo” (Dia [...], 29 maio. 1963). Uma pura e outra pecadora.

O nome da primeira foi atribuído ao Grupo Escolar Sta. Maria Madalena⁵², fundado durante a década de 1950 na cidade palmarina (Sarmiento, 21 nov. 1958/Silva, 2021bb). Instituição que somava às 27 instituições que, em 1944, Manuel Diégues Júnior dizia existir em Alagoas. Seriam, até a década de 1940: 10 estaduais, 15 municipais e 2 particulares (Júnior, 1944). O relatório não especifica o nível de ensino por elas ofertado (idem). E em busca nos registros documentais localizados, foram revelados comentários a seis instituições: Escola Zumbi; Rocha Cavalcanti; Jorge de

⁵¹ A festa comemorativa da santa Padroeira, ocorria, desde 1970, entre os dias 25 de janeiro e 2 de fevereiro (Sarmiento, 13 mar. 1977), e mantém a data até os dias atuais.

⁵² O estado da Paraíba também mantinha um Ginásio com o mesmo nome, de acordo com notícia publicada no Diário de Pernambuco, em 24 de outubro de 1969 (Entidades [...], 24 out. 1969).

Lima; Escola Técnica de Comércio; SENAC; Ginásio Santa Maria Madalena. A primeira, curiosamente idealizada pela organização esportiva local Zumbi Esporte Clube: “[...] moderno educandário mantido pelo clube, destinado a 35 filhos de seus associados, com material didático gratuito. Um belo exemplo a ser imitado pelos moços de União dos Palmares” (Sarmiento, 25 mar. 1956/Silva, 2021p, p. 210). Possivelmente uma das duas escolas privadas.

No Almanaque de ensino de Alagoas, publicado em 1937, apenas o Grupo Escolar Rocha Cavalcanti foi mencionado como instituição com oferta educacional primária (Almanaque [...], 1937). Ele que foi criado em 1929: “[...] é a mais bela obra de arquitetura de nossa cidade, e talvez a mais decadente de Alagoas. Foi construído em 1929 sob a administração do governador Alvaro Pais” (Sarmiento, 20 set. 1953/Silva, 2021f, p. 141). E que durante a década de 1950 estava em condição decadente: “É uma ruína constrangedora. Tamanho abandono só é comparável ao abandono que sofrem as regiões nordestinas, assoladas pela seca, estorricadas como quando ‘lama virou pedra e mandacaru secou’” (Sarmiento, 20 set. 1953/Silva, 2021f, p. 143).

O Almanaque também tornava público o seu quadro docente em 1944: Alice Calheiros de Veras; Alcidomira de Abreu e Silva; Stellita Firemand de Aguiar; Amalia da Silva Fragoso; Maria Leal Feitosa⁵³; Enaura Barroso Pinheiro; Deolinda de Araújo Barros; Maria José de Oliveira Rocha; Maria Luiza Rocha Lima; Noemia Pontes de Oliveira; Maria Amélia Cotrim Maia; Yelva Gadelha Valença; Maria de Lima Accioly; Wandette Loureiro Falcão; Regina Medeiros de Souza; Maria Loureiro Falcão; Maria Nazareth Alves da Silva (Almanaque [...], 1937). A escola primária, que aparecia na memória dos seus antigos estudantes (Sarmiento, 20 set. 1953/Silva, 2021f, p. 143; Cavalcanti, 1972), muitos deles pertencentes a elite local (Filho, 2012), recebia o nome de uma tradicional família proprietária da Fazenda Anhumas⁵⁴, um dos engenhos locais⁵⁵ (idem).

Clarício Alvim Bugarim recordou ter sido esse colégio o que lhe permitiu ingressar no Ensino Secundário em primeira colocação, durante a primeira metade do século XX (Sarmiento, 2021). O último personagem foi responsável, quando vereador de

⁵³ Educadora que, na contemporaneidade, dá nome a uma escola na cidade.

⁵⁴ A fazenda foi cenário do filme *Joana Francesa*, de autoria do cineasta Cacá Diegues (Cardin [...], 29 dez. 1972).

⁵⁵ Algo notado durante a pesquisa, foi a relação das cidades interioranas com Engenhos. A cidade de Pilar, de acordo com Craveiro Costa (1930), nasceu de dois: Engenho Velho e Engenho Novo.

União dos Palmares, pela substituição do nome da Avenida João Pessoa, por Avenida Monsenhor Clovis Duarte de Barros⁵⁶ (idem). Lugar retratado em 1945 (imagem 11).

Ao que as fontes informam, os nomes de escolas, até a década de 1960, variavam em suas homenagens a: santos, artistas, fenômenos⁵⁷, latifundiários (como é o caso da última). Simbolizavam um pouco da cultura de um grupo, embora nem sempre os representasse ou lhes provocasse orgulho. Como já problematizado por Maria Mariá, ao apresentar os nomes de ruas, durante a década de 1950:

[...] por que razão temos em nossa cidade uma importante rua denominada ‘Miguel Palmeira’? Quem foi este cidadão que o pó da terra de Santa Maria Madalena nunca teve a honra de ser pisado pelos tacões de seus sapatos? E as ruas ‘Leão Veloso’, ‘Frei João’, ‘Gabino Besouro’ e tantas outras? Quem foram estes ilustres desconhecidos’. (Sarmiento, 19 jun. 1955/Silva, 2021j, p. 198).

As pessoas constituem o lugar e são constituídas por ele (Santos, 2005a; 2005b). São pertinentes na tentativa de interpretá-lo, em suas simbologias e materialidades particulares e coletivas: “Compreender a génese social de um campo, e aprender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar” (Bourdieu, 1989, p. 69), e agir em função da sua transformação.

Imagem 11 - Avenida Monsenhor Clóvis Duarte de Barros 1945.



Autora: Maria Mariá; **Ano:** 1945; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

⁵⁶ O nome foi colocado contrariando a vontade de Luís Carlos Prestes, que desejava que a avenida se chamasse Mario Gomes de Barros (Sarmiento, 2021).

⁵⁷ Como é o caso do comércio. Esse era um nome padronizado para várias escolas pertencentes a uma categoria.

A professora defendia a atribuição de uma homenagem a um latifundiário que havia beneficiado, em sua percepção e na de outros (Sarmiento, 2019; Filho, 2012), a comunidade, sobretudo a carente, como já mencionado: Basiliano Sarmiento (Sarmiento, 19 jun. 1955/Silva, 2021j). E de quem participasse, de algum modo, da vida comum cidadina (idem). Nem sempre os participantes eram admiráveis. Entre 1960 e 1963, alguns ocupavam funções importantes no contexto estadual e nacional, e eram comentados pelos feitos e influências (Quadro 8).

Quadro 8 - Personagens e funções entre 1960 e 1963.

Personagem	Função	Período
Breno Bahia Maia Gomes	Lei de n. 128	1960
Arnaldo Sarmiento de Azevêdo	Lei de n. 128	1960
José da Cunha Machado Pedroza	Lei de n. 128	1960
Muniz Falcão	Governador de Alagoas	1960
Luiz Cavalcanti	Governador de Alagoas	1962
Jorge de Lima	Era mencionado por outros	Feleceu em 1954
Luiz Cavalcanti	Governador de Alagoas	1960-1965
Orlando Gomes	Irmão de Antônio Gomes	1960-1964
Rui Palmeira	Secretário geral da UDN	1945
	Deputado Federal (UDN)	1946-1954
	Ordem doe Advogados do Brasil	Sem data
	Instituto dos Advogados de Alagoas	Sem data
	Associação Alagoana de Imprensa	Sem data
	Centro de Estudos Econômicos de Maceió	Sem data
Mario Gomes de Barros	Suplente de Rui Palmeira no senado	1962
	Filiado a ARENA	Desde 1965
Carlos Gomes de Barros	Conselho Nacional de Telecomunicações	1963-1965
	Deputado Federal	1959-1967
Antônio Gomes de Barros	Secretário da Agricultura	1961-1964
	Deputado Estadual	1962-1965
Cônego Teófanês de Barros	Conselho Estadual de Educação	1962
	Cadeira n. 16 IHGAL	A partir - 1969
Cônego Cloves Duarte de Barros	Faleceu	1962
Padre Donald	Responsável pela Igreja Matriz	1970
José Correia Viana	Vereador	1969
Povina Cavalcanti	Membro da Consutoria do Estado	1960
	Conselho Deliberativo do Automóvel Club do Brasil	1961
	Associação dos Artistas Brasileiros	1962
	Ordem Nacional dos Advogados do Brasil	1964-1966
Zé Brejêiro	Poeta da terra	1960
Basiliano Sarmiento	Latifundiário mais rico de Alagoas	Faleceu em 1931
João Pureza de Vasconcelos	Herdeiro de Basiliano Sarmiento	1935
Padre Cícero	Carta para Basiliano Sarmiento	1931

Fonte: Organizado pela autora.

Entre os nomes presentes no quadro, destaco a frequência da família Gomes de Barros: Mario Gomes de Barros, Antônio Gomes de Barros, Carlos Gomes de Barros.

Personagens que se mantiveram na política, por longa data, e em cargos dirigentes (Barros, 2005). O último, no dia 3 de julho de 1932, era apresentado pelo Correio da Manhã como alguém que tentava silenciar a imprensa: “[...] o delegado dr. Carlos Gomes de Barros, intimou o diretor do ‘Jornal de Alagoas’, de ordem do sr. Interventor federal, a suspender a publicação da folha, por tempo indeterminado” (Restrições [...], 3 jul. 1932). Diante da determinação, “negou-se a dar qualquer explicação, acrescentando, não ser permittida a affixação de simples aviso ao publico” (idem). No ano de 1957, ele foi baleado na Assembleia que tentava aprovar um impeachment ao então governador Muniz Falcão (Presidente [...], 15 set. 1957). O último, ainda de acordo com as matérias, considerado uma ameaça ao latifúndio, por defender projetos favoráveis aos trabalhadores (Abono [...], 28 nov. 1953). Em uma das suas colocações, tornou perceptível o modo como pensava:

Os trabalhadores brasileiros, sobretudo os do interior – acentuou – permanecem sujeitos a níveis de salários irrisórios, fora completamente do plano estabelecido pelo atual padrão da vida. Lembrou, a seguir, o caso dos operários alagoanos que atravessam presentemente situação insustentável (idem).

Curiosamente, Muniz Falcão mantinha boa relação com Rui Palmeira⁵⁸, de acordo com o que indicam os jornais, mas era um adversário de Arnon de Melo e a ele proferia inúmeras críticas, segundo notícias da imprensa da época (Falou-se [...], 15 ago. 1953). Em 14 de fevereiro de 1957, o Correio da Manhã anunciava a existência de conflitos em Alagoas, citando os nomes dos três personagens: “Em aparte ao sr. Herbert Victor Levy, o deputado Aurélio Viana afirmou que segundo as suas estatísticas já foram assassinadas 1.700 pessoas em Alagoas, por motivos políticos, desde o regime Silvestre Péricles até o governo Muniz Falcão” (A guerra [...], 14 fev. 1957). E complementava: “[...] passando pelo quadriênio Arnon de Mello” (idem). O membro da família Melo, comumente mencionado nos jornais que tratavam das famílias alagoanas, não parecia manter boa relação com Silvestre Péricles, durante a década de 1960 (Mais [...], 29 jan. 1963). Sobre alguns acontecimentos, o então governador de Alagoas, Luís Cavalcanti, comentava: “Êsse pessoal do sindicato da morte, já que não pode mais matar em Alagoas, mudou-se para Brasília” (Lopo [...], 30 jan. 1963). Em 4 de dezembro de 1963, ocorreu a troca de tiros que marcou o período:

⁵⁸ Mesmo personagem que teve como suplente Mario Gomes de Barros, na década de 1960.

O Senador José Cairaia, do PSD do Acre, morreu às 20h10m de ontem no Hospital Distrital de Brasília, depois de haver sido atingido por um dos tiros com que o Senador Arnon de Melo, da UDN de Alagoas, procurava alcançar o Senador Silvestre Péricles de Góis Monteiro, do PSD de Alagoas, seu inimigo político desde 1950 (Arnon [...], 5 dez. 1963).

Quando convidado a prestar depoimento sobre o ocorrido, Silvestre Péricles de Góis Monteiro, de acordo com o Correio da manhã, recusou-se publicamente: “Não faço o depoimento. O Brasil está me decepcionando e eu quero amaldiçoar este país antes de morrer” (Frases [...], 22 dez. 1963). Arnon de Melo⁵⁹ manteve-se em suas atividades políticas, e no ano seguinte ao acontecimento falou sobre a boa condição alagoana, ao solicitar apoio da população para a eleição vindoura (No mando [...], 4 abr. 1954).

Embora algumas das ações nacionais das famílias envolvidas na política local tenham parecido reprováveis, seja pelo que os jornais indicam, seja pela permanência na política conservadora e centralizada nos interesses burgueses, alguns conterrâneos pertencentes as classes desfavorecidas mantiveram na memória os feitos assistencialistas desses grupos, considerados por muitos como benéficos a comunidade (Filho, 2012). Em 27 de março de 1955, Maria Mariá manifestava gratidão a um dos membros da família Gomes de Barros:

Em nome do Prefeito Luiz de Freitas, falou o dr. Mario Gomes de Barros a quem somos profundamente gratos, pois, quando deputado federal, conseguiu para a construção de nosso Ginasio, a quantia de Cr\$ 200.000, 00 que se acha depositada na agencia do Banco do Brasil, desta cidade. Num brilhante improviso, o prof. Dacio Ferreira da Silva explicou a finalidade da cerimonia, dando em seguida, a palavra ao Conego Clovis Duarte de Barros que finalizou o grande acontecimento, dirigindo palavras de estímulo ao povo desta cidade e pedindo para que todos, conjuntamente, cooperassem nesta obra monumental, que até ontem parecia mentira: um Ginasio para União dos Palmares. Dentro de nosso ceticismo, esperamos que este sonho se torne realidade (Sarmiento, 27 mar. 1955/Silva, 2021ee, p. 188).

Os latifundiários pareciam colaborar com: a fundação de escolas técnicas; a ampliação do comércio; a ampliação das oportunidades de trabalho em usinas. Isso era muito, para um lugar sem nada: “J’a contamos com industrias que podem rivalizar com as mais bem aparelhadas, como sejam, a fabrica de produtos de milho ‘Dubom’ e a fabrica de doces ‘Pakares’, primeira e única em todo o território alagoano e que honra o meio industrial de Alagoas” (Sarmiento, 27 mar. 1955/Silva, 2021ee, p. 186). As

⁵⁹ Na década de 1970, o então senador hospedava o estilista italiano, Pierre Cardin, que chegava a Alagoas para gravar o filme Joana Francesa (Cardin [...], 29 dez. 1972): “Durante os dias que passou hospedado na residência do Senador Arnon de Melo, no Bairro da Pajuçara, Pierre Cardin conheceu as festas populares da Praça Afrânio Jorge, quando teve ocasião de observar algumas danças folclóricas, mostrando-se fascinado pelo guerreiro, Chegança e Reisado” (idem).

fábricas eram as grandes oportunidades de trabalho, diante das possibilidades de escolha.

Pacíficas, as pessoas admiradoras dos heroicos políticos, não ameaçavam a permanência destes no poder. Mas os camponeses nordestinos, quando defensores da **Reforma Agrária**, pareciam representar uma espécie de ameaça ao monopólio latifundiário. Para manter uma espécie de controle às ações do povo do campo, foi criada a **Aliança pela Família** (Eleitores [...], 18 abr. 1962). A comissão responsável por analisar as ligas camponesas, apresentava em sua composição um membro da tradicional família palmarina: “[...] depois de visitar o Maranhão, Piauí e Paraíba, com a incumbência de observar o problema das Ligas Camponesas, e está composta dos srs. Andrade Lima Filho, Cledenor de Freitas, Jacob Franz, Neiva Moreira, Carlos Gomes de Barros e José Joffily” (idem).

A conjuntura da pequena União dos Palmares evidenciava-se contraditória. Levava a construção de uma acomodação entre os desvalidos que lá habitavam, ao parecer gerida por um poder simbólico capaz de mecanizar: ações, pensamentos, perspectivas (sonhos). Que se mostra como: “[...] esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1989, p. 8). Configurava-se na abstração dos dias, e se manifestava, como já ressaltado em outrora (Silva, 2021a). Apenas o olhar externo parecia o captar: “[...] há poucos dias um empregado turista veio parar aqui. Torceu o nariz a tudo, entediou-se, naturalmente, e disse cheio de desprezo: ‘Vocês aqui não vivem vegetam’. Achou esta terra insignificante demais para ser habitada. E como chegou, partiu – inesperadamente” (Sarmiento, 20 jun. 1954/Silva, 2021gg, p. 174). Esse simbólico poder, parece ter aprisionado os pensamentos e definido comportamentos. Pareceu habituar ao lugar.

Um lugar resistente aos que pensavam de modo distinto do hegemônico. Áspero para quem o aceitava mesmo vivendo à margem. Um território com algumas das características comuns nos grandes centros. Não era igual a todos os demais espaços interioranos. Não gerava uma forma de viver e de perceber a vida, semelhante a que se via na capital de Alagoas. Os costumes e as redes de relações, constitutivas de identidades, decorriam de um modo organizacional, que estava dentro da estrutura social, mas a incorporava de um jeito singular: na violência; na interação com os outros; na disparidade de classes; na linguagem verbal e não-verbal; na ingenuidade de uns em confronto com a expertise de outros; na fé. Esse era o característico.

Às vezes lembrado com carinho por alguns, outras vezes repudiado entre os que nele foram reprimidos em essência: os que eram sós em ideias e comportamentos; os que se indignavam com a exploração aos pobres; os que viam a maldade presente na limitação de possibilidades, ao que parece, intencional; os que não queriam apenas as funções no comércio ou as caridosas doações dos que possuíam muito. Dos que quiseram apenas a existência, e se viam inexistentes pela negação de si.

Falar sobre o lugar estando fora dele, parecia mais simples. Foi isso que fizeram: Jorge de Lima (2016, 2016a), Povina Cavalcanti (1972). O primeiro criticado pela protagonista desta pesquisa e por Graciliano Ramos (Silva, 2020), por ser um intelectual pouco engajado com a cidade de origem e com as causas da classe subalterna (idem). Ele foi o intelectual que retratou a cultura local, em suas descendências e expressões do tempo. União dos Palmares, por seus olhos, era um ambiente de: cantigas; descendência africana; mulheres as vezes objetificadas pelos próprios proletários e pela sociedade. Jorge de Lima foi o médico que cuidou do mais rico latifundiário de Alagoas, durante a década de 1930. O Nordeste conhecia Basiliano Sarmiento pela notória dimensão dos seus bens (Baptista, 1982; Sarmiento, 2019). O dinheiro parecia um importante marcador, porque sem ele nem era possível sair da cidade. Sem ele era cabível o esquecimento. O poeta Zé Brejêiro (Sarmiento, 10 abr. 1960d), pela simplicidade dos versos, não ganhou notoriedade. Ele foi apenas um trovador local, que se fez ver a partir da apresentação feita pela professora Maria Mariá. Pessoa que ultrapassou os muros da cidade.

É possível perceber, até este momento, que muitos foram os modos de olhar para União dos Palmares, entre os que por lá foram vivendo no desenvolver da história. Religiosos ou políticos, homens ou mulheres, flagelos ou abastados. Todos pareciam ter algo a dizer. Faziam-se ao tempo que viviam dentro de um território comum. O lugar deixava marcas positivas e negativas. Pelos olhos da professora Maria Mariá, havia múltiplas formas de interpretar aquele ambiente. Ele parecia cruel para pessoas pobres, e favorável às pessoas ricas. Ele parecia díspar entre os gêneros, ou mesmo entre as religiões. A contradição o constituía, e isso foi sendo captado a partir dos arquivos deixados pela professora protagonista desta dissertação, no desenvolver da sua vida. Uma mulher que circulou dentro e fora da terra natal.

Capítulo 3

PARA ALÉM DOS MUROS DA CIDADE: A ESCRITA E A SUA CAPACIDADE DE PROJETAR

“[...] há também muitas coisas de que eu lembrava e que deixei de escrever; e dentre essas, muitas que diziam respeito diretamente à minha pessoa” (Ginzburg, 2018, p. 15).

Havia algo de não muito contraditório na personagem. Era uma mulher burguesa, que convivia bem com a classe político-partidária e latifundiária. Essas últimas, segundo ela veio afirmando em fontes, mantinha alguns membros presentes em sua precedência familiar, e, por sua vez, a formação que recebeu ao longo da vida foi preservando a influência de todos os marcadores que predominaram em sua trajetória. Ao mesmo tempo, se fazia defensora de direitos pertinentes a outros grupos com os quais manteve-se em diálogo: pessoas do interior; desvalidos; docentes. Parece ter sido deslocada e pertencente ao mesmo tempo. É uma personagem repleta de complexidades, como temos visto até esse momento dissertativo.

Não escondia o que os parentes representavam para a intelectualidade local e nacional (Sarmiento, 20 jun. 1954/Silva, 2021gg). O poeta e tio, Tertuliano de Castro⁶⁰, havia ficado em sua memória, desde a infância, como alguém que recitava *Os Lusíadas* (Silva, 2021a). Ela era uma leitora de clássicos nomes da literatura mundial e local (idem). Possuía visíveis heranças simbólicas e financeiras, socialmente valorizadas, mantendo as suas especificidades. O caso caberia na observação feita por Bourdieu (2014, p. 5): “[...] a classe superior de uma cidade pequena apresenta a maioria das características das classes médias de uma cidade grande”.

Tudo lhe permitia manter acesso aos espaços públicos de prestígio. Jinzenji (2022) estava certa ao problematizar alguns pontos. Parecia sobressair, na trajetória da

⁶⁰ Em busca feita em jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, não localizei notícias que vinculassem o nome desse personagem a literatura. Algumas o colocavam apenas com os nomes Tertuliano de Castro, outras como José Tertuliano de Castro. Em uma das notícias, anunciava-se o casamento da filha de uma pessoa com esse nome, durante o ano de 1934: “Realizou-se no dia 25 de passado o consorcio matrimonial do sr. Jayme Augusto de Amorim, funcionario do Departamento dos Correios e Telegraphos, e filho do nosso colega de imprensa Vicente Amorim e sua esposa d. Adelaide Castilho Amorim, com a senhorita Eponina de Castro, filha do sr. José Tertuliano de Castro e a senhora Maria da Fonseca Castro” (No lar [...], 8 maio. 1934). Não é possível afirmar que o personagem da notícia era o tio poeta de Mariá. Um dos livros memorialísticos do Senado Federal também apresenta o nome “Tertuliano” entre outros, como vinculado ao catolicismo: “No Ocidente, o compromisso entre cristianismo e civilização pagã foi concluído pelos inimigos apaixonados dessa civilização: Tertuliano, Ambrósio, Jerônimo, Agostinho, os Padres da Igreja latina. Mas estes já são homens ‘modernos’. O último romano cristão é Boécio” (Carpeaux, 2008, p. 131). Notei, recentemente, que existe uma avenida na cidade de João Pessoa, que recebe esse nome. Todavia, não existem informações sobre esse personagem em placas do espaço físico, ou em acervos digitais.

personagem, as consequências de uma interação, entre os marcadores de gênero e classe, já analisados como pertinentes a compreensão das histórias de pessoas nos diferentes tempos (Scott, 1995; 2011). É possível afirmar que também se mostrava presente um marcador que acrescento em minhas produções: o lugar. Percebemos, até aqui, que a personagem olhava com sensibilidade para os problemas sociais locais e para as vidas desvalidas de assistência estatal, e que os seus privilégios a levavam a imprensa e aos cargos de prestígio (Silva, 2021a). Se sabe também que embora ela tenha se projetado nacionalmente, por meio da escrita, ela não se distanciou do seu espaço de origem por muito tempo, como fizeram homens de posse, lá nascidos, fossem eles envolvidos com a política ou mesmo com outras funções no campo da intelectualidade.

Foi filha de um tabelião, Sílvio de Mendonça Sarmiento, e de uma dona de casa, Ernestina de Castro Sarmiento. Nem todos os seus irmãos foram mencionados nos registros que deixou: Maria Luísa de Castro Sarmiento, Paulo de Castro Sarmiento⁶¹, José Sílvio de Castro Sarmiento, Luís de Castro Sarmiento, Maria Sílvia de Castro Sarmiento (Barros, 2005; Silva; Bomfim, 2007). O segundo, por ser uma pessoa pública, da qual se tem registros, aparece em alguns dos seus textos jornalísticos: “[...] dr. Paulo de Castro Sarmiento, o jovem advogado palmarino que, com sua palavra vibrante, sempre fez valer a força do Direito no seio de nossa comunidade” (Sarmiento, 18 out. 1953/Silva, 2021aa, p. 153). E em imagens arquivadas (imagem 12).

De acordo com informações localizadas em produção memorialística de José Nicanor Filho (2012, p. 145): “Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Recife em 1950, foi professor de língua francesa no Colégio Santa Maria Madalena de União dos Palmares, Secretário Municipal de Administração por quatro mandatos seguidos”. Foi a pessoa que presenciou e relatou, por meio de entrevista, a agressão sofrida por uma professora comum, durante a década de 1950: “Em entrevista cedida por *Paulo de Castro Sarmiento*⁶², ao *Jornal de Alagoas*, é possível perceber a exposição da pacata vida de Dulcineia Bibiano Costa, por meio de denúncias às agressões por ela sofridas, em ambiente íntimo” (Silva, 2021a, p. 44, grifos da autora). Como ele, outros homens citadinos fizeram direito em diferentes instituições: Mario Gomes de Barros, Carlos Gomes de Barros. E como outros que se formaram por demais estados: Arnon de Melo (Faculdade de Direito da Bahia), Povina Cavalcanti (Faculdade de Direito de Salvador).

⁶¹ É o nome de uma escola estadual da cidade, nesse momento.

⁶² Destaque presente na fonte.

Maria Mariá foi para a Escola Normal de Maceió, após concluir os estudos primários na Escola Rocha Cavalcanti (Silva, 2021a). Ao que indicam os documentos encontrados, como poucas meninas do local (Filho, 2012). O seu registro de matrícula evidencia a data de ingresso: 16 de fevereiro de 1933. Um ano após a publicação do primeiro manifesto escolanovista (Azevedo, 2006b), quando se cobrava a reestruturação das Escolas Normais brasileiras, por muitos momentos ainda negada entre os professores catedráticos nelas atuantes. Como criticado por Cecília Meireles, frequentemente, na coluna *Commentario* da Página de Educação do Diário de Notícias: “[...] estão sendo nomeados para a Escola Normal deviam já ser recebidos em concurso com particular atenção, prestando exame não só da especialidade a que se refira a cadeira como também demonstrando, praticamente, a sua *capacidade moderna* de a reger” (Meireles, 21 set. 1930/Meireles, 2001, p. 169, grifos da autora).

As transformações sociais que afetavam a profissão docente no tempo de curso da personagem protagonista, entre 1933 e 1937, levavam as normalistas a encontros intencionados em estabelecer os interesses da categoria, na capital do país: “A essa reunião poderão comparecer todos os professores, inclusive as normalistas diplomadas pela Escola Normal” (Os professores [...], 14 fev. 1930). Transformações que questionavam o sentido clássico da democracia liberal: “[...] desde o primeiro decênio deste século nações profundamente integradas no conceito clássico da democracia liberal, como a Inglaterra, se vissem coagidas a enveredar, embora um tanto medrosamente, pela estrada intervencionista” (Amaral, 1937, p. 11). Liberalismo também questionado pelos interesses católicos presentes na educação (Saviani, 2018). Ao mesmo tempo, os católicos buscavam conservar os interesses coloniais na proposta de formação escolar de todos os níveis (Haydn, 2017; 2022).

Os liberais pretendiam integrar a escolarização aos desejos do mercado comercial e industrial. Em suma, ambos (catolicismos e liberalismo) criticavam modelos de sociedade. Ao tempo que uns diziam-se defensores da liberdade e consideravam os métodos católicos opressores, os outros sugeriam a reformulação dos métodos, ao tempo que também, implicitamente, visavam adaptar a formação às necessidades dos grupos e espaços (Saviani, 2018/Silva, 2021a), mantendo, assim, a dualidade da escola, já criticada por Antonio Gramsci (2004) do cárcere italiano, e interferindo no tratamento dado à docentes, como constatei em outros momentos (Silva, 2021a; 2022a; 2022b; 2022d).

Contava 15 anos de idade quando saía da sua cidade natal para formar-se professora em uma instituição da capital (Silva, 2021a). Jovem como algumas das normalistas de mesma turma e de outras turmas (Silva, 2022d). Ela se diferenciava de algumas professoras que, derivadas do mesmo espaço geográfico, não acessaram a formação de tal nível e modalidade, como é o caso de: **Maria Leal Feitosa** (1901-1968); **Filomena Medeiros**⁶³ (1889-1947). Ambas professoras primárias, e a última proprietária de uma instituição privada que disputava atenções com a escola criada pelo educador **Fernando Juazeiro**⁶⁴. Ao mesmo tempo que a professora abolia à palmatória, o professor mantinha uma pedagogia repressiva: “[...] Filomena Medeiros ganhava muitas vezes essa disputa” (Filho, 2012, p. 61). Ele também disputava atenções com **Luíza de França**, querida pela sensibilidade (idem). Os modos como diferentes docentes ficaram na memória de palmarinos, mostra a variedade de modelos existentes em um mesmo grupo. Remete a variedade de personagens, em um mesmo território. Como recordado por Manuel Diégues Júnior (1952, p. 58): “Não se pode considerar o Município só e exclusivamente uma comunidade; pode-se mesmo admitir, dentro do ponto de vista sociológico, como um conjunto de comunidades”.

São muitas as maneiras de ser: mulher, homem, docente, pessoa. Mariá trazia as suas peculiaridades. **Salomé da Rocha Barros**, professora de história e geografia do Grupo Escolar Santa Maria Madalena, durante a segunda metade do século XX, conquistou formação superior, como era mais comum ocorrer entre os homens de elite, mas o seu pai, promotor público, natural do Mato Grosso do Sul, a enviou, muito cedo, para as escolas primárias de Maceió e de Recife (Filho, 2012). Não se pode, a partir dos dados levantados, afirmar que as pessoas de origem interiorana, especificamente de União dos Palmares, eram impedidas de ocupar alguns cargos, ou que eram privadas da formação institucionalizada, mas pode-se perceber que os lugares determinados à classe abastada, eram diferentes dos destinados aos desprovidos de bens. A protagonista chegou à conquista de alguns espaços, porque carregava privilégios parentais que interferiram no acesso que teve a formação clássica desde os primeiros momentos de vida, como já ilustrado.

Escritores de lá, quando em outro estado, eram comentados por admiradores: “Suas duas biografias sobre Hermes Fontes e Jorge de Lima retratam bem a

⁶³ Conhecida na cidade pelo apelido de Dona Mocinha (Filho, 2012; Cavalcanti, 1969, 1972). Foi professora de Jorge de Lima e de Povina Cavalcanti (idem).

⁶⁴ Esse educador aparece apenas no livro de memórias citado, e não existe nele, data de nascimento e morte.

simplicidade de sua obra” (Góes, 23 jul. 1971). Conviviam com importantes nomes da literatura mundial: “Tomamos um licor de laranja, minha fruta predileta e ainda conversamos sôbre Ferreira de Castro, muito amigo do casal e que esteve constantemente com êles na estadia do escritor português aqui no Rio” (idem). E eram lembrados por editoras: “[...] Editôra Sabiá apresenta agora em 5ª edição, na sua bela série de antologias cujo último lançamento foi Jorge de Lima” (Antologia [...], 6 jan. 1970). A escrita era um instrumento de projeção.

O Jorge de Lima que saiu do seu espaço de origem fugindo de uma violência que chegava a afetar a sua vida profissional, quando médico (Cavalcanti, 1969), não parecia ser, portanto, um intelectual pouco preocupado com os problemas do lugar de origem, como Maria Mariá chegou a acreditar em outrora (Silva, 2021a). Parecia uma pessoa não mais pertencente. Maceió, para onde mudou inicialmente, não lhe trouxe os melhores retornos profissionais, e isso lhe fez ir para o Rio de Janeiro, então capital do país, em 1931: “Pois era, naquele ano, de tanta ebulição, que Jorge se despedia do seu Estado transplantando-se para um Rio, já muito desfigurado, como tradicional epicentro intelectual, sem a sua famosa rua do Ouvidor, das velhas cismas e dos tabus” (Cavalcanti, 1969, p. 117). O Rio de Janeiro era o espaço que acolhia os grandes nomes do tempo. Ele saía do estado quando Mariá concluía a formação primária e a avaliação que ela viria a fazer a ele, anos mais tarde, pode ser decorrente do que ouviu a partir de outros, e das suas experiências com a família desse na década de 1950 (Silva, 2020).

Notoriamente, a interligação entre o lugar de origem, o núcleo familiar e a formação escolar recebida pela personagem, interferiram em sua trajetória como delimitadores e facilitadores de alguns projetos. Foram constituidores do seu modo de pensar e posicionar-se diante da realidade, por tal motivo, neste capítulo, ao buscar situar a professora Maria Mariá entre outras pessoas de mesma origem, em pontos positivos e negativos que alguns marcadores lhe trouxeram, indago: **De que maneira à percepção social manifestada por Maria Mariá, a partir da década de 1950, vai sendo construída pelo contato que estabeleceu com espaços privados e públicos, de privilégios e subalternidades, como jovem e adulta que circulou entre interior e capital?**

É um momento no qual a personagem será destacada na socialização com três grupos: **docentes do interior, jornalistas e latifundiários**. Mostro como ela via a cidade de dentro e de fora, para tanto, o lugar (Santos, 2005), neste momento, passa a ser colocado como uma das minhas categorias de análise, por me ajudar a perceber os

grupos em relação com a estrutura de uma sociedade específica, seja esse espaço geográfico, capaz de construir identidades, seja em um conjunto de valores que permite dizer dos grupos que se encontram presentes em uma pessoa particular (Ribeiro, 2019).

Campo (Bourdieu, 1989a) e *Habitus* (Bourdieu, 1989) são mantidos como capazes de levar a notar, mais claramente, a influência das interações sociais na constituição das pessoas em suas particularidades. O resultado de tudo é um poder influente nas subjetividades e nas mentalidades de quem o contata, melhor explicado por Edward Palmer Thompson (1981; 1887), quando conceitua *Experiência* (Thompson, 1981). Maria Mariá viveu, portanto, um conjunto de experiências dentro das suas muitas histórias. Assim apareceu a sua percepção, que as vezes desvela uma *Consciência Crítica* (Pinto, 2020), outras vezes, uma *Consciência Ingênua* (idem).

No processo de formação, a personagem foi apropriando-se do pensamento social e educacional, existentes, e aos poucos o foi ressignificando a ponto de construir o seu modo próprio de expressão. Cabe recordar, a partir de Edward P. Thompson (1981), que a consciência que os sujeitos, em sua individualidade constroem do real, ao tempo que não está desvinculada de uma realidade concreta, também não depende única e exclusivamente dela. As ideias circulam e são apropriadas de maneiras específicas por cada pessoa, como exemplificado por Carlo Ginzburg (2004; 2006; 2010), em alguns momentos. Os humanos são compostos por muitas dimensões, e a dialogicidade entre elas gera os seus comportamentos e a apropriação dos costumes comuns em espaços (Thompson, 1981), esses também chamados de outros modos (Bourdieu, 1989a). Quando apresentou a história das suas relações familiares, Natalia Ginzburg⁶⁵ (2018) disse existir nessa, uma linguagem própria que interferiu em suas formas de entender as relações humanas (idem).

Diante disso, considerando que as ações e expressões do pensamento não podem ser percebidas apenas por registros de uma natureza, cruzei um conjunto de informações em busca dos indícios que eles trazem das relações que interferem e se manifestam por meio da expressão do pensamento em análise. Continuo a utilizar-me do jornal e de outras fontes já categorizadas: fotografias, livros memorialísticos, legislação. E acrescento agora: cartas, folhetos, livros memorialísticos, dicionários biobibliográficos, biografias. As trato a partir das ideias e dados que preservam. As observo em suas micro

⁶⁵ Na História me chamou a atenção a resistência dessa família ao fascismo (Ginzburg, 2018), o mesmo que ocorreu com Edward P. Thompson (1998).

articulações, como aconselhado por Carlo Ginzburg (1989), extraindo apenas o pertinente à compreensão do que venho tratando.

Para tanto, “a escrita parte de: interrogações, observações e experiências sensoriais com o material” (Silva, 2022a, p. 4). Para que, a partir disso, sejam extraídas as ideias. Diferente do micro historiador mencionado, eu não tive grandes problemas com fontes produzidas pela professora protagonista, mas busquei retirar dos textos sobre ela, um olhar público que foi mediado pelo contexto e pela cultura local. Como recordado por Michele Perrot (2018, p. 120): “A visão operária da cidade certamente é diferente”. Mariá não foi uma operária. Ela esteve como dirigente de muitos projetos, seja na educação, seja no jornalismo. Como Vavy Borges (2019, p. 223) recordava, quem busca escrever sobre alguém, esteja essa pessoa dentro ou fora de grupos, deve ancorar-se em: “[...] obras de História e de Literatura; deve também se familiarizar com os temas que fazem parte da vida sobre a qual se debruça (por exemplo, se a biografada é uma líder feminista, é preciso conhecer bem esse tema para se compreender sua militância)”. Foi o que fiz para, nesse caso, discorrer sobre uma mulher de origem interiorana.

Um interior que sempre esteve acordado, com janelas que a tudo pareciam observar, assim como estava a cidade de Paris, pelas retratações de Arlette Farge (2017, p. 30): “[...] está sempre à espreita: dispõe de todos os meios para manifestar sua opinião, boa ou ruim, sobre o que a vida lhe impõe, pois ela dá medo”. Não recorri aos registros policiais, nem antes e nem agora, porque os jornais já me apresentam o suficiente para este texto. Já apresentam as denúncias e os resultados dos crimes que afetaram as pessoas, de tal espaço e tempo, e participaram da construção das suas histórias. Até a fonte biográfica, escrita por autores que viveram a cidade no mesmo tempo que a educadora, desvela tais indícios: “[...] a biografia tem sido considerada uma fonte de conhecimento do ser humano: não há nada melhor para se saber como é o ser humano do que se dar conta de sua grande variedade, em espaços e tempos diferentes” (Borges, 2019, p. 215). Sobretudo vinculando tal humano a grupos.

Nesse capítulo, a exploração à projeção de Maria Mariá, a partir do contato com outros personagens e com o espaço privado em interação com o público, está organizada em três momentos: *Parece até herança familiar: registros de uma professora do interior*, quando mostro a interação dos parentes de Maria Mariá nos projetos que ela desenvolveu em âmbito local e nacional, e a maneira como ela se percebia integrante de tal família; *Do interior à capital e da capital ao interior*, no qual analiso a presença de

peessoas que interagiram com ela em projetos de variadas naturezas, e que foram por ela lembradas em registros públicos e privados; *Um viver itinerante em movimento de certezas fúnebres: vida de mulher*, momento no qual problematizo o pensamento social da personagem, a luz das suas expressões de gênero, em comparação com a proposta da Escola Normal de Maceió, e a proposta de vida da capital de Alagoas, diferente da existente no interior.

3.1. Parece até herança familiar: registros de uma professora do interior

Um dos projetos nos quais Mariá esteve trabalhando em colaboração com o irmão Paulo de Castro Sarmiento, foi a fundação do **Jornal Palmarino** que, em 1962, foi por ela comentado no verso de um registro imagético (imagem 12). Cabe ressaltar que, embora a imagem tenha sido arquivada por ela no ano supracitado, o jornal foi planejado durante a década de 1950, especificamente em 1956. A equipe era composta por 6 diretores: 1. Elarício Bufarim; 2. Maria Mariá de Castro Sarmiento; 3. Professor Josafá Couto Marques; 4. Rubens Xavier; 5. Paulo de Castro Sarmiento; 6. Geraldo Gomes de Barros. Ela era a única mulher⁶⁶. Chama a atenção, também, o nome de um integrante da família Gomes de Barros⁶⁷.

Imagem 12 - Fundadores de um jornal palmarino.



Autora: Maria Mariá; **Ano:** 1962; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

⁶⁶ Essa informação aparece na parte de trás da fotografia. A numeração que foi colocada pela personagem, de acordo com a análise comparativa que fiz da sua grafia, associando vários escritos. Ela identifica as pessoas presentes na imagem.

⁶⁷ A influência local dessa família já foi discutida no capítulo anterior.

Quando falava sobre esse projeto no Jornal de Alagoas, ela agradecia por sua efetivação: “[...] aos poucos, estão reaparecendo os homens de fibra que tanto impulso deram, em tempos idos, a velha terra de Zumbi. Principalmente, falemos de um jornal para União dos Palmares, velho sono que agora vai se tornar realidade” (Sarmiento, 28 out. 1956/Silva, 2021d, p. 229). A fotografia (imagem 12) informava que o projeto não se manteve por muito tempo. Na data do citado registro imagético, já havia sido extinto.

Ela admitia não ter grandes expectativas: “Não vou alimentar a vaidade de pensar que teremos um jornal importante, bem redigido” (Sarmiento, 28 out. 1956/Silva, 2021d, p. 230). E afirmava: “[...] posso garantir é que União dos Palmares deu um passo à frente quando, há poucos dias, u’a meia dúzia de idealistas se reuniu e tratou seriamente de fundar par a nossa terra um jornal que já podemos dizer, está tomando feição⁶⁸” (idem). Em 29 de julho de 1956, quando escreveu sobre a programação da Semana Ruralista, não disse nada sobre o jornal (Sarmiento, 29 jul. 1956/Silva, 2021x). Diante da ausência de outras informações, pode-se deduzir que o projeto não foi muito longe. Ela já previa: “Só me resta fazer uma advertência aos que me ajudam nesta grande empresa: se quiserem que nosso jornal vá além do segundo número, deixem de lado suas paixões políticas e trabalhem abnegadamente pelo desenvolvimento intelectual da terra comum” (Sarmiento, 28 out. 1956/Silva, 2021d, p. 230). Não foi o que aconteceu. Um jornal não sobrevive apenas da sua estrutura: “Traçamos seu esquema. Terá 8 páginas, com regular corpo de colaboradores e, possivelmente, seu primeiro numero circulará em novembro próximo, por ocasião de Semana ruralista” (idem).

O jornalismo que parecia ter sido, para ela, uma espécie de instrumento conscientizador, como já evidenciei em outro momento (Silva, 2021a), não chegou a ter a contribuição própria desse interior. Mas em 15 de novembro de 1960, de acordo com Clarício Alvim Bugarim (Sarmiento, 15 nov. 2021), foi criada a Rádio Zumbi dos Palmares, que passava a tornar possível à socialização de algumas ideias, e, ao que indica a lógica, deveria alcançar a população desvalida com maior eficiência que os textos impressos. **Sílvio Sarmiento Neto**, sobrinho de Maria Mariá, foi funcionário dessa instituição comunicativa (idem). Cabe ressaltar aqui, que a cidade experienciava problemas de eletricidade: “[...] não temos luz, já lá se vão seis longos meses” (Sarmiento, 17 abr. 1960b). Mas no segundo ano de existência da áudio-transmissora, a

⁶⁸ Chama a atenção a distância existente entre a data da fotografia e a data do registro jornalístico: 6 anos.

Página dos Municípios do Jornal de Alagoas comemorava o sucesso desse novo recurso cidadão:

Além de vir colocando o nome da nossa terra ‘Bem alto’ no cenário radiofônico do Estado, somente com dois anos de instalação, tem sobretudo propiciado reflexos de civilização aos habitantes desta comuna e as demais circunvizinhas, onde as suas ondas são capitadas pelos aparelhos de rádios-receptores (Portela, 18 nov. 1962).

Um jornal municipal como o Correio Lajense⁶⁹, no qual Mariá informou ter publicado e que afirmou ser inspirador em seu trajeto (Silva, 2021a), apresentava a direção de Bernardino de Souza Ferreira⁷⁰. O último recebia, em 3 de novembro de 1951, uma medalha de prata pela pintura *Auto-retrato*, no Salão Baiano de Belas Artes (Os premios [...], 3 nov. 1951). No mesmo ano, um dos três jornais mais importantes de Alagoas lançou um espaço destinado a literatura: “De progresso em progresso e já em 1951, haveria de aparecer em feição tablóide a Folha Literária do já consagrado Jornal de Alagoas” (Goes, 1988, p. 15). Essa organizada por “[...] José Augusto Guerra, aquele gigante que depois haveria de deixar a província a procura de plagas outras mais promissoras” (idem).

É possível que a percepção do jornal como espaço de formação, expressa por Maria Mariá, tenha decorrido do que ela viveu como redatora da Página dos Municípios do Jornal de Alagoas (Silva, 2021a). No último, ela deixava expresso o orgulho sentido da origem familiar: “IMPRESSÕES – Ultimamente, talvez por forçado atavismo, descendente que sou dos legítimos navegadores portugueses, despertou em mim aquela vontade de correr mundo, de visitar terras desconhecidas” (Sarmiento, 07 out. 1956/Silva, 2021s, p. 223). O desejo por correr mundos foi realizado. No ano de 1971, registrava momentos da sua viagem ao Pantanal (MT) e colocava os sentimentos deixados pelo lugar (imagem 13).

Além da assinatura ser datada 16 anos após o registro, o que indicia um retorno da personagem às memórias do passado nos tempos de velhice, o texto também aponta para uma interação dela com as pessoas indígenas de uma localidade específica. Um ponto problemático nessa interação, parece transparecer no modo como ela apresenta a criança indígena ao descrever a cena resgatada pela fotografia. A personagem pareceu equipar tal criança ao filhote de ema com quem também interagiu. Embora o fato

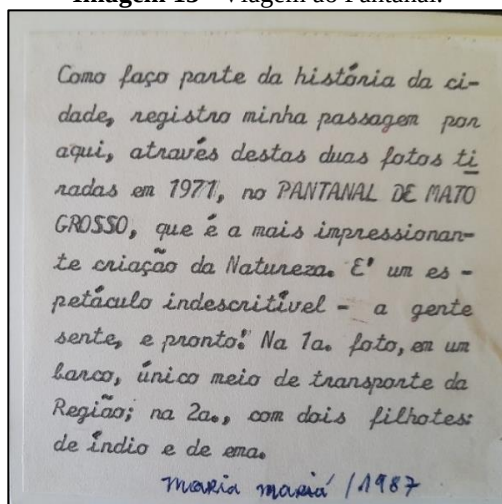
⁶⁹ Não foi analisado, nesse momento da pesquisa, porque o quantitativo de fontes para leitura e catalogação já era muito grande para um texto com delimitado objetivo.

⁷⁰ A imprensa alagoana e local não apresentou grandes informações sobre o personagem. Disse apenas que nos anos iniciais da década de 1950 ele residia em São Paulo (Os premios [...], 3 nov. 1951).

mostre-se isolado, ele pode expor a influência do olhar colonizador, no tempo. Olhar colonizador que interferia no modo como a personagem interagia com uma parcela da população. Os fatos também mostram que ela conheceu outras culturas, e isso foi transformando o modo de perceber a realidade, em décadas posteriores a de 1960. Por sua vez, os intercâmbios transparecem o seu capital cultural e financeiro, na época. Um momento no qual a disparidade de classes vinha sendo agravada pela Ditadura Militar (Schwaecz; Starling, 2018). Em tempo de crise social e econômica, Maria Mariá sobrevoava o Pantanal, como descrito no verso de uma das suas fotografias (imagem 14).

O Mato Grosso também fez parte da vida de outros personagens influentes em Alagoas, de acordo com o que Félix Lima Júnior (30 set. 1956a) apresentava em biografia de Corrêia de Oliveira, dedicada à Maria Mariá, no Diário de Pernambuco de 30 de setembro de 1956. As prisões de lá, descritas como parte dos anos iniciais da República, assemelhavam-se as de União dos Palmares (Sarmiento, 20 mar. 1955/Silva, 2021z), na década de publicação do texto biográfico: “Numa prisão que comportada apenas oito ou dez pessoas, puzeram, certo dia, com os ratos, baratas e percevejos, vinte e cinco presos, sem uma cama, sem um cobertor, sem sequer aparelho sanitário. E lá os conservaram longo tempo” (Júnior, 30 set. 1956a, p. 2). Esse conterrâneo, que também circulou por variados territórios, passou pelas escolas primárias palmarinas, mantendo como professora Maria da Conceição Oliveira (na infância), e como diretor do juiz de direito da cidade, nos anos iniciais de República, dr. Alfrêdo de Souza Lôbo. Também manteve como colega de turma, Carlos Lira Filho, depois estudante, com ele, da Faculdade de Direito de Recife (idem).

Imagem 13 - Viagem ao Pantanal.



Autora: Maria Mariá; **Ano:** 1987; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

Em 20 de junho de 1954, ela escrevia sobre esse advogado e literato: “[...] o poeta Correia de Oliveira, que o Brasil de trinta anos passados conheceu e admirou” (Sarmiento, 20 jun. 1954/Silva, 2021gg, p. 174-175). Um personagem que, na supracitada década, tinha a cadeira que um dia lhe pertenceu na Academia Alagoana de Letras (AAL), sendo ocupada por Povina Cavalcanti: “Quando do preenchimento de sua cadeira concorreram dois acadêmicos: Mário dos Wanderley e Carlos Povina Cavalcanti, sendo escolhido Povina, que era seu amigo pessoal e nascêra, também na antiga ‘Cerca Real dos Macacos’” (Junior, 14 out. 1956, p. 2).

Imagem 14 - Mariá Mariá, uma criança indígena e uma ema.



Autora: Desconhecido; **Ano:** 1973⁷¹; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

Apenas na segunda parte da biografia, torna-se compreensível a ligação desse personagem com Maria Mariá. Algo que fazia Félix Lima Júnior lhe destinar a já citada produção. Entre os textos que a professora publicou durante as décadas de 1950 e 1960, apenas um o menciona (Silva, 2021a). Mas ele foi um importante intelectual para União dos Palmares ao repensar a história de Zumbi, personagem que, até suas produções, foi colocado como alguém que havia cometido suicídio:

⁷¹ Chama a atenção a data de registro dos comentários, no verso das duas fotografias tiradas no Pantanal, porque elas desvelam o retorno da personagem a essas memórias de viagens. Além disso, indiciam a percepção que ela mantinha dos povos originários.

Escreveu Correa de Oliveira que Zumbi Suéca foi assassinado por um mulato de Olinda, que se transportou aos Palmares com o fito de, traiçoeiramente, matar o chefe dos quilombos e obter, assim, o perdão de uns tantos crimes que cometêra, perdão que o Governador de Pernambuco lhe concedeu e foi, oportunamente, confirmado pelo Rei de Portugal. Antes de escrever êsse trabalho, fez êle várias pesquisas, consultou historiadores documentos, e mais ainda: subiu a serra de Barriga; visitou a lagôa semi-extinta onde, diem, os negros jogaram as riquezas da República quando, por não terem podido concluir suas formidáveis fortificações, verificaram, desolados, não lhes ser possível resistir, com êxito, as forças enviadas pera batê-los e aprisiona-los (Junior, 14 out. 1956, p. 2).

Entre os meses de setembro e outubro de 1956, a professora publicou na Página dos Municípios do Jornal de Alagoas, cinco textos: *Semana Ruralista em Penedo*; *Resposta a um bilhete – IMPRESSÕES*; *Sobre Marechal Deodoro*; *União dos Palmares & Desportos*; *A respeito de jornais* (Silva, 2021a). No primeiro, informava tentar recuperar a herança tradicional cidadina, alertando para a existência de uma peça sobre Zumbi: “[...] encenação da peça ‘Zumbi dos Palmares’, revivendo a epopeia dos precursores negros de nossa liberdade. Para isto, o Teatro de amadores, local, está se movimentando” (Sarmiento, 29 jul. 1956/Silva, 2021x, p. 214). Não foi o único momento no qual defendeu a manutenção da cultura subalterna. Em 27 de maio de 1983, o Diário de Pernambuco informava que ela estava envolvida no projeto de fundação de um Centro de Estudos Afro-Brasileiros (Um poeta [...], 27 maio. 1983). Um dos textos que publicou no Jornal de Alagoas, durante essa década, foi transcrito nos Anais da Câmara, pelo então político Albérico Cordeiro, e direcionado à ministra da educação e cultura, Esther de Figueiredo Ferraz:

[...] intitulado: ‘Era Uma Vez um Centro de Estudos...’ no qual é mostrado o estado de abandono em que se encontra o sobrado onde nasceu Jorge de Lima, em União dos Palmares, e que em 1980 foi adquirido pela Ufal com a finalidade de transformá-lo num Centro de Estudos Afro-Brasileiro (idem).

Esther Ferraz apresenta algumas características, em trajetória, que são compatíveis com as de Maria Mariá: a família latifundiária, o autodidatismo, o pioneirismo em projetos feministas, o vínculo com a literatura, a capacidade de perceber os jornais como instrumentos formativos (Diório, 2019⁷²). A paulista também circulou entre interior e capital, predominando no segundo ambiente. Cabe ressaltar que a citada personagem foi a primeira mulher a: ocupar uma cadeira no Conselho da Ordem dos

⁷² Essa pesquisa, desenvolvida pela estudante Louise Teixeira Diório, foi premiada pelo pioneirismo, ao trazer a público elementos de uma trajetória, por tempo, esquecida. De acordo com a obra, foi uma ideia de pesquisa nascida a partir do contato com um documentário intitulado: *História - Trajetória da Jurista Esther de Figueiredo Ferraz*.

Advogados do Brasil (OAB); compor o cargo de docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP); tornar-se Ministra da Educação (entre 1982-1985⁷³); conquistar o cargo de Reitora (pioneira na América Latina) (idem). Fenômenos que mostram que os direitos humanos continuavam sendo afetados pelo marcador de gênero, na segunda metade do século, independente da classe. A advogada e ministra já havia feito muito durante a década de 1980. No texto destinado a ela, Albérico Cordeiro dizia um pouco de quem foi Jorge de Lima, alguém que inspirava um evento na época:

O grande interesse despertado pelo simpósio e o nível elevado dos estudos realizados sobre a vida e a obra de Jorge de Lima produz em nós, alagoanos, dois sentimentos antagônicos: o orgulho por esse irmão que se projetou na arte literária e na vida humanitária e nessa projeção integrou a região nordestina, e a tristeza ou mesmo vergonha de ver abandonados, quase em ruínas o que representa a memória desse ilustre conterrâneo. A casa onde nasceu Jorge de Lima, em União dos Palmares, adquirida pela Universidade Federal de Alagoas, para sede do Centro de Estudos Afro-Brasileiros, está entregue às urtigas. E nesse ponto, Sr. Presidente, prefiro inserir neste registro o artigo da escritora **Maria Mariá de Castro Sarmento, de União dos Palmares, intelectual que honra as letras alagoanas**, para o qual o máximo que posso fazer desta tribuna é pedir a atenção da Ministra da Educação e Cultura, Dra. Esther Figueiredo Ferraz (Brasil, 13 de maio de 1983, p. 3224, grifos meus).

A escrita da palmarina era colocada para fundamentar os fenômenos observados, evidenciando a relevância do olhar de alguém que interagira com a localidade. Ela representava as pessoas do espaço e tempo, e chamava a atenção pelo modo como era percebida: como uma intelectual letrada que tinha muito a contribuir com o debate político nacional. O reconhecimento a sua contribuição à visibilização da memória negra, foi expresso, já em 20 de novembro de 1985, quando foi posta como pioneira na transformação da Serra da Barriga em um Patrimônio Histórico Nacional (imagem 15).

É a única mulher memorada como nome pioneiro dessa conquista. Um projeto que parece fazer relação com o que ela definiu por justiça, durante a década de 1950: “[...] não é coisa que se pratique por conveniência pessoal. É algo intocável, é um sentimento que trazemos arraigado na perpetuidade de nosso sangue. É um sentimento congênito e não adquirido” (Sarmiento, 18 out. 1953/Silva, 2021aa, p. 152). Justiça a memórias que, por algum tempo, foram esquecidas e até mesmo distorcidas, como já evidenciado: “[...] palavra “Justiça”. Não é preciso ser criminalista ou doutor em leis para se compreender esta palavra em toda a extensão de seu significado” (idem).

⁷³ O Brasil era presidido por João Figueiredo (Diório, 2019).

Imagem 15 - Nome de Mariá Mariá em placa da Serra da Barriga.⁷⁴



Autora: Hebelyanne P. Silva; **Ano:** 2022; **Acervo:** Arquivo pessoal da autora.

Nota-se que a percepção que ela manteve de justiça, foi diferente da que alguns liberais, como John Rawls⁷⁵ (2002), para mencionar um clássico exemplo, apresenta. Maria Mariá, com tal definição, estava contrapondo uma submissão a ideias e ideais sociais estagnados, aproximando-se do que Antonio Gramsci (11 fev. 1917, p. 2/2020, p. 38) apresentava como atitude cidadã:

A disciplina que o Estado burguês impõe aos cidadãos faz deles súditos que se iludem de poder influir no rumo dos acontecimentos. A disciplina do partido socialista faz do súdito um cidadão: um cidadão por vezes rebelde, que, tendo conquistado consequência de sua personalidade, a sente obstruída, sem poder afirmar-se livremente no mundo.

Um sentimento que parecia lhe causar revolta. Em um texto, definia-se como descendente dos povos tradicionais, o que desvela uma certa consciência crítica à realidade, dada a marginalização atribuída a tais povos, mesmo quando já se falava em diversidade: “Como eu sou **descendente direta de legítimo Aymoré**, trago a

⁷⁴ Alguns ambientes virtuais apresentam fotografias dessa placa, todavia, mostrou-se necessária a visita à Serra da Barriga com o objetivo de verificar se o monumento ainda se encontrava no local, e de desvelar as suas condições de preservação.

⁷⁵ Para esse filósofo, para a efetivação de uma sociedade justa é preciso que existam desigualdades, embora julgue como prejudiciais as disparidades excessivas, por indicar que as últimas podem ocasionar em criminalidade (Rawls, 2002).

desconfiança na massa do sangue” (Sarmiento, 29 jul. 1956/Silva, 2021x, p. 214, grifos meus). Mesmo não possuindo bem esse lugar social, como reconheceu na década de 1980: “As mazelas que por aqui aparecem jamais me atingiriam, não fosse duas vezes palmarina (reforço de expressão para explicar **ter nascido no sopé da serra da Barriga e ser descendente dos fundadores da cidade**)” (Sarmiento, 13 maio. 1983, p. 3224, grifos meus). Os fundadores, como já sabemos, foram os padres e latifundiários (Sarmiento, 2019). Ela parecia tentar reparar os problemas causados por uma classe a qual era pertencente:

E hoje, caminhando a passos largos para a velhice, continuo ‘Perguntadeira’ como nunca, principalmente quando diviso coisas que meu raciocínio não entende). Portanto, pergunto, mais uma vez: Por que os enfermos do nosso Hospital passam fome e não têm sequer um pouco de água para as necessidades mais prementes? Incuria dos Poderes Públicos? Falta de amor e de caridade do nosso povo? Estas interrogações ficam no ar para vergonha nossa. Infelizmente nem tudo está perdido neste velho mundo em pandarecos (Sarmiento, 30 ago. 1959/Silva, 2021q, p. 264).

Uma fome provocada por quem precisava e intencionava manter privilégios. Fome experienciada por tantas famílias da localidade em seus tempos de vivente. Fome que afetava a vida e o futuro das crianças e jovens ribeirinhos, no decorrer da história. Esses atingidos pelas bruxas sobre as quais parecia falar professora palmarina: “Com os graves problemas que envolvem o povo brasileiro é quase um milagre nossa cidade ter conseguido nos últimos anos um relevante surto de progresso. Contudo, as bruxas sempre baixam por aqui, atrapalhando nossa vida, trazendo-nos desencantos” (Sarmiento, 13 maio. 1983, p. 3224). O futuro das famílias pobres palmarinas, não parecia projetar-se distinto do esperado para a de **Regina Cordeiro Lins**, anunciado por Maria Mariá em décadas anteriores (Silva, 2021a): braços fortes a serviço da sociedade.

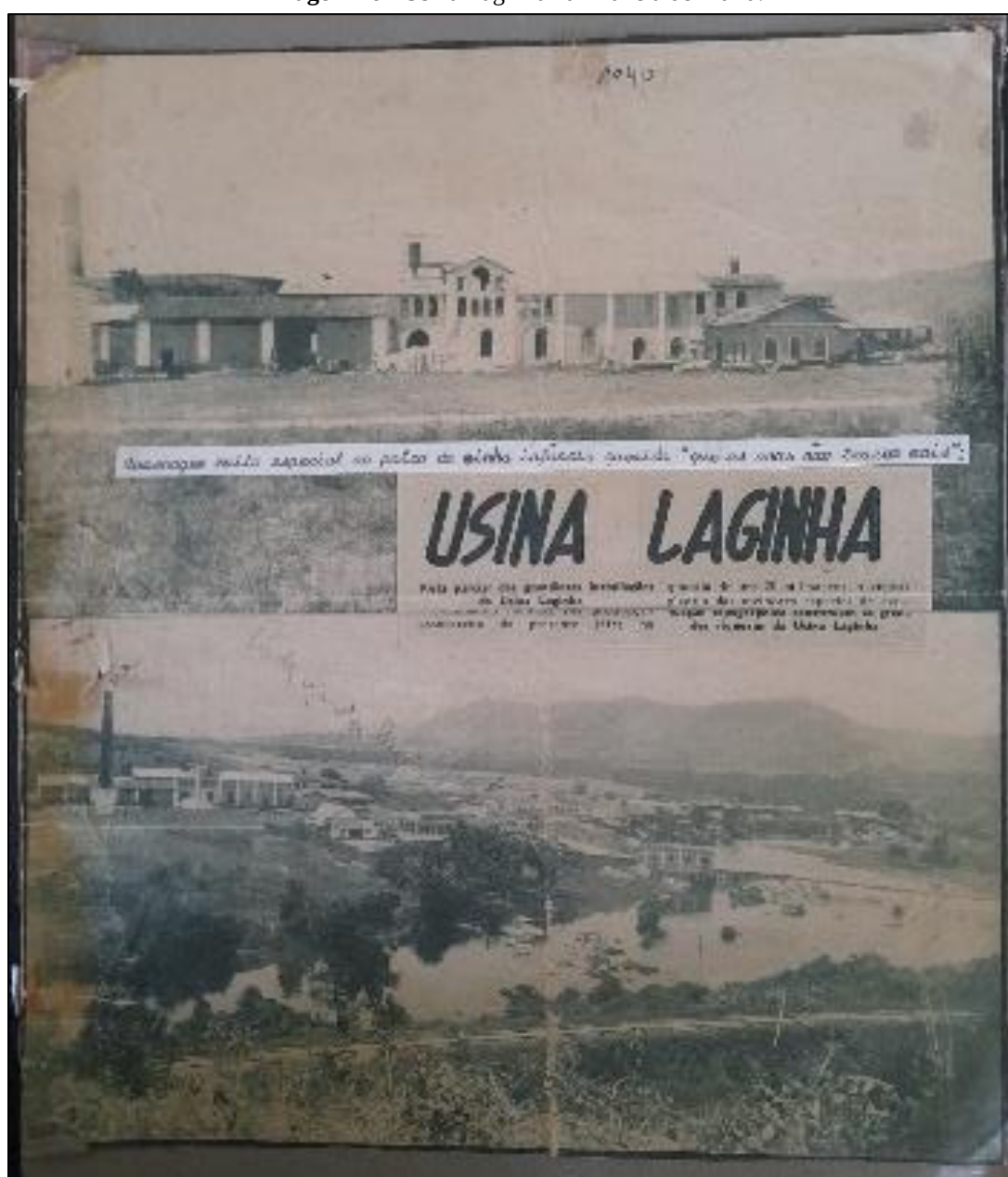
Muitas famílias podem ter mantido à condição de miséria agravada pelas enchentes que atingiram à cidade variadas vezes. Diferentes de muitas crianças e jovens que cresceram no município de União dos Palmares durante as décadas estudadas, segundo os documentos consultados, os filhos de Regina Lins receberam formação técnica e superior: “[...] formados em Contabilidade, outros estudam engenharia, outros segue a carreira eclesiástica no Seminário de Maceió e os mais moços são ginasianos” (Sarmiento, 19 maio. 1957/Silva, 2021u, p. 239).

O rio que ofertava parte da alimentação às famílias desvalidas, viria a ser contaminado pela Usina Laginha em 1983: “A multa foi em decorrência do lançamento de resíduos no rio Mundaú, em dezembro do ano passado, que veio provocar uma

grande mortalidade de peixes na Lagoa Mundaú, causando um enorme problema social, com graves consequências” (Usina [...], 21 fev. 1983, s.p.). Uma Usina na qual a autora de *Retratos do Brasil* havia vivenciado momentos da infância (imagem 16). Memórias que aparecem em seu arquivo pessoal.

Em uma das fotografias localizadas entre arquivos de Maria Mariá, está uma imagem impressa do rio visto a partir da Usina Laginha. Colada em um papel cartão, a fotografia é recortada por uma frase: “homenagem muito especial ao palco da minha infância querida ‘que os anos não trazem mais’” (imagem 16). A imagem parece um recorte de jornal, contendo o ano 1940 rabiscado na parte superior.

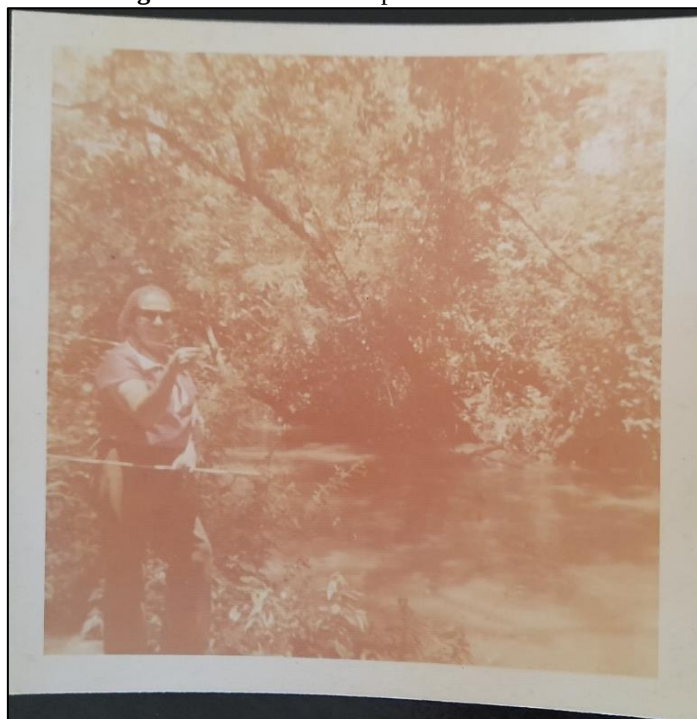
Imagem 16 - Usina Laginha na infância de Mariá.



Autora: Maria Mariá; **Ano:** 1940; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

Os documentos imagéticos arquivados parecem uma tentativa, feita pela professora, de registrar uma espécie de autobiografia. Parece ter efetivado isso no decorrer da vida, dada a variedade de datas percebidas. Tudo em meio ao tempo que dizia restar nos intervalos da rotina: “[...] embora a vida no interior não tenha aquela lufa-lufa das grandes cidades, o tempo de que disponho é escasso para me desincumbir de tanta coisa ao mesmo tempo” (Sarmiento, 28 out. 1956/Silva, 2021d, p. 229). Inegavelmente, a sensibilidade, que também parece ser um marcador de classe, estava presente na vida da personagem protagonista.

Imagem 17 - Maria Mariá pescando no Pantanal.



Autora: Maria Mariá; **Ano:** 1973⁷⁶; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

Havia uma atenta percepção da cultura. Algo comum em seus registros de variadas categorias (Silva, 2021a). Em todas as três fotografias do Pantanal, a professora destaca os sentimentos positivos deixados pelo lugar e pela natureza que o rodeia. Sua sensibilidade pode ser decorrente de uma herança familiar, que a permitia acessar alguns espaços e bens, como relatou em alguns momentos (idem). Natalia Ginzburg (2018, p. 19), ao discorrer sobre uma viagem de verão em família, ilustrou o modo como as vivências, em alguns grupos, caracterizam-se: “Não havia nenhuma espécie de divertimento ou distração. Passávamos a noite em casa, ao redor da mesa, nós, os irmãos, e minha mãe. Quanto a meu pai, ficava na sala onde estávamos

⁷⁶ Embora a data da anotação seja essa, a fotografia foi tirada em 1971.

reunidos, conversando e brincando”. Diferente do que comumente se percebe em famílias grandes que dividem pequenos cômodos.

Diferente dos jornais, as fotografias traziam suas vivências positivas: “Pescar no Pantanal... Essa Região de Mato Grosso foi a coisa mais fabulosa que eu conheci – marcou-me eterna e profundamente” (imagem 17⁷⁷). A simbologia do rio e da pesca, que na família pobre, anteriormente citada, era um modo encontrado de manter a vida, na trajetória de Maria Mariá, aparecia como atividade esportiva, em outro estado. Ela mostrou, por meio das evidências, a maneira como a convivência com a família que tinha, foi influenciando o seu modo de perceber a realidade, ao mesmo tempo que as outras experiências faziam contrapor e superar alguns estigmas que poderiam lhe ser atribuídos como mulher pertencente a uma família de posses.

3.2. Do interior à capital e da capital ao interior

Era uma família semelhante à de intelectuais como Povina Cavalcanti (1972, p. 5): “E lembrava-me do meu tempo de menino na União; da minha adolescência em Maceió-idades tão cheias de conotações humanas e telúricas”. Permitia que ela viajasse e ampliasse o seu universo cultural a ponto de analisar, de fora, o que estava dentro de um específico espaço. As viagens possibilitavam a ampliação do universo cultural, assim como acontecia com Natalia Ginzburg (2018, p. 60) ao crescer em uma família de pessoas que apresentavam, rotineiramente, resultados do intercâmbio de experiências: “Ao ensinar geografia, minha mãe me contava sobre todos os países onde meu pai estivera quando moço. Tinha estado na Inglaterra, onde pegara cólera e, creio, febre amarela; e tinha estado na Alemanha e na Holanda”. Os espaços de socialização familiar também constituem tais personagens.

Em 13 de setembro de 1952, Maria Mariá recordava, em verso de uma fotografia destinada ao irmão Paulo Sarmiento, que pelo que indicam as informações levantadas até esse momento da pesquisa era o mais próximo dela, a aparência que tinha a sua mãe em anos anteriores a morte (imagem 18): “Para Paulo, lembrança de nossa querida mamãe, aos 66 anos de idade”. A mãe parecia uma mulher forte, com expressão séria e olhos fundos. Características de alguém que dedicou a vida à domesticidade e aos filhos (Barros, 2005; Silva; Bomfim, 2007). Entre as cartas deixadas, localizei uma destinada a figura materna, essa enviada no quarto ano anterior a data da imagem,

⁷⁷ O escrito é identificado na parte de trás da fotografia.

quando a professora estava distante da cidade: “Estou aproveitando o postador que está de saída, e escrevendo às pressas, pois não sabia que ia alguém hoje, para a cidade. Lembre a Paisinho a casa, para quando eu fôr (se ela já estiver desocupada) fazer a mudança” (Sarmiento, 2 fev. 1962).

Em um dos momentos, mostrava que o trabalho docente lhe permitia colaborar financeiramente com a manutenção do conforto familiar, pois sugere a contratação de uma trabalhadora doméstica que pretendia financiar: “A senhora não falou ser quer que eu arranje uma menina para ajudar, agora que a casa vai ser grande” (idem). A menina contratada poderia estar entre as crianças órfãs que apareciam nos jornais da época: carentes ou desprovidas de todos os bens, quando herdeiras de famílias de posses (Silva, 2022b). As duas classes interagiam em funções diferentes, em tal contexto. Algumas das crianças que exerciam atividades dessa natureza, eram resultantes das pandemias que afetavam o século XX, e também do patriarcado, quando eram impedidas de acessar heranças herdadas (idem). Nas missivas não existem informações detalhadas de como foi a relação da professora com a mãe. No supracitado texto, indicam-se traços de intimidade com todos. A memória de saudade da figura materna, que a professora palmarina dizia sentir, tampem evidencia-se em um simples verso de fotografia, arquivada quando a última ainda era viva (imagem 18).

Imagem 18 - Mãe de Maria Mariá.



Autor: Desconhecido; **Ano:** 13/9/1952; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

Em 19 de março de 1966, Loris, uma de suas amigas, lamentava em carta a morte da mãe da professora palmarina, e angustiava-se ao recordar que ela não havia conseguido chegar de uma viagem a tempo de despedir-se: “[...] fiquei tão transpassada com a notícia e senti muito mais de você não ter chegado a tempo de poder abraça-la” (Loris, 19 mar. 1966). Isso mostra como o trabalho também lhe distanciava da vida em família. O anúncio da missa em homenagem aos 30 dias posteriores a morte, mantém como data de escrita o dia 10 de abril de 1966, dia no qual foi enviado, de Maceió para o Jornal de Alagoas, de acordo com os indícios a partir do cruzamento de dados existentes nas duas fontes documentais consultadas. O falecimento ocorreu, portanto, em março de 1966, e sobre ele não existem textos jornalísticos com grandes detalhes. O recibo do anúncio, tem por data: 09 de abril de 1966 (imagem 19). Em análise cuidadosa aos jornais preservados, identificados com esse ano, não foi encontrado o anúncio fúnebre.

Na correspondência foi indicado o seguinte texto: “Seus filhos Luiz, José Sílvio, Paulo, Maria Mariá e Maria Sílvia convidam a Todos os parentes e amigos para assistirem à missa de 30º dia que mandarão celebrar pelo repouso eterno de sua inesquecível Mãe, às 7 horas do dia 4 do corrente (2ª feira)” (Sarmiento, 10 abr. 1966, s.p.). Seguia-se o padrão de aniversários fúnebres, com indicação do lugar e do ministrante: “[...] na Capela do Arcebispado, nesta cidade, sendo oficiante o Exmo. Revmo. D. Adelma Machado” (idem).

Imagem 19 - Recibo do Jornal de Alagoas.

JORNAL DE ALAGOAS
 ORGÃO DOS "DIÁRIOS E RÁDIOS ASSOCIADOS"
 Rua Conselheiro Lourenço de Albuquerque, 111 e 115 | PUBLICIDADE | Endereço Telefônico—JALAGOAS
 Telefone: Redação e Administração, 383 | MACEIÓ — ALAGOAS

RECIBO Nº 02340 SERIE 2.ª Cr\$ 15.000,00

Recebemos do(s) Sr(s) Maria Maria de Castro a importância de Quinze mil e 000/100

proveniente de s/ Anúncio Publicitário inserida por 30º dia

2 vezes em 2 - 3 de abr de 1966

Selado c/ Cr\$ _____

VISTO: _____

Gerente _____

Maceió, 09 abril de 1966

Adelma Machado

Autor: Desconhecido; **Ano:** 09/4/1966; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

Não é possível afirmar, a partir dos dados coletados, que existiu cobrança e acompanhamento ao desempenho da professora, seja no processo de formação escolar, seja no trabalho, como Natalia Ginzburg (2018, p. 20-21) recordava ter ocorrido em sua família: “Mais tarde Gino matriculou-se em engenharia; quando voltava para casa depois de um exame e contava que tirara um dez, meu pai perguntava: - Como é que você foi tirar dez? Por que não dez com louvor?”. Nada parecia ser suficiente, em algumas famílias burguesas com pais envolvidos no trabalho intelectual: “E se havia tirado dez com louvor, meu pai dizia: - Ah, mas era um exame fácil” (idem). O fato de ter uma mãe envolvida com atividades do lar, em um espaço no qual o feminino era visto como um gênero de poucas possibilidades, parecia levar a professora palmarina a ser menos cobrada, nessa dimensão. Como indicam os textos já existentes, ela foi uma autodidata (Silva, 2021a). Entendeu que o conhecimento era necessário a vida, mais que ao trabalho, e nisso pareceu distanciar-se da família italiana aqui posta em análise comparativa:

Meu pai gastou sua vida na pesquisa científica, profissão que não lhe dava dinheiro; e tinha do dinheiro uma ideia das mais vagas e confusas, dominada por uma indiferença substancial; por isso, quando lhe aconteceu de ter que lidar com dinheiro, sempre o perdeu, ou pelo menos conduziu-se de modo a perde-lo, e se não o perdeu e deu-se bem, foi um mero acaso (Ginzburg, 2018, p. 38).

A palmarina parecia seguir o conselho dado por Clarice Lispector, na imprensa carioca utilizando-se do pseudônimo de Helen Palmer⁷⁸, mesmo não indiciando relação direta com a literata (28 out. 1959/Lispector, 2012a, p. 92-93): “Nós mulheres, principalmente, que sabemos encontrar tempo para tantas coisas, devemos arranjar uns minutos diários para a leitura. Não é necessário a leitura prolongada nem são precisos os livros complicados”. Os textos poderiam ser “coisa leve, variada, que nos dê uma visão rápida do mundo em que estamos e do que acontece nele, no campo das ciências, das artes, da política e... dos ‘disse-me-disse’” (idem). A leitura tornava as mulheres esclarecidas, e isso parecia interferir em seus comportamentos, ao que indicam os resultados dessa e de outras pesquisas atentas, direta ou indiretamente, aos debates de gênero (Almeida, 2007; Lopes, 2017; Silva, 2021a), e textos de mulheres que viveram o século (Jesus, 2020).

Um dos ex-alunos da palmarina recordou recentemente: “Eu considero a professora Maria Mariá de Castro Sarmiento como a primeira feminista de Alagoas. E

⁷⁸ A literata publicava frequentemente em uma coluna intitulada: Correio feminino.

ela... tinha umas coisas engraçadas porque ela. Eu acho que ela era a única mulher que utilizava calça comprida. E então. E ela era uma liberal” (*apud* Sarmento, 8 set. 2021a). Não se referia ao liberalismo como posicionamento político. Falava que ela era liberal porque mostrava, em comportamentos e em palavras, uma defesa a liberdade de expressão (Silva, 2021a). Embora as fotografias apresentem momentos específicos, elas somam aos escritos ao retratarem uma mulher pouco encaixada em padronizações (imagem 20).

Imagem 20 - Maria Mariá e sua irmã em Maceió.



Autor: Desconhecido; **Ano:** 1983; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

O exílio que sofreu por deixar-se ver, entre alunas, em trajes de banho (Silva, 2021a), exemplifica o repúdio que causavam às suas ações desviantes. Mas essa não era a única imagem que deixava entre estudantes que por ela passaram. Edimilson Correia Veras observava algo simples que aparece nos dicionários biobibliográficos (Silva; Bomfim, 2007; Barros, 2005) como um dos característicos da adjetivação de feminista: “Calça comprida, entrava numa república de homens. Mas era respeitada” (Sarmento, 8 set. 2021a). A preposição posta na fala do personagem citado evidencia que o respeito a uma mulher com tal comportamento era algo a ser considerado, pela atipicidade. Semelhante ao depoimento de Geraldo Vergeti, quando recordava às férias por ela passadas na Fazenda Santo António⁷⁹:

⁷⁹ Também chamada de engenho.

Eu acho muito engraçado porque a Mariá dava mau exemplo a todas comunidades rurais. Que as mulheres não andava escanchadas e a Mariá foi a primeira mulher que andou escanchada em cavalo e usou calça comprida. As mulheres andavam de banda nos cavalos, quase caídas, e ela não, ela começou foi a esquipar montada no cavalo. Beber cachaça vigi Maria [sic]. Mas era uma pessoa muito extraordinária (*apud* Sarmiento, 6 out. 2020, s.p.).

Ainda nesse relato, surpreendeu o anúncio de um relacionamento que quase foi levado ao casamento em sua juventude: “E quando tinha festa no Sueca ela sempre ia lá, que naquele tempo era ela sempre e prefeito Antenor Uchôa⁸⁰. Foi noiva e dançou algumas vezes no armazém lá do Sueca” (Sarmiento, 6 out. 2020, s.p.). O suposto noivo, foi um personagem que marcou a história palmarina pelo envolvimento com a política e o comércio locais (Filho, 2012). Ele também aparecia no escrito memorialístico de Povina Cavalcanti (1972, p. 11): “De repente, eis-nos na praça da matriz e o nosso carro parado em frente à residência do Prefeito Antenor Mendonça Uchôa, logo cercada por muita gente, que ali nos esperava⁸¹”.

No dia 26 de novembro de 1967, o Diário de Pernambuco o mencionava em uma notícia sobre saúde pública: “Antes do natal esta cidade contará com uma praça igual ao Jardim dos Martírios, de Maceió, graças ao trabalho encerrado pelo **prefeito Antenor Uchôa**. Setenta mil cruzeiros novos serão aplicados no novo logradouro, cujos trabalhos estão bem adiantados” (Marchantes [...], 26 nov. 1967, grifos meus). Sabe-se, por meio da matéria e da memória de um conterrâneo que ele foi prefeito durante esse período, segunda metade da década de 1960. Entre 1967 e 1969, as pessoas o mencionavam como ocupante de tal cargo, mas ele também chegou a ocupar essa posição em outro momento, de acordo com memórias de José Nicanor Filho (2012, p. 23): “Foi prefeito de União dos Palmares por duas vezes”. Em uma delas, os relatos dizem que ele estava noivo de Maria Mariá, e em outra fonte, foi definido como casado com uma parenta de Arnon de Mello: “Antenor de Mendonça Uchoa era casado com dona Elza (família Arnon de Melo)” (idem). Como Maria Mariá, o personagem também circulava entre os municípios interioranos, quando político:

Com os recursos enviados pelo Vaticano, por ocasião das enchentes do rio Mundaú, que destruiu quase totalmente a cidade de S. José da Laje, o sr. Tarciso Toledo Carnauba, secretário de Assuntos Extraordinários, acompanhado do Bispo Auxiliar, Dom Elizeu Maria, irá àquela cidade, no sentido de definir o local onde deverão ser construídas 50 casas na localidade de “Rocha Cavalcante” e que terá o nome de Conjunto Paulo VI. Para

⁸⁰ Atualmente esse é o nome de uma praça na cidade de União dos Palmares.

⁸¹ Povina Cavalcanti fala do ano de 1969.

acompanhar a aplicação dos recursos enviados pelo Papa, foi construída uma comissão do prefeito Antenor Uchôa, de União dos Palmares, D. Elizeu Maria, Bispo Auxiliar, um representante da Câmara Municipal e do Clero lajense. Atendendo apêlo da Igreja, essa ajuda do Vaticano às vítimas das enchentes do rio Mundaú não será prestada em forma de doação, mas de Fundo, a fim de que cada flagelo pague sua casa, através de módicas prestações a longo prazo, sem juros e correção monetária (Hélcias; Baptista, 11 jun. 1969).

Parecia ser alguém envolvido com causas que dialogavam com as que ela também defendia⁸². Não existe uma data entre os documentos que defina a duração do suposto noivado⁸³. Estando verídica, a fonte informa que Maria Mariá esteve noiva em momentos anteriores ao casamento deste personagem com outra pessoa, portanto, antes da década de 1960, dada a curta vida do político, que, por sua vez, faleceu em anos seguintes ao mandato: “[...] faleceu em 18.07.1972. Irmão de Dan Clads de Mendonça Uchoa, teve três(03) filhos; Manoel, Augusto e Nair. Antenor de Mendonça Uchoa era comerciante” (Filho, 2012, p. 23). Provavelmente também antes da década de 1950 (Silva, 2021a), dada a ausência de uma voz ou menção a uma figura masculina, no momento em que sofreu exílio por ações consideradas subversivas ao gênero feminino e ao trabalho docente (idem). Os textos escritos e as imagens até aqui localizadas, não apresentam nada sobre as relações amorosas vivenciadas pela professora. Possivelmente porque ela mantinha anônima essa dimensão da vida privada. Também chama a atenção a ausência dessa informação em jornais que tratam dos seus feitos públicos.

Entre os arquivos fotográficos, também estava captado um momento no qual a professora batia no busto feito em homenagem ao poeta Jorge de Lima, em 10 de março de 1959. A fotografia era destinada à tia, com a seguinte mensagem em verso: “[...] tia Lifi: que tal esta sova?” (imagem 21). Embora no ano já se mostrem evidências do progresso conquistado pelo feminino, desde o advento das reivindicações feministas fortalecidas nas décadas iniciais de República, o controle aos corpos e ações ainda eram comuns na América Latina, no Brasil e no interior de Alagoas (Silva, 2021a). Herança da cultura estabelecida no decorrer dos séculos:

⁸² Cabe ressaltar que busquei por informações desse personagem entre os jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, mas encontrei apenas duas menções, e as duas na década de 1960, uma em 1967 e outra em 1969. Os jornais consultados foram: Correio da Manhã, Diário de Notícias, Diário de Pernambuco. Não cheguei a consultar com essa preocupação o Jornal de Alagoas, porque ao me deparar com a informação do noivado, já havia analisado todos os blocos, desse periódico, que iria utilizar nesse momento da investigação, e estava em fase de escrita.

⁸³ Não descarto a possibilidade dessa informação, sobre o noivado, ser falsa. Todavia, a mantenho no texto porque acredito que ela abre caminhos para a elaborações de hipóteses em momentos futuros de pesquisa.

Nos anos finais do século 19, as mulheres, de acordo com as remissas do positivismo, corrente que havia tomado corpo no país e sido assimilada pelas mentes ilustradas da época, eram vistas como seres dotados de atributos de pureza e doçura, responsáveis pela preservação da família e da moral cristã, mães generosas, espíritos de sacrifício, salvadoras da pátria, o que as colocava como responsáveis por toda a beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social (Almeida, 2007, p. 70).

Segundo o que a iconografia e os escritos, até aqui colocados, indicam, ela foi o exato oposto de tudo o que se esperava de uma mulher, sobretudo abastada. Para fortalecer esse argumento, basta comparar o que proferia publicamente com o que traziam mulheres como Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Getúlio Vargas. A última dizia, quando entrevistada por Clarice Lispector e questionada sobre sonhos para um futuro: “Já fui tudo – ou quase tudo – nessa vida: filha de advogado, deputado, ministro, presidente, chefe de governo nacional, presidente constitucional, diretor e, novamente, presidente constitucional” (Revista [...], 16 jan. 1977, p. 218). Alzira Peixoto parecia ter vivenciado, na vida, as conquistas do seu pai. Ao que indica a colocação feita, não tinha sonhos seus. Parecia ser uma sombra das pessoas com poder: “Casei com um capitão-tenente que era Interventor Federal e foi deputado, embaixador, ministro de Estado, ministro do Tribunal de Contas, governador do Estado do Rio, senador e almirante” (idem). O oposto da professora palmarina, sempre lembrada pelo que foi individualmente (Silva; Bomfim, 2007; Barros, 2005; Silva, 2021a).

Imagem 21 - Maria Mariá afrontando o busto de Jorge de Lima.



Autor: Desconhecido; **Ano:** 10/3/1959; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

Na última fotografia mencionada (imagem 21), Maria Mariá diminuía o poder de um intelectual de importância reconhecida no país da época, assim como já havia feito em texto (Silva, 2021a; 2020), ação que mostra a sua afronta aos costumes tradicionais. O busto que agride em fotografia é o mesmo que mostra como importante conquista cidadina, dez anos mais tarde, ao escritor biógrafo Povina Cavalcanti (1972, p. 11): “Mariá Sarmento, indócil, quer mostrar-me tudo. Vamos ver o busto de Jorge numa pracinha sossegada, como convinha que fosse. Em seguida, o grupo escolar com o nome do poeta”. Ela foi e fez muitas performances, nas variadas fases da existência. Os textos, até o momento sobre ela divulgados, ressaltam, entre outras coisas, a sua boemia. Era distinta, em variadas situações, das mulheres idealizadas por Clarice Lispector, em texto jornalístico: “O fato de uma mulher ser livre não implica que ela deva libertar-se também dos liames de moral e pudor, que são, afinal, embelezadores da mulher e, portanto, indispensáveis à sua personalidade” (Palmer, 21 ago. 1959/Lispector, 2012, p. 91). Mostra que o pudor pode ser desconsiderado, em alguns momentos, quando não agride a dignidade humana, ou simplesmente quando pode não ser pertinente ao momento e situação. Tudo dependerá de como as localidades interpretam tal terminologia. A professora palmarina não se diferenciava tanto do irmão de gênero oposto, em comportamentos:

Ela tem um irmão chamado Paulo de castro sarmento, que passou muito tempo sendo o único advogado de União. Depois ele foi ser promotor de Mata Grande, né. Mas nunca deixou de morar em União. E tinha uma característica. Eu acho que eu dizer isso não desabona a memória dele. Era meio boêmio, não é. Era meio boêmio. Ele inclusive, eu me lembro, meu pai tinha um botequim, que ele armava na festa da padroeira, e ele chegava para tomar cerveja. E ele lá pras tantas, ele dava discursos. E eu achava lindo os discursos que ele dava [sic]. Como se defendendo, defendendo um réu, né. E eu achava, eu achava muito bonito ele fazer aqueles discursos empolgado, e coisa e tal. Então era uma figura interessante. E passou muito tempo sendo o único advogado de. Lá de União dos Palmares” (Sarmento, 8 set. 2021a).

As escolhas que fez como mulher levaram-na a ser olhada com estranhamento e com respeito, tudo dependia de quem a observava. O tratamento que recebiam os homens burgueses na cidade, assim como dos parentes aos quais mantinham-se vinculadas, estava muito relacionado a cultura familiar. Mas, como se percebe, os parentes da professora eram pessoas influentes em União dos Palmares, chegando a ser notados com admiração pelos conterrâneos do mesmo tempo e de tempos posteriores.

No Rio de Janeiro, apresentado por Raquel de Queiroz (24 abr. 1966, s.p.) durante a segunda metade do século XX, mulheres como ela seriam definidas como

estrangeiras: “Sáí sozinha. Lê livros ‘fortes’. Viaja sem companhia – ah, isso era o máximo! E a declaração mais ousada da moça ‘americana’ era que não pensava em casar ‘queria antes gozar a vida’”. Poder sair de casa sozinha era um dos privilégios que tinham mulheres residentes de cidades pequenas, dados os perigos dos grandes centros, como também dizia Raquel de Queiroz (24 jan. 1967, s.p.) ao descrever a condição do Rio de Janeiro: “Armam-se homens e mulheres, pais de família e donas de casa... Sair à noite sem a sua arma no coldre ou na bolsa, já é coisa do passado. Com sol claro já não digo. Ainda a gente arrisca. Mas de noite nem ir no botequim da esquina comprar cigarro”⁸⁴. Independentemente da idade: “senhora sozinha, moça, coroa ou anciã, se enfrentar a via pública sem acompanhante, poderá perder, além da bolsa e a vida, algo que outrora mais que a vida se prezava” (idem). A vida boemia que Maria Mariá levou, sobretudo nos anos finais da sua existência, foi possível pelo característico do lugar de origem, mais que pela classe.

Diferente da família de Clarício Bugarim, os seus parentes não parecem ter lhe abandonado após completar uma dada idade: “Meu pai, eu devo muito a ele isso. Ele me educou, como eu disse já a vocês já no começo, nos melhores colégios que podia tê [sic]. Mas quando eu completei 18 anos, meu pai disse: A partir d’agora, você vai trabalhar por conta própria” (Sarmiento, 15 nov. 2021, s.p.). De modo geral, as famílias abastadas pareciam reconhecer, com dificuldades, os seus privilégios: “O meu pai era um humi que falavam que ele era muito rico. Mai não num era. Ele tinha era patrimônio. E um patrimônio difícil de ser gerido. Empresa de luz e água, cinema e um bocado de casa alugada” (idem). Ele tinha um patrimônio.

A classe abastada interiorana era semelhante a existente em todo o país da época. Faz recordável a declaração feita por Raquel de Queiroz (17 abr. 1966a, s.p.), no *Jornal de Alagoas*: “Uma das contradições da civilização moderna é a escravização dos ricos ao trabalho, contrabalançada com o relativo alívio dos pobres, a imagem do rico ocioso é coisa que só aparece na propaganda comunista”. A literata parecia fazer uma distorção da realidade: “Enquanto nós, os pobres mesmo, pelo menos vivemos só de mão para boca. Damos conta mal e mal da tarefa a que nos obrigamos, mas o resto do tempo é nosso” (idem).

⁸⁴ É interessante notarmos que a literata discorre sobre a condição da capital do país em tempos de ditadura, o que mostra como os regimes repressivos costumam manter e agravar a violência provocada pela desigualdade socioeconômica.

Os personagens citados pareciam distantes em ideias dos que refletiam sobre os problemas sociais. Os que problematizavam as hierarquias seriam definidos por Antonio Gramsci (11 fev. 1917/Gramsci, 2020a, p. 35) como socialistas: “[...] o sentimento vivo de não ser apenas membro de um pequeno grupo círculo de interesses imediatos (o município e a família), mas cidadão de um mundo mais vasto, com outros cidadãos com os quais é preciso compartilhar ideias, esperanças, dores”. As ideias ingênuas diferenciavam-se, inclusive, do que se via na Itália por meio de uma família de classe média contraposta ao fascismo (Ginzburg, 2018).

Maria Mariá parecia diferenciar-se de Clarício Bugarim (Sarmiento, 15 nov. 2021). O gênero também influenciava essa diferenciação, porque construía experiências sociais distintas, como recordava Mara, em texto publicado no Jornal de Alagoas:

Tristeza de ser mulher... Quantas mulheres, por este mundo a fora, sentem ainda esta indefinível tristeza, aliada a um vago sentimento de revolta ante as injustiças de que continuam a ser vítimas em suas vidas de solteira, casada, desquitada ou viúva?... É um sentimento que persiste malgrado a evolução do tempo, as alterações do código civil, a luta ‘de igual para igual’, nas repartições, nas faculdades, nos cursos, a luta pela vida enfim. As brasileiras continuam sempre escravizadas à sociedade no que de mais íntimo possuem no amor, nas decorrências do amor e na eterna condenação que num desquite é sempre a mulher a sofrer, mesmo que lute bravamente para mostrar honestidade e decência, para mostrar esta independência em sua vida particular, independência que só os homens possuem (Mara, 20 abr. 1966a, s.p.).

Diferenciava o poder pelos gêneros, sobre os seus corpos e escolhas: “Para o homem, no casamento, no desquite, no amor existem tôdas as faculdades, tôda a compreensão e tolerância. Mas para as mulheres infelizes, desquitadas, ‘amigadas’, abandonadas, - nada mais existe que uma ‘fiscalização’ cruel da sociedade” (idem). Rita Palmeira, aparece na semana posterior a data de publicação da supracitada matéria para fortalecer o argumento:

[...] se, na ciência, na arte, na burocracia, na diplomacia, a mulher, hoje, já caminha paralela ao homem, no amor, na parte sentimental que é justamente o maior quinhão que lhe foi conferido, aquele que a faz mais feliz, para a qual ela foi realmente talhada, para ser esposa e mãe, negam-lhe, quase sempre essa felicidade. O direito de escolha e de perjúrio somente a eles lhes cabe. A mulher ou é ridicularizada ou desprezada pela sociedade que logo passa a estigmatizá-la com o epíteto de <<semvergonha>> (Palmares, 28 abr. 1966, s.p.).

Muitos eram os pontos que diferenciavam e aproximavam as mulheres e as pessoas que circularam entre localidades de interior e capitais, no país e fora dele. As formas de tratar o gênero eram distintas, assim como as experiências dele. Jorge de

Lima, em reação ao chegar no Rio de Janeiro, deixou evidente o estranhamento causado pela divergência cultural entre regiões: “Alguns meses levou Jorge de Lima a ver o Rio de um modo diferente daquelas outras vezes que aqui estivera. Lembrava-me bem, certo dia, em que ambos viajávamos num ônibus, em direção a Copacabana” (Cavalcanti, 1969, p. 118). Nessa viagem, “[...] pela altura do Flamengo, Jorge me confessou a impaciência. E me perguntou: - Quando v. veio para o Rio, não se sentiu também assim desanimado? Ele achava penosa aquela expectativa” (idem). Aquele era um lugar que não lhe pertencia e não o fazia sentir-se pertencente. Ainda parecia ser um outro dentro de si.

A profissão docente, assim como fez a de médico e literato exercida por Jorge de Lima, permitiu que Maria Mariá circulasse variados lugares: “O menino de compadre Dedinho, a quem estou ensinando, vai fazer exame no dia 14, em Satuba⁸⁵. Certamente chegarei depois do dia 10 para ir para Garanhuns⁸⁶” (Sarmiento, 2 fev. 1962, s.p.). Permitia-lhe viver do próprio dinheiro: “Peça a Paulo Cr\$ 500,00 do meu dinheiro e mande levar em casa de compadre Padrinho hoje, porque o portador vai voltar amanhã muito cedo, e eu estou frita, e quero fazer uma transação” (idem). Diferenciava-se de muitas mulheres do mesmo lugar (Silva, 2021a), como ela mesma deixou claro em alguns textos jornalísticos (idem). Era capaz de planejar a compra da própria casa, independentemente de como essa fosse estruturada: “[...] desejaria comprar sua casa, mesmo(**rasura**) inacabada como está pois este(**rasura**) velho museu em que mora, casa de tapa do tempo do ronca em g. Diabo era membro, (**rasura**), com o madeiramento e as paredes se deteriorando progressivamente” (Sarmiento, s.d.⁸⁷, s.p.).

Também se diferenciava por ter ocupado outros cargos, no decorrer da vida, como a direção de escolas e a Inspeção Regional de Ensino, levando-lhe a receber cartas com pedidos bem específicos: “Tendo que ir hoje para o Bolão, levando todos de casa; venho pedir para você dispensar o Roberto (aluno de Carmelita) das provas; no período de dois dias, pois a Carmelita disse que isto só com o seu consentimento” (Montenegro, 27 mar. 1966, s.p.). Ao que parece, existia um grau de autoridade superior, quando comparado com demais docentes. O trabalho era indicado, após a morte da sua mãe, como atividade capaz de lhe distanciar da dor provocada pela perda:

⁸⁵ Satuba é, desde o século XX, dos municípios constitutivos do estado de Alagoas, próximo a capital.

⁸⁶ Cidade localizada no município de Pernambuco.

⁸⁷ Essa carta não apresenta data e nem cidade. Nos anexos, ela encontra-se transcrita e seguida da fotografia do texto original, com todos os elementos do tempo.

“E você já começou a trabalhar, espero que sim pois o trabalho as vezes nos ajuda a esquecer as amarguras da vida” (Loris, 19 mar. 1966, s.p.).

A leitura também aparecia nas cartas, assim como nos textos jornalísticos: “Escreva para Silveta amanhã, e diga que recebi o bilhete que ela me fez daí, mas não respondo hoje por falta de tempo. Ela me escreva domingo por Raimunda e mande alguma coisa para eu ler” (Sarmento, 2 fev. 1962, s.p.). Maria Sílvia, como indicado em uma imagem arquivada, compartilhava com ela momentos em Maceió, durante o ano de 1983 (imagem 20). Maceió que era uma capital com espaços que também recordavam o interior. Espaços que apareciam na memória de Mara, pseudônimo que acreditei pertencer a Maria Mariá, até um dado momento desta investigação:

As que saudade sinto da velha pracinha que vi nascer e formar-se pouco a pouco como parte de minha vida! Sinto uma saudade tão estranha e inexprimível que me vem o desejo insano de abrir os braços e estreitar a pracinha querida junto ao coração com todos os seus moradores – tão bons vizinhos! – e lá guarda-los só para mim, tentando desesperadamente reviver um pedaço da minha vida que já se foi e não volta mais! (Mara, 17 jan. 1967, s.p.).

Mara parece ter sido o pseudônimo de uma outra professora do estado, que venho investigando paralelamente. Alguns dos seus textos jornalísticos fazem pensar sobre a vida de uma mulher que, aos poucos, foi mostrando-se conservadora na cidade de Maceió. Uma capital descrita por quem a olhava da margem: “Pela manhã a ‘lagoa’ Manoel Duarte – como a chamávamos – refletia nas suas águas paradas o vulto dos estivadores que passavam para o Pôrto, e vez por outra ouvíamos o grito e as pragas de alguns que tinham chapinhando na lama, sem querer” (idem). Em um estado que, olhado amplamente, abrigou muitas tendências culturais com o passar do tempo: “Valdemar Cavalcanti, avaliando os novos romances alagoanos escreveu que a nossa ficção não desapareceu com Graciliano Ramos. O mesmo deve ser dito quanto aos nossos poetas, pois é evidente que muitos deles deixarão a sua marca para a posteridade” (Moliterno, 21 jul. 1985, s.p.). Um Graciliano que, de acordo com Moacir Medeiros de Santanna, tinha uma de suas produções esquecida entre artigos publicados na revista, já fora de circulação em 1960: *Cultura Política* (Santanna, 10 jul. 1960, s.p.). De acordo com a matéria: “[...] é de se presumir que tenha sido publicado apenas naquele órgão da imprensa provinciana, de circulação limitada, daí constituir-se uma página literária esquecida do grande escritor alagoano” (idem).

O jornal que por esse repórter era utilizado para trazer a memória escritos de um intelectual local, também era um lugar que recordava às especificidades de cada geração de escritores: “Jorge de Lima, também apontado como o maior poeta deste século, conquistou o seu espaço na história cultural do país. Seu poema ‘Invenção de Orfeu’, está colocado ao lado de ‘Os Lusíadas’ e da obra de Fernando Pessoa” (Moliterno, 21 jul. 1985, s.p.). Autores inspiradores de Maria Mariá (Silva, 2021a), assim como foram outros. No Diário de Notícias de 4 de julho de 1952, recordava-se a presença de monumentos históricos que remetiam ao tempo colonial, na cidade de Santa Cruz: “[...] ali estão as curiosas ruas Pedro I. Teresa Cristina, Isabel, Barão de Laguna, Visconde de Sepetiba, do Império, Marquês do Herval... No alto da rua Lopes de Moura, no centro da pequena praça Dom Romualdo, fica a matriz local”. Ainda de acordo com a matéria: “[...] embora haja sido edificada pelos primitivos jesuítas sofreu tantas reformas com o correr do tempo, que, na atualidade, coloniais só serão, mesmo, os seus alicerces” (Ruas [...], 4 jul. 1952, s.p.).

As gerações que acessavam essas matérias encontravam um espaço de formação, ao mesmo tempo que viam o passar da vida em seus lugares de origem e em outros. O cotidiano é encontrado por meio dessas informações jornalísticas. Um cotidiano em processo de transformação, que se fazia ao tempo que fazia o que entendemos por realidade brasileira. Como influencia-nos a perceber Álvaro Vieira Pinto (2020, p. 37): “[...] o Brasil é a sua história, é indiscernível dela, pois a sua própria constituição em âmbito geográfico é fato histórico, processou-se ao longo do tempo, deve-se a causas objetivas e só se explica em forma de sucessão cronológica historizada”⁸⁸.

Isso ficou perceptível quando contatei a história do Jornal de Alagoas. Periódico que se construiu com o passar do tempo, passando por transformações múltiplas, embora se reconheça que “[...] a imprensa em Alagoas também surgiu sob o signo da política. Craveiro Costa e outros autores confirmam isso” (Alagoas, 1988, p. 20). Ele nasceu, como ressaltado pelos seus memorialistas, “[...] numa fase das mais agitadas da política partidária da ‘Terra dos Marechais’. Silveira destinou-o ‘uma linha de opinião com independência’. Em determinados períodos de nossa história, não

⁸⁸ Cabe ressaltar que ao fazer essa afirmação, o filósofo não está estabelecendo uma maneira única de escrever história. Não falou sobre escrita, nesse momento. Explicou que para se perceber os fatos, é preciso nota-los como partes de uma completude que sempre se manteve em processo de evolução. Portanto, não preciso adotar uma escrita com estrutura que respeita a sequência de datas de acontecimentos existentes em um caso particular, mas preciso entender que esse caso está dentro de uma completude que se modificou e que continua em movimento, ao tempo e espaços diferentes.

deixou de comportar-se como aliado governista” (idem). Portanto, não é possível dizer que os que escreveram para esse jornal foram neutros em escolha partidária, como definiu-se a professora estudada (Silva, 2021a). Remetendo-se ao que foi mostrado no capítulo anterior, ele chegou a ser censurado por personagens que participaram da história palmarina, durante o ano de 1932 (Restrições [...], 3 jul. 1932, s.p.). Ao mesmo tempo, já possuiu matérias assinadas por Arnon de Mello (Alagoas, 1988, p. 21), político definido em livro memorialístico como um dos intelectuais importantes para o momento inicial do jornal, entre outros nomes da literatura brasileira:

Raquel de Queiros, José Lins do Rego, Arnon de Mello, Aluísio Branco, Júnior Auto Guedes de Miranda, Assis Chateaubriand, Valdemar Cavalcante, Pavina Cavalcante⁸⁹, Luiz Mesquita, Fulgêncio Paiva Félix Lima Júnior, Manoel Diégues Júnior, Pontes de Miranda, Jorge de Lima, José Maria de Melo, Ledo Ivo, Austregésilo de Athayde, Carlos Moliterno, Tadeu Rocha, A.S. de Mendonça Júnior, notáveis entre os mais. Adalberto Marroquim, rui Palmeira, Afrânio Lages, Abelardo Duarte, para citar alguns dos mais notáveis e antigos nomes da cultura nacional.

Arnon de Mello foi aluno nas aulas de Antropologia e Sociologia ministradas por Gilberto Freyre, entre 1936 e 1937, de acordo com informações presentes em uma das obras que publicou (Mello, 1958). Ao mesmo tempo que também assinou, entre 1931 e 1957, os seguintes livros autorais: *Os sem-trabalho da política* (1931); *São Paulo venceu!* (1933); *Africa (viagem ao império português e à África do Sul)* (1940); *A verdadeira situação de Alagoas* (1957). Além de *Uma experiência de Governo*, publicado em 1958. No dia 19 de setembro de 1953, o personagem proferia ao povo alagoano um discurso, especificamente na Associação Comercial de Maceió, e tentava expor um modo de perceber a população e a política:

Sou, realmente, posso dizê-lo sem receio de contestações, um homem que, há mais de dois anos e meio, se consagra totalmente ao trabalho de servir-vos. Nesse espaço de tempo, terei, naturalmente, errado; mas nunca em mim arrefeceu o empenho de vos ser útil e de corresponder à vossa confiança, nem mesmo quando as injustiças e as incompreensões, as injúrias e os agravos poderiam encher-me de desalento e de desesperança. Nesse labor, que só não me exaure as energias porque não me tem faltado o vosso estímulo, nem sempre haverei de todo atendido aos vossos anseios, mas nunca lhes fui indiferente (Mello, 1958, p. 47).

Era um discurso semelhante aos de outros políticos, daquele e de outros tempos (Brasil, 1987). Alguns nem chegavam a produzi-lo, como evidenciam as informações anteriormente levantadas nessa pesquisa, ao se mostrar que Maria Mariá foi responsável

⁸⁹ O livro apresenta a escrita nesse formato mesmo. Todavia, o nome do personagem é: Povina Cavalcante.

pela elaboração de muitos discursos proferidos por políticos conterrâneos (Silva, 2021a). Já recordava Edilma Bomfim, em reportagem ao *Gazeta de Alagoas*: “Era comum ser solicitada para redigir discursos, falar em público e resolver dúvidas de gramática. Com essa prática, recebeu na cidade a alcova de dicionário ambulante” (Bomfim, 2001, p. 3). Não foi a única, no período, Carolina Maria de Jesus (2020, p. 39) também o fez, na década de 1950: “Começo a revoltar. E a minha revolta é justa. [...] Levei o assoalho porque estou esperando a visita de um futuro deputado e ele quer que eu faça uns discursos para ele. Ele disse que pretende conhecer a favela, que se for eleito há de abolir as favelas”.

Quando busco minhas memórias de infância, recordo que ouvi muitas vezes menções a Maria Mariá, como alguém que ajudava outros em atividades de leitura e escrita. Parentes e amigos mais velhos diziam tratar-se de uma mulher subversiva. Alguns afirmavam que ninguém deveria seguir aquela influência, quando jovem, outros diziam ser importante estudar como ela estudava. Distintas eram as opiniões. Entre repúdios e admirações, a personagem fixou em memórias locais e nacionais.

3.3. Um viver itinerante em movimento de certezas fúnebres: vida de mulher

A escolha profissional também se colocava como algo definidor de uma moralidade: “Mas moça que queria ser médica era fogo. As mulheres da família pensavam logo nas imoralidades que a moça tinha que enfrentar durante o curso” (Queiroz, 24 abr. 1966). O corpo mantinha-se controlado pelas vestes, na vida profissional e comum: “Manga curta tinha hora mesmo pelos começos da era de trinta, no auge da manga de cova e do vestido acima do joelho (moda muito parecida com a de hoje)” (idem). Assim como as mentes eram delimitadas pelas ideias diretivas ao gênero (Silva, 2021a; 2022a; 2022b; 2022d).

[...] era grosso não saber dizer as palavras na bôa pronuncia francês, ‘tailleur’, ‘chauler’, com a boca em coração, como ‘coeur’. Sinão todo mundo ficava pensando e comentando que pessoa tão sem berço, não aprendeu sequer francês! Era pouco mais ou menos como agora com o inglês. Pode não saber mas tem que fingir que sabe” (Queiroz, 24 abr. 1966, s.p.).

A necessidade de agradar, de ser aceita, de pertencer a um grupo padronizado, tudo pode ter afetado o binarismo: homem e mulher. Dos meninos também era cobrada a formação, como mostrava o texto que Raquel de Queiroz (18 jan. 1967, s.p.) escreveu sobre a educação esperada para um dos seus tios, em 1880: “Adolescente, mandaram-no

estudar no Rio, no Colégio Abrílio. Era assim que se fazia naquele tempo: moço ‘de família’ tinha que completar os estudos na Capital Federal por questão de prestígio”. Formação escolar humanista, ressaltada como influente na inquietude do poeta Jorge de Lima: “[...] nutria os espíritos com sua poesia e prosa inspiradas, e confortava e animava as pessoas com suas habilidades médicas. Aos pobres seus cuidados eram gratuitos e a cordialidade e fidalguia se faziam constantes no trato com as pessoas” (Sarmiento, 13 maio. 1983, p. 3223). Ele era, portanto: “[...] inquieto diante da condição humana e do destino do homem” (idem). Assim como foi a professora Laura Brandão⁹⁰, lembrada no Jornal de Alagoas pelo seu viúvo companheiro, Octavio Brandão (10 jul. 1960b, s.p.): “[...] patriota e humanista brasileira, de origem alagoana – foi uma educadora nata. Sempre se preocupou com os problemas e as tarefas da educação do novo Homem, a formação das novas gerações brasileiras”. Percebemos que a cobrança às crianças burguesas pela escolarização, como já comentamos em momento anterior deste capítulo, era frequente, sobretudo uma escolarização clássica, que por sua vez, diferenciava-se em propósitos entre os gêneros.

Imagem 22 - Memórias da professora Maria Mariá.



Autor: Desconhecido; **Ano:** Desconhecido; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

⁹⁰ Essa personagem foi uma poetisa, professora e militante comunista. Foi casada com Octávio Brandão, e falecida em 1942, no lugar para o qual migrou após ser expulsa do Brasil, durante a década de 1930: União Soviética (Bernardes, 2018). Como escritora, teve a sua produção rebaixada incontáveis vezes (idem).

Ainda recorro a pergunta norteadora de uma das mais importantes pesquisas iniciadas por Eliane M. T. Lopes (2017, p. 18-19): “[...] quem educa, quem educou essa mulher, classe média, que vai ser professora e mãe de família, matriz reprodutora, biológica e ideológica, ou a ‘outra’, transgressora de costumes?”. Quando escrevia tal obra, a renomada pesquisadora já mostrava as muitas formas de ser mulher. Fazia uma pergunta pertinente, mas que por muito tempo foi associada apenas aos espaços de escolarização. De acordo com o que vimos até aqui, por meio da longa e labiríntica viagem feita desde os capítulos antecedentes, a formação é multidimensional. Já vimos que ela passa pelo lugar de origem e fica na memória dos que a vivenciam, por meio das suas contraditórias experiências. É expressa a partir de registros deixados. Registros singelos, as vezes de momentos anteriores a vida de quem os reencontrou e arquivou como partes da tradição de um espaço (imagem 22).

Registros do que viram e do modo como vivenciaram cada experiência. Do que esteve fora e do que esteve dentro da rotina, ora leve, outrora pesada: “[...] é bom voltar para casa. Creio mesmo que toda viagem ou estada no exterior só é útil quando se resolve em experiência aplicada à terra natal. Sai-se de Ne York com temperatura de 6 graus abaixo de zero e chega-se ao Rio com 39 à sombra. Quando á sombra” (Queiroz, 3 fev. 1967, s.p.). A formação se dá em lugares destinados ou não a esse fim.

Recordemos novamente os jornais, com suas colunas e textos sugestivos: “Nas suas páginas estão as mais importantes campanhas cívicas em benefício de Alagoas e do Brasil, as informações indispensáveis aos estudiosos de nossa história relacionadas ao progresso e aos problemas nos variados campos de atividades” (Alagoas, 1988, p. 20). Nele estava explícita a condição do país que, nos anos iniciais de ditadura, era desprezado pela América do Norte, como parecia mostrar a escrita prosaica de Raquel de Queiroz (3 fev. 1967, s.p.):

Ver o Brasil, ouvir, Brasil, que de lá parece tão diferente e ignorado como um continente na lua. E daí, talvez a lua funcione muito mais do que o Brasil no noticiário americano. Escutar português carioca, pau de arara, mineiro. Sentir a mistura nacional, tão inconsciente de que representa uma tremenda conquista social – e aliás nessa própria inconsciência ou nessa espontaneidade é que está a sua importância. Meu Deus, como cansa a gente, na América dos americanos, a automática separação das pessoas, mesmo quando há integração, ou especialmente quando há integração!

De acordo com Octavio Brandão (Brandão, 3 jul. 1960a, s.p.), em momentos próximos à morte, a professora Laura Brandão discorria sobre a saudade sentida do Brasil que conheceu em outrora, por vezes, também ditatorial: “Tão longe do Brasil, nos

umbrais da Ásia, Laura, cheia de nostalgia, falava sobre o país natal, o povo, os operários e as operárias do Rio de Janeiro seus companheiros de lutas na cidade natal”. Recordava-se: “sua nostalgia era de cortar o coração. Sentindo o frio, vendo o céu nublado, as árvores sem folhas, os campos cobertos de neve. Laura evocava o sol ardente, o céu azul e os campos sempre verdes do Brasil” (idem). Intencionado ou não, o esposo dessa professora, a partir do registro escrito, impedia que os feitos de uma mulher que exerceu a docência e atuou na política estadual e nacional, fossem esquecidos.

No Jornal de Alagoas, de 5 de março de 1966, esteve a *Coluna Feminina* indicando a sua razão de existência ao noticiar práticas convencionadas como de mulheres: cuidado com crianças, zelo com lar, moda (Viviane, 5 mar. 1966). Foi esse impresso, lugar de muitos eventos: “além dos conflitos armados que envolviam o mundo até agora, memoráveis posições a prol da paz estão nas colunas do Jornal de Alagoas, bem como outros movimentos que modificaram substancialmente a trajetória da humanidade” (Alagoas, 1988, p. 20). Foi um entre muitos outros, mesmo quando o fazia indiretamente, e mostrou que a imprensa foi um lugar influente na construção de uma espécie de mentalidade coletiva.

Recordemos o que dizia Jinzenji (2010, p. 172) ao estudar a Minas Gerais imperial: “A imprensa periódica liberal moderna deixava também suas marcas na defesa à família, considerada a base para uma sociedade livre”. O *Mentor das Brasileiras*, por essa pesquisadora estudado, deixa evidente o seu propósito ao contribuir “[...] para a circulação dessas ideias e valores. Segundo essa concepção, a família era considerada célula do organismo social, e de seu bom funcionamento dependia o bom funcionamento da sociedade” (idem).

Esse imaginário de família, composta por um patriarca e uma mãe e esposa que deveria sacrificar o seu bem estar em função do bem comum, permanece no século XX a ponto de fazer com que todos os exemplos de mulheres contrárias a isso tornem-se lendários, algo que se viu ocorrer na trajetória de Maria Mariá: “[...] reinou (e ainda permanece) soberana na sua terra natal, como uma estrela sempre em ascensão, legando à posteridade um mundo de idéias, renovação, conquistas, culturas e desprendimento em favor da terra que nasceu” (Bomfim, 01 ago. 2001, s.p.). Percebamos que a lenda também é uma produção social intencionada em manter algo em evidência, seja como positivo, seja como negativo, como também ressaltou, em tese, Amanda Haydn (2022).

No caso das mulheres, os que analisam atitudes atípicas, colocam-nas como pessoas que ultrapassam o tempo: “De um lado, por ser uma mulher bastante avançada para a sua época, passou por algumas ‘amarguras’ que a transformaram, em alguns momentos da sua vida, em uma criatura irreverente, dura, briguenta, resistente, autoritária” (Bomfim, 01 ago. 2001, s.p.). Partindo de um ponto de vista, de fato ultrapassaram, dada a produção de novos modos de ser e pensar, decorrentes das suas rebeldias. A obra da escritora Carmen Silva, comentada no Jornal de Alagoas por Edison Carneiro, evidencia esse olhar transviado à realidade:

Não há dúvida d que estas páginas foram escritas para a mulher de hoje e não para aquela entidade abstrata a que os filhos de imaginação ainda chamam de ‘o sexo frágil’ ou ‘o eterno feminino’. As questões aqui discutidas – de modo franco, mas delicado – interessam a moças e velhas, mães e espôsas noivas e viúvas e, certamente, tanto a garotas transviadas como a donzelas pudicas e românticas. Carmen da Silva descobre novas maneiras de tratar o trivial das ocorrências cotidianas e lhes confere uma dignidade que é uma das surpresas dêste livro (Caldas, 6 abr. 1966, s.p.).

Foi esse comportamento, que ultrapassa o comum e é inadequado ao tempo, que defini como próprio de intelectuais, em outro momento (Silva, 2021a). Já reconheci, portanto, que não existe intelectualidade distanciada de engajamento social, ao tempo que este não é o único característico definidor de tal condição (idem). Assim sendo, embora concorde com os apontamentos feitos por Amanda Haydn (2022), ao dizer que a mitificação ao intelectual é uma produção, nem sempre os que foram mitificados e denominados de tal maneira podem ser dignos dessa categorização. Aqui também discordo pontualmente de Jean-François Sirinelli (2003), sobretudo do que ele dizia discordar: “Jean Paul Sartre dizia que um intelectual tinha obrigação de ser engajado, como se engajamento fosse consubstancial ao estado do intelectual” (Ferreira, 2013, p. 408). A intelectualidade e o engajamento caminham em conjunto, como já discorri em texto introdutório. Esse engajamento pode se dá também no campo das ideias, como já constatei em outro momento ao mencionar como exemplo Domenico Scandella, o Menocchio (Ginzburg, 2006). Ao considerar como intelectuais grupos como os de professores, por exemplo, Jean-François Sirinelli (2003), generaliza uma categoria e desconsidera as micro disposições.

Formou-se entre docentes: “sou filho do pós-segunda guerra mundial. Nasci na Córsega. Meus quatro avós eram professores primários, e meu pai, que era professor de literatura grega, fez carreira na Sorbonne” (Ferreira, 2013, p. 408). Uma categoria de profissionais que recebeu muitas formas sociais, com o passar da história. Foi julgada

de variadas maneiras pelos mais diferentes espaços: “Há uma profissão no Brasil, aliás de caráter mundial, cujos titulares, em grande parte, não correspondem a missão de alta responsabilidade a que se destinam. Essa profissão é a de professor, bem entendido, professor de curso primário, o feste-escola⁹¹” (Silveira, 7 abr. 1966, s.p.). Mesmo pelos que reconheciam a condição precária dos seus profissionais (idem). Uma profissão já exercida por pessoas leigas, como parece indicar a informação comemorativa publicada no Correio do Norte: “Cinco novas professoras estão lecionando no grupo escolar Luiz Davet, todas normalistas, os alunos estão contentes porque irão aprender melhor êste ano” (Krisan, 25 fev. 1967). Com salário compatível:

Ganhando o salário de 9 a dezesseis mil cruzeiros mensais os professores municipais de Canoinhas são os mais mal remunerados da Zona Norte do Estado. Trabalham todos sem o menor estímulo – denúncias chegaram à Câmara de Vereadores que muitas professoras quando vêm chegar alguma visita à Escola, escondem-se porque nos trajes que lecionam, não permitem se apresentarem perante ninguém. Uma verdadeira calamidade publica fatos como este ainda acontecem em Canoinhas e num Município arrecadando CEM MILHÕES DE CRUZEIROS (Professores [...], 5 dez. 1964, s.p.).

Realidade bem semelhante à de professoras palmarinas (Silva, 2021a). A década de 1960, mesmo com as transformações políticas, parece ter colocado a formação para o magistério primário, em alguns estados e regiões do país, como instrumento para o progresso nacional: “**O Círculo de Estudos e Pesquisas Estaduais de Canoinhas** leva ao conhecimento dos Professores Canoinhenses e Formandos, em geral, que se acham abertas as inscrições para o ‘**Curso de Aperfeiçoamento do Ensino Primário**’” (Professoras [...], 14 jan. 1961, p. 4, grifos do documento). Ao que parecem indicar as notícias, alguns dos cursos foram ministrados em escolas técnicas: “As aulas serão dadas, geralmente, funcionando o Curso entre os dias 23 e 28 dêste, na sede da Escola Técnica do Comércio” (idem).

Algumas, influenciadas ou não pelos espaços formativos, exercitaram mecanicamente as atividades próprias do ofício, e concluíram suas carreiras com a caracterização de missionárias: “Depois de muitos longos anos de intensivo trabalho na ardua e delicada missão de educar, vejo a aposentar-se a bondosa e abnegada servidora de ensino em nosso Grupo Escolar, a IRMA MELÉGIA” (Almeida, 24 set. 1966). Religiosamente esforçadas ao trabalho que engrandeceria a pátria: “Esta coluna se congratula com a nova fase de vida que se iniciou dia 14 do corrente para IRMA MELÉGIA que tão bem soube dignificar com seu trabalho de educar a nova geração de

⁹¹ O jornal apresenta a grafia dessa forma, mas a palavra seria: mestre-escola.

hoje que serão os responsáveis pelos incertos dias de amanhã” (idem). Ao mesmo tempo que outros construíram novos comportamentos e novas identidades, Maria Mariá esteve entre os últimos e ficou na memória de ex-alunos como alguém de postura desviante:

Por exemplo, era proibido estudantes do Ginásio Santa Maria Madalena. Era proibido fumar mesmo fora das dependências do ginásio, era proibido você fumar. Fumar na praça com a farda era proibido. E a professora Mariá, ela permitia fumar na sala dela. E a gente adorava, né. Até porque, criava um problema sério com o diretor do ginásio (Sarmiento, 8 set. 2021a, s.p.).

Basta compara-la com outras de mesmo tempo (Silva, 2021a), e observar as orientações dadas ao trabalho docente (Silva, 2022d). Como dizia Celeste de Pereira, no O Diário da Manhã: “O ensino pré-escolar requer de cada professor um conhecimento de psiquiatria, psicologia e de medicina preventiva” (Pereira, 27 jul. 1933/Brandão; Alves, 2002, p. 172). Era isso que o Manifesto de 1932 (Azevedo, 2006b) enfatizava e assim muitas mulheres e homens seguiam, focados nas especificidades estudantis e no controle dos corpos e pensamentos, mesmo após as críticas postas a partir da década de 1950, fortalecidas pelo segundo Manifesto (Azevedo, 2006a).

Vejamos que o movimento feminista vigorante na primeira metade do século XX, que trazia a público ações e escritos de mulheres que tentavam modificar a estrutura social que, sendo ancorada nos princípios patriarcais, as impedia de viver livremente e as destinava a uma condição uniforme, sempre submissa a figura de sexo oposto, ilustrava-se no comportamento de Maria Mariá. O movimento defendia a instrução como capaz de interferir no processo de libertação, como já vimos discutindo aqui:

A necessidade de se instruírem e se educarem passou a constituir motivos de reivindicações para algumas mulheres envolvidas com as idéias veiculadas pelo feminismo mundial, como forma de alterarem um destino imposto pela sociedade conservadora e moralizadora (Almeida, 2007, p. 82).

Mas como notamos também, nem sempre as mulheres instruídas fugiam das padronizações. Isso se mostra a partir das reações ao comportamento adotado pela professora palmarina, que chamava a atenção, ainda na segunda metade do século XX. Recordemos também que era esse mesmo feminismo, vinculado ao qual estava o Movimento Democrático Feminino. O último, capaz de manifestar apoio às medidas ditatoriais estabelecidas em Alagoas, por meio de matéria publicada 29 de abril de 1966, na imprensa estadual: “Aguardamos agora que o novo Interventor General Tubino,

diante destes fatos, queira tomar uma atitude também. E se quiser a ajuda do Movimento Democrático Feminino, estamos á postos. Só não podemos agir ‘de pés e mãos atados’ como estamos até aqui⁹²” (Mara, 29 abr. 1966). O pessimismo que Flora Ferraz apresentava, em 1933 (Silva, 2022d), parecia ainda mais compreensível na década de 1960. Como ela dizia em enquete para o Diário de Maceió, em 10 de fevereiro de 1933:

[...] apesar de mulher, julgo prematuro o movimento feminista que se opera no Brasil. Imaturo porque a mulher brasileira não está ainda, absolutamente, preparada, educada, para enfrentar a luta a que se candidata, uma vez que lhe falta o requisito essencial para o bem servir a sua causa: a Independência (Ferraz, 10 fev. 1933/Brandão; Alves, 2002, p. 155).

Muitos dos grupos de mulheres ainda pareciam aprisionados pelos costumes de longa duração. Eu já dizia, tempos atrás, ao pensar sobre a atuação do jovem ativismo feminino, representado por nomes como Rosa Luxemburgo, Lili Lages, Luisa Luisi, entre outros: “Havia, nas jovens ativistas, o desejo de mostrar que o feminino precisava de uma trajetória digna, possuindo condições salariais satisfatórias. Algumas normalistas também fizeram isso quando criticaram o descaso com a profissão e com a formação de docentes” (Silva, 2022d, p. 16).

Em alguns casos, o engajamento na política mostrava-se como potencialmente conscientizador, como reconhecido também por Flora Ferraz: “O que seria inegável é que tomando parte direta na política nacional a mulher irá adquirindo, aos poucos, experiência econômica, que é a base, o alicerce sobre que repousa todo o futuro triunfo feminino” (Ferraz, 10 fev. 1933/Brandão; Alves, 2002, p. 156). E concordado pela professora uruguaia Luisa Luisi (1922). Em Alagoas, Flora Ferraz (10 fev. 1933/Brandão; Alves, 2002, p. 156) indicava o nome de Lili Lages, como voz importante na Assembleia Nacional Constituinte, agendada para os meses finais de 1933:

[...] procurando alguém em que se note alguns dos requisitos por mim considerados indispensáveis para tal investidura, vem-me logo à mente o nome da Dr^a Lili Lages, que além de economicamente independente (condição essencial), é uma das figuras de mais evidência no cenário feminino do Estado e uma das mais devotadas ao engrandecimento da mulher alagoana.

⁹² Nesse texto jornalístico fica claro que Mara fez parte do Movimento Democrático Feminino, o que tem ajudado a chegar ainda mais próximo de quem estava por trás desse pseudônimo.

Lili Lages já havia participado, em 1932, da comissão de elaboração de um anteprojecto constitucional, ao lado de nomes como Bertha Lutz: “Maceió, 21 de junho, Telegraphamos presidente Getulio Vargas, pedindo nomeação Bertha Lutz comissão ante-projecto Constituição (a) dra. Lili Lages, presidente Federação Alagoana Progresso Feminino” (A mulher [...], 5 jul. 1932). Inspirava outras mulheres, por ser uma pessoa pública que simbolizava vitórias do feminino na imprensa: “A dra. Lili Lages, presidente da Federação Alagoana pelo Progresso Feminino, foi nomeada assistente da cadeira de Oto-rhyno-laryngologia da Faculdade de Medicina da Bahia” (Victoria [...], 5 jan. 1933).

Unida à Bertha Lutz, a supracitada intelectual compartilhou experiências na União Universitária Feminina (imagem 23), e sobre isso o Diário de Noticias discorreu em 14 de janeiro de 1934: “Basta lembrar que são membros desta associação universitaria as dras. Ormindia Bastos, Carlota Pereira de Queiroz, Bertha Lutz, Carmen Portinho, Lili Lages, Maria Luiza Bittencourt, Juana Lopez, Maria Esther Ramalho, Maria Rita Soares de Andrade” (Um dia [...], 14 jan. 1934, p. 3). Associação preocupada com os direitos trabalhistas femininos: “[...] única em seu molde na America do Sul, nos fins que se pretende, quaes sejam o de defender os interesses femininos nas profissões liberaes e o de pugnar pelo seu desenvolvimento intellectual cada vez maior” (idem).

Imagem 23 - Mulheres no Ensino Superior.



Autor: Diário de Noticias; **Ano:** 14 de janeiro de 1934; **Acervo:** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁹³.

⁹³ A imagem pode ser acessada em jornal originário, por meio do link: http://memoria.bn.br/docreader/093718_01/17678.

Uma expressão dessa preocupação aparece no relato jornalístico de Rachel Crotman (18 set. 1934, p. 6), exposto no *Diário de Notícias* de 1934, quando discorre sobre a condição dos abrigos destinados às crianças pobres: “Nós as outras, alheias a tudo o mais cuidamos de entrar na intimidade de São Salvador... O Abrigo de Menores é uma instalação midernissima, com uma situação topographica excepcional. Tem perto de 300 asylados do sexo masculino”. Na matéria, o relato de Bertha Lutz destaca a distinção assistencialista entre os gêneros: “A dra. Bertha Lutz declara: - Elles só cuidam de homens, e não fazem nada para as meninas. Nós é que devemos ocupar-nos com ellas...” (idem).

Percebe-se que dentro dos movimentos havia subdivisões, e que essas interferiram nos modos de perceber a educação, o trabalho docente e o feminino, em diferentes circunstâncias. O envolvimento com a assembleia constituinte de 1933, foi um marco importante para o que passou a ser colocado em pauta posteriormente: “A constituinte reuniu-se em assembleia no dia 15 de novembro de 1933, no Palácio Tiradentes. Para entende-la, é mister remontar não apenas às Revoluções de 30 e 32, como ao ordenamento jurídico eleitoral que a precedeu” (Politti, 2012, p. 30). E, para além das mulheres feministas, contou também com nomes da intelectualidade alagoana, entre os assinantes do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (Silva; Machado, 2022), com histórico de influências no estado: “Um ilustre alagoano, Sampaio Dória, Professor da Faculdade de Direito de São Paulo, que tão importante papel iria desempenhar na luta de 1932, assinalara, já em 1930, que, realizada a tarefa preparatória de estabelecer as condições da nova legalidade” (Politti, 2012, p. 10).

O progresso social no modo de perceber as mulheres e a docência, tornou possível as críticas feitas ao controle à vida dos que exerciam tal profissão durante a segunda metade do século XX: “É mal compreendido, mal visto, mal remunerado e responsável ainda por tudo o que os outros fazem de errado, desde o senhor Ministro da Educação ao diretor do estabelecimento onde leciona a sua especialidade, ‘testa de ferro’ como diz” (Silveira, 7 abr. 1966). Críticas que influenciaram a professora Maria Mariá (Silva, 2021a), ao mesmo tempo que também permitiram que outros a destinassem atenção. Percebemos, na escrita de Povina Cavalcanti (1972, p. 11), o lugar por ela ocupado na cidade de União dos Palmares:

Quando estou a saltar, espocam girândolas de foguetes e uma banda ataca uma marcha triunfal. (Novamente me transporto àquela praça nas noites de novena da Padroeira, com o foguetório festivo e a sua música vibrante.) O rádio está anunciando a chegada do ditoso uniãoense, que volta às suas

plagas ungido pelo sentimento amoroso da terra de há muito tempo afastado. Não chego para os abraços. Mariá Sarmiento vai ser o nosso cicerone. Apresenta-me aos componentes da banda. O chefe do conjunto me revela: ‘conheci muito seu pai’. E abraça-me, como se abraçasse o velho Cavalcanti. Atacam novos números em minha homenagem.

A banda que recebia Povina Cavalcanti parecia ter substituído a que Maria Mariá retratava na década de 1946, anos anteriores. A fotografia (imagem 24) dessa banda, localizada no arquivo pessoal da professora, continha em verso o seguinte escrito: “Como lembrança do primeiro aniversário da interessante garota⁹⁴ GLEIDE a caricatura geral do JAZZ=BANDD de União dos Palmares”. Destacada a presença do professor **Odilan Medeiros**.

Imagem 24 - Uma banda Palmarina.



Autor: Desconhecido; **Ano:** 17/11/1946; **Acervo:** Arquivo pessoal da professora Maria Mariá.

Sendo para a cidade natal, um modelo atípico de docência e de feminino, a professora Maria Mariá fez predominante, em seus arquivos, a visibilização às pessoas comuns, como já notado no primeiro capítulo. Pessoas entre as quais estavam professores e professoras, em seus êxitos e em suas decadências (Silva, 2021a). A realidade por ela retratada em impressos ou manuscritos, não era distinta da que se via em tempos anteriores ou posteriores à sua existência. Vemos que as formas de vivenciar o gênero e o magistério, atrelava-se muito à classe social e econômica da qual as

⁹⁴ A grafia da palavra aparece assim na fonte.

mulheres derivavam. Isso torna-se ainda mais evidente, quando comparamos a história de Maria Mariá com a da professora palmarina Dona Mocinha. A segunda apresentada por ela ao escritor Povina Cavalcanti (1972, p. 12): “Mariá deixou para o fim o acontecimento maior. Disse-me: - Agora, vamos ao encontro de sua primeira professora. Ela o espera com ansiedade. Minha professora primária. Aprendi o alfabeto na escola de D. Mocinha de Medeiros”. Mocinha apresentava como razão da sua existência, as conquistas dos estudantes que por ela passaram. O mesmo fazia Luiza de França (Silva, 2021a). Ambas homenageadas em nomes de escolas durante a contemporaneidade (Filho, 2012).

Os alunos pareciam ser como filhos que ganhavam espaços distintos na sociedade, levando-as na memória: “Ainda forte, com ar saudável, ela chorou de emoção. Não contive as lágrimas, também. Ela me afagava. Alisava minha cabeça coberta de cabelos brancos e dizia, quase sufocada: - Êle era tão peladinho... Não pronunciava os erres...” (Cavalcanti, 1972, p. 12). Aos poucos, Povina Cavalcanti também desvela, sutilmente, a relação longínqua estabelecida entre as professoras e as suas assistentes de ensino: “Mas D. Mocinha tinha uma adjunta, sua parenta. Chamava-se... chamava-se... Argemira. Argemira Medeiros, que me ensinou a ler, que me botou nas mãos a cartilha de ABC” (idem). Como reconhecido por J. Silveira (7 abr. 1966, s.p.), após ressaltar elementos capazes de precarizar as vidas atuantes na docência:

Dentre outros povos, mesmo alguns menos civilizados do que o nosso, é tratado com respeito, certa consideração e visto sempre como aquele que transmite as letras, as artes e as ciências de uma geração para outra, sempre com um carinho, uma abnegação e o mais vivo interesse, próprios de verdadeiro sacerdócio, conseqüente de vocação excepcional.

O magistério, tratado como atividade missionária desde a sua constituição como profissão no Brasil (Saviani, 2013), foi enfatizado assim em projetos educacionais do início do século XX, por vezes repensados na segunda metade do supracitado período (Silva, 2021a). Os problemas da profissão ilustravam-se por meio dos fenômenos: “[...] há que ressaltar as mortes brutais e precoces de professores em finais do século XIX e início do XX. Desde o professor de primeiras letras Eduardo Wanderley, que não chegaria a concluir o curso de Direito, faleceu em 1887” (Dias, 2021, p. 8). Variados casos de mortes precoces: “[...] suicídio em São Paulo do professor José Francisco Soares (1892), o assassinato brutal do padre e professor de primeiras letras José Prudente Telles da Costa (1897) e o suicídio do poeta e professor do Liceu de Maceió, Aristeu de Andrade (1905)” (idem).

As vidas que passavam pela docência, por se diferenciarem a partir do gênero e da classe, também desvelam o modo como se constituíram identidades a partir da interação dos indivíduos com os seus múltiplos espaços de atuação. Os lugares das transformações cotidianas. Os lugares das ínfimas experiências, capazes de moldar os pensamentos e os permitir: transviar, ultrapassar muros que deixavam de ser grandes demais. Muros que deixavam de demarcar terras não pertencentes. Embora poucos tenham transgredido em pensamentos, quando o fizeram possibilitaram o mesmo a outros e outras. O capital financeiro foi influente, como se percebeu, mas não foi o único marcador determinante. A origem interiorana de Maria Mariá, assim como de outras mulheres mencionadas neste capítulo, parece ter lhe permitido olhar com maior sensibilidade para os outros, mesmo quando as suas escolhas político-partidárias pareciam inconsistentes com os atos de bem estar popular.

É possível dizer que sujeitos imersos em suas necessidades coletivas e particulares, tentaram fazer transformações sociais micro e macroscópicas, mesmo quando não se colocavam publicamente defensores de teorias progressistas. Mostraram que o pensamento progressista recebe razão de existência por meio das ações em prol do bem comum. Notamos até aqui, que nem sempre os intelectuais que se definiram defensores da justiça social, praticaram-na. Eles mostraram-se contraditórios quando as suas ideias publicizadas apontaram para direções opostas as suas ações. É perceptível, também, que alguns personagens comuns que apresentaram pequena visibilidade nacional, acabaram colaborando com a existência de transformações grandiosas por meio de pequenas ou grandiosas ações rotineiras e pouco visibilizadas.

Ao construir-se pessoa em uma cidade pequena, já apresentada por meio de arquivos por ela guardados no desenvolver da vida, Maria Mariá conviveu com situações de marginalização, mesmo parecendo ocupar uma condição econômica de privilégio. Ao olhar o modo como foram tratados os grupos marginalizados (pobres, mulheres, pessoas do interior), lhe permitiu construir um olhar indignado, e isso colaborou com a constituição da sua personalidade, somando à herança cultural familiar e ao trabalho docente. Os dois últimos, repletos de privilégios e subalternidades.

A análise comparativa feita neste terceiro momento do texto nos permitiu caminhar pelos marcadores influentes na construção da sua percepção da realidade, por uma mulher palmarina: 1) família; 2) itinerâncias entre o interior e a capital do estado de Alagoas e de outros estados; 3) o transformar e permanecer das estigmatizações de gênero. As ideias de sociedade da professora, que já se expressam no que vimos até

aqui, aparecem nos trabalhos educacionais com os quais manteve-se envolvida, em sua percepção crítica ou mecanizada de educação escolar e de trabalho docente, mostrando as interfaces da precarização do magistério.

Capítulo 4**A EDUCAÇÃO DO POVO E O TRABALHO DOCENTE INTERIORANOS:
ENTRE FEMINISMO, CATOLICISMO E LATIFÚNDIO**

“Associar-se a um movimento quer dizer assumir uma parte da responsabilidade dos acontecimentos futuros, tornar-se artífice direto desses acontecimentos” (Gramsci, 11 fev. 1917, p. 2/Gramsci, 2020c, p. 34).

A formação das **ideias educacionais** da professora Maria Mariá, que foi sendo influenciada pelos marcadores expostos anteriormente, nos capítulos pelos quais passamos até chegarmos a quarta seção desse texto, ilustra-se, com maior efetividade, no modo como passou a analisar a docência, a escola e as pessoas comuns e públicas no transcorrer da vida. É um trajeto que evidencia os ditos de Pierre Bourdieu (Bourdieu, 1989a), ao acreditar que o que uma pessoa é, ancora-se no que ela antes foi, e indicia no que, em algum momento, ela poderá vir a ser. O sociólogo que acredita na reprodução e permanência dos lugares sociais determinados e determinantes, ao mesmo tempo, diz existir possibilidades de desvios ao que condiciona os agentes (*idem*).

Esses desvios e condicionamentos, apareceram no que vimos percebendo até aqui. Podemos notar que, ao tempo que Maria Mariá foi sendo desviante em ideias, ela manteve alguns costumes, expostos em ações, que a tornam identificável como pertencente a um lugar, ou decorrente deste, dada a possibilidade de tornarmo-nos partes de múltiplas instituições e territórios no transcorrer da vida. Como outras professoras e professores, ela também esteve influenciada pela tradição, em alguns momentos. Habitou-se ao agir comum. Compactuou com ideias e projetos contrapostos a própria condição. Vinculou-se a partidos com ideais até contrários aos que defendia em sua rotina. Os anos finais de sua vida, não chegaram a ser semelhantes aos de Eduardo Wanderley (Dias, 2021).

Ela não cometeu suicídio, como o último, e como outras pessoas que optaram pela morte diante das dificuldades postas pela vida. Como já dei a entender em momentos anteriores, pareceram mais semelhantes aos últimos dias de Jean-Jacques Rousseau (2017, p. 18): “Por mais que voltasse a mim, os homens não me encontrariam mais. Com o desdém que me inspiraram, o convívio me seria insípido e até mesmo custoso, e estou cem vezes mais feliz em minha solidão do que poderia me sentir vivendo com eles⁹⁵”. Se diferenciam dos dias de contrariedades. Até aqui percebemos que

⁹⁵ Trecho de um dos escritos presentes no diário que o intelectual escreveu nos anos finais da sua vida.

as individualidades, mesmo estando atreladas a estruturas globais, se diferenciam pelas múltiplas experiências. As ideias e experiências de vida são comparáveis ao que, a partir da geografia, foi apresentado por Manuel Diégues Júnior (1952, p. 58), como organização territorial interdependente⁹⁶: “[...] as vilas; outras de tipo rural, as fazendas, os engenhos, as propriedades rurais, participam, através de suas peculiaridades, como comunidades menores, de dentro do Município, que é a comunidade maior”.

O Brasil do século XX, reservava para mulheres um destino próximo ao que recordamos em capítulo anterior. Rememoremos que algumas das mulheres alemãs, retratadas em artigo escrito publicado pela professora uruguaia Luisa Luisi, em 1922, diante das dificuldades financeiras acabavam desistindo de viver, e, com isso, faziam crescer os acasos de suicídio no país europeu (Silva, 2022d). Parecia mais confortável a adesão à cultura, que destinava, por repetidas expressões, às pessoas aos lugares que lhes eram apropriados. No caso do Brasil, pelo que temos em registros, desde a colonização portuguesa, com o advento dos interesses da cultura europeia, percebemos a constituição de uma guerra de interesses expressa inicialmente pelo uso brutal dos poderes: econômico, social, de gênero, de raça. Esses últimos ancoravam-se nas ideias de um agente que se sobrepõe a outro agente em um campo que, pertencendo a todos, predispõe a necessidade de quem lhe coordene.

Percebamos que muitas pessoas, no decorrer da História, tentaram explicar como, e o porquê se deram as diferenciações entre os humanos, e como isso interferiu na atribuição de direitos que lhes são dispare, por vezes ancorados nessas diferenciações. Entre os colonizadores portugueses, a justificativa foi buscada nas parábolas religiosas, quando atribuíram, aos povos originários das terras que invadiram, a adjetivação de canibais e os compararam com Cam: “Filhos mais novos de Noé, Cam, pai de Cannã, rira da embriaguez do pai desacordado e por isso fora amaldiçoado e condenado a ser ‘servo dos servos’” (Schwaecz; Starling, 2018, p. 21). A desobediência de um antepassado aos costumes, justificaria o tratamento cruel que receberiam de quem privilegiava os bens materiais em detrimento das vidas: “[...] pavimentava-se o caminho religioso para as futuras justificativas da escravização, não só dos índios como dos negros africanos, ambos considerados descendentes da maldição de Cam” (idem).

⁹⁶ Cabe ressaltar que ao fazer essa comparação estou utilizando-me de uma linguagem metafórica para mostrar que a ligação entre os territórios pode ser comparada a ligação entre as ideias. São interligados, mas se diferenciam porque possuem necessidades e experiências próprias.

Recordemos o que dizia o Padre Cícero Romão Batista (Baptista, 20 fev. 1931, p. 309/Silva, 1982), ao justificar ao latifundiário Basiliano Sarmento, a necessidade de Escolas Salesianas no Ceará de 1930 (idem), algo mencionado no desenvolvimento do capítulo 2 dessa produção. As padronizações dispostas pela religiosidade, e evidenciadas desde a fundação da cidade de União dos Palmares, interferiram na constituição da percepção de sociedade, consequentemente de educação, da professora Maria Mariá, e somaram ao que já se fazia presente como vestígio dos determinismos estruturais.

Ainda no século XIX, como bem recordava Jane Almeida (2007, p. 81), “[...] a religião era o marco fundamental sobre o qual se assentavam as aspirações, os costumes, as tradições, a política, a vida social e a economia. Sob sua sombra onipresente constituíam-se as identidades e normatizava-se a vida social e a sexualidade”. Controladas também no campo das ideias, por intermédio da formação, como expressa a História das Mulheres, algo já explorado em capítulo anterior: “[...] não eram mais as procriadoras incultas, mas as futuras esposas educadas, conhecedoras das necessidades do marido e dos filhos, alicerces da moral e dos costumes, fiéis guardiãs do lar cristão e patriótico” (Almeida, 2007, p. 85). A adaptação das mulheres ao destino estigmatizado ao feminino, se dava por uso do mesmo instrumento que ancorava a alienação atribuída aos povos originários no momento da colonização, como vimos percebendo até esse momento de diálogo. Povos vistos desde então como selvagens: “o argumento era que os canibais estavam longe dos valores da humanidade ocidental mas poderiam ser úteis como bons escravos” (Schwaecz; Starling, 2018, p. 22).

Algumas foram as tentativas de ruptura com os determinismos, como ilustra a experiência italiana: “os revolucionários de 1789 não previam a ordem capitalista. Desejavam implementar os direitos do homem, queriam que determinados direitos fossem reconhecidos aos componentes da coletividade” (Gramsci, 11 fev. 1917, p. 1/Gramsci, 2020e, p. 23). Direitos que, no Brasil, eram pisados pela crença na superioridade decorrente da inferioridade, progressivamente ilustrada, de: etnia, gênero, classe. Um comentário feito pelo Diário de Notícias à obra de Domingo Barnés, exemplifica uma das tentativas apologéticas a obra de Francis Galton: “[...] ocupando-se imparcialmente da aptidão em ‘O genio hereditário’, foi dos primeiros que ensinaram a importancia de tratar as distinctas actividades humanas do ponto de vista exterior de suas condições e peculiaridades” (Educação [...], 13 dez. 1930, p. 7). Alguém citado na

matéria como inspiração para a prática docente: “E assim demonstrou, ao mesmo tempo, a necessidade de iniciar os adolescentes em Sociologia, e nos aspectos especiaes da Psychologia e da Physiologia” (idem). Galton⁹⁷ (1892), com sua teorização eugenista, fazia pensar algo semelhante ao que viu-se ocorrer a partir dos colonizadores, mas utilizando-se de uma linguagem científica. No último caso, para mostrar que, em sua ótica, existia um grupo de pessoas superiores a quaisquer outras.

Mesmo durante as tentativas de apresentação dos equívocos presentes nessa teoria, manifestados, entre outras, pelas ideias da A.B.E. (Saviani, 2013), alguns grupos sociais persistiam na defesa às ideias de Galton (1892), como é o caso do jornalista Octavio Domingues (14 set. 1933, p. 2, grifos do documento): “O ambiente – seja no caso do genio, seja no do homem medíocre, seja no do homem normal, seja no da criança – não passa de um *excitante*, de um factor de *reacção* para a herança biológica”. Jean-Jacques Rousseau (1979), com teoria contraposta, ao sugerir o que denominou de *Educação Negativa*, ele mostrou como a sociedade, com as características manifestadas, poderia interferir negativamente na construção da personalidade humana, indicando, como solução, a preservação da pureza infantil por meio do distanciamento das interações⁹⁸ (idem).

Essa perspectiva, que chegou a inspirar o Movimento da Escola Nova (Silva, 2021a), parece mostrar-se presente em algumas das colocações feitas por Cecília Meireles (7 nov. 1930/Meireles, 2001a, p. 8): “O educador sabe que, pelo seu esforço contínuo, pelas providencias de ordem técnica de que pode lançar mão, será capaz de ir atuando lenta mas profundamente na alteração dos cenários e das coisas humanas”. Ela destina a categoria docente ao lugar de servil, maximizando a necessidade do sacrifício: “Nem tudo, na vida, porém, é facilidade. Em todos os destinos há, lá um dia, uma rocha, que é preciso galgar. Nesse momento se revelam as criaturas tal qual são. Com seus sentimentos de coragem, de heroísmo, de sacrifício, de resignação, de verdade, de ódio...” (idem). A construção de um imaginário sobre a educação, parecia ir interagindo,

⁹⁷ De acordo com estudos à obra: “Com o propósito de estabelecer um conjunto de dados empíricos que justificassem a hereditariedade da genialidade na Exposição Internacional de Saúde de 1864, em Londres, Galton abriu o seu *Anthropometric Laboratory*, (*Laboratório Antropométrico*)” (Del Cont, 2008, p. 204). Espaço no qual “[...] procurou registrar, através de questionários, características físicas e intelectuais, oferecendo recompensas em dinheiro para a história familiar mais abrangente” (idem).

⁹⁸ Cabe ressaltar que esse é um comentário breve e, por assim definir-se, apresenta de modo superficial as características gerais da obra e do pensamento educacional de Rousseau, a partir da leitura a “Emílio ou da Educação” (Rousseau, 1979), para mostrar como os pensamentos de sociedade e educacionais, foram interagindo, no transcorrer dos séculos.

aos poucos, com a moldagem de um olhar para os profissionais que com ela estavam envolvidos (Silva, 2021a).

A sociedade, que recebeu muitos formatos e projetos, no decorrer da História, durante a República, ao dizer-se democrática, buscava preservar a mesma disparidade de origem. As pessoas anteriormente escravizadas, no Brasil, passavam a ocupar as profissões subalternizadas, a partir da organização social capitalista. Como recordado por Heleieth Saffioti⁹⁹ (1976, p. 13): “O modo capitalista de produção eleva ao máximo a contradição presente em todas as formações econômico-sociais anteriores assentadas na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano”. Ao mesmo tempo, as mulheres, inicialmente burguesas, que até o século XIX estavam limitadas às atividades do lar, passavam a conquistar o direito de exercer uma profissão compatível com o lugar a ser ocupado pelo gênero na sociedade (Chamon, 2005), como comentávamos no capítulo antecedente, ao discorreremos sobre o que diferenciava Maria Mariá de docentes como Dona Mocinha e Luiza de França.

A organização social capitalista, com suas múltiplas concepções sobre a divisão social dos bens, e ao continuar tratando a força de trabalho como mercadoria, mantém as características percebidas no momento de colonização, mesmo dizendo-se contraposta a elas: “A partir do momento, entretanto, em que o valor de troca penetra todos ou a maioria dos artigos produzidos, estes se determinam como e enquanto mercadorias e a própria força de trabalho ganha a mesma determinação” (Saffioti, 1976, p. 13). Embora as pessoas não sejam mais compradas, diretamente, para o exercício gratuito de funções, elas passam a vender as habilidades em troca de um valor que se acredita compatível. Esse valor, para um grupo social, não permite a aquisição do básico à sobrevivência.

Se observarmos com atenção, perceberemos a essência da teoria de Galton (1892), nos tratamentos, ao tempo que se profere o discurso de democracia. Uma democracia, a partir da república, liberal (Saviani, 2018) que, como já foi dito, por assim ser, passava a justificar as disparidades pelo uso da retórica convincente. Não é uma característica exclusiva do liberalismo ou do modelo colonial e imperial, como poderemos perceber ao acompanharmos a sequência dos fatos históricos em suas permanências e rupturas. Como anunciei em seção anterior, o modelo capitalista é, em si, contraditório. Nele, o ideal galtoniano aparece nas entrelinhas das propostas de

⁹⁹ Ela foi uma feminista socialista, orientada por Florestan Fernandes no doutorado, que na qualidade de marxista radical, fez críticas às lacunas existentes na obra de Marx.

sociedade que vão permanecendo pelos séculos. Permanece em tudo o que se fundamenta no olhar segregador aos humanos, a partir de alguma justificativa capaz de coloca-los como dotados ou não de direitos necessários a cidadania. As justificativas para as desigualdades se mantiveram, de modo implícito e explícito, mas receberam novos formatos.

As mulheres anteriormente escravizadas foram aderindo às funções manuais, sempre servis as famílias de posses (Schwaecz; Starling, 2018). Com o advento das pandemias, no século XX, as meninas órfãs, derivadas de famílias abastadas, por não possuírem acesso a herança dos pais, após a morte antecipada destes, eram destinadas a orfanatos e de lá saíam para profissões manuais também. Muitas foram as alagoanas acolhidas pelo **Asilo São José**, localizado em Marechal Deodoro, que, segundo a professora Maria Mariá, mostrava-se em bom estado na década de 1950, sob a direção da professora **Antonieta Leite** (Sarmiento, 11 out. 1956/Silva, 2021y).

Algumas das meninas órfãs saíam desses abrigos para o trabalho doméstico, e outras, quando acessavam a escola, ocupavam funções como a de docentes e a de datilógrafa, como já destaquei (Silva, 2022b). A forma de pensar a sociedade que transparecia na forma de pensar a escola, foi construindo um sentido próprio para o termo Democracia: “[...] o abandono da busca de igualdade é justificado em nome da democracia e é nesse sentido também que se introduzem no interior da escola procedimentos ditos democráticos” (Saviani, 2018, p. 39). A experiência democrática da escola moderna¹⁰⁰, seria ancorada na justiça aplicada na sociedade capitalista: “A determinação da força de trabalho enquanto mercadoria pressupõe a condição de homem livre de seu proprietário; mas, de outro lado, pressupõe também a ilusão de que essa liberdade extravasa os quadros da troca de capacidades e de produtos” (Saffioti¹⁰¹, 1976, p. 17).

¹⁰⁰ Anísio Teixeira (1934), ao discorrer sobre o que entendia por Democracia a partir de John Dewey (1979), ele defendia a importância de permitir que as pessoas se desenvolvam até os limites de sua capacidade, considerando que essa capacidade estaria ancorada nas necessidades de cada lugar e grupos social. Mesmo defendendo uma escola de qualidade para todos, ao propor a superficialidade na formação, justificada pelo respeito às diferenças, os escolanovistas acabaram por colaborar com a dualidade da escola e fortaleceram os comportamentos intencionalmente excludentes (Saviani, 2018).

¹⁰¹ Para quem pouco ou nada conhece da obra de Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (1976), cabe recordar que o que torna a sua escrita pioneira é a afirmação de que o seu texto sobre mulheres não é feminista, mas é analítico da essência do capitalismo, que, por sua vez, classifica todos os humanos em função dos bens materiais possuídos e negados. Um outro fato que me chamou a atenção em seu livro pioneiro, “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, foi o autor do prefácio: Antônio Cândido de Mello e Souza (idem), defensor da formação clássica a juventude brasileira, como já reconheci em outro momento (Silva, 2021a).

A ilustração aparece no modo como se foi fundamentando o imaginário sobre o trabalho docente, resultante no processo histórico de precarização: “Ainda esta semana o vereador Terézio apresentou à Câmara, requerimento solicitando providências do Prefeito Municipal a respeito à situação de abandono em que se encontram os professores municipais” (Professores [...], 5 dez. 1964). Pode-se dizer que a partir da década de 1950, com os tramites para a publicação do segundo manifesto escolanovista, a percepção de escola e de trabalho docente foi sendo reformulada, culminando em debates sobre a necessidade de conscientização da classe trabalhadora por meio, entre outros, da formação crítica (Pinto, 2021).

Em condições dispare, quando analisamos comparativamente, como vimos até o momento, os espaços interioranos apresentam condições específicas, que os diferenciam dos grandes centros brasileiros, e isso interferiu nas configurações do trabalho docente, e no modo com, no desenvolver da História, a profissão foi sendo pensada e percebida nos debates públicos. Somado a isso, as retratações de tal ofício, muito dependeram, no decorrer da História, de quem as fez. O lugar social de quem escreveu sobre o exercício do Magistério, fundamenta a percepção exposta, ao tempo que, socializada tal percepção em tempos e espaços específicos, pode-se notar potenciais transformações, por ela provocadas. Pensado nisso, ao pretender Verificar às informações presentes nas publicações de Maria Mariá, que desvelam a condição do trabalho docente na localidade de União dos Palmares, em diálogo com os resultados da CNEG em Alagoas, nesse capítulo, que continua o passeio feito pelas memórias labirínticas do passado, indago: **Como as informações presentes nas publicações da professora Maria Mariá, que desvelam o trabalho docente na localidade de União dos Palmares, associam-se a proposta educacional presente na CNEG?**

Próxima e distante dos olhares globais, a professora parece mostrar, por meio da escrita, um olhar que derivava de dentro. Dentro da cidade sobre a qual discorria, dentro da profissão, dentro da condição interiorana. Como já vimos notando, a consciência que Maria Mariá construía da Realidade Nacional, ancorava-se no que experienciava no espaço de origem, com as especificidades já exploradas em capítulos anteriores, unida a percepção que a formação, destinada a docentes em interação com as vivências em uma capital, proporcionava. Uma construção da realidade provocada por mediadores com os quais interagiu, sejam esse de origem territorial ou familiar, depois capazes de a tornarem mediadora também: “Quando se fala de mediadores culturais, parte-se do princípio de que existe uma séria de clivagens de tipo cultural numa dada

sociedade; tais clivagens, por seu turno, a existência de um conjunto de relações de poder” (Ginzburg, 1989, p. 131). Um poder que foi exercido por muitos. Na Itália de séculos anteriores ao que vimos conhecendo, a mediação era disputada por dois grupos: “como exemplo de mediadores culturais, podemos apontar os missionários jesuítas, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII e, por outro lado, as aristocracias de trabalhadores durante o mesmo período” (idem).

Jesuítas que se mantiveram mediadores no Brasil, durante a Colônia, Império e República (Haydn, 2022), a partir da última, disputando interesses com liberais. Ambos com propostas que marginalizavam e favoreciam as diferentes camadas sociais. Vinculados, durante o século XX brasileiro, a alguns latifundiários e representações políticas. Considerando-se os grupos com os quais busco relacionar a trajetória da Maria Mariá durante essa escrita, no desenvolver do presente capítulo mantenho-me focalizando atenção no vínculo estabelecido por ela com: **professores, latifundiários e jornalistas** alagoanos. Mostro, por meio dessa análise contextualizada, como a escrita sobre a precarização do trabalho, é capaz de mostrar o construir da identidade docente e das ideias educacionais da personagem.

Nesse momento, considero informações presentes em jornais, revistas épicas e livros memorialísticos (entre os quais encontram-se biografias), e a estes documentos, somo os categorizados como: atas escolares; registros da Escola Normal; relatórios de inspetoria. Por trabalhar com maior quantidade de produções escolares, confesso ter atribuído, por meio de tal experiência, sentido a afirmação feita por Leandro Karnal e Flavia Galli Tatsch (2009, p. 24): “[...] o documento em si, torna-se uma personagem histórica, com a beleza da contradição e da imprevisibilidade, com as marcas do humano”. Esse humano que Marc Bloch (2001), já dizia ser o objeto da história, nos exige buscar por documentos de muitas naturezas. Naturezas ressignificadas pelas necessidades postas no tempo presente: “[...] o documento é tudo aquilo que um determinado momento decidir que é um documento” (Karnal; Tatsch, 2009, p. 20).

Reitero, como vimos percebendo no decorrer da discussão, que após a primeira fase da Revista *Annales* (Burke, 2010), as produções escritas de caráter pessoal ou público, passaram a ser consideradas como dotadas de informações necessárias a História, a partir de um novo olhar para ela direcionado: “[...] o século XX estimulou a ampliação de objetos históricos e cumpriu o desejo de Bloch às vésperas de sua execução, que anelava dar o estatuto de ‘documento histórico’ a tudo que contivesse a possibilidade de vislumbrar a ação humana” (Karnal; Tatsch, 2009, p. 15).

Essas ações humanas encontram-se fragmentadas pela desorganização provocada pelo passar do tempo: “Trilha-se uma leitura em meio a fraturas e dispersão, forjam-se perguntas a partir de silêncios e de balbucios” (Farge, 2017, p. 91). Ideia que parte dos direcionamentos dados por Jean Mabillon, inspirador de Marc Bloch (2001), consequentemente de Carlo Ginzburg (1989). “A publicação da obra *De Re Diplomatica*, de Mabillon, em 1681, é o marco de uma nova postura diante dos documentos. Os textos agora são submetidos a inquéritos que envolvem paleografia e filologia, estabelecendo, de fato, a moderna Diplomática” (Karnal; Tatsch, 2009, p. 20, grifo do documento). O conhecimento paleográfico¹⁰², necessário a leitura de escritos do passado, permite organizar as informações presentes nas desorganizações dos arquivos. Nessa desordem escrita, vamos descobrindo traços como a caligrafia da personagem. Dado secundário, diante dos objetivos aqui postos, mas que favorece o caminhar pelo que essa pessoa foi em um tempo, permitindo a identificação do que foi, de fato, deixado por ela. Sobre as suas características, por menores que sejam.

Como recordado por Arlette Farge (2017, p. 91): “Se o arquivo serve realmente de observatório social, é só por meio da desordem de informações aos pedaços, do quebra-cabeça imperfeitamente reconstruído de acontecimentos obscuros”. Essa desordem também se faz presente na construção dessa documentação, levando-a conter, em alguns casos, apenas o que o produtor gostaria de transmitir ao público. Não por ventura, as fontes escritas escolares e iconográficas, necessitam de uma análise desconfiada. Desconfiança superior à que se deve direcionar a outros registros do passado, não por ventura é significativo utilizar os saberes postos pela filologia¹⁰³. Entender como foi construído o material que hoje consideramos como fontes.

Recordo que ao discorrer sobre um arquivo escolar em construção há mais de uma década na cidade de Pelotas, Eliane Peres (2019) reafirmava a necessidade de pensar, sob diferentes ângulos, os sujeitos em suas ações cotidianas. Arrisco dizer que a Escola Rocha Cavalcante, um dos campos dessa pesquisa, ao preservar as Atas Escolares e os Relatórios de Inspeção do século passado, compactuou com a atribuição de novos sentidos a escrita da História, mesmo sem percepção clara disso. Por meio

¹⁰² Estudei paleografia quando cursava graduação em Pedagogia. O meu curso de origem não ofertava disciplinas dessa natureza e, com o objetivo de me preparar melhor para a pesquisa, recorri ao curso de História para o trabalho com tais habilidades.

¹⁰³ Grosso modo, é o estudo de como são produzidos os documentos, considerando a sua materialidade e o seu sentido.

dessas fontes, unidas as demais já mencionadas, nesse capítulo perceberemos mais um determinante da construção das ideias da professora Maria Mariá.

Caminharemos por três momentos respectivos: *Vestígios de quem escreve o que vivi e vê: uma concepção entre outras*, quando vou apresentando a percepção de docência que mulheres, entre as quais estava Maria Mariá, com trajetória escolar efetivada durante a república, mantiveram, desvelando os progressos e regressos de suas experiências, como resultantes da evolução das ideias de sociedade; *Da educação que se planejava ao que diziam as entrelinhas: trâmites legais*, no qual vamos percebendo a relação das percepções da professora com o que a legislação brasileira vinha propondo para a primeira e segunda metade do século XX, com suas rupturas e permanências políticas; *Pensando à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG): diálogos com o cônego Teófanês de Barros*, quando se evidenciam as relações que as ideias de trabalho apresentadas pela professora estabelecem com a proposta de docência disposta na Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG).

2.1. Vestígios de quem escreve o que vive e vê: uma concepção entre outras

As memórias de infância de Maria José Dias da Costa, fazem pensar sobre as relações de gênero na zona rural de São Paulo, durante a primeira metade do século XX: “Não eram todos os filhos que podiam ir para escola, precisavam ajudar o pai na lavoura, nem as meninas eram poupadas. Acostumados, ninguém se preocupava. Devido à fé que tinham em Deus, aceitavam a vida como era” (Costa, 2020, p. 45). A condição não era distinta do que se via em União dos Palmares, em famílias como as da minha avó e as de Regina de Cordeiro Lins (Silva, 2021a), mencionadas no capítulo terceiro.

As mulheres pobres, como os casos particulares ilustram, não eram poupadas do trabalho pesado, e isso refletia no modo como cuidavam dos filhos: “Minha mãe era uma mulher nervosa por trabalhar demais, criava um filho por ano sem conforto e não podia reclamar, porque tinha que ajudar o meu pai, um homem doente e nervoso que tinha compromisso de pagar em dia a dívida de um terreno comprado” (Costa, 2020, p. 56). Os filhos recebiam o que os pais receberam em outrora: “Na época dos meus avós, os meninos ganhavam uma enxada e as meninas ajudavam a mãe na cozinha e em todo o serviço da casa, pois assim, quando completavam dezesseis anos, já podiam arrumar um bom rapaz e fazer um bom casamento” (Costa, 2020, p. 45). Isso si vivia em variadas regiões brasileiras.

As mulheres que decidiam não casar, como foi o caso da professora Maria Mariá, pareciam levar a profissão, ou mesmo o ideal de sociedade defendido, para a esfera privada. A transformação da casa em um ambiente para preservação da memória cidadina, parece evidenciar isso, na trajetória da supracitada palmarina. De acordo com matéria publicada pela professora Edilma Acioli Bomfim, em 3 de agosto de 2001, no jornal *Gazeta de Alagoas*:

Maria Mariá adquiriu o hábito de guardar e colecionar tudo e qualquer objeto que considerava de valor histórico. Morando sozinha, transformou a sua residência, (casa que pertencia à família do poeta Jorge de Lima e de onde do primeiro andar avistava a Serra da Barriga) situada na rua Correia de Oliveira, 65 em um museu e lá, em meio a belos móveis que remontam ao século XIX, reuniu um enorme acervo, tudo devidamente catalogado, segundo o seu critério: selos, dinheiro de várias épocas, placas com nomes de rua, revistas *Manchete*, *Fato e Fotos* e *Seleções*, livros (uma média de 240 volumes), folhetos de cordel, artigos de jornais da época, as pedrinhas que os alunos usavam para ir ao banheiro, telhas e pedaços de portas e janelas da igreja demolida e de casas antigas, ricas peças de louças, porcelanas raras, cerâmica, maguinhas¹⁰⁴ de datilografia, relógios, instrumentos musicais, fotografias, objetos curiosos como ‘uma xícara de bigode’, usada no começo do século XX por homem que tinha bigode. Além desse rico acervo, de valor histórico incalculável, uma das maiores curiosidades do que hoje é o Museu Maria Mariá são as ‘pastas colecionadoras’ (Bomfim, 2001, p. 7-8).

As informações sobre o acervo preservado pela professora dizem muito do modo como ela aparentava construir vínculos identitários. Os objetos que remetiam a lugares e tempos, pareciam ser uma maneira de tornar recordável o que fez no decorrer da vida. É uma informação que me mostra como a sua memória foi desconsiderada por longa data, mesmo após a transformação da sua casa em um Museu. Esse material preservado pela docente, poderia ter sido amplamente utilizado em pesquisas acadêmicas desde 2001, quando a matéria foi divulgada. O museu parece ter preservado, por um tempo, variada iconografia, seja alusiva à vida da personagem, seja alusiva ao tempo com o qual ela socializou. De acordo com funcionários do museu, antiga casa da professora Maria Mariá, muito do que ela deixou foi perdido a partir de alguns problemas estruturais enfrentados pelo espaço físico no decorrer do tempo. Essa transformação do arquivo torna-se visível quando comparamos o espaço em 2001 (imagem 25), com o espaço em 2023 (imagem 26).

Na primeira imagem, o espaço da casa no qual localizam-se os objetos, parece pouco organizado, de modo a não tornar identificáveis os propósitos da exposição. Já na segunda imagem, é possível identificar as esculturas em barro, melhor dispostas,

¹⁰⁴ Foi mantida a grafia original da fonte. A palavra grafada corretamente, seria: maquinas.

contrastando com a vasta louça sobre uma mesa que não aparecia no mesmo espaço, em 2001. A cor de uma das estantes, sofreu alterações, bem como a estrutura de um móvel. Os novos monumentos postos no museu, portanto, podem não ter pertencido a professora ou podem ter passado por um processo de restauração que os transformou, interferindo na análise ao passado. A memória preservada por meio de tais iconografias, acaba por estimular desconfianças. Não se pode, diante dos dados, identificar a casa na qual viveu Maria Mariá. Não é possível perceber totalmente, pela visita ao espaço, como ela experimentava-se no espaço privado. Sabe-se que alguns objetos que pertenceram é o caso do piano que na casa encontra-se, e os livros. Isso diz da classe na qual estava inserida.

Imagem 25 - Acervo do Museu Maria Mariá em 2001.



Autora: Edilma Acioli Bomfim¹⁰⁵; **Ano:** 3/8/2001; **Acervo:** Museu Maria Mariá.

¹⁰⁵ A imagem aparece na matéria publicada no jornal Gazeta de Alagoas (Bomfim, 2001), e o texto impresso, são preservados pelo Museu e disponibilizados ao público que contata a instituição.

A pesar do que parece ser uma manipulação à memória, o espaço da casa, com a estrutura anterior e atual, desvela a relação da personagem com a História local. Pelos objetos e pelo acúmulo de velharias, ilustrando o texto supracitado, publicizado no jornal Gazeta de Alagoas. Algo inconsistente na supracitada matéria, foi a ideia de que a atitude da palmarina a tornava peculiar. O hábito de preservar memórias também era percebido entre outras mulheres. Raquel de Queiroz destacava uma delas, em matéria publicada, durante a década de 1960, no Jornal de Alagoas: “A velha casa da Aldelota que os amigos chamavam brincando a ‘Mansão da Donzela’, era um refúgio para muito coração atormentado” (Queiroz, 30 jul. 1967, s. p.). A casa de Albinha, como assim a chamava Raquel de Queiroz, era semelhante a deixada por Maria Mariá: “Era um pequeno museu – paredes, armários, vitrinas e prateleiras transbordando de quadros, esculturas, santos, peças folclóricas, objetos antigos, bricabaque, - que ela acumulava ao longo da vida - presentes de artistas amigos, lembranças de viagem” (idem).

Imagem 26 - Acervo do Museu Maria Mariá em 2023.



Autora: Hebelyanne P. Silva; **Ano:** 22/09/2023; **Acervo:** Museu Maria Mariá.

O título de uma das caixas produzidas por Mariá, em vida, desvela o desejo de tornar lembrado o olhar que a sociedade lhe destinava, embora falasse não atentar para isso, em pronunciamentos públicos: “[...] uma pasta é intitulada com a expressão ‘artigos publicados’; outra com ‘curiosidades’; outra tem o título ‘o que disseram de mim’ e, assim, sucessivamente (Bomfim, 2001, p. 8). Diferente do que pensaram os que sobre ela escreveram em jornais e dicionários biobibliográficos (idem), as ações de preservação dizem de uma mulher do tempo, que as vezes o superava em ideias, como

também estavam fazendo algumas outras mulheres espalhadas pelo Brasil e por outros países.

A filha de Maria José Costa (2020, p. 160), que se tornou professora primária nos anos finais do século XX, mostra ter mantido experiências privadas e públicas, diferentes das ditas donzelas:

[...] estava com o diploma na mão e descobriu uma vaga em uma escola, num bairro pobre longe de sua casa, de modo que a professora teria que ficar durante a semana na casa de uma senhora de idade. Foi mais uma preocupação para minha filha: deixar os filhos com o pai ou com a vó, quando o pai estava no cartório. Ela teve muita coragem e paciência de enfrentar uma escola de adolescentes, além de ficar a semana inteira longe da família. Foi assim que ela lutou até a aposentadoria, e não reclamava.

A comparação das vivências de mulheres solteiras com as de mulheres casadas, pode ser capaz de transparecer as vantagens e desvantagens de cada condição. Esses modelos femininos, foram influenciando o pensar das gerações que os seguiam, em suas rupturas e permanências.

A condição da supracitada filha de Maria José Costa (2020, p. 73) foi diferente da que ela manteve na primeira metade do século XX, como mulher e estudante pobre. Mesmo havendo marginalidade em ambos os casos: “Assim, entrei na escola com oito anos, terminei com doze anos, com o diploma na mão. Guardei o diploma como relíquia, pensava que talvez mais tarde pudesse ter valor. Eu pensava que alguma coisa poderia mudar com esse pedaço de papel”. Para a mãe, o diploma foi apenas mais um registro de experiência, embora tenha representado também o ampliar de olhares para a realidade: “[...] cheguei a ter maus pensamentos, queria ser alguém importante para me vingar das humilhações que sofri. Só não sabia como seria minha vida depois de terminasse a escola” (idem). Os modelos subversivos e reprováveis, pareciam atrair os que desejavam romper com paradigmas. Não surpreende, portanto, as estudantes palmarinas que percebiam na professora Maria Mariá, as possibilidades de projetar futuros distintos dos comumente esperados ao feminino (Silva, 2021a). O feminismo passava a ser percebido como positivo para meninas e mulheres, pelas interferências positivas nas vidas.

A resistência da tradição às mudanças, indicia o medo do patriarcado de perder o seu posto na estrutura das ideias. Essa rejeição é notada por meio da colocação de Laura J. Lacombe, na Revista Brasileira de Pedagogia: “Lamentamos esses programas puramente cerebrais que deformam a mentalidade feminina, desinteressando-a completamente da sua verdadeira finalidade” (Lopes, 2017, p. 109). A finalidade servil

a qual eram destinadas as mulheres, vinha sendo problematizada pela geração de jovens e adultas da segunda metade do século XX, a partir do olhar crítico, gerado pela rejeição natural a uma cultura que marginalizava o gênero: “Eu com minha avó paterna tivemos uma convivência de muito tempo, deu para conhecer um pouco de sua vida, de sofrimento, ignorância, e não tinha direito a nada, era como uma empregada do marido, dar tudo na hora certa, mesmo doente, não podia reclamar” (Costa, 2020, p. 189). O contato com o passado ajudava a repensar o presente: “Mesmo na gravidez, não tinha dialogo, era tudo normal, obrigação de mulher, lavar, cozinhar e ser boazinha para o marido, que trabalha para o sustento da família. E aceitar o marido na cama a hora que ele quer, e mulher boazinha, mesmo sem estar disposta” (idem).

Essa tomada de consciência sobre os papéis sociais do feminino, por parte de algumas mulheres, fez transparecer os dualismos nas percepções de gênero. Entre outras, já na década de 1940, em texto divulgado na Revista A Época, Clarice Lispector os mencionava: “De um lado – apresenta-se-nos ela seguindo apenas seu eterno destino biológico, e de outro – a nova mulher, escolhendo livremente o seu caminho” (Lispector, 1941, p. 71). A escolha entre o privado e o público, como se fossem antagonismos: “De um lado, a casa, compreendendo filhos e marido, exigindo abnegação constante. De outro, a evolução dos costumes e dos ideais, lançando-a no conhecimento de si mesma e de suas possibilidades” (idem). Reconheciam aos poucos, os equívocos presentes nas atrocidades cometidas a partir da cresça na maldição que Cam, e também na de Eva. A última rememorada criticamente Maria José Costa (2020, p. 191):

A vida deu a liberdade para o homem, deu um castigo mais leve: por ser forte, o homem acha a mulher fraca, desobediente. Como foi as histórias de Adão e a Eva, que desobedeceram as leis, foram castigados, mas quem levou a pior foi Eva. A serpente que traiu Adão o levou a desobedecer as leis, mudou sua vida, foi obrigado a trabalhar, forçando os músculos, para tirar a alimentação do fundo da terra. É o que escuto das pessoas mais antigas, pode ser história, mas tem fundamentos do porquê a mulher sofre tanto. Principalmente a mãe que põe filho no mundo, quando o filho faz coisas erradas, porque tem problema de cabeça doente, a mãe defende o filho com palavras, conselhos, filho é um pedaço da mãe.

Embora a capacidade de questionar as predisposições culturais tenha evoluído de maneira lenta, ela foi ilustrando-se de muitos modos no decorrer da História, sobretudo no século XX, não estando limitada a condição feminina. A tomada de consciência vinha se dando entre os variados grupos, que passavam a perceber o que isso representava na estrutura organizacional do Brasil. Pode-se dizer que foram

ocorrendo o que Álvaro Vieira Pinto (2021, p. 34) denominaria de processos transformativos: “A realidade é sempre, e por natureza, transição e mudança”. Mulheres como Laura Brandão, de acordo com matéria de Octavio Brandão (10 jul. 1960b, s. p.), persistiam em indicar a igualdade entre gêneros, por meio do acesso ao conhecimento sistematizado: “Laura preconizava, igualmente, a educação política e social do povo brasileiro. Criar combatentes da grande batalha social e nacional – moços e moças que lutam pela libertação nacional e social do Brasil e de toda a Humanidade”. A percepção de Laura, demonstra um caminho possível, em sua análise, para se chegar à igualdade de direitos. Não muito obstatante o fez Heleieth Saffioti (1976), a partir da mesma década.

Um ponto importante nas colocações das personagens, foi a busca por efetivação da cidadania, presente de outra forma na escrita de Maria José Costa (2020, p. 73): “Eu ficava com muita inveja das minhas colegas que estudavam fora. Ficava revoltada: ‘Por que tantas desigualdades neste mundo?’ É muito difícil resolver essa matemática de rico e pobre. Ainda conheci essa palavra que poucas pessoas conhecem”. Algumas das pessoas marginalizadas foram superando o pensamento ingênuo: “Para o pensamento inocente, a realidade tem existência substancial: é aquilo que é, não muda senão até o ponto em que o faça sem deixar de ser substancialmente o que é” (Pinto, 2021, p. 34). Ou seja, passaram a desconsiderar a ideia de que a realidade precisava manter-se como se mostrava, em essência, e propuseram mudanças, em alguns casos, radicais. O comportamento adotado pela professora Palmarina Maria Mariá foi um entre outros indícios dessa radicalidade.

Essa superação as levou a interferências nos costumes de locais específicos, quando atuavam anonimamente, e nos costumes globais, quando foram personagens públicas de visibilidade Nacional e Internacional. A convicção de que tudo poderia mudar por meio de pequenas transformações progressivas, moveu algumas mulheres. Mas as intencionalidades de algumas instituições sociais, com elas pareciam contrapor. A igreja foi uma dessas, por longa data: “Como grupo de pressão, ela tem atuado no sentido de atenuar tensões e retardar mudanças sociais que, de um lado, poderiam reduzir a defasagem entre as estruturas parciais da sociedade e, de outro, elevar as contradições da economia capitalista” (Saffioti, 1976, p. 49). Essa interferência negativa da igreja, foi criticada por Cecília Meireles (18 jul. 1931/Meireles, 2001d, p. 42): “Ora, alfabeto e catolicismo (esse catolicismo que anda por aí) são duas coisas inconciliáveis, totalmente inconciliáveis”. A poetiza referia-se a uma espécie de catolicismo de rapina,

que visava manter o monopólio estatal por meio de um poder ancorado na força das ideias.

Como analisado por Heleieth Saffioti (1976, 49), “como instituição social, portanto, a Igreja encontra na estrutura das sociedades de classes um limite à ação inovadora que poderia resultar da aplicação do princípio doutrinário cristão da igualdade entre os homens”. Nas ideias educacionais manifestadas desde a colonização, ao compactuar com a sobreposição de um grupo social a outro, o catolicismo parece ter negado a si mesmo. Por esse ângulo, parecia pertinente o comentário feito pela republicana: “Criou-se, pois, o seguinte dilema: o Brasil tem de ser ou *educado* ou *catolicizado*” (Mireles, 18 jul. 1931/Mireles, 2001d, p. 42, grifos da autora). Embora caiba ressaltar que o liberalismo, em essência, não oferecia soluções revolucionárias aos problemas que afetavam o Brasil desde a sua constituição como país. As soluções ofertadas para as diferentes dimensões públicas e instituições sociais, parecia assistencialista, mesmo sem definir-se de tal maneira.

O contraponto entre religião e educação, dominou os espaços públicos na primeira metade do século XX, e manteve-se durante a segunda metade do mesmo século, alterava-se a partir da ampliação do olhar social para a organização dos espaços públicos. Mas não se percebia a semelhança existente entre os limites da igreja e os limites da escola, quando ambas se ancoravam nos interesses do estado capitalista. As instituições foram evoluindo em igualdade com a evolução do Estado, um estado que na primeira metade do supracitado século, mantinha o interesse em ampliar o debate sobre a igualdade entre as pessoas, mesmo utilizando-se de um projeto que não parecia favorecer a essa igualdade: “Em outros termos, na medida em que só enquanto instituição social a Igreja pode levar avante a tarefa de aplicar a doutrina cristã, esta se nega no processo de ajustamento à sociedade que aquela é constrangida a realizar a fim de sobreviver” (Saffioti, 1976, p. 49).

Ilustrações a isso, são dadas por meio da defesa feita pela própria Cecília Mireles que ao defender a emergente democratização na formação das infâncias, no período, marcada pela utilização de métodos repressivos e pelos castigos corporais, acabou por manifestar, implicitamente, ideias favoráveis à precarização do trabalho docente (Silva; Machado, 2022). Cabe recordar que o primeiro manifesto escolanovista foi publicado durante a Era Vargas, e isso interferiu no seu desenvolvimento. Alguns

dos seus assinantes foram perseguidos durante a Ditadura de Estado¹⁰⁶, ao tempo que outros ocuparam cargos públicos de prestígio e chegaram a ser elogiados publicamente pelo então presidente Getúlio Vargas (idem). Existiu, portanto, uma divergência de ideias entre os educadores que participaram de tal movimento, e isso foi tornando-se perceptível com o passar dos anos, sobretudo a partir dos debates e críticas que esses personagens destinavam uns aos outros na imprensa nacional. A clara separação entre católicos e liberais foi melhor evidenciada a partir de 1931, de acordo com a historiadora educacional Diana Vidal (2013¹⁰⁷, p. 583, grifos da autora):

Em 1931, a Associação Brasileira de Educação organizou a IV Conferência Nacional de Educação, aberta com orações proferidas por Getúlio Vargas e Francisco Campos, primeiro Ministro da Educação no Brasil. Solicitavam aos educadores a *fórmula feliz* e o *conceito de educação* da nova política educacional. A expectativa foi frustrada e a IV Conferência acabou por se constituir no episódio detonador da cisão entre grupos aglutinados na ABE, que ficaram conhecidos pela historiografia como pioneiros e católicos. O fato ocorreu apenas em 1932, com a saída dos educadores católicos dos quadros da entidade, a criação da Confederação Católica Brasileira de Educação e a redação, por parte de Azevedo, do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*.

Ambas as propostas de educação escolar, seja católica seja liberal, ancoradas na proposta de sociedade que defendiam, mantinham a estrutura da sociedade intacta. Como reconhecido por Diana Vidal (2013, p. 584): “O documento também foi representante de um grupo de intelectuais que abraçava um mesmo projeto de nação, ainda que com divergências internas”. O projeto de oferta de uma educação: pública, gratuita, laica, de qualidade, com paridade de direitos entre os gêneros. Havia nesse projeto, como em todos os capitalistas, as entrelinhas.

A observação feita por Heleieth Saffioti (1976, p. 49), ao referir-se ao catolicismo, cabe também a ordem liberal: “A subversão da ordem social competitiva e a implantação do socialismo materialista não encerra, para ela, simplesmente o perigo de eliminação da consciência religiosa; implica grandes probabilidades de séria perda de posição na estrutura de poder”. Vamos notando as manutenções de ideias, por meio da

¹⁰⁶ Entre outros, “Anísio Teixeira manteve-se recluso no sertão da Bahia até o final da Era Vargas, retornando às batalhas da educação apenas em 1946. Edgar Sussekind de Mendonça, preso entre dezembro de 1935 e dezembro de 1936, teve que esperar até 1947 para ser reintegrado ao cargo de professor da Escola Secundária do Instituto de Educação do Distrito Federal” (Vidal, 2013, p. 585-586).

¹⁰⁷ O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, foi publicado em 19 de março de 1932. Diana Vidal destaca, nesse texto, um dos órgãos de divulgação, que foi o jornal: O Estado de S. Paulo. Dirigido por um dos signatários do Manifesto: Júlio de Mesquita Filho. De acordo com o artigo: “Cecília Meireles, por exemplo, fez com que o documento fosse publicado no Diário de Notícias, no Rio de Janeiro” (Vidal, 2013, p. 579). Ainda de segundo informações presentes em tal texto, a Escola Nova foi consolidada nos discursos oficiais brasileiros, a partir de 1928.

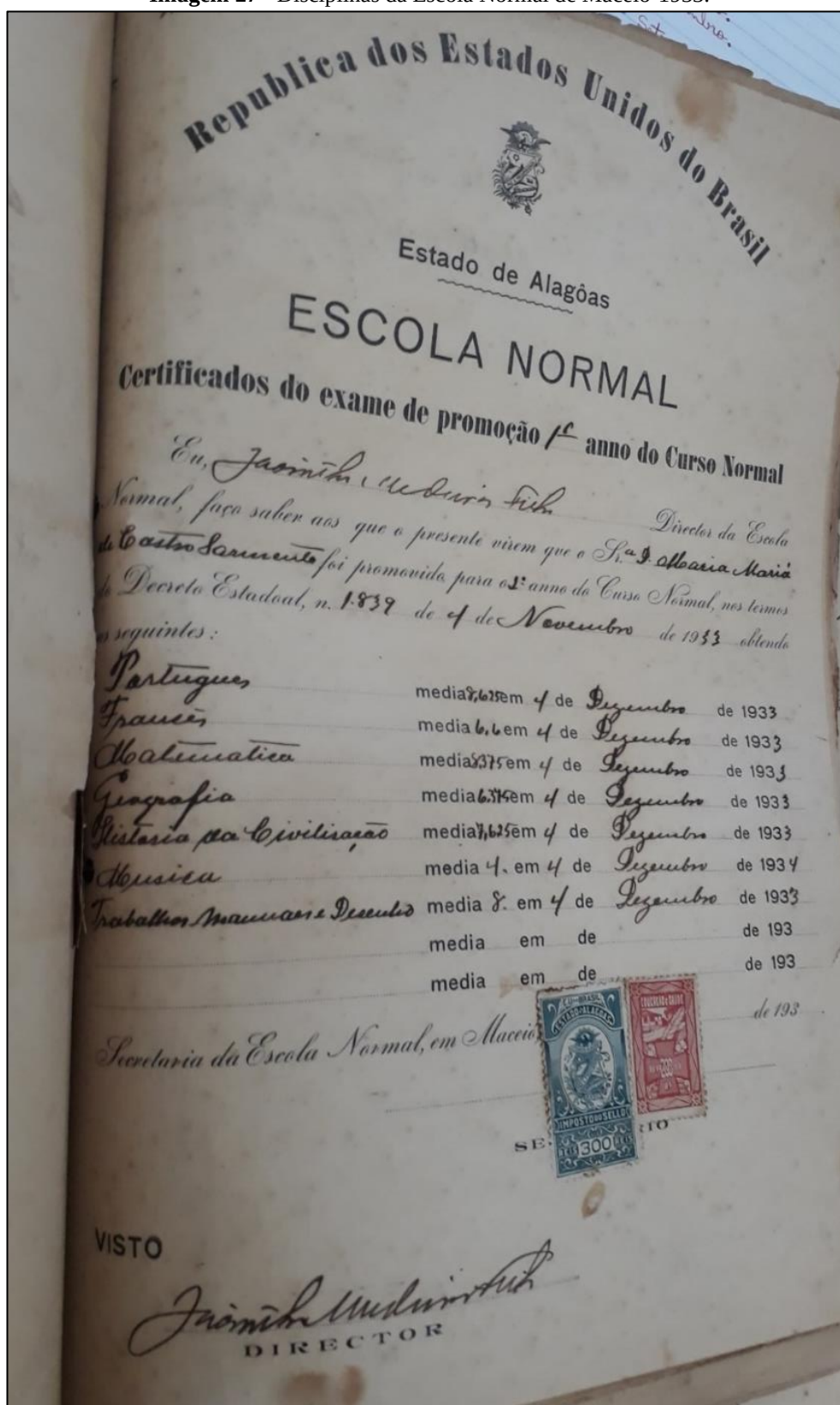
formação defendida para os professores primários, por vezes, ancorada na defesa predisposição inata: “Ser professor é como ser artista: não se faz; já se nasce...” (Meireles, 8 jul. 1930/Meireles, 2001c, p. 134). A atenção aos métodos para o exercício do magistério era, por Cecília Meireles (10 set. 1931/Meireles, 2001b, p. 54), criticada: “Os professores, por sua vez, na maioria dos casos, têm um tremendo horror a debater assuntos que não sejam de utilidade imediata na escola. Gostam de métodos, principalmente”. Ao tempo que defendia a importância do olhar para a completude do magistério: “[...] não há método nenhum que produza resultados eficientes quando não se tornou familiar a todos os espíritos a intenção preliminar do movimento educacional” (idem).

As colocações supracitadas, parecem indicar que a poetiza criticava o olhar pragmático à docência: “Quando apresentavam ‘experiência’, eram de laboratório. Quando falavam em pedagogia, referiam-se ao tratado em que estudavam... Dois anos depois da reforma de Ensino, nenhuma sabia o que isso queria dizer” (Meireles, 8 jul. 1930/Meireles, 2001c, p. 135). Todavia, ancorando-se nas propostas de John Dewey (1979), sobretudo na sua percepção de democracia. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, mantinha ideal pragmatista, e Meireles, como uma das assinantes, ora o ilustrava em ideias, outrora o negava. As interferências desse projeto nas propostas curriculares, foi sendo percebida aos poucos. Evidencia-se quando comparamos os currículos das Escolas Normais, considerando larga temporalidade. A proposta de formação disposta por meio das disciplinas cursadas por Maria Mariá na Escola Normal de Maceió (imagem 27), é consideravelmente distinta da proposta de formação de professores ofertada pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC (imagem 28).

No primeiro projeto de formação, já no ano inicial, as normalistas cursavam disciplinas como: Francês, História da Civilização, Música. E os trabalhos manuais eram artísticos, com especificação do desenho em forma de disciplina. Cecília Meireles analisava a formação para professores, antecedente a modernização escolanovista, como arcaica e pouco atenta às necessidades práticas do magistério, sobretudo os professores primários (Silva, 2021a), exatamente porque os trabalhos manuais distanciavam-se do contato mais efetivo com a escola. Ao discorrer sobre as especificidades da escola moderna, Mercedes Dantas (1930a) apresenta um curso de aperfeiçoamento ofertado pelo estado de Alagoas, para a formação de professores em exercício, durante a década

de 1930, que haviam recebido formações anteriores (imagem 29), e que por assim ser, desconheciam as especificidades de novos métodos e concepções.

Imagem 27 - Disciplinas da Escola Normal de Maceió-1933.



Autora: Escola Normal de Maceió; **Ano:** 4/11/1933; **Acervo:** APA (caixa 3821).

Imagem 29 - Proposta curricular para curso de aperfeiçoamento ao magistério - 1930.

Imagem 20 Proposta curricular para cursos de aperfeiçoamento de magistério 1999

1º. ANNO

1 Philologia Portuguesa	4 lições semanaes.
2 Pedagogia	} Uma lição semanal.
3 Zoologia (anatomia e physiologia humanas)	
4 Methodologia	
5 Psychologia	

2º. ANNO

1 Philologia e Literatura Brasileira	4 lições semanaes.
2 Hygiene (geral e escolar)	} Uma lição semanal.
3 Pedologia	
4 Sociologia	
5 Direito Publico e Privado	

¹⁰⁹ (Dantas, 1930a, p. 88).

Embora a Escola Activa, defendida por Mercedes Dantas (1930) e por outros intelectuais escolanovistas, às tendencias ancoradas nos assinantes marxistas, eram dispostas por meio da necessidade de superar as idealizações fatalistas de sociedade, tornando o bem público útil a todos, como lembrado pela própria Mercedes Dantas (1930a, p. 87): “Incumbe aquelles que têm a responsabilidade dos servieos públicos estudar o meio de torna-los úteis e cie dar-lhes rendimento, afim de que possam desdobrar-se, e melhorar sempre com a própria forca de propulsão que adquiriram”. Esse desejo continuava a ser defendido de outras maneiras, anos mais tarde (Silva, 2021a).

Eram dados alguns incentivos para os professores que se propusessem a fazer o curso de aperfeiçoamento, ofertado por Alagoas nos anos 1930, e que nele conquistassem os melhores desempenhos:

Art. 5º. — Os sete cursistas que obtiverem melhores notas nesses dois annos de estudos terão direito a uma licença de 4 meses, com os vencimentos integraes da funcção que estiverem exercendo nessa occasião, e passagem de la classe, ida e volta, por conta do Governo, para qualquer ponto do Pais, onde queiram fazer um estagio de investigações pedagogicas, apresentando ao regressarem dessa excursão, um relatório circunstanciado ao Director do Departamento Geral da Instrucção Publica a respeito das observações feitas (Dantas, 1930a, p. 89).

Para os professores e alunos de Alagoas, também era sugerida a passagem gratuita nos bondes da capital do estado (idem), visando ampliar o acesso e permanência dos agentes em suas funções. A proposta escolanovista foi pertinente ao tempo em muitos pontos, mas pecou em outros, como qualquer projeto institucional imerso nos interesses do capitalismo. Bernardes Junior (1930, p. 28) manifestou a sua percepção, na Revista de Ensino de Alagoas, durante o mesmo ano: “Não somos partidário da escola antiga. Não cremos nas virtudes dos castigos corporaes. Não desejamos a persistência dos exercicios mentaes na retenção das lições e nem de tantas outras praticas empiricas condemnaveis”. Ele criticava alguns detalhes da modernização da formação, como a inclusão de todos em um estado de igualdade em atividades, por exemplo: “Mas, não podemos concordar com certas novidades que por ahi andam preconizadas para a formação physica e intellectual da juventude. Essa, por exemplo, de nivelarem-se crianças de compleição physica débil a outras robustas” (idem).

Havia quem dele discordasse, na época, e que com ele concordasse. Mas a renovação metodológica era comemorada pelo diretor da Faculdade de Educação da UFAL, como resultante no bom trabalho desenvolvido pela instituição, durante a década

de 1960, especificamente em outubro de 1967, em ocasião da visita do Ministro da Educação e Cultura, a Maceió: “[...] demos a Alagoas e ao Brasil centenas de mestres que começaram de logo um sensível trabalho de renovação de métodos em nossos educandários” (Barros, 1989, p. 53). O mesmo discurso manteve o ideal de mulher e de sociedade, ao propagar a defesa a servidão como sinônima ao exercício do magistério: “Nossa casa prepara mestres, criaturas humanas, cuja missão é completar a obra divina, dando as últimas pinceladas na única obra que Deus deixou incompleta e com a missão de completar-se: o ser humano” (Barros, 1989, p. 52). Percebemos os pontos negativos e positivos do manifesto e do trabalho desenvolvido por seus assinantes e seguidores, assim como podemos notar as problemáticas do persistente catolicismo. Todos em suas peculiaridades a partir das localidades.

O Ensino Religioso e a Educação Moral e Cívica aparecem na proposta curricular dos anos de 1980, provavelmente como seqüela dos retrocessos provocados pela Ditadura Militar que havia interferido no modo de pensar o ensino. Eram disciplinas presentes no currículo das primeiras Escolas Normais brasileiras, implantadas durante o Império (Chamon, 2005). O que diferencia a proposta curricular dos anos 1980 das propostas antecedentes, é a ênfase na prática. Percebamos a predominância das disciplinas de técnica e a carga horária a elas destinada: *Métodos e Técnicas do Ensino de Comunicação e expressão* (180h); *Métodos e Técnicas do Ensino de Estudos Sociais* (120h); *Métodos e Técnicas do Ensino de Ciências* (60h); *Métodos e Técnicas do Ensino de Matemática* (120h); *Métodos e Técnicas do Ensino Religioso* (30h); *Recursos e Técnicas audiovisuais* (60h). Ao tempo que disciplinas como *Organização política e social do Brasil* (30h) e *História* (60h), recebiam a mesma valorização dada a *Educação Moral e Cívica* (30h) e *Ensino Religioso* (30h).

A predominância da técnica, que não é característico exclusivo da República, mas foi profundamente enfatizado a partir do seu advento, passam a favorecer ainda mais o dualismo educacional. Recebendo uma formação pouco voltada a reflexão sobre os problemas sociais que geram as desigualdades, a atividade docente passa a ser desenvolvida acriticamente com o passar dos anos, e, como recordado pelo Manifesto de 1959, focaliza-se nos problemas categóricos, e não se atenta para a essência dos projetos: “A direita apoia, em geral, a escola livre, e a esquerda, a escola pública, e, por ter sido freqüentemente assim, a tendência é de deslocar uma questão que se devia pôr em termos de interesse geral e acima de partidos, para o terreno de uma luta religiosa” (Azevedo, 2006a, p. 210). Estando a escola sob o domínio da igreja ou do estado,

serviria aos interesses do capitalismo, mesmo adotando posturas diferentes. Por esse motivo, as reformas liberais foram definidas como ingênuas, por Álvaro Vieira Pinto (2021). A ingenuidade pode ser localizada em muitas dimensões, uma delas é a de não superar os interesses das classes dominantes ao tempo que se diz compactuante com a igualdade de direitos.

Os resultados pelas permanências provocados, são notados no relato de Maria José Costa (2020, p. 73): “Escolas com professores de alto nível eram só para filhos ou filhas de quem tinha dinheiro. Nessa época, precisava muito dinheiro para dar estudo para os filhos, e não tinha ajuda governamental”. Relato que dialoga com o que foi informado por Magda Chamon (2005, p. 77), ao diferenciar a escola do povo da escola da elite, na república: ao tempo que a segunda se “[...] caracteriza-se por um ensino elementar, dado por professores particulares contratados para ensinar a seus filhos, por escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores”, a segunda, como “[...] educação do povo compunha-se de escola primária e escola profissionalizante” (idem). Acrescento que nos espaços interioranos, aquilo que a pesquisadora mineira define como disparidade de classe, se ilustra também na tentativa de tornar dispare os direitos entre os gêneros e a origem territorial.

Os Pioneiros da Educação Nova sugeriram o apoio do estado às famílias desvalidas, e isso levou a superação de alguns problemas, a exemplo poderia mencionar a fundação de bibliotecas públicas, para o público infantil e juvenil, que chegou a favorecer os estudantes da cidade de União dos Palmares (Silva, 2020). A implantação de merenda escolar, que tem como grande defensora a escolanovista Armanda Álvaro Alberto, pelo que fez a partir da Escola Proletária de Meriti (Alberto, 2016; Silva, 2021a). A política escolanovista de favorecimento aos desvalidos, continuava a ser assistencialista, como outras que lhe antecederam e sucederam e o trabalho docente missionário, como já mencionado: “Era preciso formar um corpo estável de profissionais que não buscasse no salário o motivo de seu ofício” (Chamon, 2005, p. 80). Nessa escola dual, no efervescer do debate modernizador, a, mais tarde, professora Maria Mariá, concluiu o curso primário em 23 de novembro de 1932 (Silva, 2021a), identificada com um entre os dois melhores desempenhos estudantis, quando comparada com demais estudantes de mesma turma (imagem 30¹¹⁰).

¹¹⁰ Fragmento no documento que trata de Maria Mariá: “No dia 13 fez-se a chamada da 4ª classe, verificando-se a presença 7 alunos que submetidos a exame foram aprovados concluindo o curso: Maria Mariá Sarmento e Suzana Soares da Costa – gráo 10; Aurea L. da Lil(ilegível) Maria Filomena

Imagem 30 - Exame do desempenho da professora Maria Mariá na Escola Rocha Cavalcanti-1932.

Ernani Gomes, Domingos de Oliveira José Ernani Souza -
gráo 8.
No dia 9 fez-se a chamada da 2ª classe mista, respon-
dendo 21 alunos que submetidos a exame foram aprova-
dos e promovidos a 3ª classe: Antenor Ribeiro, Julio V. de
Barros, Maria de L. Barbosa e Geruza Cunha Ferreira - gráo
10; Leoni Rebelo, Paulina Moraes - gráo 9; Benigno V.
Monte, Luis da Rocha e Silva, Jaci Andrade, Maria J.
Medeiros - gráo 8; Cleonice C. Pinto, Raimundo Barbosa
Neuza Marinho Acandina M. de Lima L. gráo - 7; Edite
Calbral Edna Bonfim - gráo 6; Gabriella Melo, Maria
José dos Santos Maria Truturo - gráo 5; Benice Costa e
Silva - gráo 7; Craci Pereira de Souza - gráo 7.
No dia 11 procedeu-se os exames da 3ª classe mista
que respondendo a chamada verificou-se a presença de
11 alunos que foram submetidos a exame sendo apro-
vados e promovidos a 4ª classe: Maria da Conceição
Sarmiento, Marimilly Lima, Maria José da Silva, Maria
das Dores Lima, Dolores de Oliveira e Silva e Minervina de
Oliveira e Silva - gráo 9; Rosaria Medeiros Costa, Cleaura
Correia, Benedita Gomes e Maria de L. Vieira - gráo 8; Fran-
cisco Alves de Oliveira - gráo 7.
No dia 13 fez-se a chamada da 4ª classe, verificando-
se a presença 7 alunos que submetidos a exame foram
aprovados' concluindo o curso: Maria Maria Sarmen-
to e Suzana Soares da Costa - gráo 10; Luiza J. de Lira
Maria Filomena Gonçalves, Miguel Barbosa de Melo e
Jorge Correia de Araújo - gráo 9 Armand Gualberto Cha-
gas - gráo 8.
Nada mais havendo, foram encerrados os trabalhos, do que
para constar, lavrei a presente ata que vai assinada pela
comissão examinadora e por mim, secretário, Maria
Leal Guimarães

Autora: Professoras da Escola Rocha Cavalcanti; **Ano:** 1932; **Acervo:** Arquivo da Escola Estadual Rocha Cavalcanti.

Na Escola Normal de Maceió, ela concluiu a primeira formação técnica na qual ingressou após o primário. Esta interferiu de muitos modos na formação da sua identidade, como vimos em capítulo anterior, por possibilitar o intercâmbio entre a sua cidade de origem e a capital de Alagoas. O histórico escolar desvela que, no primeiro

Gonçalves, Miguel Barbosa de Melo e Jorge Correia de Araújo - gráo 9 Armand Gualberto Chagas - gráo 8".

ano de curso, ela recebia maiores pontuações em disciplinas técnicas: Português (8,625 pontos), Matemática (8,375 pontos), Trabalhos Manuais e Desenho (8 pontos). Na disciplina de História da Civilização¹¹¹ (7,625 pontos) apresenta uma das pontuações mais baixas, como mostra a documentação (imagem 27). A predominante habilidade técnica da personagem pode ter interferido na escolha que fez pelo curso de contabilidade, quando já exercia a docência nos anos seguintes¹¹² (Silva; Bomfim, 2007; Silva, 2021a).

Considerando-se o autodidatismo da professora e as suas habilidades com a escrita, além dos privilégios sociais e econômicos herdados pela família de posses, a ausência do Ensino Superior em sua trajetória parece evidenciar os dados da Pesquisa de Magda Chamon (2005, p. 76): “Somente em 1879, o governo brasileiro assegurou o direito de ingresso nas instituições superiores às mulheres do País. No entanto, apenas um pequeno número delas pôde usufruir desse direito”¹¹³. Entre as mulheres de origem palmarina localizadas e mencionadas nessa produção, não existem indícios de que cursaram tal nível formativo. O lugar determinava o privilégio de classe, dada a possibilidade de se viver com menor capital financeiro que nos grandes centros, mas era o lugar também que demarcava os limites formativos.

Se entre as mulheres palmarinas melhor favorecidas o Ensino Superior, na segunda metade do século XX, não parecia ser uma possibilidade, entre as mulheres pobres ele nem parecia ser conhecido. Existiam vantagens entre as mulheres professoras, quando comparadas a outras, embora as subalternidades geradas pelo lugar e o gênero lhes atingissem de diferentes maneiras. A inveja sentida por Maria José Costa (2020, p. 73), no interior de São Paulo, não aparece nos relatos da professora Maria Mariá: “Eu ficava com muita inveja das minhas colegas que estudavam fora. Ficava revoltada: ‘Por que tantas desigualdades neste mundo?’ É muito difícil resolver essa matemática de rico e pobre. Ainda conheci essa palavra que poucas pessoas conhecem”. A revolta de Mariá com as condições de classe, decorria mais do que

¹¹¹ No documento o nome da disciplina é grafado no seguinte formato: História da Civilisação.

¹¹² Não tenho a data exata de ingresso e conclusão do curso de contabilidade, porque essa não foi uma etapa de formação buscada durante a pesquisa. Os dicionários biobibliográficos consultados, existe a informação, provavelmente ancorada nos depoimentos de familiares da personagem, que a conclusão desse curso se deu na década de 1960. Não afirmo ser essa informação verídica, porque não a encontrei em registro desse período. Alguns dos dados postos nesses dicionários foram sendo superados no decorrer da pesquisa, a partir do contato com documentos pessoais e públicos, que demarcam as ações da personagem.

¹¹³ De acordo com essa autora, o ensino superior era muito buscado pela Elite brasileira, por ressaltar o seu privilégio de classe por meio de titulação.

presenciava ocorrer com outros na cidade de origem, que necessariamente das suas vivências (Silva, 2021a).

No Manifesto dos Educadores, que foi a público em 1959 (Azevedo, 2006a), a sociedade era diferente, como o documento reconheceu. Já havia passado por uma ditadura entre 1937 e 1945, e mantinha-se resistente às tentativas de golpe feitas desde a primeira metade da década de 1950 (Schwaecz; Starling, 2018), mas os problemas na educação escolar eram os mesmos, pelos motivos já apontados aqui:

A organização do ensino é má, arcaica e, além de antiquada, deficiente a tantos respeito, todos o afirmam; que a educação pública, em dois, três ou quatro turnos, se reduziu a pouco mais do que nada, que são em número extremamente reduzido as escolas técnicas e baixou o nível do ensino secundário, ninguém o contesta; que se agravaram desmedidamente os problemas de edificações e instalações escolares, é outra afirmação que caiu no domínio comum e já não precisa, por sua evidência, nem de pesquisas para pô-la à prova dos fatos nem do reforço de pareceres de autoridades na matéria. O professorado de ensino primário (e mesmo o do grau médio), além de, geralmente, mal preparado, quer sob o aspecto cultural quer do ponto de vista pedagógico, é constituído, na sua maioria, por leigos (2/3 ou 3/4 conforme os Estados); não tem salário condizente com a alta responsabilidade de seu papel social nem dispõe de quaisquer meios para a revisão periódica de seus conhecimentos (Azevedo, 2006a, p. 206).

José Luís Sanfelice (2007, p. 545) enfatizava: “Manifesto de 1959, de certa maneira, dá sequência¹¹⁴ ao Manifesto de 1932, o complementa e atualiza, com uma visão histórica mais de vinte anos depois”. Para o autor marxista¹¹⁵: “Estes anos tinham, então, contraditoriamente, a presença ainda do passado pré-1930, a sua temporalidade própria e o futuro, o pós-64 em construção” (idem). No campo educacional, planejava-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a ser publicada em 1961: “É nesse mesmo Manifesto, tantas vezes incompreendido e mal interpretado, que foi lançada a idéia que se procura agora concretizar no projeto de lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, em discussão na Câmara de Deputados” (Azevedo, 2006a, p. 208).

A percepção de trabalho docente parecia progredir. E esse progresso vai sendo notado, com maior intensidade a partir da interferência nacional dos profissionais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), focalizado na reivindicação de direitos para a classe desvalida, dentro da qual estavam profissionais da Educação (Mainardes, 2015; Corbisier, 05 jul. 1987; Funcionário [...], 14 mar. 1956). Esse progresso foi sendo

¹¹⁴ A grafia original do texto foi mantida na menção.

¹¹⁵ Importante destacar também, que na década de 1950: “[...] a União Soviética e a Revolução Cubana já faziam forte contraponto ao imperialismo norte-americano, mas o Brasil encontrava-se, em plena vigência da Guerra Fria, sob a tutela deste” (Sanfelice, 2007, p. 553).

ilustrado na trajetória de Maria Mariá, quando observamos o que com ela ocorreu desde a sua formação na Escola Normal durante a década de 1930 até a sua experiência nos variados cargos educacionais, efetivadas a partir da década de 1940 e apresentadas em escritos majoritariamente jornalísticos, mas também escolares e pessoais.

2.2. Da educação que se planejava ao que diziam as entrelinhas: trâmites legais

Como mostrado nas palavras do diretor da Faculdade de Educação da UFAL, na década de 1980, apesar do discurso apostolar, presente, inclusive nos cursos superiores para docentes: “Nossa escola forma educadores, promotores da promoção humana, forjadores de intelecto, arquitetos de consciências” (Barros, 1989, p. 52). Já se via, até entre os que compactuavam com a presença da religião na escola, o olhar destinado para os problemas que afetavam o trabalho na segunda metade do século XX: “[...] é preciso que se valorize o trabalho de educar, que se estimule a escola, que se dê ao mestre, o valor que tem, por força de sua missão que é sacerdócio, ele, o mestre, magister o maior – para que cada escola possa ser num templo e cada cátedra um altar” (idem). Como rememorado no manifesto escolanovista, publicado em 1959, a inspiração decorria do que vinha acontecendo em outros países:

Essa política educacional, armada em nome de uma ‘liberdade total’ no ensino, já foi proposta na Itália, em 1947, e, ainda este ano, voltou a agitar os meios escolares na França, em que os partidários da escola livre, no grande Congresso que se reuniu em Caen, reabriram a questão. No documento que aqui pretendeu consagrá-la, não há, pois, nenhuma invenção nova, nenhuma nova idéia. O programa que apresenta, nada tem de revolucionário. É velho e revelho no estrangeiro e em nosso próprio país (Azevedo, 2006a, p. 210).

Entre os jovens brasileiros, tomados pelos saberes das experiências de repressão ao debate público e pelas trajetórias de marginalidade, parecia ir surgindo o desejo de superação aos erros cometidos nas buscas por efetivação de projetos anteriores. Isso se foi mostrando no desenvolver de todo o século XX, assim como ocorreu mesmo nas revoluções antecedentes a tal século. Mas é na segunda metade do século XX, sobretudo com os ditos **Cadernos do Povo Brasileiro**, lançados na década de 1960 (Mainardes, 2015), que essas ideias vão recebendo maior consistência, pelo potencial revolucionário que tinha a escrita dos jovens críticos. Além dos temas pertinentes ao tempo, tais jovens apresentavam as origens dos problemas que afetavam a sociedade brasileira, conceituando: classe, povo, miséria, greve. Legitimando a importância e a falha de documentos legislativos. Como recordado por Nelson Werneck

Sodré (1962, p. 14): “As classes são produtos da história, e o lugar que ocupam é também historicamente condicionado. A história humana não passa do desenvolvimento das classes, das lutas e das mudanças nas relações entre elas”. Assim sendo, as relações humanas estabelecidas e determinadas por um projeto de sociedade que se ancora no desejo de uma classe que domina outras, não tem o poder de superar a dicotomia na distribuição de direitos, interferindo na efetivação da cidadania por todos:

Numa sociedade dividida em classes, a população se reparte em classes dominantes, exploradoras, de um lado, e classes dominadas, de outro, aquelas que as primeiras oprimem e privam de direitos, inclusive e principalmente dos direitos políticos. Realizam essa exploração, entretanto, afirmando sempre que representam o *povo*. Estão interessadas, pois, em que o conceito de *povo* seja vago, arbitrário e confuso. Tão confuso que englobe exploradores e explorados (Sodré, 1962, p. 15, grifos do autor).

Havia um conjunto de rupturas necessárias à reconstrução de um país com menos desigualdades. Tentava-se superar a percepção de docência que se fazia presente no México, e ainda era apresentada como exemplo ao Brasil de 1950, que propôs a utilização do trabalho apostolar de alguns docentes em função da formação complementar de outros (Segura, 1950). Ao tempo que a população mexicana, assim como a brasileira da primeira metade do século XX, tentava massificar a formação em função da superação dos problemas da estrutura organizacional dos países, os isebianos buscavam mostrar que para a superação dos problemas sociais que afetavam a escola, era preciso ajustar a organização da sociedade. No que diz respeito a docência, era preciso formar professores atentos ao lugar que ocupavam na pirâmide econômica.

Nelson Werneck Sodré (1962, p. 21, grifos do autor), reconhecia que as transformações que vinham ocorrendo aos poucos no Brasil, decorriam da reconstituição dos interesses das massas, unida a participação nas decisões públicas: “[...] o complexo processo de desenvolvimento por que passam países como o Brasil, em que profundamente aspectos do que é nôvo está, precisamente, na presença do *povo* na política”. Muito do que se viu ocorrer com a História das Mulheres decorre dessa tomada de consciência. Com o trabalho docente não parece se dá de outra maneira. Arrisco dizer que os textos jornalísticos que a professora Maria Mariá foi escrevendo entre as décadas de 1950 e 1960 (Quadro 9), foram acompanhando as transformações sociais, mantendo as influências das determinações colocadas pelo lugar que a originou: a cidade de União dos Palmares.

Quadro 9 - A docência na escrita para o Jornal de Alagoas – 1953 a 1963.

O TRABALHO DOCENTE em Jornais			
1º	Decadencia	20-09-1953	A condição estrutural da Escola Rocha Cavalcanti, desvela o modo como o trabalho docente se desenvolvia.
2º	Um velho tema: Basiliano Sarmiento	29-09-1953	A professora critica um escritor renomado, alegando ausência de preocupação deste com o povo, ao tempo que elogia um dos latifundiários que chegou a acumular o maior número de bens, entre residentes de Alagoas, nos anos iniciais do século XX. Mostra valorização maior as ações que às palavras. Posicionamento crítico diante dos problemas sociais.
3º	Uma iniciativa louvável	04-10-1953	Mostra a análise feita pela professora a fundação da Fábrica Palmares. A professora valoriza o projeto por ser a primeira fábrica de doces inaugurada em Alagoas. A industrialização no lugar, era um símbolo de progresso.
4º	Um júri que apaixonou a opinião pública	18-10-1953	Crítica a violência local, cometida por pessoas de posse e também por pessoas comuns. Algo capaz de interferir negativamente no progresso.
5º	A Casa do Pobre	25-10-1953	Menciona a fundação da biblioteca pública como decorrente de uma evolução local. A casa do pobre soma as ações de assistencialismo, e as professoras palmarinas colaboraram com o projeto.
6º	Um apelo à saúde pública	08-11-1953	A escola politécnica é o símbolo do liberalismo, segundo Maria Mariá. Além disso, coloca a higienização dos lugares públicos como necessária a dignificação do povo.
7º	Um julgamento rumoroso	07-02-1954	Trata do julgamento feito a um dos seus parentes, após este ter cometido um crime. Ressaltava a competência dos advogados responsáveis pela defesa ao réu.
8º	Muito grata, Snrs. Candidatos	21-02-1954	A professora falava sobre a aversão sentida atitudes de políticos que a procuravam por interesse.
9º	Recado para João Yôyô filho	16-05-1954	Ela agradecia pelo elogio de literata que havia recebido de João Yôyô. Escritor que manifestava a falta sentida da sua presença no Jornal de Alagoas, após poucos meses de afastamento.
10º	Herança de Primo Pobre	23-05-1954	Falava sobre a importância de Portugal no processo de fundação da biblioteca Jorge de Lima, ao tempo que criticava a atitude de Jorge de Lima nesse projeto. Indica a percepção que tinha de bibliotecas e de livros como instrumentos de formação.
11º	Tourada	30-05-1954	Ressalta o elogio feito ao político e latifundiário Antonio Gomes de Barros, pelos projetos efetivados da cidade de União dos Palmares.
12º	Mendicancia, um flagelo	06-06-1954	A professora criticava o modo como as pessoas pobres eram tratadas na cidade, sobretudo as pessoas que moravam nas ruas.

13º	Valores palmarinos	20-06-1954	Apresentava os poetas comuns da cidade, ressaltando a relevância dessa arte e desses artistas. Também menciona Jorge de Lima os escritores famosos que ultrapassaram os limites citadinos.
14º	Assistencia ao homem do campo	27-06-1954	Criticava a ausência de assistencialismo as pessoas camponesas, ressaltando as suas dificuldades e apresentando a utilidade do trabalho que desenvolvem.
15º	Caipirismo idiota	04-07-1954	Criticava o modo como as pessoas do campo eram retratadas nas festas juninas, porque considerava algumas representações como pejorativas e distanciadas da realidade.
16º	A mais querida reminiscência do Natal	13-03-1955	Criticava a maneira como as festas de Natal. Considera-se uma pessoa conservadora, porém, aberta as transformações necessárias a modernização do país. Colocava as memórias da avó como as mais felizes lembranças natalinas.
17º	S.O.S. ao dep. Antônio Gomes de Barros	20-03-1955	Solicitava a atenção dos políticos aos problemas que afetavam a cadeia palmarina. Destacava a necessidade de olhar sensível para as pessoas privadas de liberdade.
18º	União dos Palmares em dois tempos	27-03-1955	Criticava o descaso do estado de Alagoas, com a cidade de União dos Palmares, ao tempo que apresentava as escolas com suas decadências e conquistas elogiáveis.
19º	Descortinando velharias	17-04-1955	Apresentava os jornais que contatou até a década de 1950, ao tempo que aconselhava a juventude citadina a fundar um jornal palmarino, por acreditar que esse é um importante instrumento para difusão de ideias.
20º	Queixas e reclamações	15-05-1955	Criticava a utilização, segundo sua análise abusiva, dos bens naturais e da mão de obra da cidade de União dos Palmares, pela capital de Alagoas.
21º	Ao Sr. diretor regional dos correios	29-05-1955	Criticava a dificuldade de comunicar-se por meio de cartas com outros municípios, pela lenta atuação dos correios.
22º	Ilusões perdidas	12-06-1955	Criticava a exploração feita pela capital do estado, à produção agrícola da cidade de União dos Palmares, enfatizando que a população palmarina consumia a pior parcela dos próprios produtos.
23º	Jorge de Lima, um velho tema	19-06-1955	Respondia a uma crítica feita pelo jornalista Luiz Gutemberg, que comentava a matéria que Maria Mariá escreveu sobre o poeta Jorge de Lima ¹¹⁶ . Além disso, a professora problematizava os nomes escolhidos para ruas na cidade.
24º	Reflexões	03-07-1955	Refletia sobre a condição decadente do prédio sede da Associação Atletica Palmarina, ao tempo que também ressaltava a importância de valorização do

¹¹⁶ Essa situação é apresentada com maior número de detalhes em um artigo (Silva, 2020).

			Gremio estudantil, fundado no Ginásio Santa Maria Madalena, que se encontrava inativo.
25º	Mensagem ¹¹⁷ à Princesa das Matas	30-10-1955	Mencionava às eleições municipais, ao tempo que se definia pouco preparada para falar sobre política.
26º	Uma Lição de História dos Palmarinos	20-11-1955	Transcrevia e comentava a carta recebida do historiador Dr. Manuel Brandão Villela , natural de Viçosa, que lhe agradecia pelos textos jornalísticos a ele destinados. O escritor também destacava a semelhança existente entre a história de Viçosa e a história de União dos Palmares.
27º	Monografia do município de Mata Grande	04-12-1955	Continuava a criticar a exploração às produções agrícolas do município, ao tempo que defendia a necessidade de escrita de uma monografia sobre o município de União dos Palmares, impulsionada pelo conselho que havia recebido do escritor Djalma Mendonça , que havia publicado a “Monografia do Município de Mata Grande”.
28º	Atualidade Palmarina	11-03-1956	Comentava a ausência de empolgação do povo palmarino, para as festas locais.
29º	Presente, passado e futuro	25-03-1956	Criticava a utilização das terras agrícolas palmarinas, que vinham sendo transformadas, aos poucos, em canaviais. E ressaltava que Basiliano Sarmiento , quando vivo, não cederia suas propriedades para tais feitos, e o diferenciava dos latifundiários do seu tempo.
30º	Notícias Palmarinas	15-07-1956	Comemorava a predominância das chuvas no município, e apresentava os projetos para melhoramento de duas instituições: “Hospital São Vicente de Paulo”, dirigido por Dr. Dueno Wanderley ; e “Casa do Pobre”, sob os cuidados do Revmo. Conego Clovis Duarte de Barros .
31º	Semana ruralista	29-07-1956	Mencionava que era reeleita como presidente do SENAC.
32º	Grandes esperanças	05-08-1956	Enfatizava que, ao escrever para a Página dos Municípios do Jornal de Alagoas, mantinha apenas o objetivo de solicitar justiça para os seus conterrâneos. Ao mesmo tempo, ressaltava a marginalização atribuída a Alagoas, quando comparado aos demais estados brasileiros.
33º	Os assuntos dos outros	12-08-1956	Colocava a cidade de União dos Palmares como a que mais se queixava dos problemas interioranos, em Alagoas. mencionava dois casos de homens que matavam as suas companheiras por motivações, segundo ela banais, mas não se posicionava diante de tais atitudes de violência.
34º	Retrato do Brasil	26-08-1956	Discutia a condição do povo nordestino

¹¹⁷ Na obra “Uma década de Prosa” (Silva, 2021a), pela ilegibilidade do documento acabei por grafar a palavra de modo equivocado: “Meniagem”. Em releitura a fonte, notei que a palavra é “Mensagem”.

			que deixava a sua terra em busca de melhores condições no Sudeste e Sul do país. Colocava Pedro Alvares Cabral como um descobridor do Brasil, algo comum ao período.
35º	Semana Ruralista em Penedo	23-09-1956	Falava sobre a admiração que sentia pela cidade de Penedo, desde a infância, e comentava a Semana Ruralista na qual se fez participante, em tal Município.
36º	Resposta a um bilhete – impressões	07-10-1956	Comentava a matéria escrita pelo cronista Antonio Sapucaia , que questionava a sua ausência na Página dos Municípios do Jornal de Alagoas. Ela informava que estava viajando por algumas cidades interioranas do estado de Alagoas.
37º	Sobre Marechal Deodoro	11-10-1956	Comentava uma viagem que fez à cidade de Marechal Deodoro, e destacava às qualidades naturais do município, ao tempo que criticava o abandono do estado àquela localidade que, segundo Maria Mariá, encontrava-se em estado de decadência. Como positivo, mencionava a condição estrutural do Convento no qual localizava-se o Asilo São José, para órfãos , sob direção da professora Antonieta Leite .
38º	União dos Palmares & Desportos	14-10-1956	Discutia a relevância dos times “ZUMBI ESPORTE CLUBE” e “NÁUTICO FUTEBOL CLUBE”, como partes da História de União dos Palmares.
39º	A respeito de jornais	28-10-1956	Apresentava a importância dos jornais para as cidades interioranas, como modo de as fazer ouvidas. Lançava a ideia de produção de um jornal para a cidade de União dos Palmares.
40º	Atividades ruralistas	04-11-1956	Discorria sobre a “Semana Ruralista” a ser realizada na cidade de União dos Palmares, de expunha a programação do evento. Dentro do evento havia uma conferência destinada as professoras locais.
41º	Pelo esporte	11-11-1956	Informa que um jornal local foi fundado, mas não se prolonga em detalhes. A importância do esporte para a população, coloca-se como objeto do texto.
42º	Uma indústria em foco	18-11-1956	A chegada de uma indústria na cidade, era percebida como uma grande e importante conquista cidadina, pela professora. O nome do proprietário de tal instituição era Oséas Maia .
43º	Retorno	19-05-1957	Agradecia ao jornalista deodorense Moacir Ribeiro , por ter escrito sobre o retorno dela as páginas do Jornal de Alagoas, após um tempo de distanciamento. É também nesse texto, que elogia os 17 filho de Regina Cordeiro Lins , por colocarem-se como braços fortes à disposição da sociedade. Ressaltava,

			entre as atrações do período, uma peça organizada pelo Gremio Dramatico ¹¹⁸ , de nome curioso: “Eu não posso ver mulher” .
44º	União dos Palmares	26-05-1957	Falava sobre os que cometiam crimes na cidade, e mencionava às críticas feitas aos membros da sua ascendência familiar.
45º	15 de julho	09-06-1957	Convidava o povo da cidade para participação em uma campanha em benefício de pessoas afetadas pelo câncer. Mencionava a existência de uma “Rêde feminina de Combate ao Câncer” , composta por: Dora Bezerra de Melo, Estar Gomes de Barros, Gleide Acioli, Esmeralda Valença Pereira, Hermé Cardoso, Ilza Sarmento, Luiza de França Gonçalves, entre outras não mencionadas na matéria.
46º	Marechal Deodoro	29-06-1957	Mencionava, mais uma vez, o descaso com a cidade de Marechal Deodoro. Um ponto positivo que destacava, era a criação do “Clube Social”, para o lugar, por Edival de Lemos Santos e Moacir Ribeiro, com a colaboração de alguns associados. Finalizava o texto criticando o coronelismo, segundo ela, ainda imperante no Brasil, que limitava a valorização aos bens históricos.
47º	Paralelos	14-07-1957	Mais uma vez falava sobre o clube fundado na cidade de Marechal Deodoro, e ressaltava que o exemplo foi seguido pela cidade de Murici, que também fundou o próprio clube. Mencionava o aniversário do professor da Escola de Comércio, Dr. Geraldo Gomes de Barros.
48º	15 de setembro	07-11-1957	Manifestava sua insatisfação por pertencer a um país como o Brasil, e ressaltava preferir a definição exclusiva de palmarina.
49º	Uma embaixada de viçosa ¹¹⁹	21-09-1958	Falava sobre as comemorações ocorridas no dia 7 de setembro. Ressaltava a presença das moças da Escola Normal de Viçosa no evento palmarino, e mostrava a relevância do Conego Clovis Duarte de Barros na eventualidade, como uma autoridade local.
50º	Candidatos e primavera	28-09-1958	Criticava as permanências das atitudes intencionadas dos políticos em tempos de eleição.
51º	Eleitores e eleições	12-10-1958	Ressaltava as caracterizações que havia recebido no decorrer da vida, de Udenista e Comunista. Desvela a pequena consciência política, ao ressaltar que escolhia os seus candidatos por laços de amizade.
52º	Palavras aos vereadores palmarinos	19-10-1958	Comentava as mudanças palmarinas

¹¹⁸ O nome do grêmio aparece assim no jornal, sem acentuação. Foi mantida a grafia original da fonte.

¹¹⁹ Na obra Uma década de prosa a data desse texto foi colocada de maneira equivocada. Aparece uma publicação feita no mês de novembro, quando na verdade, o texto foi publicado em setembro.

			possibilitadas pelas eleições passadas, e defendia a importância do diálogo saldável entre os candidatos e as pessoas que os apoiaram. Elogiava o prefeito Antenor da Mendonça Uchoa , pelas suas obras feitas em 2 anos de mandato. Compara o último com Juscelino Kubitschek, que prometia fazer o país evoluir 50 anos em 5.
53º	Retorno	15-08-1959	Ao voltar a escrever para a Página dos Municípios do Jornal de Alagoas, a professora informava que a sua ausência havia se dado por necessidade de dedicar tempo aos estudos, entre outras coisas.
54º	Queixas e reclamações	30-08-1959	Criticava aos erros ortográficos presentes na Página dos Municípios do Jornal de Alagoas. Aproveitava para dizer que as pessoas enfermas atendidas pelo Hospital São Vicente de Paula, estavam passando fome.
55º	Palavras a um amigo	13-09-1959	Mais uma vez elogiava a gestão do prefeito Antenor de Mendonça Uchoa , pelos projetos desenvolvidos em União dos Palmares.
56º	Apelo ao nosso povo	27-09-1959	Questionava os equívocos cometidos no estudo da História da cidade de União dos Palmares, e grifava como necessária a valorização aos representantes da luta liberdade de povo negro.
57º	À mocidade palmarina	04-10-1959	Chamava a atenção da juventude palmarina, para que destinassem valorização à Escola Técnica de Comércio, que no momento de escrita estava sob organização do professor Edmar da Costa Barros .
58º	ZÉ BREJÊIRO	10-04-1960	Apresenta a importância de valorização a poesia matuta, destacando a escrita do estudante universitário, natural de União dos Palmares: José Nivaldo da Silva , também conhecido por Zé Brejêro.
59º	HÁ SEIS MESES VIVEMOS NAS TRAVAS	17-04-1960	Critica a falta de luz na cidade de União dos Palmares, como consequente do descaso dos representantes públicos com o lugar.
60º	A CONJUNTURA DO GINÁSIO	15-05-1960	Coloca como problemática a ausência dos pais de estudantes no desenvolvimento das ações educativas do Ginásio Santa Maria Madalena, por vezes, agravante da indisciplina estudantil.
61º	CARTA ABERTA AO REVMO. CÔNEGO TEÓFANES DE BARROS	29-05-1960	Responde a uma carta aberta, a ela destinada, pelo Cônego Teófanês de Barros , no Jornal de Alagoas. Ao tempo que menciona a precariedade na formação dos estudantes secundários do Ginásio Santa Maria Madalena.
62º	ORGANIZAÇÃO ESPORTIVA PALMARINA	05-06-1960	Esse texto desvela que Maria Mariá fez parte da diretoria da “ Liga Esportiva Palmarina ”, eleita em junho de 1960. Por sugestão de Clarício Bugarim , Mariá passou a ser madrinha da liga.
63º	COM AS VISITAS DO IBGE	21-05-1961	Analisava criticamente a condição salarial

			dos funcionários do IBGE, e a ausência de concursos para tal categoria.
64º	Carta ao Sr. Diretor da Educação	28-04-1963	Como resultante do trabalho de inspetoria, percebia a condição de deterioramento das instituições públicas rurais, e reivindicava direitos destinando o texto ao Diretor da Educação. Ressaltava a ausência da pedagogia moderna na formação das crianças da zona rural de Alagoas.
65º	Luiza de França	05-05-1963	Discorrendo sobre a condição financeira da professora Luiza de França , que buscava manter o “ Externato São Sebastião ”, instituição privada, sem colaboração municipal, solicitava colaborações da população, mais particularmente de ex-alunos da docente, para manter o abrigo funcionando.

Fonte: Organizado pela autora com base nos dados de Silva (2021a).

Considerando-se uma mulher conservadora, ainda em meados da década de 1950 (Sarmiento, 13 mar. 1955/Silva, 2021a), Maria Mariá mantinha comentários alusivos aos pecados de Eva: “Mulher, é o diabo! Com boa filha de Eva é vaidosa a não mais poder. E será que eu seja uma exceção à regra?” (Sarmiento, 13 set. 1959/Silva, 2021n, p. 265). Porém, como vimos percebendo, a sua trajetória parece desvelar às características que transviavam os modelos de mulher que o século XX tentava conservar, inclusive na docência, e no modo de pensar a formação. Nesse acompanhar das transformações do século XX, embora nem sempre tratem diretamente do trabalho docente, os textos jornalísticos colocam elementos que ajudam a perceber como esse o magistério era pensado e efetivado. Ao mesmo tempo, ao mostrar como a professora Maria Mariá foi pensando, desvela a condição de uma educadora em específico. Uma mulher diferenciada de outras por alguns marcadores, mas próxima pelo gênero, também em ideias. Poder dedicar-se aos estudos, parecia um privilégio de classe: “[...] os estudos e, de todos os dias, os estudos” (Sarmiento, 15 ago. 1959/Silva, 2021t, p. 261).

O reconhecimento aos erros cometidos pelos parentes em outrora, desvela uma tomada de consciência: “Não adianta os inconscientes dizerem que eu não deveria me revoltar contra criminosos porque minha família está repleta deles. Em nenhuma parte do mundo criatura alguma tem a obrigação de carregar consigo a culpa ou tara de seus antepassados” (Sarmiento, 26 maio. 1957/Silva, 2021ff, p. 240). Não parecia sentir-se culpada pelos erros de parentes, mas parecia consertar esses erros por meio de ações voltadas ao progresso citadino, e à dignificação da vida da população desvalida. Às críticas à política local, colocava-se como exemplo disso: “[...] há poucos dias pedi a

cooperação de um elemento daqui, aliás, de muita projeção. Por malícia ou displicência, ele respondeu: ‘Olha, quem falar em Semana Ruralista aqui, vai proso’. Neste caso, eu vou me calar” (Sarmiento, 23 set. 1956/Silva, 2021w, p. 222). É equivocado afirmar que ela foi bem-quista pela classe política local. Ou mesmo pela intelectualidade educacional, por mostrar, desde a década de 1950, os problemas decorrentes da modernização educacional.

A potencialidade crítica manifestada por meio da escrita, aproxima-se da apresentada pelos isebianos, jovens que, como ela, acompanharam os avanços e retrocessos na qualidade de: filhos, estudantes e depois de trabalhadores. As palavras de Nelson W. Sodré (1962, p. 16) evidenciam o conhecimento que tinha dos fenômenos que atingiam, desde a sua constituição como país, à realidade nacional, ao tempo que mostram as reformulações no modo de analisar a História que ancora as recordações dos fatos constitutivos do passado que afetavam aquele presente:

A independência do Brasil foi um problema político que uniu as classes sociais brasileiras: realizando-a, a classe dominante de então representou o desejo e o interesse das demais, mas também o seu particular desejo e interesse. Logo em seguida, entretanto, ao empolgar o poder, deixou de representar o interesse de todas as classes, porque organizou o Estado de acordo com os seus interesses, exclusivamente. Ninguém pode sustentar que o interesse de um senhor de engenho da época fôsse idêntico ao de seus escravos. Bastava o fato de ser, um, proprietário de escravos e os outros, escravos, para tornar claro o antagonismo de interesses. Ao realizar a Abolição, a classe dominante teve também o apoio das classes dominadas, no Brasil, mas realizou-a quando lhe convinha como classe. São casos em que os interesses de um grupo aparecem como interesses comuns, e a classe dominante representa a nação, ao decidir por ela, porque representa, eventualmente, a vontade da maioria, embora seja, em número, minoria, e não tenha a posse do poder por vontade da maioria.

Aquele presente experienciado pelos que viveram a segunda metade do século XX, permitia-lhes elogiar e participar das conquistas femininas. Em União dos Palmares, a professora Maria Mariá exaltava o trabalho feito pela Rêde feminina de Combate ao Câncer, composta por: Dora Bezerra de Melo, Ester Gomes de Barros, Gleide Acioli, Esmeralda Valença Pereira, Hermé Cardoso, Ilza Sarmiento, Luiza de França Gonçalves (Sarmiento, 09 jun. 1957). Mulheres profissionais de áreas entre as quais estava à docência. E que pareciam preocupadas com a dignidade humana.

Essa preocupação se encontra nos feitos e ditos da protagonista desse texto, que criticava inclusive a História religiosa, quando esta parecia afetar a dignificação das pessoas: “[...] Inquisição quanto o homem era, comparado ao de hoje, um retardado mental” (Sarmiento, 20 mar. 1955/Silva, 2021z, p. 184-185). Parecia ingênua, em outros

momentos, ao afirmar que o século XX era composto por pessoas mais evoluídas: “[...] século XX quando a espécie humana já avançou no campo das descobertas, nas faculdades inventivas, que só cerebros privilegiados podem conceber” (idem). Século XX com pessoas capazes de provocar fenômenos semelhantes aos da inquisição, como é o caso da Segunda Guerra Mundial mais explicitamente sobre a qual o seu irmão chegou a comentar, no jornal de Alagoas, ao expor impressões deixadas pelo texto *Casa sem rua*, do escritor pessoense Paulo Silveira: “Preso, às mãos, trazia uns papéis rabiscados. Sentou-se e tomou parte ativa na conversação do grupo que discutia, amistosamente, os desafios da jornada que iríamos enfrentar durante a Guerra desencadeada pelas forças do totalitarismo hitleriano” (Sarmiento, 20 jun. 1954).

O texto supracitado aparece posicionado próximo a uma das crônicas que Maria Mariá publicou durante a década de 1950 (imagem 31). A própria exploração ao trabalho camponês local, por meio das feiras, refletia a pequena evolução, como ela mesma chegou a reconhecer: “[...] continuamos lançando nosso protesto contra esses monopolizadores de nossa vida econômica, contra esses exploradores de nossos direitos, os mais ‘piratas’, justiça se lhes faça, não têm culpa nenhuma, apenas encontram facilidade para seu campo de seio” (Sarmiento, 12 jun. 1955/Silva, 2021i, p. 195). As colocações, aparentemente, ingênuas de Maria Mariá, são explicadas pelo vínculo dela com o tempo. O tempo no qual estava inserida, e do qual precisava sair, para poder analisar com profundidade. Os textos, em sequência, vão desvelando a ligação e a superação à cada período, a ponto de, na década de 1960, mostrarem-se mais contundentes no exercício analítico e crítico à realidade Nacional. Eles dizem de como ela foi se construindo e de como foi construída.

Ao iniciar a década discorrendo sobre a condição da Escola Rocha Cavalcanti, no texto *Decadência* (Sarmiento, 20 set. 1953/Silva, 2021f), a professora, expõe elementos que vão para além da estrutura de um prédio histórico, ela mostra como a educação pública e o trabalho docente vinham sendo tratados na localidade, com escolas que não colaboravam com a realização de um bom trabalho pedagógico, e sem disponibilização de materiais necessários as aulas. Além disso, diante das condições sociais citadinas, as professoras eram convidadas ao desenvolvimento de trabalhos voluntários, como ocorreu ao se planejar a fundação da, até então, denominada Casa dos Pobres, pelo Conego Clovis Duarte de Barros: “[...] as professoras do Grupo Escolar ‘Rocha Cavalcanti’, angariaram pelas fazendas circunvizinhas, produtos de suas terras

para, na noite de sexta-feira próxima, ser realizada uma festa livre, à Praça Basiliano Sarmento" (Sarmento, 25 out. 1953/Silva, 2021, 155).

Imagem 31 - A Página dos Municípios do Jornal de Alagoas.

E IDEIAS
ALGO
Municípios")

Página dos Municípios
DOMINGO, 20 DE JUNHO DE 1954

CASA SEM RUA
PAULO DE CASTRO SARMENTO
(Para o "Jornal dos Municípios")

Longe, longe, de uma bela...
A representação integral de um...
Paulo de Castro Sarmento, em seu...
A representação integral de um...
Paulo de Castro Sarmento, em seu...

A Super-Produção Ameaça os Lavradores — Continúa a Cobrança do Chão de Feira — Novos "Cortes" no Fornecimento D'água — Em Maus Lenções o Banco Agrícola de Palmeira — Outras
— notas —
JOSE LIMA
(Para o "Jornal dos Municípios")

Os lavradores andam muito...
A Super-Produção Ameaça os Lavradores...
Continúa a Cobrança do Chão de Feira...
Novos "Cortes" no Fornecimento D'água...
Em Maus Lenções o Banco Agrícola de Palmeira...
Outras

"A Agricultura Avança a Passos de Gigante"
DELMO GUEVIA
(Para o "Jornal dos Municípios")

André Guevius tem agitado...
A Agricultura Avança a Passos de Gigante...
Delmo Guevia, em seu artigo...

PAO DE AGUA
PAO DE AGUA
PAO DE AGUA

AD JESUM PER
AD JESUM PER
AD JESUM PER

UM FAVORZINHO SO', DOUTOR!
Pe. DIMAS, S. C. J.
(Para o "Jornal dos Municípios")

História curta, mal contada...
Um Favorzinho So', Doutor!...
Pe. Dimas, S. C. J., em seu artigo...

VALORES PALMARINOS
MARIA MARIA DE CASTRO SARMENTO
(Para o "Jornal dos Municípios")

Não sei por qual circunstância...
Valores Palmarinos...
Maria Maria de Castro Sarmento, em seu artigo...

O NOSSO TEMPO
BULHOES
dos Municípios")

colias lá das bandos do sul...
O Nosso Tempo...
Bulhoes, em seu artigo...

O DAS BANDAS

Autora: Hebeiyana P. Silva; Ano: 06/03/2023; Acervo: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL).

O trabalho voluntário ancorava-se na ideia de missão, atrelada ao ofício desde a sua constituição, mas maximizada como necessária pelo movimento iniciado pela

ABE, depois repensado na década de 1950 pelos mesmos manifestantes (Silva, 2021a). O ideário apostolar que já estava consolidado em meados do século XX, foi sendo utilizado por alguns projetos, como é o caso das missões culturais, adotadas por projetos, desenvolvidos nos países da América, como é o caso mexicano, apresentado no volume 14 da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, no mesmo período:

Após a promulgação da Constituição política de 1917, que coroou o triunfo da Revolução social no México, o Governo Federal lançou, em 1922, uma vasta campanha em prol da construção de escolas primárias destinadas às populações rurais indígenas ou mestiças. Esta campanha cumpria a promessa feita pelos revolucionários, de melhorar a sorte das populações rurais, mediante a criação de um sistema de educação adequado. Neste mesmo ano nada menos de 1.000 escolas foram fundadas, sob a direção de professores ambulantes que percorriam, solitários, as regiões mais afastadas do país. O número de escolas continuou crescendo até atingir, em 1924, o importante total de 3.000. Em virtude do meio a que se destinavam, esses estabelecimentos receberam o nome de escolas rurais; seu programa abrangia o ensino de leitura, escrita e aritmética, noções de geografia, história e educação cívica. E, fato mais importante ainda, essas instituições receberam a missão eminentemente social de ajudar os habitantes do campo a resolverem seus problemas econômicos e agrícolas. O rápido progresso do novo serviço de ensino rural não tardou a revelar que era necessário dar uma formação especial aos professores encarregados das novas escolas que continuavam a surgir cada ano; e encontrar o meio prático de aperfeiçoar os professores em exercício pois estes, recrutados dentre pessoas de boa vontade, não possuíam a indispensável competência pedagógica. Para satisfazer a primeira dessas exigências, foram fundadas as escolas normais rurais; e as missões culturais foram instituídas para resolver o segundo problema (Segura, 1950, p. 51).

Além de o projeto mexicano ter as mesmas características das instituições planejadas pelo Padre Cícero cearense (Baptista, 20 fev. 1931, p. 309/Silva, 1982), por se destinarem à população camponesa, o que evidencia a distinção nas possibilidades formativas demarcadas pela localidade, mostra também o desejo de se impor uma cultura escolar a grupos específicos: indígenas e mestiços. A ideia de melhorar a vida da população por meio da escola, se fazia presente, embora essa escola fosse dual. Nas escolas camponesas, havia o propósito de formar para o trabalho eficiente no campo. Embora a proposta curricular mantivesse a disciplina de História, caminhava junto a ela, a formação em Educação Cívica, com visível forma de segregação, e os projetos mantinham a ideia de assistencialismo à população desvalida. As professoras mexicanas como as brasileiras, também recebiam formação elementar em meados do século, e aderiam as missões culturais assim como os povos indígenas faziam quando o Brasil estava sendo colonizado (Saviani, 2013). Percebe-se, portanto, as permanências presentes nos diferentes projetos de sociedade.

Recordemos do Externato São Sebastião, que a professora Luiza de França tentava manter na década de 1960, com recursos próprios e com a colaboração da população e de ex-alunos (Sarmiento, 5 maio. 1963a). A ideia de que existia um propósito na vida das professoras que ultrapassava o exercício de uma função remunerada, fazia com que essas mulheres abrissem mão dos próprios direitos, em função dos direitos que acreditavam pertencer a outros que, como elas, eram marginalizados. Não por ventura, em alguns momentos da História brasileira, esses e essas docentes precisaram se posicionar sobre a sua condição de classe precarizada, como ocorrido na manifestação de educadores feita na década de 1950 (Azevedo, 2006a), e fortalecido pelos escritos do ISEB, durante a década de 1960 (Mainardes, 2015).

As professoras entendidas missionárias, com formação elementar, nem sempre pareciam pensar sobre a posição da função enquanto a exerciam, por esse motivo podem ter sido capazes de negarem-se a compreenderem-se como classe marginal, e isso interfere na definição do trabalho que desenvolvem, tornando-as mais técnicas que intelectuais. Algumas das docentes, trabalhando em condições precarizadas, quando não pensavam sobre a razão de ser do ofício, o exerciam tecnicamente, e assim, eram distanciadas do fazer-se intelectual. Com o passar dos anos, no trabalho docente passou a se notar uma disparidade entre os que eram exercidos em espaços acadêmicos e os que eram desenvolvidos nas escolas, já se notava a disparidade na segunda metade do século sobre o qual vimos discorrendo.

O que diferencia Maria Mariá das demais docentes que atuaram no mesmo tempo, inclusive, é a capacidade que ela manteve de pensar sobre os problemas sociais e sobre o ofício, tornando-se uma personagem crítica, como deveriam ser todos os profissionais de mesma categoria, segundo Álvaro Vieira Pinto (2021). A história de vida da protagonista, unida aos privilégios parentais, favoreceu a formação desse olhar e a ocupação de um lugar social que lhe permitia ser ouvida, como visto nos capítulos pelos quais passamos até chegarmos aqui. Além disso, quando Inspetora Regional de Alagoas, esteve em espaços que ultrapassam os muros da cidade de origem. Circulou pelos Estados de outras regiões do país, dialogou com países externos. Olhou a cidade de União dos Palmares de dentro e de fora, e essa possibilidade de conhecer outros espaços, favoreceu a elaboração das críticas destinadas até a outras profissões, como se viu ao relatar as condições de trabalho do IBGE, e solicitar ajuste salarial por meio de concursos (Sarmiento, 21 maio. 1961).

O mesmo ocorre quando se posiciona contrária a exploração à mão de obra palmarina (Sarmiento, 15 maio. 1955/Silva, 2021r). Nos capítulos anteriores essas evidenciações foram melhor exploradas. Para esse momento, é importante notar, apenas, que o modo como manifesta-se engajada, bem como a maneira como pensava, parece a encaixar na definição dada por Álvaro Pinto (2021, p. 58), quando diz que o pensamento “[...] crítico é afã de apreender a realidade na inteira objetividade das coisas e acontecimentos que a compõem; nessa apreensão, porém, está incluído o conhecimento dos estados emocionais desencadeados pelas condições externas nos indivíduos e na massa”. Ela pensou criticamente a sociedade, dentro da qual esteve um conjunto de modelos de docência. Pensou sobre o modo como essa sociedade pensava o passado e os sujeitos dele participantes, como já disposto no capítulo anterior.

Conhecendo a História local, e manifestando, em variados escritos, o orgulho por esta provocado, questionava a desvalorização percebida entre os conterrâneos, e as pequenas possibilidades de acesso a eles destinadas: a cidade “[...] tem suas raízes históricas no Quilombo dos Palmares e isto não é novidade para ninguém. Deste belo episódio de nossa História Patria, nós, pioneiros da liberdade em terras do Brasil, não conhecemos mais do que aquilo que os livros ensinam superficialmente” (Sarmiento, 27 set. 1959/Silva, 2021c, p. 267). O conhecimento popular, segundo sua análise, ajudava a reestruturar o olhar sobre os fenômenos ocorridos em tempos anteriores: [...] a tradição ensina com seus fatos que, muitas vezes, a História não conta” (idem). Mais uma vez apresenta característica que desvela o pensamento crítico: “À consideração histórica o presente perde a natureza privilegiada, de ponto de referência único, e as coisas e fatos que o preenchem não tomam o caráter de medida padrão” (Pinto, 2021, p. 38). Manifestava o orgulho sentido por pertencer a um lugar marcado pela rebeldia e coragem: “Nenhum marco existe aqui que assinale a passagem do grande Chefe negro, que preferiu morrer com liberdade a ter uma vida de escravidão e cujo exemplo foi seguido por seus companheiros de infortúnio” (Sarmiento, 27 set. 1959/Silva, 2021c, p. 267). Embora, em outras colocações, ainda deixasse transparecer o olhar do colonizador, decorrente da trajetória escolar (Sarmiento, 26 ago. 1956/Silva, 2021v).

Alegava, em alguns textos, insatisfação por ser brasileira, um país que, segundo ela, mostrava-se marcado pelo coronelismo e pela desvalorização aos monumentos e espaços históricos (Sarmiento, 29 jun. 1957/Silva, 2021k). Um país, pelo que indicou, marcado por disputas silenciosas: “Deixemos o Brasil que é imenso e tem muitos donos e vamos passar por este planeta fazendo algo que fique como um marco

de nossa passagem” (Sarmiento, 07 nov. 1957/Silva, 2021g, p. 250). Reconhecia que algumas dessas disputas os seus parentes chegaram a estar envolvidos, apresentando comportamentos, por ela criticáveis (Sarmiento, 26 maio. 1957/Silva, 2021ff), mas não se culpabilizava pelo que outros fizeram. Percebia-se em sua individualidade, ao tempo que também se mostrava coletiva. Pode-se arriscar dizer que ela adotou, em muitos momentos, o que Antonio Gramsci (3 mar. 1917, p. 1/Gramsci, 2020b, p. 47) definiu de caráter de classe: “se cada indivíduo possui um coração, a classe, como tal, não possui, não no sentido conferido a essa palavra pelo humanismo atrofiado. A classe possui uma vontade, um caráter. Dessa vontade e desse caráter é plasmada toda a sua vida, sem nenhum resíduo”. No caso, a classe de docentes. Outras vezes a classe de jornalistas. E, contraditoriamente, vestígios vínculos parentais.

Por todos os fatos, não é possível notar o característico do seu pensamento sem caminhar pelos variados temas por ela debatidos. A participação na qualidade de diretora, desde junho de 1960, da Liga Esportiva Palmarina (Sarmiento, 05 jun. 1960c), mostra que os projetos nos quais esteve envolvida, chegavam até a divergir em perspectivas sociais. Embora todos buscasse, de algum modo, compactuar com o progresso da cidade interiorana na qual vivia. Quando discorria sobre o IBGE, não economizava em elogios dirigidos a Jânio Quadros:

Vitoriou o Dr. Jânio Quadros, que havia preparado e ambientado o país a receber a boa semente da renovação dos costumes políticos, a semente revolucionária que haveria de extinguir a ladroeira confessa e toda a espécie de abuso com ou sem ciência de poder – para dar lugar a uma mentalidade nova e sadia convergida para o bem estar geral, olhando alto e devotadamente a grandeza da Pátria brasileira (Sarmiento, 21 maio. 1961, s.p.).

Pela soma de tudo o que escreveu, unida a trajetória, é possível imaginar que o elogio a tal presidente se deva a promessa que este mantinha de acabar com a corrupção no país, unida ao vínculo que ele mantinha com o socialismo¹²⁰ (Schwaecz; Starling, 2018). Ao mesmo tempo, não existem publicações dela questionando o projeto no qual o presidente proibia o uso de biquínis entre mulheres, algo que já havia lhe provocado problemas durante a década de 1950 (Silva, 2021a).

Em uma das colocações públicas, quando oradora de um evento organizado pela Liga Esportiva Palmarina, ela chama a atenção para o modo como apresenta o feminino: “[...] dizem os mais entendidos que política, à maneira de cachaça e mulher, é

¹²⁰ Recordemos que Che Guevara foi homenageado no Brasil, durante os curtos meses de presidência de Jânio Quadros.

o diabo, quando vira a cabeça de um sujeito, o pobre está liquidado” (Sarmiento, 05 jun. 1960c, s.p.). O escrito que coloca a mulher como tentadora ao homem, desvela mais uma das suas contradições. Mesmo não se considerando feminista em textos deixados, a adjetivação lhe foi atribuída por outros, com o passar dos anos (Silva, 2021a). Mas algumas das colocações contrariam o que o feminismo trazia como pauta. Provavelmente porque ainda existia nela vicissitudes decorrentes da interação com o tempo. De todo modo, considerando-se que o feminismo ainda se encontrava em processo de estruturação e possuía variadas perspectivas, já na primeira metade do século XX, não é possível a definir como contrária a tal movimento, apenas por colocações feitas isoladamente. Outras mulheres consideradas feministas como ela, também desvelaram contradições, é o caso de Flora Ferraz (10 fev. 1933/Brandão; Alves, 2002), já aqui mencionada.

Ao discorrer sobre as consequências do feminismo brasileiro, por meio da imprensa, uma personagem também chegou a posicionar-se contrária a tal movimento, em 1936, dispondo ironias sobre as reivindicações femininas, ao sugerir a igualdade entre gêneros na formulação das leis penais: “[...] igualada a mulher, juridicamente, ao homem, não mais poderá se articulada nos ‘libelos’ dos promotores a seguinte ‘agravante’ da ‘Consolidação das leis Penais’: art. 39. São circunstâncias agravantes: §5º ter o ‘delinqüente superioridade em sexo’” (Consequências [...], 4 de agosto de 1936/Brandão; Alves, 2002, p. 215). Sobre os casos de violência contra a mulher, não existem textos nos quais a professora Maria Mariá apresenta posicionamentos críticos à tais acontecimentos, mas existe, entre as suas divulgações jornalísticas, a descrição de dois casos ocorridos na cidade de União dos Palmares: “[...] a mais recente: dois casos de uxuricídio, ou menos pernosticamente dois cidadãos de nossa comum, assassinaram as respectivas caras-metades, por questões baneis” (Sarmiento, 12 ago. 1956/Silva, 2021m, p. 218).

Ela não fala sobre o modo como esses casos desvelam o patriarcado citadino, e não defende as vítimas. Pode-se considerar que o posicionamento neutro, decorre da pequena segurança que poderia ter ao tratar de tais questões na imprensa alagoana. Possivelmente uma insegurança superior a que teria ao discorrer sobre política (Sarmiento, 17 abr. 1960b). No caso específico desvelava apenas as divergências na opinião pública da população: “Como sempre levanta-se a opinião pública e surgem as

infalíveis correntes “prá¹²¹” e “contra”. Quando a coisa perde o sabor de novidade, volta o povo aos velhos e saborosos protos: política e vida alheia” (Sarmiento, 12 ago. 1956/Silva, 2021m, p. 218). A atitude dela também pode dizer de como o feminismo interiorano se diferenciava do percebido nas capitais, e essa diferenciação foi notada por um jornalista, que preferiu não se identificar, ao escrever para o jornal Gazeta de Alagoas:

A campanha feminista, no Brasil, foi intensa. As brasileiras das capitais, mais adiantadas que as do “hinterland¹²²”, conseguiram direitos gerais para a mulher, sem distinção para com o homem. Nilo Peçanha foi o primeiro estadista que nomeou uma funcionária, e logo par ao Itamaraty. O Rio Grande do Norte foi o Estado pioneiro, graças ao sr. Juvenal Lamartine, administrador do belo sexo. Por fim veio a Revolução. Veio a Carta Política de 1934 (Consequências [...], 4 de agosto de 1936/Brandão; Alves, 2002, p. 215).

Não é possível negar o progresso no modo de se perceber o feminino, no desenvolver do século XX, pelas conquistas. As mulheres interioranas foram afetadas também por esse progresso, consequentemente, a trajetória de mulheres abastadas, como é o caso de Maria Mariá, foi superior à de mulheres pobres de mesma localidade. Ela, como afetada pelas conquistas do feminismo, bem como pela persistência do patriarcado, posiciona-se em linha tênue, em variados momentos, mas não se distancia da adjetivação de crítica pelas contradições, visto que: “A consciência crítica nada tem de impassível, de fria, distante, judicativa. É, ao contrário, a consciência empenhada no processo nacional em marcha e, como tal, sofrendo as vicissitudes da conjuntura vivida” (Pinto, 2021, p. 58). Não por ventura, essa consciência é marcada por avanços e retrocessos. E desvela as contradições dos humanos por meio das interações que ele estabelece no decorrer da vida com variados projetos. Ao envolver-se com a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), na qual manteve diálogo com o Padre Teófanês de Barros, essas contradições percebidas nas ideias manifestadas pela professora Maria Mariá, desvelam-se também. Estava pensando a formação para pessoas desvalidas ao tempo que observava o modo como o trabalho docente aparecia em tal projeto.

¹²¹ Na obra Uma década de prosa (Silva, 2021a), a palavra aparece grafada dessa forma mesmo. Mas no texto original a grafia está correta. Existiu, portanto, um equívoco no momento de digitalização do texto jornalístico na mencionada obra.

¹²² Termo utilizado para referir-se aos espaços interioranos.

2.3. Pensando à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG): diálogos com o cônego Teófanês de Barros

Os direitos dispares entre gêneros durante as décadas de 1950 e 1960, embora o progresso feminino já fosse notado pela participação pública de mulheres brasileiras, parecia ilustrar-se no modo como as professoras eram tratadas na cidade de União dos Palmares. Ou melhor, em todos os espaços distantes dos grandes centros. Recordemos o caso de São Paulo, em referência às professoras primárias: “O início da carreira docente em São Paulo, geralmente, se dava em escolas primárias rurais, exigência prevista na legislação estadual desde o início da República, cujos critérios determinavam o efetivo exercício no cargo em estabelecimentos isolados” (Garcia; Chaloba, 2023, p. 18). Foi algo que afetou também a vida de Maria Mariá, que iniciou os trabalhos como docente, na Usina Laginha ao tempo que também foi transferida para uma cidade interiorana menos desenvolvida após deixar-se fotografar de Maiô às margens do Rio Mundaú (Silva, 2021a). Sendo um lugar de punição para as professoras em exercício, o interior parecia a terra desvalida para a qual destinavam-se os projetos preparatórios à subalternização, e os professores com menor experiência. Vimos notando isso desde o momento inicial dessa dissertação.

Como observado por Garcia e Chaloba (2023, p. 3-4), ao dizer das décadas correspondentes entre 1940 e 1960: “Em 1940, 69% da população brasileira vivia em áreas rurais e em 1960 esse índice ainda era de 55%. Contudo, apesar dessa concentração populacional no campo, as políticas educacionais levadas a termo pelos governos dos estados privilegiaram as zonas urbanas”. E isso foi sendo observado e exposto por meio dos textos jornalísticos escritos pela professora protagonista dessa produção, como vimos notando até o momento.

A cidade de União dos Palmares, com as características manifestadas, não se distanciava dos espaços campestres. A presença do campo se faz visível nos gestos e nos espaços captados, seja imagética, seja verbalmente, pela personagem. O comportamento e as vestes próprias de pessoas que nasceram e permaneceram no mesmo lugar por toda a vida, como se percebe nas imagens analisadas durante o capítulo segundo. As manifestações públicas, como é o caso das anuais festas da padroeira e das feiras. Variados são os fenômenos que aproximam a cidade de União dos Palmares, durante a segunda metade do século XX, de espaços rurais. As enchentes mostram o que parecia tornar ainda mais limitada a vida daquela parcela populacional, sobretudo a desvalida.

Isso torna aquela população também invisibilizada nos projetos nacionais. Ao que se percebe, chegavam à cidade possibilidades de trabalho e de formação semelhantes ao que se notava nos espaços campestres internos e externos ao Brasil. O que diferencia o projeto da CNEG do que se mostrava no projeto mexicano citado anteriormente, bem como do projeto sugerido pelo Padre Cícero, é o público para o qual foram destinadas às propostas formativas. Ao tempo que os últimos diferenciavam a escolarização por distinções étnicas, as escolas da CNEG parecem ter sido dispostas a todos, sem distinções dessa natureza, por variadas localidades do país. Mas os espaços interioranos foram priorizados por se notar a carência de Ensino Secundário a eles destinado.

Apesar disso, cabe ressaltar também, que Felipe Tiago Gomes inspirou a sua ideia em uma experiência de alfabetização peruana, voltada a população indígena, desenvolvida por *Haya de la Torre* (Holanda, 1977). Em análise à tal campanha, Silva (2001) a colocou como uma espécie de terceira via entre os projetos educacionais brasileiros. Ela não estava nem na esfera pública e nem privada, mas na filantrópica. De acordo com o supracitado autor, passou a fazer parte do plano desenvolvimentista do Governo de Juscelino Kubistchek durante a década de 1950 (idem). O apoio levou a expansão do número de instituições entre 1950 e 1960 (Astofe, 2019). No início da primeira década, por exemplo, Alagoas contava com 5 educandários, equiparando-se ao estado de Goiás, e perdendo apenas para o estado da Paraíba, com 6 educandários. Esses eram os três estados com maior número de instituições (idem). E União dos Palmares recebia uma das cinco escolas destinadas à Alagoas (Sarmiento, 25 out. 1953/Silva, 2021).

Sendo direcionada pelo cônego Teófanés de Barros, no estado alagoano, na cidade palmarina, o projeto manteve Maria Mariá como uma de suas fundadoras (Barros, 22 maio. 1960, s.p.). É um projeto que evidencia o olhar que ela direcionava à educação, e os reflexos de sua origem e redes de sociabilidade, no modo como percebia o trabalho docente.

A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos iniciou suas atividades em 1943 por meio da criação do Ginásio Castro Alves, com o ideal de oferecer ensino gratuito aos jovens “desprovidos de recursos”. Foi modificando sua denominação ao longo do tempo: de Campanha do Ginasiano Pobre para Campanha dos Ginásios Populares, depois Campanha de Educandários Gratuitos, em seguida, Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) e, por último, Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) (Astofe, 2019, p. 14).

Segundo Ivanildo Holanda (1977), o termo popular foi retirado do segundo nome para evitar que ele fosse considerado parte das ideias comunistas. Quando chegou à cidade de União dos Palmares, essa estava em sua segunda fase, que de acordo com o supracitado historiador ocorreu entre os anos de 1953 e 1971, e era reconhecida pelo quarto nome recebido. O Ginásio Santa Maria Madalena, no qual exerceu a função de docente, durante a década de 1950 (Silva, 2021a), foi fundado por esse projeto, em 1953 (idem).

No terceiro ano posterior a fundação de tal educandário, a professora enfatizava a relevância do feito para a população local: “Ginasio ‘Santa Maria Madalena’ que está vencendo todos os obstáculos e já se acha no terceiro ano de vida, com u’a matricula de 120 anos. Sob a eficiente direção do conego Clovis Duarte de Barros” (Sarmiento, 27 mar. 1955/Silva, 2021e, p. 187). Sem prédio próprio, a instituição foi abrigada, em anos iniciais, pelo prédio da Escola Rocha Cavalcanti, que apresentava estrutura decadente no período, com estudantes em quantidade excessiva e com ausência de mobiliário para atendimento a todo o público, o que levava jovens a ocupação de espaços pelo piso institucional durante as aulas (Sarmiento, 20 set. 1953/Silva, 2021f). Condição semelhante a que se via em outras escolas fundadas pelo mesmo projeto em igual período (Holanda, 1977).

Os cursos eram ofertados em turno noturno, e o apoio político local interferiu durante os anos iniciais de efetivação, como visto no capítulo segundo dessa produção. A família Gomes de Barros, por exemplo, se fez presente por meio do nome de Mario Gomes de Barros, com doação de Cr\$ 200.000, 00 inicialmente, como já mencionado em seção anterior (Sarmiento, 20 set. 1953/Silva, 2021f). Tratando-se de um projeto filantrópico, o apoio político serviu como meio de visibilidade partidária em Alagoas, assim como em outras partes do país (Astofe, 2019, p. 14). A presença da UDN mostrou-se constante entre os nomes vinculados à fundação e apoio financeiro aos educandários, nas espalhadas regiões brasileiras (idem).

Parece contraditória a presença constante de um partido definido conservador e moralista (Schwaecz; Starling, 2018), em um projeto educacional que, de acordo com Astofe (2019), nasceu do desejo de possibilitar melhorias para a educação brasileira, a partir de um caráter dito solidário e humanístico, intencionado em conscientizar a juventude sobre os problemas sociais. Mas a contradição que se nota na Campanha, não parece distinta da que se nota em outras eventualidades. Por mostrar-se um projeto preocupado com a população desvalida, sobretudo com a qualidade formativa a ela

destinada, a CNEG levaria bons olhares aos que com ela mantivessem vínculo. Seria um projeto apoiado por pessoas caridosas. Além disso, não se pode desconsiderar o caráter utilitarista dessa, visto que prometia formar profissionais melhor qualificados para o exercício de funções públicas.

Em primeiro momento de análise, a CNEG parecia próxima, em ideias, da Cruzada Ação Básica Cristã, mais conhecida por **Cruzada ABC**¹²³, efetivada durante a década de 1960. Isso porque ela refletia os interesses da USAID, ao voltar-se as classes desvalidas em função da preparação destas para o mercado de trabalho (Silva, 2001). Ambas traziam o ideário comunitário, todavia, a última destinava-se a alfabetização. Se nota, também, que durante a década de 1980 alguns cursos, como é o caso do Curso Normal ofertado por ela, na cidade de União dos Palmares, foi apresentando-se mais técnico, como ilustra a imagem disposta em discussão anterior (imagem 28). Mais técnico que o ofertado pela Escola Normal Maceió que diplomou Maria Mariá durante a década de 1930 (imagem 27).

O que se percebe, até o momento, é que o projeto nasceu de um ideário revolucionário, mas aos poucos foi distanciando-se dele. Era revolucionário em origem, porque, mesmo ofertando formações técnicas, mantinha-se preocupado com a conscientização da juventude. Algo que vinha ganhando espaço no Brasil, aparecendo, inclusive no Manifesto escolanovista de 1959 (Azevedo, 2006a). Alagoas foi o primeiro estado a receber as Escolas Técnicas de Comércio (Holanda, 1977, p. 32), estando na cidade de União dos Palmares, uma delas. Pelo histórico citadino, observado, inclusive pela professora Maria Mariá, a escola de comércio parecia estratégica, quando direcionada aos jovens desvalidos. Seriam eles preparados para a ocupação das mesmas funções destinadas aos seus pais. Aos poucos, com instalação de outros cursos, as possibilidades foram sendo ampliadas, no país e na localidade. Os colégios normais foram as últimas instalações, nacionalmente (idem), e na cidade de União dos Palmares apenas na década de 1980 aparecem entre a documentação localizada.

Não é possível afirmar que com o passar dos anos a CNEG foi tornando-se mais tecnicista. Embora possa se perceber que, intencionalmente ou não, ela compactuou, em alguns pontos, com o dualismo social, destinando à formação

¹²³ A Cruzada do ABC foi um movimento de alfabetização voltado ao letramento de adultos, e preparação desses para o mercado de trabalho. Antecede o MOBREAL e sucede o Movimento de Educação de Base. Concretizando-se entre os anos de 1964 e 1969, dentre às características da Cruzada do ABC, de acordo com Souza (2021), estava o caráter assistencialista e a tentativa de construção de uma boa imagem da ditadura, entre os estudantes e profissionais a ela vinculados.

profissional para a classe desvalida. Mas ao dispor formação secundarista a essa classe, a campanha favorecia as famílias carentes, dado ser essa a única forma de as permitir ultrapassar a formação primária. Por esse motivo, se faz necessário analisar as particularidades territoriais. Para os espaços interioranos, aquela que parecia uma proposta que fortaleceria a desigualdade social, separando as classes por cargos aos quais as formações lhes destinariam, poderia ser o caminho para a conquista de um caro e, aparentemente, distante direito: o de continuar estudando.

Para Astofe (2019), a proposta curricular da CNEG, até a década de 1963, inclinava-se para os ideais da Reforma Capanema, predominantes em anos anteriores. Sobre essa reforma, Dermeval Saviani (2013, p. 270) indagou:

Do ponto de vista da concepção, o conjunto das reformas tinha caráter centralista, fortemente burocratizado; dualista, separando o ensino secundário, destinado às elites condutoras, do ensino profissional, destinado ao povo conduzido e concedendo apenas a ramo secundário a prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior; corporativista, pois vinculava estreitamente cada ramo ou tipo de ensino às profissões e aos ofícios requeridos pela organização social.

Diferente dessa, os escritos deixados por Teófanés e Maria Mariá, embora compactuantes com os ideais da CNEG, não parecem desejar a superficialização da formação para as classes desfavorecidas, nem se centrar em um projeto única e exclusivamente caridoso. Como pessoas interioranas, eles percebiam a carência de espaços para a educação sistematizada em seus lugares de origem, e percebiam as escolas cenegistas como capazes de minimizar as desigualdades sociais. De acordo com o primeiro: “Numa ocasião alguém me apresentou uma relação dos alunos que concluíram seu curso no Ginásio de minha cidade natal, S. José da Lage e as oportunidades que tiveram na vida graças ao Ginásio. Fiquei encantado” (Barros, 22 maio. 1960, s.p.). Ele mostrava-se preocupado com a homogeneização de oportunidades entre as distintas classes e territórios, e parecia acreditar que a CNEG a possibilitaria, como dizia ao mencionar em matéria, a professora: “[...] prezada Mariá, você bem sabe que a cultura média não deve ser privilégio de metropolitanos. O interiorano pobre tem tantos direitos de aprender como o filho do papai rico. Vivemos num mundo cheio de injustiças sociais” (idem).

Teófanés destinava o texto à Mariá, porque ela encontrava-se desencantada com a condição do ginásio palmarino, ressaltando problemas como: ausência de participação da comunidade e família, nas atividades escolares; indisciplina estudantil; culpabilização docente pelo mal desempenho discente; atribuição, à categoria

professoral, de funções cabíveis à família. A condição do espaço, lhe fazia emitir pronunciamentos rígidos: “[...] se eu tivesse um parente muito querido, mas celerado, preferia vê-lo morto a me causar decepções sobre decepções, e o mesmo digo com nosso Ginásio: prefiro vê-lo cerrar suas portas a continuar diplomando analfabetos e mal educados” (Sarmiento, 15 maio. 1960, s.p.).

A escola que ofertava o Curso Técnico de Comércio e o Curso Normal, não parecia, segundo ela, merecedora da população para a qual se destinava. Ao tempo que alguns pronunciamentos parecem a desvelar como distante de uma percepção clara das necessidades das camadas subalternizadas, elas podem expor apenas uma revolta pontual com o descaso da população com a escola secundária e os profissionais nela atuantes. Teófanis, em resposta a tal texto, buscava fazê-la notar tal equívoco:

Talvez você tenha sedo mal informada. Houve exagero. Quem me informou foi testemunha ocular do caso. E sabe o que mais? seu Ginásio não está tão ruim assim. Foi o vencedor da Maratona Cenegista na 4a. série. E o vitorioso é um matutinho bem ativo. Tem feito figura aqui em Maceió. Fala com certa facilidade francês e inglês. Outro conluente de sua terra, que é seu parente, também tem se distinguido aqui. Aproveitei ambos para funcionários do Guido. Isto é uma prova de que o Ginásio não diploma só analfabetos. Em síntese, Mariá, não seja tão pessimista. Confie mais no povo de sua terra. Tenho muita confiança na mocidade irradiante idealista de Geraldo Barbosa. Ele vencerá. O Ginásio irá progredir. Um parente celerado não se mata. Corrija-se. ‘A esperança é a última que morre’ (Barros, 22 maio. 1960, s.p.).

A professora que, em anos anteriores, colocava a mesma instituição como a maior representante da educação ofertada pelo município (Sarmiento, 27 mar. 1955/Silva, 2021ee), como capaz de intercambiar as relações de interesses educacionais interioranos (Sarmiento, 11 nov. 1956/Silva, 2021o). Aos poucos notava e passava a expor os seus dilemas. A situação do ginásio palmarino, semelhante a situação de demais instituições secundaristas do país, fenômeno notado pelos assinantes do segundo manifesto escolanovista (Azevedo, 2006a), vinha sendo denunciada constantemente por ela na década de 1960, e isso parece mostrar o modo como a sua percepção de formação foi sendo influenciada pelo tempo. Como vemos até aqui, desde a Escola Normal, o seu olhar crítico vinha sendo estimulado, mas as movimentações dos anos que correspondem ao intervalo entre duas ditaduras brasileiras, provocar os debates por ela adotados. Mais um fato que a desvela como pessoa que vive, participa e colabora com as transformações do tempo.

Era um tempo marcado por greves e reivindicações, por críticas aos problemas sociais que afetavam o país (Schwaecz; Starling, 2018), fazendo permanentes e

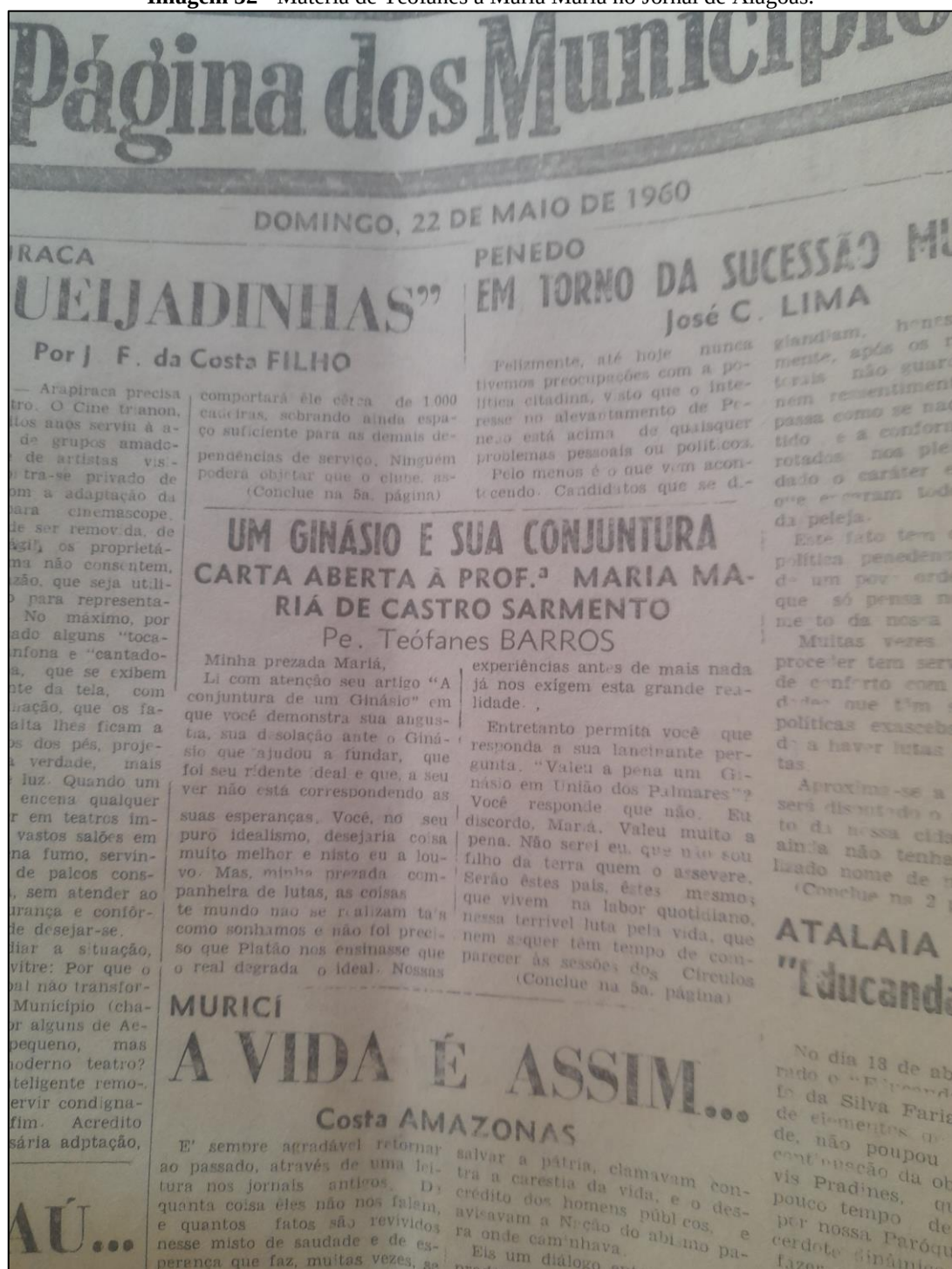
agravantes alguns fenômenos. O Correio do Norte, por exemplo, registrava a ameaça feita por políticos, a 40 mil professoras grevistas, em Minas Gerais, alguns anos mais tarde, desvelando que às manifestações por melhores condições de trabalho não foram extintas durante os anos de ditadura:

Belo Horizonte, Brasília, 16 – Quarenta mil professôras primárias de Minas Gerais entraram em greve ontem protestando contra o atraso no pagamento dos vencimentos. O secretário de Educação, sr. José Maria Alkmim, disse que vai demitir as professôras grevistas. No entanto, estas contam com o apôio de pais, alunos e representantes do clero no seu desejo de receber os salários atrasados em muitos meses e que o governador Israel Pinheiro negasse, obstinadamente, a pagar (Professôras [...], 17 fev. 1968, s.p.).

O conflito de interesses entre grupos de políticos e docentes, estimulado nos anos precedentes à Ditadura Militar, resistiram a ela. Percebamos que o ideário de missão, atribuído ao ofício, vai o tornando a cada momento menos valorizado, e interferindo no tratamento a ele destinado. Ora o tratando como menor, outrora o penalizando financeiramente. O escrito de Maria Mariá também ilustra os efeitos na cidade de União dos Palmares: “[...] quando pela primeira vez, os convocamos para uma Reunião de Pais e Mestres, nos responderem ‘que tinham mais o que fazer’, e que nós, professores, ganhamos para que resolvamos para que resolvêssemos sozinhos tudo o que se referisse à Escola” (Sarmiento, 15 maio. 1960, s.p.). O desrespeito dos pais secundaristas pelas professoras e professores do ginásio local, e a ressalva ao salário, demarca o olhar comumente destinado aos que passavam a exercer o magistério.

Mas Teófanés de Barros (22 maio. 1960, s.p.), com um olhar romantizado à profissão, aconselhava a professora a manter-se pacífica e compreensiva, diante das condições aparentemente precárias: “A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, à qual pertence êsse Ginásio, lançou a semente em terreno fértil, cara Mariá. Não desanime, não tenha desalentos. O Ginásio tem defeitos, é claro. Isto acontece por tôda parte”. Em meio a colocação, de modo sutil, o cônego parece responsabilizar os profissionais dos educandários pelas carências formativas percebidas entre ginasianos. No texto escrito por ele, não existe ênfase na condição social que afeta o trabalho e o bem estar de tais docentes: “E’ muito difícil hoje em dia um educandário cem por cento. Deus sabe a luta que aqui no meu Guido tenho para evitar que os professores de coração bom aprovem indistintamente os alunos” (idem). Para ampliar o nível de exposição, o texto dele é publicado em espaço de destaque na Página dos Municípios do Jornal de Alagoas, mantendo o nome da professora em título (imagem 32).

Imagem 32 - Matéria de Teófanos à Maria Mariá no Jornal de Alagoas.



Autora: Hebellyanne P. Silva; Ano: 06/03/2023; Acervo: Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos.

Em resposta a tal matéria, na semana seguinte, ela também evidenciou o nome do padre em título, e disse ter sido alvo de críticas após o que foi, por ele, colocado em texto. Finalizou a matéria com uma colocação aparentemente irônica: “Agradeço, reverendo, suas palavras de compreensão justamente **as únicas de que tenho notícia no caso ‘A Conjuntura do nosso Ginásio’**”. Do alto de sua sabedoria, reflita sobre o meu

desencanto e não me julgue, por causa de tas palavras, uma exaltada” (Sarmiento, 29 maio. 1960a, s.p., grifos meus). Os problemas que afetavam o ginásio eram sociais, portanto, não dependiam da intensificação do sacrifício docente, mas da participação dos demais agentes que ajudam a compor as escolas, unida ao maior investimento público em valorização ao ofício. Em outros escritos, três anos mais tarde, a docente chegou a transfigurar à condição do magistério, definindo-a como provocativa de um estado de desumanização (Sarmiento, 28 abr. 1963).

De acordo com a sua análise, muitos dos problemas enfrentados pela categoria, decorriam de posturas adotadas pela política partidária local, como fez entender no texto que destinou ao cônego supracitado: “A meu ver, para sanar êste mal, deve V. Revma. tomar uma atitude, nomeando uma comissão examinadora estranha ao nosso meio, porque do jeito em que vai..., bem, ao bom entendedor, meia palavra basta” (Sarmiento, 29 maio. 1960a, s.p.). Postura sobre a qual voltava a discorrer, em 1963:

Como ve, Senhor Diretor, esta situação é insustentável. Se de fato os cofres do estado não podem ser onerados com a nomeação de novas professoras, só há uma alternativa: ou mandarmos de vez todas estas crianças para suas casas ou V.S. nomeia essas funcionárias excedentes do seu Departamento para ministrar as aulas. Em caso contrário, o Departamento Estadual de Educação das Alagoas está completamente desvirtuado de sua única e legítima funcionalidade, que é dirigir a educação das crianças de nossa terra comum (Sarmiento, 28 abr. 1963, s.p.).

Ressaltava a necessidade de adoção de uma postura ética entre os que ocupavam funções públicas. Mais uma vez faz o que se espera de uma intelectual crítica. É cabível observar que Maria Mariá manteve-se em projetos reivindicativos durante os anos repressivos, ao tempo que foi vista entre militares, como notado em capítulo anterior. Esteve circulando por variados espaços, possivelmente porque os cargos que exerceu exigiam a flexibilidade. Não é possível afirmar, por meio de uma fotografia isolada, como a que vimos no capítulo segundo (imagem 4), que ela apoiou eventos como a ditadura, por exemplo. Ou que as suas ideias ancoravam-se na proposta dos partidos com os quais manteve-se em diálogo por meio de outras pessoas. É possível, perceber as suas contradições e indagar sobre elas, enquadrando-a no que parece predominante entre as suas ideias.

A forma como percebia as relações sociais e, conseqüentemente, a educação, foi sendo influenciada por variados determinantes, entre os quais encontram-se as redes de sociabilidade, mas não limitam-se a elas. Mesmo compartilhando a implantação da CNEG em União dos Palmares com Teófanés de Barros, o modo como ambos

discorrem sobre o projeto, diverge. Além disso, foi notada, em variados momentos, proferindo críticas contundentes as ações de políticos com os quais manteve diálogo. Críticas inclusive aos próprios parentes.

É interessante notar também que a mesma contradição evidenciada nos intelectuais entre os quais está a professora, se nota no espalhar da CNEG, pelo Brasil: “[...] compreendemos que a CNEG, por meio de elementos capazes e idealistas mobilizava o poder público e utilizava de agentes com posse de capitais para se estabelecer em uma determinada região” (Astofe, 2019, p. 98). Cabia, pelo que parece ser o teor do projeto, que houvesse, junto a ele, pessoas publicamente atuantes em debates capazes de favorecer o desejo de mudança. Mesmo não parecendo ser um projeto vinculado efetivamente a um partido, se percebe a UDN como predominante entre os nomes responsáveis por implantação da proposta, em alguns estados (idem). Possivelmente, isso decorre da intencionalidade de tal partido, na época. Como de outros representantes políticos que enfatizavam, na imprensa, esse vínculo com a caridade:

O prefeito interessado em que seu município tenha um ginásio, deve se dirigir ao IBAM, situado na Avenida 13 de Maio, 2, sala 1219 no Rio, e receberá imediatamente toda a orientação necessária. Recebida que seja a solicitação do prefeito, seguirá, imediatamente para o município um técnico do IBAM ou CNEG a fim de orientar a fundação do ginásio. Finalizando as suas declarações disse o dr. João Pessoa de Albuquerque que êsse convênio poderá trazer considerável impulso ao ensino secundário no interior do país, pois agora será muito fácil e todo município contar com um ginásio (Um ginásio [...], 26 jan. 1957, s.p.).

O projeto é apenas um receptor de colaborações advindas dos mais diferentes representantes políticos. Não é possível o definir como partidário, mas, por decorrer de um grupo de estudantes intencionados em reduzir as desigualdades por meio da formação considerada de qualidade, para quem não era assistido pelas escolas públicas e nem mantinha condições de pagar por escolas privadas, a proposta desvela-se revolucionária em origem, e Maria Mariá fez parte desse ideário inicialmente crítico. O que se coloca como fundamentalmente interessante na participação da última, é a denúncia feita aos problemas gerados pelo projeto. Mostrando os bastidores da caridade.

Desde a origem, já havia na CNEG, uma predisposição estimulante a precarização do magistério. O trabalho docente, no início do espalhar da campanha pelo país, mantinha caráter voluntário, como memorado por Ivanildo Holanda (1977, p. 27): “Com efeito, os estabelecimentos de ensino vinham funcionando graças ao idealismo

dos professores que contribuíam com ela, inclusive, ministrando gratuitamente as suas aulas”. Embora em 1952 a remuneração docente tenha passado a ser mais frequente, isso não tornava mais exitoso o tratamento dado ao magistério: “Decidiu-se que, a partir de então, caberia às comunidades o financiamento das unidades de ensino, tendo-se em vista a necessidade de remuneração dos professores, mesmo a título de gratificação” (idem).

Essa ideia de que o trabalho docente se caracterizou como um ofício missionário, que foi incentivado pelo catolicismo, e permaneceu a partir dos movimentos renovadores dos anos iniciais do século XX, vai persistindo nas iniciativas filantrópicas. A percepção de sociedade manifestada por Teófanés de Barros interfere no olhar que destina ao trabalho docente. É uma percepção humanista, que se evidencia em alguns dos seus textos jornalísticos: “E’ necessária uma formação humanista, não resta a menor dúvida, pois antes de ser tal ou qual ou isto ou aquilo, o educando é um homem a formar. Mas não esquecer que êle vai preencher um lugar na vida e para isto tem de ser preparado” (Barros, 29 ago. 1964, s.p.).

Nessa ótica, parecia cabível à docência responsabilizar-se pelas conquistas de gerações futuras. Ao fazer alusão a um poeta formado por uma das escolas da CNEG, ele dizia: “E a sua voz seja advertência a nós todos os responsáveis pelas novas gerações, a fim de que estejamos à altura de orientá-la situando-a ante o mistério da vida” (Barros, 23 ago. 1959, s.p.). A última matéria tinha por título: Nossa Culpa. Referia-se a culpa que tinha a categoria docente, pelos caminhos e oportunidades ofertados às gerações futuras. O jovem estudante da CNEG, definido por ele como poeta da tragédia, havia se tornado o que denominava “[...] um simples funcionário desta mesma campanha” (idem). De algum modo, o padre denominava o trabalho desenvolvido em tais instituições, como pequeno.

A autoculpabilização pelo que acontecia na sociedade parecia comum entre docentes, pelo que vimos até esse momento do texto. Na vida de Maria Mariá, isso vai aparecendo também, em algumas eventualidades. É o caso de quando se envolve com projetos em função do progresso citadino, assumindo compromissos que deveriam ser atribuídos aos órgãos públicos. O apego pela cidade de origem, e o envolvimento mantido com ela, também pode mostrar-se como decorrendo de uma espécie de apropriação de uma responsabilidade pelo progresso local. As posturas desvelam que foi herdeira dos privilégios decorrentes do privilégio social atribuído pela família. Ao tempo que se mostrou crítica aos problemas causados por essa.

A união entre o feminismo, o catolicismo e o latifúndio, mostra-se na percepção que manifesta. É, ao mesmo tempo: crítica à exploração e às injustiças cometidas contra às pessoas desvalidas; envolvida com projetos assistencialistas e caridosos; e idealizadora de algumas das ideias que pareciam trazer visibilidade para pessoas esquecidas, estivessem elas vivas ou mortas. Nos capítulos desenvolvidos até aqui, foi sendo possível notar a construção de ideias de uma intelectual do interior de Alagoas, chegando à Campanha de Educandários Gratuitos, da qual ela fez parte como uma das fundadoras. Torna-se possível, portanto, notar a expressão de algumas dessas ideias por meio de ações e escritos.

Os 65 textos publicados entre 1953 e 1963, no Jornal de Alagoas, desvelam parte da construção dessas ideias, que foram amadurecendo com: o passar do tempo de magistério; as viagens feitas dentro e fora do estado de Alagoas; as experiências como mulher na sociedade brasileira; os projetos progressistas e conservadores com os quais manteve-se envolvida. Tudo foi manifestando variadas posturas e comportamentos, entre os quais, o interiorano mostrou-se permanente. Esse olhar interiorano apareceu ao analisar a CNEG. Assim como apareceu em Teófanés de Barros, mesmo suas cidades interioranas sendo distintas.

Percebemos que Teófanés de Barros fortalece as ideias da CNEG, ao tempo que Maria Mariá tentou evidenciar os pontos positivos e negativos do projeto. Percebemos, nisso, o conflito de interesses em um mesmo ideário de formação. O cônego alimenta as ideias que já predominavam no escolanovismo, ao colocar o estudante no centro e ao desconsiderar a marginalização atribuída aos que exercem o magistério, ao tempo que a professora ressalta a condição de trabalho dos profissionais e os problemas que ultrapassam as possibilidades de interferência desses. Atuou no campo das ideias e para compreender os seus projetos, precisamos passar por alguns espaços e experiências que marcaram a sua construção como: mulher, professora e palmarina. Experiências que interferem no olhar destinado ao trabalho docente na CNEG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interação entre os arquivos privados, preservados por Maria Mariá, e os textos de sua autoria divulgados em ambientes públicos, desvelam a contradição de ideias que foram amadurecendo e recebendo diferentes formatos no desenvolver dos projetos de sociedade de cada década, até se chegar aos debates comuns na segunda metade do século XX. Nota-se a presença de algumas concepções educacionais no seu construir-se. Concepções que nem sempre pareceram congruentes. A partir da década de 1950, conflituam a defesa que fez à Educação pública de qualidade, e os projetos preparatórios para as funções técnicas no mercado de trabalho. Colidem, portanto, as influências que recebeu da primeira onda escolanovista, quando estudante da Escola Normal de Maceió durante a década de 1930, com as reivindicações por direitos trabalhistas, que se apresentam nos escritos jornalísticos divulgados por meio da imprensa, durante os anos nos quais chegava ao público brasileiro o interesse por debates mais atentos à estrutura social que mantinha às desigualdades, e utilizava a formação escolar como instrumento de manipulação do acesso à informação.

Como intelectual, a professora foi capaz de influenciar pessoas na cidade de origem e nas cidades vizinhas durante a participação em projetos culturais, políticos e educacionais. Isso foi sendo evidenciado no desenvolver das seções desse texto dissertativo. Já em capítulo inicial, posterior ao introdutório, a disposição dos dados, por ela deixados, que tratam da história da cidade, indicaram o seu simbólico poder social e cultural. Não porventura, os fatos levaram-na a ser definida em algumas produções jornalísticas de personagens locais contemporâneos e épicos, como uma espécie de historiadora, ou mesmo de dicionário ambulante. Desde as pessoas comuns até os políticos, percebiam nela uma espécie de anfitriã da cidade de União dos Palmares.

Ao tempo que a herança financeira e social, derivadas da família e melhor exploradas no desenvolver da seção terceira desse texto, interferiram na efetivação desse poder, é possível afirmar que a capacidade de refletir e de manifestar-se publicamente por meio da escrita, foi tornando-a visível dentro e fora do seu lugar de origem, desde a utilização da Página dos Municípios do Jornal de Alagoas como espaço de denúncias e de apresentação de ideias. Os escritos sobre a precarização do trabalho docente, evidenciados a partir da sua segunda década de exercício do magistério, 1950, foram destacando-se como uma espécie de olhar contra hegemônico, quando observado em comparação com os posicionamentos públicos manifestados por demais intelectuais

Alagoanos, inclusive com o projeto da CNEG, ao tempo que colocaram-se como compactuantes com os debates aflorados nacionalmente a partir de variadas camadas da intelectualidade educacional, entre as quais podem ser mencionados isebianos e escolanovistas assinantes do Manifesto dos Educadores. O último publicado em 1959.

Foi possível notar também, sobretudo na exploração aos dados dispostos em quarto capítulo, que as evidenciações de precarização do trabalho docente, nem sempre estavam expostas nos textos divulgados publicamente. Elas apareciam, de modo sutil, ao se tratar: da disposição estrutural das escolas; da fragilidade econômica de alguns profissionais da categoria; do modo como tais professores eram tratados em suas atividades de rotina, seja por alunos, seja pela comunidade (pais, representantes políticos, responsáveis por projetos educacionais); da maneira como alguns projetos educacionais idealizavam o trabalho docente, o tratando como atividade apostolar. Maria Mariá não era a única pessoa com observações dessa natureza, no país, como mostrado no desenvolver do texto aqui concluído, a profissão vinha manifestando-se precária, sobretudo no campo e nas cidades do interior. Embora a personagem protagonista, em sua trajetória, tenha mantido alguns privilégios, ao se comparar as experiências que manteve com as de outras de mesma profissão e origem, foi sendo evidenciado, no desenvolvimento dessa produção dissertativa, que muitos dos privilégios estavam ancorados na origem familiar e na capacidade de influência que algumas das suas habilidades lhe permitiam exercer. A habilidade de escrita é um exemplo.

Recordemos que, como disposto no capítulo terceiro, ela perdeu eventos importantes da vida privada para desenvolver atividades de trabalho. A título de exemplo, está o velório da própria mãe. A sobrecarga, decorrente do ofício, também chegou a ser anunciada algumas vezes por ela, por escrito. Além das punições profissionais por ações desenvolvidas em espaços de vida privada. Rememoremos também, as exposições públicas feitas à vida da personagem, quando ela proferia denúncias ou solicitava melhores condições de trabalho, por meio da imprensa. As violências que afetaram a vida da professora, pelo vínculo mantido com o magistério, embora sutis, demonstram a precarização.

Ao mesmo tempo, o Jornal de Alagoas, como veículo de divulgação da sua escrita, foi capaz de permitir que a professora fosse conhecida por intelectuais de outros estados brasileiros e por outras e outros educadores que, como ela, defendiam causas em comum. É o caso de Albérico Cordeiro, que em 1983 transcrevia nos anais da Câmara

dos Deputados, e direcionava a então Ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, uma das publicações jornalísticas de Maria Mariá com o objetivo de justificar a necessidade de maior atenção governamental aos espaços públicos de preservação da memória histórica em território brasileiro. O texto que tratava da casa onde viveu em vida o poeta Jorge de Lima, não se distanciava das produções que discorreram sobre a necessidade de atenção aos monumentos como a Igreja com arquitetura barroca, que marcou a cultura da sua cidade de origem. A visibilização da História de resistência simbolizada pelo tombamento da Serra da Barriga, também aparece entre os projetos nos quais esteve envolvida, e que são refletidos por meio da sua escrita.

O jornalismo foi capaz de ampliar a sua voz. Levou a interações com outras pessoas de ideias e sonhos semelhantes. Entre essas, destacam-se nomes reconhecidos do feminismo brasileiro, como é o caso de Bertha Lutz e Flora Ferraz. A última que defendia a importância da independência econômica para a emancipação feminina, parece ter suas ideias ilustradas pela trajetória da professora Maria Mariá. Porque foi, de fato, a possibilidade de viver do próprio dinheiro, que lhe permitiu manter maior liberdade. Um trabalho que lhe precarizava a vida em alguns momentos, lhe favorecia em outros. Como outras mulheres de mesmo tempo, em alguns momentos ele foi indicado para ajudar a esquecer as angústias provocadas pelas vivências na sociedade. Foi o trabalho, também, que a levou a ser reconhecida publicamente.

Mesmo que uma das fontes, aqui analisada, tenha indicado possível relação amorosa entre ela e o político palmarino Antenor Uchôa, dado pouco explorado, não existe, entre os textos jornalísticos localizados, a vinculação dela com tal figura. O político não recebeu grande protagonismo em sua trajetória. Ela foi reconhecida pelos projetos de autoria própria e pelo protagonismo em ações públicas locais e nacionais. Diferente de algumas das mulheres abastadas de mesmo tempo, não se tornou uma sombra dos patriarcas a ela vinculados: pai, irmãos, companheiros amorosos. Quando buscou fundar um jornal palmarino, ou mesmo quando participou do tombamento da Serra da Barriga, destacou-se como única mulher entre variados homens.

O pioneirismo de suas ações também foi localizado na docência, seja no comportamento que manteve quando interagiu com estudantes, seja na maneira de olhar para o magistério. Na CNEG, ao interagir com o padre Teófanês de Barros, mostrou que possuía percepções particulares e, em muitos momentos, divergentes das hegemônicas. Discordou da superficialidade posta à formação de jovens desvalidos vinculados ao Ensino Secundário ofertado pela instituição local fundada a partir da supracitada

campanha. Colocando-se como uma das poucas, ou mesmo como a mais interessante opção de formação escolar para a população palmarina, dada a carência de Ensino Secundário no interior do país, a instituição fundada a partir da CNEG que apresentava uma preparação técnica, voltada ao mercado de trabalho, vinculava-se aos propósitos da USAID, entidade já participante da economia citadina, como explorado em capítulo segundo.

De algum modo, o caminhar pelos dados contatados a partir desta investigação, permitiu responder às indagações que resultaram das primeiras leituras às fontes que tratavam da CNEG, indicando uma relação existente entre Maria Mariá e o padre Teófanés de Barros. Notamos: 1) que houve conflito entre os posicionamentos públicos dos dois intelectuais; 2) que eles fundaram a primeira escola técnica secundária da cidade de União dos Palmares; 3) que o segundo foi reconhecido pelo protagonismo conquistado ao envolver-se com a campanha em Alagoas e nos demais estados nordestinos; 4) que o padre, ao manifestar as ideias da CNEG, em alguns pontos, intencionalmente ou não, fortaleceu o ideário apostolar atribuído à docência e, por assim ser, somou aos intelectuais de mesmo tempo que, como ele, construíram justificativas para a precarização do magistério; 5) que a professora Maria Mariá, por sua vez, esteve denunciando essa precarização, ao tempo que se submeteu a ela em pontuais circunstâncias: ao sugerir a extinção de uma das escolas fundadas pela CNEG, por alegar que ela formava profissionais pouco capacitados; ao conviver com a política partidária que manifestava ideias depreciativas ao magistério e a população desvalida; e ao colocar-se como um dos nomes fundadores da supracitada campanha. Percebe-se ainda, que todas as submissões da palmarina a ideias e projetos marginalizantes, decorrem de necessidades maiores e justificáveis. O ideário atribuído ao magistério colabora com a manutenção estrutural das disparidades de classe.

O texto aqui concluído, mostra, portanto, que ela denunciou as intencionais consequências do ideário apostolar que provocou, no desenvolver da história brasileira, à precarização da profissão docente. A hipótese anunciada durante a introdução deste texto, foi confirmando-se durante o desenvolvimento dos capítulos, quando se: identificou que as características comuns na sociedade interiorana, especificamente palmarina, captadas pela professora Maria Mariá, favorecem a percepção dos costumes comuns na localidade durante a primeira metade do século XX; situou a professora entre as pessoas comuns e públicas que com ela mantiveram diálogo nos variados espaços interioranos e externos ao interior; verificou que as informações presentes nas

publicações de Maria Mariá, desvelaram à condição do trabalho docente na cidade de União dos Palmares, quando observados em diálogo com os resultados da CNEG em Alagoas. E assim se investigou, de modo geral, a construção da percepção de docência da professora protagonista, ilustrada em seu envolvimento com a CNEG.

A microanálise, utilizada como método, orientou as itinerâncias feitas, seja durante a escrita, seja durante a pesquisa, entre as escalas macroscópicas e microscópicas na apresentação e análise aos acontecimentos. Com fontes que variaram entre: jornais, fotografias, documentos escolares, cartas íntimas. Os caminhos percorridos durante esta investigação também levaram ao encontro com produções jornalísticas assinadas com o que, em primeira análise, parecia ser o pseudônimo de Maria Mariá: Mara. Essa hipótese, aos poucos, foi sendo falseada. Ao que indicam os dados até aqui coletados, ela assinou os textos com o próprio nome. Mesmo as produções mais polêmicas. Foi influenciando pessoas também pela coragem manifestada. E não deixou de cometer erros quando discorreu sobre política, por exemplo, ou mesmo quando falou sobre o feminino de modo a conservar costumes. Atos pontuais, mas que ocorreram. Evidenciam que foi, como outras e outros, repleta de contradições.

Essa capacidade de exercer influência foi tornando-se mais clara a partir do depoimento das pessoas que sobre ela escreveram e que, a partir do seu trabalho, foram beneficiadas. Povina Cavalcanti, como visto em capítulo terceiro, foi mais um dos intelectuais que a vinculou aos eventos da cidade de União dos Palmares. Recorrendo a escala microscópica em interação com a macroscópica, à dissertação mostrou que mesmo existindo pontos comuns entre personagens públicos participantes de grandes projetos, também existem especificidades neles, que decorrem das suas origens: sociais, econômicas, parentais e territoriais. Portanto, as categorias de análise elencadas, quando unidas à metodologia, favoreceram uma exploração mais consistente à tal vida.

O trabalho de investigação sobre a construção das ideias da professora Maria Mariá, bem como da CNEG, não acaba aqui. As considerações finalizam mais uma etapa exploratória, no grande labirinto de informações que norteiam à História da Educação de Alagoas. Mais um período planejado e efetivado de: garimpagem, catalogação de fontes e análise de dados. Abrem-se caminhos para as pesquisas posteriores, seja sobre eventos norteadores da vida da professora Maria Mariá, seja sobre a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG). Ambos ainda pouco estudados entre as investigações científicas brasileiras, e que muito podem a elas somar.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ALMEIDA, J. S. **Ler as letras:** por que educar meninas e mulheres? Campinas: Autores associados, 2007.

ALVES, C. Jean-François Sirinelli e o político como terreno da história cultural. In.: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F. F. (Org.). **Pensamento social e a história da educação.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

ASTOFE, A. F. A. **Campanha Nacional de Educandários Gratuitos:** em perspectiva o ensino secundário no sul de Mato Grosso (1949 -1963). 29/03/2019, 152p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/4446/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Abigail.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

BACELLAR, C. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In.: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019, pp. 23-80.

BACH, N. S. **Ação intelectual de Theobaldo Miranda Santos no campo educacional:** imprensa periódica católica e produção de manuais didáticos (1935-1947). 2021, 220p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021. Disponível em: <<https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3598/1/Neyla%20Sabrina%20Bach.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BLOCH, M. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, V. P. Grandezas e misérias da biografia. In.: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019, pp. 203-234.

BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In.: _____. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In.: AMADO, J. FERREIRA, M. M. **Usos e abusos da história oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** 1. ed. Rio de Janeiro: Bernard Brasil, 1989a.

BOURDIEU, P. **Os herdeiros:** os estudantes e a cultura. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BRASIL. **Decreto n. 2.280,** de 24 jul. 1997. Dispõe sobre a extinção da Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB, e dá outras providências. Fernando Henrique Cardoso. Brasília, 24 jul. 1997. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1997/D2280.htm>. Acesso em: 8 jan. 2023.

BULST, N. Sobre o objeto e o método da prosopografia. In: Revista Politéia: **História e Sociedade**. Vitória da Conquista, vol. 5, n. 1, 2005, p. 49-50.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. Tradução de Nilo Odalia. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

BURKE, P. **O polímata: uma história cultural de Leonardo da Vinci a Susan Sontag**. Tradução de Renato Prelorenzou. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

CARDOSO, C. F. Tempo e História. In.: _____. **Um historiador fala de teoria e metodologia: Ensaio**. São Paulo: Edusc, 2005, p. 11-36.

CARPEAUX, O. M. **História da Literatura Ocidental**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, conselho editorial, 2008.

CHAMON, M. **Trajetória de feminização do magistério: ambiguidades e conflitos**. Belo Horizonte: Autêntica, FCH-FUMEC, 2005.

CHARLE, C. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, F. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 41.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serv. Soc. Soc.**, n. 132, p. 211-230, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/kHzqt9vwyWmMyFd6hZjDmZK/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

CORREIA, M. S. **A educação popular no Brasil Império: as primeiras iniciativas de escolas noturnas em Alagoas (1870-1889)**. 01/09/2011, 118p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

COSTA, M. J. D. **Memórias de Maria**. 1. ed. São Paulo: Conectamus, 2020.

DAVIS, N. Z. **O retorno de Martin Guerre**. Tradução de Danise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEL CONT, V. Francis Galton: Eugenia e hereditariedade. **Scientiae Studia**, 6. v., 2. n., pp. 201-218, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ss/a/nCZxGgFhN8MVtq8C9kVCPwb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

DIÓRIO, L. T. **Eternas falas de Esther de Figueiredo Ferraz**. 1. ed. São Paulo: Edição do autor, 2019.

ECAR, A. L.; RABELO, R. S. Alice Meirelles Reis e o jardim de infância: cenário de inovação. In.: GONÇALVES, D. V.; VICENTINI, P.P. (org.). **Mulheres inovadoras no ensino (São Paulo, séculos XIX e XX)**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 27-41.

FARGE, A. **O sabor do arquivo**. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: EDUSP, 2017.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Editora da USP, 2018.

FERREIRA, M. M. Jean-François Sirinelli. **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro, 2013.

FEUERBACH, L. **A essência do cristianismo**. Tradução e notas: José da Silva Brandão. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

FONTES, P. **Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FREITAS, J. C. **A presença da pedagogia e do método de Johann Heindrich Pestalozzi no Colégio Suíço-Brasileiro de Curitiba à luz dos documentos oficiais da instituição**. 2021, 90p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <<file:///C:/Users/hebel/Downloads/JOYCE%20CAROLINA%20DE%20FREITAS.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2022.

GALTON, F. **Hereditary denius**. London: New York-Macmillan, 1892.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

GINZBURG, C. **Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa**. Tradução de Titan Jr. Samuel. Companhia das Letras, 2004.

GINZBURG, C. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, C. **Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII**. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GINZBURG, N. **A cidade e a casa**. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

GINZBURG, N. **Léxico familiar**. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

GONCALVES, A. R. M. **Trajetória intelectual de Orlando DaSilva: contribuições para a educação em arte (1970-1990)**. 2021, 123p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2021. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11106108>. Acesso em: 27 dez. 2022.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HAAG, M. **Maria Madalena**: Da bíblia ao Código da Vinci - companheira de Jesus, deusa, prostituta e ícone feminista. Tradução de Marlene Suano. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HAYDN, A. **Como se fabrica um herói católico para a educação**: um estudo prosopográfico da Ação Social Brasileira e da Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus (1930 - 1934). Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022, 433p. Disponível em: <<https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/30930/1/Amanda%20Haydn.pdf>>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

HAYDN, A. **Uma liderança feminina no laicato católico**: a trajetória política e intelectual de Amélia Rezende Martins na Ação Social Brasileira (1918-1932). Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017, 220p. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5677429>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

HOBSBAWM, E. **Sobre História**: ensaios. Tradução de Cid Knipel Moreira. 3. Ed. São Paulo: companhia das letras, 2013.

HOFFMANN, W. **Valdir Pereira Duarte**: a práxis de um intelectual orgânico da classe trabalhadora do campo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2021, 101p.

JANOTTI, M. L. O livro Fontes históricas como fonte. In.: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019, pp. 9-22.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 1. ed. São Paulo: Ática, 2020.

JINZENJI, M. Y. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

JINZENJI, M. Y. Docência e política no jornalismo de Maria Mariá. **Cadernos de História da Educação**, [S.I.], v. 21, n. Contínua, p. a098, 2022. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/65802>>. Acesso em: 18 out. 2022.

JÚNIOR, B. B. Usos da prosopografia para a história dos intelectuais da educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 33, n. 67, p. 57-82, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/47897/27732>>. Acesso em: 03 jan. 2023.

KARNAL, L.; TATSCH, F. G. Documento e História: A memória evanescente. In.: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 9-28.

KARSBURG, A. O. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In.: VERDAME, M. I.; KARSBURG, A.; WEBWE, B.; FARINATTI, L. A. (Org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015, pp. 32-52.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et. al. 4. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

LEVI, G. Micro-história e história global. In.: VENDRAME, M.; KAESBURG, A. (org.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020, pp. 19-33.

LEVI, G. Sobre a micro-história. In.: BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 2011, p. 135-163.

LIMA, S. F.; CARVALHO, V. C. Fotografias: Usos sociais e historiográficos. In.: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 29-60.

LIMONGI, F.; OLIVEIRA, J. S.; SCHMITT, S. T. Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 27, n. 70, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/FYkrhym6TpRzRf78q7F7Mmq/?lang=pt#>>. Acesso em: 17 jan. 2023.

LOPES, E. M. T. **Da sagrada missão pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LORIGA, S. **O pequeno X: da biografia à história**. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editorial, 2011.

LUCA, T. R. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019, pp. 111-154.

MAINARDES, J. Álvaro Vieira Pinto: uma análise de suas ideias pedagógicas. **Laplage em Revista (Sorocaba)**, v. 1, n. 3, p. 98-117, 2015. Disponível em: <<https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/223>>. Acesso em: 29 maio. 2022.

MALATIAN, T. Cartas: Narrador, registro e arquivo. In.: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 195-222.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

PERES, E. A construção de um arquivo e a escrita da História da Educação: do gesto artesão à prática científica. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, 2019.

Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/47152>>. Acesso em: 3 ago. 2023.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 8. ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRvqQBWLzDNv/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

PINHEIRO, J. G. R. **O Diário de Dalila: Poética, testemunho e tragédia na formação do indivíduo moderno**. Salvador: EDUNEB, 2017.

PINHEIRO, J. G. R. **O diário de Dalina: poética, testemunho e tragédia na formação escolanovista do indivíduo moderno (1933-1934)**. 2015. Tese de Doutorado. Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

PINTO, Á. V. **Consciência e Realidade Nacional-Volume II: A Consciência Crítica**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

RAWLS, J. **Justiça e democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro Pólen, 2019.

RIBEIRO, M. G. M. A USAID e o ensino agrônômico brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi Cienc. Hum.**, Belém, v. 4, n. 3, p. 453-463, dez. 2009. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222009000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 30 out. 2023.

ROBERT, M. N. M. **Práticas de leitura e docência de um professor da educação básica: o acervo pessoal de Rubim Santos Leão de Aquino**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 27 jan. 2021. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9929064>. Acesso em: 25 dez. 2022.

RODRIGUES, J. Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950): políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material** [online], v. 15. n. 2. pp. 221-255, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-47142007000200019>>. Acesso em: 4 jan. 2023.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou da Educação**. 3. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1979.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAID, E. W. **Cultura e imperialismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALGE, E. H. C. N.; OLIVEIRA, G. S.; SILVA, L. S. Saberes para a construção da pesquisa documental. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 123-139, 2021. Disponível em: <<https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/47/39>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SANFELICE, J. L. O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história. **Educação & Sociedade [online]**, v. 28, n. 99, 2007, pp. 542-557. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000200013>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SANTOS, M. **Da totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, M. O Lugar: encontrando o futuro. In.: _____. **Da totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005a, pp. 155-164.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In.: _____. **Da totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005b, pp. 21-41.

SARTRE, J. P. **Ser e o nada**: Ensaio de ontologia fenomenológica. 24. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

SATÍRIO, P. B. **O ideário educacional católico conservador-empresendedor do século XX na produção bibliográfica do alagoano Pe. Teófanés (1930-1960)**. 01/11/2009, 100p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 43. ed. São Paulo: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCHWAECHZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

SCHWARTZ, L. M. **Lima Barreto**: triste visionário. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Educação & Realidade**, vol. 20, n. 2, jul./dez. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Educação, 1995. p. 71-99. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em 4 set. 2021.

SCOTT, J. W. História das mulheres. In.: BURKE, P. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, pp. 65-98.

SILVA, H. P. A escrita de intelectuais alagoanos: fragmentos da democracia liberal e suas contraposições (1930–1932). **Revista Cocar**, v. 16, n. 34, 2022a. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5109>>. Acesso em: 01 out. 2022.

SILVA, H. P. A fundação de bibliotecas públicas em alagoas: reivindicações e denúncias da educadora Maria Mariá (1953-1954). **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i9.7186. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7186>>. Acesso em: 01 out. 2022.

SILVA, H. P. Configurações da docência feminina em escritos pedagógicos da educadora Rosália Sandoval (1918-1921). In.: CASTRO, P. A.; OLIVEIRA, R. S. (Org.). **História da Educação**. Campina Grande: Realize Editora, 2022b, pp. 52-78. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/91177>>. Acesso em: 06 maio. 2023.

SILVA, H. P. Entre sujeitos e estruturas: um olhar micro historiográfico para a educação. In.: Congresso Brasileiro de Educação, 2022, Maceió. **Anais do CONEDU**, Campina Grande: Realize, 2022c. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2022/TRABALHO_COMPLETO_E_V174_MD1_ID11411_TB2355_26082022152828.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

SILVA, H. P. Fragmentos de precarização do trabalho docente: leituras da formação NORMAL de professoras alagoanas (1932-1959). **Revista Cocar**, v. 17, n. 35, 2022d. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5542>>. Acesso em: 01 out., 2022.

SILVA, H. P.; MACHADO, C. J. dos S. A intelligentsia feminina na escola nova: uma leitura sem margens das crônicas de Cecília Meireles (1930-1932). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, p. 1-24, 2022. Disponível em: <<https://bityli.com/ptPWK>>. Acesso em: 01 out. 2022.

SILVA, H. P. O mito da democracia na sociedade capitalista: cruzamentos entre história de vida e construção de um objeto. **Editoria livre**, São Paulo, 22 jan. 2023. Disponível em: <<https://editorialivre.com.br/o-mito-da-democracia-na-sociedade-capitalista-cruzamentos-entre-historia-de-vida-e-construcao-de-um-objeto/>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

SILVA, H. P. **Uma década de prosa**: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021a.

SILVA, R. B. Educação comunitária: além do estado e do mercado? A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC (1985-1998). **Cadernos de Pesquisa**, n. 112, p. 85-97, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/JG6FNvYcfTPDmCjbbHmHMjw/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 25 de nov. 2023.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 231 – 269.

SOUZA, S. T. de. O MOBREAL no Pontal de Minas Gerais: entre o voluntariado e a fé (1970-1985). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e021029, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8659665>>. Acesso em: 7 jan. 2024.

STONE, L. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política** [online]. v. 19, n. 39, pp. 115-137, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>>. Acesso em: 4 jan. 2023.

TAVARES, A. M. **A trajetória da professora Hebe Maria Rôla dos Santos no contexto educacional da cidade de Mariana-MG (1960-1990)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana-MG, 27 maio. 2021, 134p. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11045242>. Acesso em: 25 dez. 2022.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. 4. ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. 2. ed. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TOLSTÓI, L. N. **Guerra e Paz**. v. 2. Rio de Janeiro: Beta Ltda, 1974.

VENDRAME, M.; KARSBURG, A.; LEVI, G. GINZBURG, C. (Org). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

VIDAL, D. G. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3. p. 577-588, 2013.

VIDAL, D. G.; VICENTINI, P. P. (Org.). **Mulheres Inovadoras no Ensino (São Paulo, Século XIX e XX)**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

XAVIER, L. N. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. In.: GOMES, A. M. C.; HANSEN, P. S. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2016.

XAVIER, L. N. Matrizes interpretativas da História da Educação no Brasil republicano. In.: XAVIER, L. N.; TAMBARA, E.; PINHEIRO, A. C. F. (org.). **História da educação no Brasil: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI**. Vitória: EDUFES, 2011.

XAVIER, L. N. Rubim Santos Leão de Aquino (1929-2013): ensino e militância política na trajetória de um professor de história. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p.

278-301, 2019. Disponível em: <[file:///C:/Users/hebel/Downloads/515-2052-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/hebel/Downloads/515-2052-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 25 dez. 2022.

Fontes

ABONO de emergência. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1953. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/32052>. Acesso em: 24 jan. 2023.

ACÔRDO entre as correntes em choque na Câmara Municipal. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, 18 maio. 1948. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/38798>. Acesso em: 14 jan. 2023.

ADVOGADOS abrem oficialmente o ano com sessão solene. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/70636>. Acesso em: 26 jan. 2023.

A GUERRA alagoana. **Correio da manhã**, 14 de fevereiro de 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/72859>. Acesso em: 25 jan. 2023.

ALAGOAS. **Jornal de Alagoas**: o jornal de ontem e hoje na visão de pesquisadores, jornalistas e leitores. Maceió: Jornal de Alagoas, 1988.

ALBERTO, A. Á. Á. Tentativa de escola moderna. In: ALBERTO, A. Á. (org.). **A Escola Regional de Meriti**: documentário 1921-1964. Brasília, DF: MEC, 2016. p. 45-53. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia_da_educacao/a_escola_regional_de_meriti_documentario_1921_1964.pdf>. Acesso em: 1 de abr. 2021.

ALMANAQUE de ensino – Estado de Alagoas, ano 1938. Maceió: Off. Graph. da Casa Ramalho, 1937.

ALMEIDA, E. M. de. Notícias de Papanduva. **Correio do Norte**, Santa Catarina, 24 de setembro de 1966. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/886408/3060>>. Acesso em: 1 de julho de 2023.

ALVES, E. Lembranças da minha terra. In.: ALVES, C. M. L. **Rimas do Mundaú** (org.). Arapiraca, Ednucal, 2018, pp.28-32.

AMARAL, A. Significação e alcance do reajustamento. **Revista do Serviço Público**, n. 1, 1937, pp. 9-17.

AMERICANAS: guerra aos homens. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/86871>. Acesos em: 18 jan. 2023.

A MULHER na comissão que vae elaborar o ante-projecto da Constituição: A sra. Natercia Silveira, nome apresentado pela Alliança Nacional de Mulheres, retira a sua candidatura. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, 5 jul. 1932. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/093718_01/10695>. Acesos em: 15 jun. 2023.

ANTOLOGIA poética de bandeira. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 6 jan. 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_05/129>. Acesso em: 3 fev. 2023.

ARENA elegerá 15 senadores e MDB apenas 5. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 nov. 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/46706>. Acesso em: 10 jan. 2023.

A REVOLUÇÃO de fato. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/79888>. Acesso em: 14 jan. 2023.

ARNON atira em Silvestre e mata Cairala. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/47224>. Acesso em: 24 jan. 2023.

ASSOCIAÇÃO dos artistas tem nova diretoria. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/33292>. Acesso em: 13 jan. 2023.

AUTOMÓVEL club do Brasil conselho deliberativo. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 30 abr. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/18044>. Acesso em: 13 jan. 2023.

AZEVEDO, F. et. al. Manifesto dos Educadores: Mais uma Vez Convocados (Janeiro de 1959). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. esp., p. 205–220, 2006a. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4922/doc2_22e.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2023.

AZEVEDO, F. et. al. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Brasil, 1932. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006b. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/manifesto_1932.pdf>. Acesso em: 4 set. 2021.

BAPTISTA, C. R. Juazeiro – Ceará, 20 de fevereiro de 1931. In.: SILVA, Antenor de Andrade (org.). **Cartas do Pe. Cícero**: dos originais manuscritos. Salvador: E. P. Salesianas, 1982.

BARROS, F. R. A. **ABC das Alagoas**: dicionário bibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Brasília: Senado Federal, 2005.

BARROS, T. A. A. **Alocuções**. Maceió, [s/e], 1989.

BARROS, T. A. A. **Na Missão de afirmar**. Maceió, [s/e], 1981.

BARROS, T. A. A. **Na Missão de educar**. Maceió, [s/e], 1961.

BARROS, T. A. A. Um Ginásio e sua conjuntura carta aberta à prof.^a Maria Mariá de Castro Sarmento. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 22 de maio de 1960.

BARROS, T. A LDB e suas inovações Ensino Técnico. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 29 de agosto de 1964.

BARROS, T. Nossa Culpa. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/093718_03/85277>. Acesso em: 1 de dezembro de 2023.

BARROS, T. Síntese do mundo. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, 29 jan. 1961a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/10833>. Acesso em: 14 jan. 2013.

BERNARDES, M. E. **Laura Brandao**: A Invisibilidade feminina na política. São Paulo: CMU (Centro de Memoria Unicamp) Publicações, 2018.

BOMFIM, E. A. Maria Mariá: Duplamente Maria. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 01 de agosto de 2001.

BRANDÃO, I.; ALVES, I. (org.). **Retratos a Margens**: antologia de escritoras das alagoas e Bahia (1900-1950). Maceió: EDUFAL, 2002.

BRANDÃO. O. A agonia de Laura Brandão. **Jornal de Alagoas**, 3 de julho de 1960a.

BRANDÃO, O. A educação do povo. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 10 de julho de 1960b.

BRASIL. **A Educação nas Mensagens Presidenciais (1890 1986)**. Brasília, INEP, 1987.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Discurso político do sr. Albérico Cordeiro, de 13 de maio de 1983**. Brasília: Câmara dos Deputados, 13 de maio de 1983. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13MAI1983.pdf#page=5>>. Acesso em: 17 de março de 2023.

CALDAS, I. A mulher de hoje. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 6 de abril de 1966.

CARDIN já viajou para filmar. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_08/36033>. Acesos em: 27 jan. 2023.

CAVALCANTI, P. **Vida e Obra de Jorge de Lima**. Rio de Janeiro: Edições correio da manhã, 1969.

CAVALCANTI, P. **Volta à infância**: memórias de Povina Cavalcanti. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora – LJE, 1972.

CENAS decadentes se desenrolam no sertão alagoano – Flagelados atacam caminhões nas estradas. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1953.

CIFRAS da Usaid-Nordeste em habitação e urbanismo. **Diario de Pernambuco**, Recife, 3 nov. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_14/64517>. Acesso em: 10 jan. 2023.

COLLEGIO Abilio. – P. de Botafogo, 374 (casa Matriz) - Exames em março. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 17 mar. 1911.

COMÉRCIO e indústria representados na reunião de ontem. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 28 out. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/11478>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CONDENA a UDN “os elementos reacionários que tentam reimplantar o regime de violências”. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, 30 abr. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/38596>. Acesso em: 14 jan. 2023.

CONGRESSO internacional técnico de maquinismo agrícola em Paris. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, 29 jan. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_04/10793>. Acesso em: 3 jan. 2023.

CONSEQUÊNCIAS do feminismo: a mulher não é “parte fraca”. Gazeta de Alagoas, Maceió, 4 de agosto de 1936. In.: BRANDÃO, I; ALVES, I. (Org.). **Retratos à margem**: antologia de escritoras das Alagoas e Bahia (1900-1950). Maceió: EDUFAL, 2002.

CONTINÚA a revisão das tabelas únicas: os decretos ontem assinados pelo presidente da República nas pastas da Justiça e Aeronáutica. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 8 jul. 1951.

CONTINUA em franco sucesso a temporada do Marrocos com a montagem do “divertissement” “A Casta Susana”. **Diario de Pernambuco**, Recife, 2 de setembro de 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/12174>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CORBISIER, R. Morte de um sábio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro (domingo), 05 jul. 1987. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/204432>. Acesso em: 29 maio 2022.

COSTA, C. Município do Pilar. In.: Revista de Ensino: Órgão Oficial do Departamento geral da Instrução Pública e da Sociedade alagoana, n. 21, **Imprensa Oficial**, Maceió, maio a agosto de 1930, pp. 37-43.

CROTMAN, R. Uma jornalista na Segunda Convenção Nacional Feminista. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1934. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_01/20343>. Acesso em: 15 jun. 2023.

CUNHA, E. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Contro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

DANTAS, M. A escola activa. In.: REVISTA de Ensino: Órgão Oficial do Departamento geral da Instrução Pública e da sociedade alagoana de educação. n. 20. **Imprensa Oficial**, Maceió, 1930, pp. 3-12.

DANTAS, M. Noticiário. In.: REVISTA de Ensino: Órgão Oficial do Departamentogeral da Instrução Pública e da sociedade alagoana de educação. n. 20. **Imprensa Oficial**, Maceió, 1930a, pp. 84-92.

DEMOGRAFIA alagoana. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1960. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/664> Acesso em: 8 jan. 2023.

DEWEY, J. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. 4. Ed. São Paulo: Nacional, 1979.

DIA litúrgico. **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 de maio de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/22788>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

DIAS, D. F. L. M. et. al. (org.). **Anotações biobibliográfica de docentes e normalistas (Alagoas 1821-1931)**. São Paulo: Paco, 2021.

DOMINGUES, O. Origens do genio. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/093718_01/16185>. Acesso em: 19 jul. 2023.

EDUCAÇÃO da adolescência: o principio de formação da personalidade e a orientação vocacional, estudados por Domingo Barnés. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/093718_01/2903>. Acesso em: 19 jul. 2023.

ELEITORES cristãos terão “aliança” para comandante. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/28214>. Acesso em: 25 jan. 2023.

EMBAIXADOR Lincoln Gordon terá honras militares em Maceió. **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 mar. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/28375>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ENTIDADES paraibanas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 de outubro de 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/74960>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ESTADO de calamidade em Alagoas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 6 jul. 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/17305>. Acesso em: 9 jan. 2023.

FALLECEU na Italia o sucessor da ordem dos Salesianos: D. Felipe Rinaldi foi o terceiro sucessor de D. Bosco. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 8 dez. 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/9636>. Acesso em: 16 jan. 2023.

FALOU-SE muito de política na câmara dos deputados. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1953. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/29024>. Acesso em: 24 jan. 2023.

FERRAZ, F. Enquête. Diário de Maceió, Rio de Janeiro, 10 fev. 1933. In.: BRANDÃO, I; ALVES, I. (Org.). **Retratos à margem**: antologia de escritoras das Alagoas e Bahia (1900-1950). Maceió: EDUFAL, 2002.

FILHO, J. N. **Filhos ilustres**: União dos Palmares-Alagoas. Maceió: Editora Q Gráfica, 2012.

FRASES da semana. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/47235>. Acesso em: 25 jan. 2023.

FUNCIONARÃO, a partir de abril, os cursos regulares do I.S.E.B. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/60084>. Acesso em: 29 maio 2022.

GOVÊRNO destinou Cr\$ 6 Bilhões para o Nordeste. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 3 jun. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/14094>. Acesso em: 8 jan. 2023.

GRAMSCI, A. A disciplina. La Città Futura, n. único, 11 fev. 1917, p. 2. GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. Seleção, tradução e aparato crítico de Daniela Mussi, Alvaro Bianchi. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

GRAMSCI, A. Analfabetismo. La Città futura, n. único, 11 fevereiro de 1917, p. 2. In.: GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. Seleção, tradução e aparato crítico de Daniela Mussi, Alvaro Bianchi. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020a, pp. 35-36.

GRAMSCI, A. Caráter. II Grito del Popolo, a. XXII, n. 658, 3 mar. 1917, p. 1. In.: GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. Seleção, tradução e aparato crítico de Daniela Mussi, Alvaro Bianchi. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020b, pp. 44-48.

GRAMSCI, A. Disciplina e liberdade. La Città Futura, n. único, 11 de fevereiro de 1917, p. 2. In.: GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. Seleção, tradução e aparato crítico de Daniela Mussi, Alvaro Bianchi. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020c, pp. 34-34.

GRAMSCI, A. Caráter. II Grito del Popolo, a. XXII, n. 658, 3 mar. 1917, p. 1. In.: GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. Seleção, tradução e aparato crítico de Daniela Mussi, Alvaro Bianchi. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020b, pp. 44-48.

GRAMSCI, A. Disciplina e liberdade. La Città Futura, n. único, 11 de fevereiro de 1917, p. 2. In.: GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. Seleção,

tradução e aparato crítico de Daniela Mussi, Alvaro Bianchi. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020c, pp. 34-34.

GRAMSCI, A. Indiferentes. *La Città Futura*, n. único, 11 fev. 1917, p. 1-2. GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. Seleção, tradução e aparato crítico de Daniela Mussi, Alvaro Bianchi. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020d.

GRAMSCI, A. Três princípios, três ordens. *La Città Futura*, 11 fev. 1917a. In.: GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. Seleção, tradução e aparato crítico de Daniela Mussi, Alvaro Bianchi. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020e.

GOES, J. P. O jornal e o suplemento literário (Uma abordagem Histórica). In.: ALAGOAS. **Jornal de Alagoas**: o jornal de ontem e hoje na visão de pesquisadores, jornalistas e leitores. Maceió: Jornal de Alagoas, 1988.

GÓES, T. Gente muito especial. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 23 jul. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_08/22604>. Acesso em: 2 fev. 2023.

HÉLCIAS, A.; BAPTISTA, M. N. Nordeste. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 de junho de 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/70800>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

HOLANDA, I. C. **Campanha Nacional de escolas da Comunidade (CNEC)**: um estudo histórico. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977.

HOLANDA, R. Diário em União dos Palmares. **Diário de Pernambuco**, Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/75203>. Acesso em: 15 jan. 2023.

JORNAL cubano pede que haja eleições. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/372>. Acesso em: 17 jan. 2023.

JUNIOR, B. As idéias novas da instrução. In.: REVISTA de Ensino: Órgão Oficial do Departamento geral da Instrução Pública e da sociedade alagoana de educação. n. 20. **Imprensa Oficial**, Maceió, 1930, pp. 27-32.

JUNIOR, F. L. Biografia de Corrêa de Oliveira (para Maria Mariá Sarmento) - II. **Diário de Pernambuco**, 14 out. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/36374>. Acesso em: 3 set. 2022.

JÚNIOR, F. L. Biografia de Corrêa de Oliveira (para Maria Mariá Sarmento) - I. **Diário de Pernambuco**, 30 set. 1956a, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/36108>. Acesso em: 3 nov. 2022.

JÚNIOR, M. B. P. D. **Alagoas e seus municípios**. Maceió: Imprensa oficial, 1944.

JÚNIOR, M. D. O município e a valorização das atividades locais. **Revista do serviço público**, n. 3, v. 3, setembro de 1952. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/view/326>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

JUNIOR, M. D. Um pintor e um poeta também pintor. **Diário de Pernambuco**, Recife, 4 nov. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/6312>. Acesso em: 11 jan. 2023.

KRISAN, F. Notícias de Major Vieira. **Correio do Norte**, Santa Catarina, 25 de fevereiro de 1967. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/886408/3213>>. Acesso em: 1 de julho de 2023.

LIMA, J. Cantigas. In.: LIMA, J. **Poemas negros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016, pp. 141-141.

LIMA, J. Serra da barriga. In.: LIMA, J. **Poemas negros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016a, pp. 134-135.

LIMA, R. Poesias reunidas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 30 out. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/8393>. Acesso em: 7 jan. 2023.

LISPECTOR, C. **A Paixão segundo G. H.** 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

LISPECTOR, C. Deve a mulher trabalhar? Revista A Época, set. 1941. In.: LISPECTOR, C. **Clarice na cabeceira**: jornalismo. Organização e apresentação de Aparecida Maria Nunes. Rio de Janeiro: Rocco, 2012, pp. 71-74.

LOPO pode deixar governo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/36328>. Acesso em: 24 já. 2023.

LORIS. [Carta escrita por Loris para Maria Mariá]. Destinatário: Maria Mariá de Castro Sarmento, Campo Grande, 19 de março de 1966. 1 Carta.

LUISI, L. **Ideas sobre educación**. Montevideo: Maximino Garcia, 1922.

MACABRA narrativa fêz pistoleiro Alagoano à polícia do Recife: delegado investigará procedência do fato. **Diário de Pernambuco**, Recife, 2 jun. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_14/3199>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MAIS de 100 generais recebem Kruel, que não muda comandos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/36297>. Acesso em: 24 jan. 2023.

MARA. Crônica dominical: Saudades de uma praça... **Jornal de Alagoas**, Maceió, 17 de janeiro de 1967.

MARA. Movimento democrático feminino, críticas e atuação. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 29 de abril de 1966.

MARA. “Tristeza de ser mulher”. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 20 de abril de 1966a.

MARCHANTES têm matadouro particular em União dos Palmares, nas Alagoas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 de novembro de 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/54700>. Acesso em: 08 maio. 2023.

MARIA de cada Pôrto. **Diário de Notícias**, 3 jan.1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/64>. Acesso em: 11 dez. 2022.

MEIRELES, C. A futura Escola Normal. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 21 set. 1930. In: MEIRELES, C. **Crônicas de Educação**, 3. Seleção e organização de Leodegário A. de Azevedo Filho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2001. p. 169-171.

MEIRELES, C. O Ministério do Trabalho e a educação. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1930. In.: MEIRELES, C. **Crônicas de Educação**, 3. Seleção e organização de Leodegário A. de Azevedo Filho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2001a, p. 7-8.

MEIRELES, C. Outra vez, o Ministério...[V]. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1931. In.: MEIRELES, C. **Crônicas de Educação**, 3. Seleção e organização de Leodegário A. de Azevedo Filho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2001b, pp. 53-55.

MEIRELES, C. Professoras de amanhã. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1930. In.: MEIRELES, C. **Crônicas de Educação**, 3. Seleção e organização de Leodegário A. de Azevedo Filho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2001c, pp. 133-134.

MEIRELES, C. Um problema insolúvel. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 18 jul. 1931. In: MEIRELES, C. **Crônicas de Educação**, 3. Seleção e organização de Leodegário A. de Azevedo Filho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2001d, p. 41-42.

MELLO, A. **Uma experiência de Govêrno**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1958.

470 MILHÕES aplicados em 23 armazens. **Diário de Notícias**, 29 jan. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/093718_04/10793>. Acesso em: 3 jan. 2023.

MOLITERNO, C. Cultura Alagoana. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 21 de julho de 1985.

MONTENEGRO, B. [Carta escrita por Benedita Montenegro e destinada à Maria Mariá]. Destinatário: Maria Mariá de Castro Sarmento, 27 mar. 1966. 1 Cartão pessoal.

MORAES, D. Z. Violeta Leme Fonseca (Dora Lice): a biografia de uma professora a contrapelo do seu legado literário. In.: VIDAL, D. G.; VICENTINI, P. P. (Org.).

Mulheres Inovadoras no Ensino (São Paulo, Século XIX e XX). 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, pp. 259-174.

MUNHOZ, F. G. Benedita da Trindade do lado de Cristo: uma mestra oitocentista entre a resistência e a resignação. In.: VIDAL, D. G.; VICENTINI, P. P. (Org.). **Mulheres Inovadoras no Ensino (São Paulo, Século XIX e XX)**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

NÃO cogitam os sindicatos de nova revisão dos níveis do salário mínimo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 8 jan. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/128>. Acesso em: 4 jan. 2023.

NETO, J. C. M. **Morte e vida Severina**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

NO LAR e na Sociedade. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 8 de maio de 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_01/18886>. Acesso em: 20 abr. 2023.

NO MUNDO político. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 4 de abril de 1954. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/35311>. Acesso em: 25 jan. 2023.

NOTÍCIAS de Alagoas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 jun. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/3635>. Acesso em: 9 jan. 2023.

NOVO governador de Alagoas, ao tomar posse, diz que combaterá os criminosos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 1 fev. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_14/8142>. Acesso em: 11 jan. 2023.

OLIVEIRA, R. Meu tempo de criança. 17 fev. 2018. In.: ALVES, C. M. L. **Rimas do Mundaú** (org.). Arapiraca, Ednucal, 2018, pp. 71-74.

OS PREMIOS do “Salão” da Bahia. **Diário de Pernambuco**, Recife, 3 de novembro de 1951. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/8431>. Acesso em: 18 fev. 2023.

OS PROFESSORES primários reúnem-se, amanhã, para a fundação de uma associação. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/657>. Acesso em: 6 fev. 2023.

PALMARES, R. “Tristeza de ser mulher”. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 28 de abril de 1966.

PALMER, H. Uma mulher esclarecida. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1959. In.: LISPECTOR, C. **Clarice na cabeceira: jornalismo**. Organização e apresentação de Aparecida Maria Nunes. Rio de Janeiro: Rocco, 2012, pp. 91-92.

PALMER, H. Vícios Modernos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1959. In.: LISPECTOR, C. **Clarice na cabeceira: jornalismo**. Organização e apresentação de Aparecida Maria Nunes. Rio de Janeiro: Rocco, 2012a, pp. 92-93.

PAZ e trabalho definem govêrno Luiz Cavalcanti. **Diario Pernambuco**, Recife, 1 fev. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/27458>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PEREIRA, C. Prosa: A instrução e o parque infantil. O Diário da Manhã, 27 de julho de 1933. In.: BRANDÃO, I.; ALVES, I. (org.). **Retratos à margem**: antologia de escritoras das Alagoas e Bahia (1900-1950). Maceió: EDUFAL, 2002, pp. 172-174.

PERÍCIA diz: chineses não foram seviciados. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 abr. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/50863>. Acesso em: 13 jan. 2023.

PINDOBA, G. À padroeira do meu povo. In.: ALVES, C. M. L. **Rimas do Mundaú** (org.). Arapiraca, Ednucal, 2018.

POLITTI, R. **Constituições brasileiras – Volume III**: 1934. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

PORTELA, D. V. Rádio Zumbí dos Palmares. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 18 de novembro de 1962.

PREÇO da Albacora, para venda ao consumidor, é agora de 68 cruzeiros: esclarece a COAP. **Diário de Pernambuco**, Recife, 6 jan. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/106>. Acesso em: 4 jan. 2023.

PRESIDENTE do tribunal de justiça. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/81616>. Acesso em: 24 jan. 2023.

PROFESSORAS estaduais e municipais do interior e da Cidade. **Correio do Norte**, Santa Catarina, 14 de janeiro de 1961. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/886408/1262>>. Acesso em: 1 de julho de 2023.

PROFESSÔRAS mineiras em greve. 40 mil. **Correio do Norte**, Santa Catarina, 17 de fevereiro de 1968. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/886408/3518>>. Acesso em: 29 de novembro de 2023.

PROFESSORES Municipais reclamam novos solários. **Correio do Norte**, Santa Catarina, 5 de dezembro de 1964. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/886408/2494>>. Acesso em: 1 de julho de 2023.

PROJETO para fomentar gado de corte AL Estuda. **Diario de Pernambuco**, Recife, 7 ago. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_14/44549>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PROTESTAM contra a nova farsa da Ditadura. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1945. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/24428>. Acesso em: 14 jan. 2023.

QUEIROZ, R. A cidade sem lei. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 24 de janeiro de 1967.

QUEIROZ, R. Albinha, **Jornal de Alagoas**, Maceió, 30 de julho de 1967.

QUEIROZ, R. Chegar em casa. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 3 de fevereiro de 1967.

QUEIROZ, R. Meu tio esperidião. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 18 de janeiro de 1967.

QUEIROZ, R. Moças. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 24 de abril de 1966.

QUEIROZ, R. Os ricos. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 17 de abril de 1966a.

RAMOS, G. “Mulheres...”. Vamos ler!, Rio de Janeiro, ano, n. 65. 2 out. 1937. In.: _____. **Garranchos**. Organização de Thiago Mio Salla. 2 ed. Rio de Janeiro, 2013, p. 160-163.

RAMOS, G. O Romancista do Nordeste. Literatura, Rio de Janeiro, 20 de junho de 1934. In.: Salla, T. M. (org.). **Garranchos**: Textos inéditos de Graciliano Ramos. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013a, pp. 133-137.

RAMOS, G. Sertanejos. Novidade, Maceió, 11 de abril de 1931, p. 11. In.: SALLA, T. M. (org.). **Garranchos**: Textos inéditos de Graciliano Ramos. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013b, pp. 115-117.

RAMOS, G. **Vidas Secas**. 78. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

RESTRICÇÕES á liberdade de imprensa: A suspensão do “Jornal de Alagôas”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 3 de julho de 1932. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/12328>. Acesso em: 24 jan. 2023.

REVISTA Fatos e Fotos – Gente. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1977. In.: LISPECTOR, C. **Clarice na cabeceira**: jornalismo. Organização e apresentação de Aparecida Maria Nunes. Rio de Janeiro: Rocco, 2012, pp. 216-222.

ROUSSEAU, J.J. Primeira caminhada. In.: ROUSSEAU, J.J. **Os devaneios do caminhante solitário**. Tradução, introdução e notas de Laurent de Saes. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2017.

RUAS e bairros da cidade: passado e presente de Santa Cruz. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, 4 de julho de 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/17544>. Acesso em: 29 de abril de 2023.

RUI Palmeira será inumado em Alagoas. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/79840>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SANTANNA, M. M. Uma Página Literária de Graciliano Ramos esquecida. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 10 de julho de 1960.

SARMENTO, G. L. **A ocupação das terras do Quilombo dos Palmares e a criação de vilas:** introdução à história de União dos Palmares. Maceió: CBA Editora, 2019.

SARMENTO, G. L. **Um lugar, suas memórias – Episódio 4 - Clarício Alvim Bugarim.** Youtube, 15 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=URUj9yYzn0A&t=1983s>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2023.

SARMENTO, G. L. **Um Lugar, Suas Memórias. Episódio 3. Edimilson Correia Veras.** Youtube, 8 de setembro de 2021a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W319DD-S_hc&t=1754s>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

SARMENTO, G. L. Um lugar, suas memórias – Episódio 2 - Geraldo Vergeti. Youtube, 6 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ifBEKzWmHQ8&t=10s>>. Acesso em: 07 de maio de 2023.

SARMENTO, M. M. C. A Casa do Pobre. Jornal da Alagoas, Maceió, 25 de outubro de 1953. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa:** impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021, pp. 154-156.

SARMENTO, M. M. C. A Conjuntura do Ginásio. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 15 de maio de 1960.

SARMENTO, M. M. C. A mais querida reminiscência do Natal. Jornal de Alagoas, Maceió, 13 de março de 1955. In.: SILVA, H. P. **Uma década de prosa:** impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021a.

SARMENTO, M. M. C. À mocidade palmarina. Jornal de Alagoas, Maceió, 4 de outubro de 1959. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa:** impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021b, pp. 269-270.

SARMENTO, M. M. C. Apêlo ao nosso povo. Jornal de Alagoas, Maceió, 27 de setembro de 1959. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa:** impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021c, pp. 267-268.

SARMENTO, M. M. C. A respeito de Jornais. Jornal de Alagoas, Maceió, 28 de outubro de 1956. In.: SILVA, H. P. **Uma década de prosa:** impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021d, 229-230.

SARMENTO, M. M. C. Caipirismo idiota. Jornal de Alagoas, Maceió, 4 de julho de 1954. In.: SILVA, H. P. **Uma década de prosa:** impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021e, pp. 179-180.

SARMENTO, M. M. C. Carta aberta ao revmo. Cònego Teófanos de Barros. **Jornal de Alagoas**, 29 de maio de 1960a.

SARMENTO, M. M. C. Carta ao Sr. Diretor da Educação. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 28 de abril de 1963.

SARMENTO, M. M. C. [**Carta escrita por Maria Mariá e destinada a Dr. Polvilho**]. Destinatário: Dr. Polvilho, s.d. 1 Carta, s. d.

SARMENTO, M. M. C. [**Carta escrita por Maria Mariá e destinada à mãe**]. Destinatário: Sto. Antonio, 2 fev. 1962. 1 Carta pessoal.

SARMENTO, M. M. C. Com a Visita do IBGE. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 21 de maio de 1961.

SARMENTO, M. M. C. [**Correspondência informativa destinada a população palmarina**]. Destinatário: População palmarina, Maceió, 10 abr. 1966. 1 Cartão pessoal.

SARMENTO, M. M. C. Decadência & vandalismo. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 13 de março de 1977.

SARMENTO, M. M. C. Decadencia. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 20 de setembro de 1953. In.: SILVA, H. P. **Uma década de prosa**: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021f, pp. 141-143.

SARMENTO, M. M. C. 25 de junho. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 09 de junho de 1957.

SARMENTO, M. M. C. 15 de setembro. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 07 de novembro de 1957. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa**: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021g, pp. 250-251.

SARMENTO, M. M. C. Eleitores e eleições. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 12 de outubro de 1958. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa**: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021h, pp. 257-258.

SARMENTO, M. M. C. Era uma vez um centro de estudos. BRASIL. Câmara dos Deputados. **Discurso político do sr. Albérico Cordeiro, de 13 de maio de 1983**. Brasília: Câmara dos Deputados, 13 de maio de 1983. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13MAI1983.pdf#page=5>>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

SARMENTO, M. M. C. Ha seis meses vivemos nas trevas. **Jornal da Alagoas**, Maceió, 17 de abril de 1960b.

SARMENTO, M. M. C. Ilusões perdidas. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 12 de junho de 1955. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa**: impressos e impressões da

professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021i, pp. p. 195-196.

SARMENTO, M. M. C. Jorge de Lima, um velho tema. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 19 de junho de 1955. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959)**. Fortaleza: EdUECE, 2021j, pp. 197-198.

SARMENTO, M. M. C. Luiza de França. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 05 de maio de 1963a.

SARMENTO, M. M. C. Marechal Deodoro. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 29 de junho 1957. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959)**. Fortaleza: EdUECE, 2021k, pp. 245-247.

SARMENTO, M. M. C. Mendicância, um flagelo. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 06 de junho de 1954, pp. 172-173. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959)**. Fortaleza: EdUECE, 2021l, pp. 172-173.

SARMENTO, M. M. C. Organização esportiva palmarina. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 05 de junho de 1960c.

SARMENTO, M. M. C. Os assuntos dos outros. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 12 de agosto de 1956. In.: SILVA, H. P. **Uma década de prosa: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959)**. Fortaleza: EdUECE, 2021m.

SARMENTO, M. M. C. Palavras a um amigo. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 13 de setembro de 1959. In.: SILVA, H. P. **Uma década de prosa: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959)**. Fortaleza: EdUECE, 2021n.

SARMENTO, M. M. C. Pelo esporte. *Jornal de Alagoas*, 11 de novembro de 1956. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959)**. Fortaleza: EdUECE, 2021o, pp. 234-235.

SARMENTO, M. M. C. Presente, passado e futuro. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 25 de março de 1956. In.: SILVA, H. P. **Uma década de prosa: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959)**. Fortaleza: EdUECE, 2021p, pp. 209-210.

SARMENTO, M. M. C. Queixas e reclamações. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 30 de agosto de 1959. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959)**. Fortaleza: EdUECE, 2021q, pp. 263-264.

SARMENTO, M. M. C. Queixas e reclamações. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 15 de maio de 1955. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959)**. Fortaleza: EdUECE, 2021r, pp. 191-192.

SARMENTO, M. M. C. Resposta a um bilhete – IMPRESSÕES. Jornal de Alagoas, Maceió, 07 de outubro de 1956. In.: SILVA, H. P. **Uma década de prosa:** impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021s, pp. 223-224.

SARMENTO, M. M. C. Retorno, Jornal de Alagoas, Maceió, 15 de agosto de 1959. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa:** impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021t.

SARMENTO, M. M. C. Retorno. Jornal de Alagoas, Maceió, 19 de maio de 1957. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa:** impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021u, pp. 238-239.

SARMENTO, M. M. C. Retrato do Brasil. Jornal de Alagoas, Maceió, 26 ago. 1956. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa:** impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021v, pp. 219-220.

SARMENTO, M. M. C. Semana Ruralista em Penedo. Jornal de Alagoas, Maceió, 23 de setembro de 1956. In.: SILVA, H. P. **Uma década de prosa:** impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021w, 221-222.

SARMENTO, M. M. C. Semana Ruralista. Jornal de Alagoas, Maceió, 29 de julho de 1956. In.: SILVA, H. P. **Uma década de prosa:** impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021x, pp. 213-214.

SARMENTO, M. M. C. Sobre Marechal Deodoro. Jornal de Alagoas, Maceió, 11 de outubro de 1956. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa:** impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021y.

SARMENTO, M. M. C. S.O.S. ao dep. Antônio Gomes de Barros. Jornal de Alagoas, Maceió, 20 de março de 1955. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa:** impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021z, pp. 183-184.

SARMENTO, M. M. C. Um júri que apaixonou a opinião pública. Jornal de Alagoas, Maceió, 18 de outubro de 1953. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa:** impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021aa, pp. 151-153.

SARMENTO, M. M. C. Uma embaixada de Viçosa. Jornal de Alagoas, Maceió, 21 de novembro de 1958. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa:** impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021bb, pp. 252-254.

SARMENTO, M. M. C. Uma lição de História dos palmarinos, Jornal de Alagoas, Maceió, 20 de novembro de 1955. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa:** impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021cc, pp. 203-204.

SARMENTO, M. M. C. Um velho tema: Brasileiro Sarmiento. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 29 de setembro de 1953. In.: SILVA, H. P. **Uma década de prosa**: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021dd, pp. 144-147.

SARMENTO, M. M. C. União dos Palmares em dois tempos. *Jornal de Alagoas*, 27 de março de 1955. In.: SILVA, H. P. da. **Uma década de prosa**: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021ee, pp. 186-188.

SARMENTO, M. M. C. União dos Palmares. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 26 de maio de 1957. In.: SILVA, H. P. **Uma década de Prosa**: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021ff.

SARMENTO, M. M. C. Valores palmarinos. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 20 de junho de 1954. In.: SILVA, H. P. **Uma década de prosa**: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959). Fortaleza: EdUECE, 2021gg, pp. 174-176.

SARMENTO, M. M. C. “Zé Brejêiro”. **Jornal da Alagoas**, Maceió, 10 de abril de 1960d.

SARMENTO, P. C. Casa sem rua. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 20 de junho de 1954.

SEGURA, G. B. As missões culturais no México. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 38, pp. 51-64, 1950.

SILVA, B. C. M. (org.). **Registros legislativos**: subsídios à História de União dos Palmares (1948-2022). Maceió: Q-Gráfica, 2022.

SILVA, E. Q. R.; BOMFIM, E. A. **Dicionário**: Mulheres de Alagoas ontem e hoje. Maceió: EDUFAL, 2007.

SILVA, H. P.; ALVES, F. Bella e sua obra. **Editoria Livre**, São Paulo, 09 de abril de 2023. Disponível em: <<https://editorialivre.com.br/bella-e-sua-obra/#.ZGxRbXbMJPY>>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

SILVEIRA, J. Professor..., **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 7 de abril de 1966.

SODRÉ, N. W. **Quem é o povo no Brasil?** Rio de Janeiro: Editôra Civilização Brasileira S. A., 1962.

SUDENE coordena medidas de amparo ao CE. **Diário de Pernambuco**, 26 abr. 2023. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/42580>. Acesso em: 5 jan. 2023.

SUNAB colabora com SUDENE na luta contra seca: preços. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 mar. 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/34938>. Aceso em: 5 jan. 2023.

TEIXEIRA, A. **Em marcha para a democracia**: à margem dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Guanabara, 1934.

TRAJETÓRIAS, identidades e saberes docentes. **Centro de Pesquisas e Documentação Histórica UFAL**. YouTube, 14 de fev. de 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZWLZVL4rsPI&t=2489s>>. Acesso em: 18 maio. 2023.

UM DIA de alta expressão para a mulher universitária do Brasil. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/093718_01/17678>. Acesso em: 15 jun. 2023.

UM GINÁSIO gratuito em cada município brasileiro. **Correio do Norte**, Santa Catarina, 26 de janeiro de 1957. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/886408/206>>. Acesso em: 29 de novembro de 2023.

UM POETA esquecido. **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 maio. 1983. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_16/61392>. Acesso em: 16 de março de 2023.

USINA é multada em Maceió. **Diario de Pernambuco**, Recife, 21 de fevereiro de 1983. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_16/57050>. Acesso em: 23 mar. 2023.

VIAÇÃO dá crédito de Cr\$ 50 milhões para Alagoas. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, 5 jul. 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/22261>. Acesso em: 9 jan. 2023.

VICTORIA feminina. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/093718_01/12938>. Acesso em: 15 jun. 2023.

VIGILANTE o exército para que as eleições se realizem a 2 de dezembro. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1945. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/24428>. Acesso em: 14 jan. 1945.

VIVIANE. Coluna Feminina. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 5 de março de 1966.

ANEXO A – Cartas escritas ou recebidas por Maria Mariá

Cronologia de Cartas

- 1. 2/2/1962 - Carta escrita por Mara Mariá e destinada à mãe**
- 2. 4/6/1965 - Carta enviada de Zilda para Mariá**
- 3. 19/3/1966 - Carta escrita por Loris para Maria Mariá**
- 4. 27/3/1966 - Carta escrita por Benedita Montenegro e destinada à Mara Mariá**
- 5. 10/4/1966 - Correspondência informativa destinada a população palmarina**
- 6. 1966 - Carta escrita por Lygia e destinada a Vasté, Silvinha e Mariá**
- 7. Sem data - Carta escrita por Maria Mariá e destinada a Dr. Polvilho**

1. 30º DIA x Ernestina de Castro Sarmiento¹²⁴

Seus filhos Luiz, José Sílvia, Paulo, Maria Mariá e Maria Sílvia convidam a Todos os parentes e amigos para assistirem à missa de 30º dia que mandarão celebrar pelo repouso eterno de sua inesquecível Mãe, às 7 horas do dia 4 do corrente (2ª feira), na Capela do Arcebispado, nesta cidade, sendo oficiante o Exmo. Revmo. D. Adelma Machado.

Maceió, 10/4/66

¹²⁴ Nessa correspondência, a família de Maria Mariá, representada por ela e os seus irmãos, convidam a população para a missa de rememoração à morte da sua mãe, nos trinta dias posteriores ao sepultamento. Modo de referenciar: SARMENTO, M. M. C. [**Correspondência informativa destinada a população palmarina**]. Destinatário: População palmarina, Maceió, 10 abr. 1966. 1 Cartão pessoal.

30° DIA


 ERNESTINA DE CASTRO SARMENTO

Seus filhos Luiz, José Silveira, Paulo,
 Maria Maria e Maria Silveira convidam a
 Todos os parentes e amigos para assis-
 tirem à missa de 30° dia que mandaram
 celebrar pelo repouso eterno de sua ines-
 quecível Mãe, às 7 horas, ^{do dia 4 de corrente (24/4/66)} na Capela do
 Arcebispoado, nesta cidade, sendo oficiante
 o Exmo. Revmo. D. Adalberto Machado.

Março, 1º/4/66

2. Sto. Antonio, 2/2/62¹²⁵

**Mamãe:
sua benção.**

Estou aproveitando o postador que está de saída, e escrevendo às pressas, pois não sabia que ia alguém hoje, para a cidade. Lembre a Paisinho a casa, para quando eu fôr (se ela já estiver desocupada) fazer a mudança. A senhora não falou ser quer que eu arranje uma menina para ajudar, agora que a casa vai ser grande. Peça a Paulo Cr\$ 500,00 do meu dinheiro e mande levar em casa de compadre Padrinho hoje, porque o portador vai voltar amanhã muito cedo, e eu estou frita, e quero fazer uma transação. O menino de compadre Dedinho, a quem estou ensinando, vai fazer exame no dia 14, em Satuba. Certamente chegarei depois do dia 10 para ir para Garanhuns. Escreva para Silveta amanhã, e diga que recebi o bilhete que ela me fez daí, mas não respondo hoje por falta de tempo. Ela me escreva domingo por Raimunda e mande alguma coisa para eu ler. A festa está boa?

Lembranças a Todos Comadre Lia e Iracema enviam lembranças.
Abraços

Maria Mariá

¹²⁵ Modo de referenciar: SARMENTO, M. M. C. [Carta escrita por Mara Mariá e destinada à mãe]. Destinatário: Sto. Antonio, 2 fev. 1962. 1 Carta pessoal.

Sto. Antonio, 2/2/62

Mamãe:
sua lembrança.

Estou aproveitando o portador que está de saída, e escrevendo às pressas, pois não sabia que ia alguém hoje, para a cidade. Lembrei a Paizinho a casa, para quando eu for (se ela já estiver desocupada) fazer a mudança. A senhora não falou se quer que eu arranje uma menina para ajudar, agora que a casa vai ser grande. Dê a Paulo dos 500,00 do meu dinheiro e mande levar em casa de compadre Dedinho hoje, porque o portador vai voltar amanhã muito cedo, e eu estou feita, e quero fazer uma transação. O menino de compadre Dedinho, a quem estou ensinando, vai fazer exame no dia 14, em Curitiba. Certamente chefarei depois do dia 10 para ir para Jacarandus. Escreva para Sibrelta amanhã, e diga que recebi o bilhete que ela me fez daí, mas não respondo hoje, por falta de tempo. Ela me escrevia domingo por Raimunda e mande alguma coisa para eu ler. A festa está boa? Lembreanças a todos. Comadre Lina e Gra-cema enviam lembranças. Abraços

Maria Maria

¹²⁶ Foi uma carta recebida por Maria Mariá. Modo de referenciar: MONTENEGRO, B. [Carta escrita por Benedita Montenegro e destinada à Mara Mariá]. Destinatário: Maria Mariá de Castro Sarmento, 27 mar. 1966. 1 Cartão pessoal.

Bom dia.

Tendo que ir hoje para o Bolão, levando todos de casa; venho pedir para você dispensar o Roberto (aluno de Carmelita) das provas; no período de dois dias, pois a Carmelita disse que isto só com o seu consentimento.

Agradeço a amizade.

Benedita Montenegro.

27-3-66.

Maria:

Bom dia.

Tendo que ir hoje para o Bolão,
levando todos de casa; Venho
pedir para você dispensar o
Roberto (aluno de Carmelita) das
provas; no período de dois dias,
pois a Carmelita disse que
isto só com o seu consentimento.

Agradeço a amiga

Benedite Montenegro.

27-3-66.

Campo Grande, 19 de março de 1966¹²⁷.

Meus votos de saúde extensivo a todos os seus.

Eu, Fonge e Ricardo com a graça e Deus gozamos saúde.

É com muito pesar que lhe escrevo esta cartinha tendo que transmitir-lhe meus sentimentos pelo falecimento de sua tão querida mãezinha e companheira de tantos anos, mas peço a Deus que sua alma esteja em paz e que você esteja mais confortada com esta irreparável perda, mas Deus sabe o que faz maria e há de continuar sempre protegendo-a. Há dias que estou para lhe escrever, mas sinceramente não tenho palavras para expressar-lhe meus sentimentos, fiquei tão transpassada com a notícia e senti muito mais de você não ter chegado a tempo de poder abraça-la, mas não há de ser nada, nem tudo acontece como a gente espera e quer não é mesmo.

Papai e mamãe vão indo naquela que você deixou, mandou-lhe muitos beijos e abraços.

E você já começou a trabalhar, espero que sim pois o trabalho as vezes nos ajuda a esquecer as amarguras da vida.

O michumuca está bem, com a graça de Deus e envia-lhe muitos beijinhos.

Para você e todos os seus aceite recomendações de todos daqui. Fonge envia-lhe recomendações.

Meu grande abraço com beijo de Loris.

¹²⁷ Modo de referenciar: LORIS. [Carta escrita por Loris para Maria Mariá]. Destinatário: Maria Mariá de Castro Sarmiento, Campo Grande, 19 de março de 1966. 1 Carta.

Campo. Grande, 29 de março de 1966

Querida Maria

Meus votos de saúde extensivo a todos os seus.
Eu, Fange e Ricardo com a graça de Deus gozamos saúde.

É com muito pesar que lhe escrevo esta carta tendo que transmitir-lhe meus sentimentos pelo falecimento de sua tão querida mãezinha e companheira de tantos anos, mas peço a Deus que sua alma esteja em paz e que você esteja mais confortada com esta irreparável perda, mas Deus sabe o que faz Maria e há de continuar sempre protegendo-a. Há dias que estou para lhe escrever, mas sinceramente não tenho palavras para expressar-lhe meus sentimentos, fiquei tão transtornada com a notícia e senti muito mais de você não ter chegado a tempo de poder abraçá-la, mas não há de ser nada, nem tudo acontece como a gente espera e quer não é mesmo.

Papai e mamãe vão indo naquilo que você deixou, mandam-lhe muitos beijos e abraços.

É você já começou a trabalhar, espero que não pois o trabalho às vezes nos ajuda a esquecer as amarguras da vida.

O michumca está bem com a graça de Deus e envia-lhe muitos beijinhos.

Para você e todos os seus aceito recomendações de todos daqui. Fange envia-lhe recomendações. Um grande abraço com beijos da Loris

4. Queridas Vastê, Silvinha e Mariá¹²⁸

Abraço-as com carinho.

Leiam todas a minha carta a Lica que em parte é para vocês também. Maria, José e Alzira irão pra ahi, não pude negar este convite embora a época seja impropria, eu sei porem em outros tempos eles não poderão ir loucos para velas e ver qual fechei as **(ilegível¹²⁹)** a todos e estou de viagem formada, eles saíram de Campo Grande amanhã terça-feira (12) deverão chegar aqui sábado ou domingo, viajando de Barra¹³⁰, e nos princípios da semana que vem seguiremos a Salvador e de lá telegrafarei dizendo o dia da chegada. O que temos para conversarmos tristezas alegrias tudo pessoalmente aguardaremos esse momento. A nossa estadia e de poucos **(rasura)** dias, mais para mim é tudo, avisem as tias Lalá e, Zefinha e Armía.

(rasura)Beijos para a crianças, e o até breve, e a alegria de nos vermos, **(rasura)**.

Com beijos da mana e tia amiga

Lygia.

Iremos também **(ilegível)**

¹²⁸ A carta não tem data. Mas no texto existem informações que permitem perceber que ela foi escrita em uma segunda-feira, 11. A leitura permite chegar ao ano, porque informa que foi enviada após a morte da mãe de Mariá, portanto, em 1966. Não é possível chegar a um mês exato, mas tudo indicia que foi em abril. Portanto, em 11 de abril de 1966. Como essa data não é uma certeza, na referência foi posto apenas o ano. Modo de referenciar: LYGIA. [Carta escrita por Lygia e destinada a Vastê, Silvinha e Mariá]. Destinatário: Vastê, Silvinha e Mariá, Campo Grande, 1966. 1 carta pessoal.

¹²⁹ Esse espaço está rasgado, interferindo na leitura.

¹³⁰ A palavra pode ser outra. Não existe certeza sobre a primeira letra.

Inerudas Vesti, Sylvinha e Maria

Abraça-as com carinho

Leiam todas a minha carta a Lica, que em parte é para vocês também. Maria, Joté e Alzira irão por ali, não pude negar este convite embora a época seja própria, eu sei, porém em outros tem projetos não poderão ir, loucas para ver as velhas e ver Lica. Fchei os bilhetes a todo e estou de viagem forçada, eles sairão de Bahia Grande amanhã terça-feira (12) deverão chegar aqui sábado ou domingo, viajando de terra, e nos primeiros dias da semana que vem pegaremos os a Salvador e de lá telegrafarei dizendo o dia da chegada. O que temos para conversarmos tristezas alegrias tudo pessoalmente agradecer em este momento. A nossa estadia é de poucos dias, ~~cerca~~ dias, pois para mim é tudo, avise as tias Lala e Definha e Arnica.

Beijos para a crianças, e o dtê
breve, e a alegria de nos vermos,
~~a maná~~

Com beijos da mana e tia
amiga Lygia

Amamos também a Mãe.

5. Bom Conselho, 4 de junho de 1965¹³¹

Estimada Inspetora:
Meu abraço.

Desde o dia da minha chegada, que penso em lhe escrever, mas deixei para quando estivesse mais descansada, pois, queria conversar com você bem despreocupada, como acontecia com os nosso “sexões” aí na sua casa.

Não lhe esqueço nem por um dia somente, suas atenções especiais para comigo, sua boa vontade, sua confiança em mim, são coisas inoldidáveis!

Recebi o requerimento que você enviou por Sônia; providenciei no mesmo momento e já enviei para Maceió. Na próxima segunda-feira, 7, o meu primo entregará na Secretaria; isto porque o mesmo mora na fazenda e só irá no domingo.

Coloquei a mesma data que você mandou, será que chegará ainda a tempo? Meus agradecimentos por tudo.

Por aqui todos bem, graças a Deus. O Dr. “Padrinho” está satisfeito com o emprego e o consultório, muito saudoso de União e ansioso por notícias daí. Ele me disse que ainda este mês irá por aí.

Eu também não esqueço; nem a cidade tão hospitaleira, nem o pessoal tão amigo daí.

Quais as novidades? Quando é o concurso?

As professoras estão animadas? Como vai o Grupo?

E você?! Sempre pontual e trabalhando muito, não é mesmo? O grupo “novo”, continua legal?

Imagine só quantas saudades tenho sentido!...

Quero que você me escreva, falando sobre tudo daí, certo? Não, por curiosidade minha, mas, para “matar” as saudades.

Como vai Maria Pereira? Já está casadinha? Ou deixou sempre para depois do concurso? Um grande abraço para a mesma e diga-lhe que depois escreverei. Hoje não dá mais tempo.

Minhas notícias, são quase nenhuma. As novidades daqui, não interessam para você, pois, é-lhe tudo estranho” (Acho que errei naquele “é-lhe”, mande dizer).

Estou bem “gorducha” e em preparativos para o novo herdeiro. Não providenciei nada sobre minha cadeira; por enquanto acho que não poderei, pois, fica muito pesado para mim.

Continuo na casa de mamãe; as coisas que têm aparecido para alugar, são péssimas. Estamos esperando por uma do coletor que foi transferido, irias, ou mesmo ainda vai passar as férias por aqui. **(parte cortada)**dade e todo rôxo. Só Deus mesmo

¹³¹ Modo de referenciar: ZILDA. [Carta enviada de Zilda para Mariá]. Destinatário: Inspetora de Ensino Maria Mariá de Castro Sarmento, Bom Conselho, 4 de junho de 1965. 1 Carta pessoal.

nos dá conformação e esperança. O Tonho também está muito triste, tanto que, êle ia até aí, para resolver a venda da nossa casa e resolveu adiar. Talvez, quando voltarmos do Recife, êle irá. Mandarei dizer o resultado de tudo.

O mais, tudo bem. Natal e Ano novo, transcorreram com animação para os bonconselhenses, com barracas, bingos e diversões. Somente eu estava triste e não participei de nada; lembrei-me do ano passado, aí em União, depois da missa, o lanche que fizemos com você, eu tão desesperada e feliz da vida! Outros natais virão; talvez que passemos um, idêntico ao de 64.

Caminhemos!

Não esqueci você, um só momento neste fim de ano: ví-a no desfile do dia 13, vi-a na Inspetoria, nas reuniões do Grupo, nas provas finais e naquela papelada imensa, que você organiza sempre. O museu, a caixa de música, suas aulas formidáveis, a rêde, sua palestra tão sincera e sadia. Enfim, Mariá, ninguém pode lhe esquecer; por distante que se esteja, por triste que se encontre, você sempre está presente!

Obrigada pela confiança que teve em me falar sobre as reprovações do concurso. Esperava somente a de Neze; as outras, foram surpresa para mim. Sentí muitíssimo por tôdas, mas, que haveremos de fazer?

Elas irão perder sempre a “cadeira”? Neze está melhor? E o Dr. José, como veio? Recomendações para ambos.

Acho que isto ainda vai uns dois meses... Se eu soubesse que, a casa que arranjamos não daria, ainda estaria por aí. Mas, (rasura) advinhar é proibido. Não é mesmo?

Os meninos vão passando bem; estão mais gordinhos e coradinhos, apesar do frio e das chuvas.

Tem visto Consuêlo? Envio-lhe também que não esqueço a nêga tão prestativa e tão leal...

Por aqui vou encerrando; não sei se você gostará de ler tanta tolice.

Recomendações e abraços para sua mãe, D. Laura Nenen, D. Altina, Zezinha, Laurinha, Dôra, Neusa, Noêmia Edite, Nina, Alda, Obdulia, Cícera, Francisquinha e quem por mim perguntar.

Mande notícias de Maria Luzia, escreví a Nina, mas não obtive resposta, por enquanto.

Padilha e Dita enviam-lhe abraços. Mamãe também. Até a próxima vez.

Desejo-lhe felicidades. Quem lhe estima

Imensamente:

Zilda.

PS: Desculpe e corrija a ortografia. Nunca mais estudei.

Abraços

Bom Conselho, 4 de junho de 1965

Estimada Inspetora:
Meu abraço.

Desde o dia da minha chegada, que penso em lhe escrever, mas deixei para quando estivesse mais descansada, pois, queria conversar com você bem desocupada, como acontecia com os nossos "serões" aí na sua casa...

Não lhe esqueço nem por um dia somente; suas atenções especiais para comigo, sua boa vontade, sua confiança em mim, são coisas inolvidáveis!

Recebi o requerimento que você enviou por Tônia; providenciei no mesmo momento e já enviei para Maciô. Na próxima segunda-feira, 7, o meu primo entregará na Secretaria; isto porque o mesmo mora na Fazenda e só irá no domingo.

Coloquei a mesma data que você mandou; será que chegará ainda a tempo? Meus agradecimentos por tudo.

Por aqui todos bem, graças a Deus. O Dr. "Padrão" está satisfeito com o emprego e o consultório; muito saudosos de União e ansiosos por notícias daí.

Ele me disse que ainda este mês irá por aí.
Eu também não esqueço; nem a cidade tão
hospitaleira, nem o pessoal tão amigo daí.

Quais as novidades? Quando é o concurso?
As professoras estão animadas? Como vai o Grupo?
É você? Sempre pontual e trabalhando muito, não
é mesmo? O Grupo "novo", continua legal?

Imagine só quantas saudades tenho sentido!...
Quero que você me escreva, falando sobre tudo
daí, certo? Não, por curiosidade minha, mas, para
"matar" as saudades.

Como vai Maria Pereira? Já está casadinha?
Que deixou sempre para depois do concurso? Um
grande abraço para a mesma e diga-lhe que depois
escreverei. Hoje não dá mais tempo.

Minhas notícias, são quase nenhuma. As no-
vidades daqui, não interessam para você, pois, é-lhe
tudo estranho. (Acho que exei naquele "é-lhe"; man-
de dizer).

Estou bem "gorducha" e em preparativos
para o novo herdeiro. Não providenciei nada
sobre minha cadeira; por enquanto acho que não
poderei, pois, fica muito pesado para mim.

Continuo na casa de Mamãe; as casas que
têm aparecido para alugar, são péssimas. Estamos
esperando por uma do Coletor que foi transferido,
mas, o mesmo ainda vai passar as férias por aqui.

II

dade e todo xôco. Só Deus mesmo nos dá conforma-
ção e esperança. O Tonho também está muito triste; tanto
que, ele ia até aí, para resolver a venda da nossa ca-
sa e resolveu adiar. Talvez, quando voltarmos do Recife,
ele irá. Mandarei dizer o resultado de tudo.

O mais, tudo bem. Natal e Ano Novo, transcorre-
ram com animação para os bomconselhenses, com barra-
cas, bingos e diversões. Somente eu estava triste e não
participei de nada; lembrei-me do ano passado, aí
em União, depois da missa, o lanche que fizemos com
você, eu tão despreocupada e feliz da vida! Outros
Natais virão; talvez que passemos um, idêntico ao de 64.
Caminheemos!

Não esqueci você, um só momento neste fim de ano:
vi-a no desfile do dia 13, vi-a na Inspetoria, nas
reuniões do Grupo, nas provas finais e naquela pa-
pelada imensa, que você organiza sempre. O museu,
a caixa de música, suas aulas formidáveis, a rede,
sua palestra tão sincera e sadia. Enfim, Maria,
ninguém pode lhe esquecer; por distante que ^{se} esteja,
por triste que se encontre, você sempre está presente!

Obrigada pela confiança que teve, em me falar
sobre as reprovações do concurso. Esperava somente a
de Neze; as outras, foram surpresa para mim. Senti
muitíssimo por todas, mas, que haremos de fazer?

Elas irão perder sempre a "cadeira"? Neze está
melhor? E o Dr. José, como vai? Recomendações para ambos.

III

Acho que João ainda vai uns dois meses... Se eu soubesse que, a casa que arranjamos não daria, ainda estaria por aí. Mas, adivinhar é proibido. Não é mesmo?

Os meninos vão passando bem; estão mais gordinhos e coradinhos, apesar do frio e das chuvas.

Tem visto Consuelo? Envio-lhe um abraço bem "apertado" e saudoso. Diga-lhe também que não esqueço a nêga tão prestativa e tão leal...

Por aqui vou encerrando; não sei se você gostará de ler tanta tolice.

Recomendações e abraços para sua Mãe, D. Louisa Menen, D. Altina, Lizinha, Loucinha, Dôra, Neusa, Nôemia, Edite, Nina, Alda, Obdúlia, Cícera, Francisquinha e quem por mim perguntar...

Mande notícias de Maria Luzia; escrevi a Nina mas não obtive resposta, por enquanto.

Padilha e Lita enviam-lhe abraços. Mamãe também. Até a próxima vez.

Deixo-lhe felicidades. Quem lhe estima imensamente:

Laila.

P.S.: Desculpe e corrija a ortografia. Nunca mais estudei.

Abraços.

a meu

6. Prezado “Dr. Polvilho”¹³²

Felicidade.

Pelo assunto da minha carta a Zilda, a pouco ordenada, pois sinto-me ainda bastante **(rasura)** abalada com a última e tristenda fatalidade que me atingiu. Enfim, esta é uma carta de negócios, e, assim sendo, vou diretamente ao assunto: desejaria comprar sua casa, mesmo **(rasura)** inacabada como está pois este **(rasura)** velho museu em que mora, casa de tapa do tempo do ronca em g. Diabo era membro, **(rasura)**, com o madeiramento e as paredes se deteriorando progressivamente, teve agora o seu aluguel aumentado escandalosamente, de Cr\$ 30.000 p/ Cr\$ 70.000. ~~Eu pagava 30.000 e, agora, a proprietária exigiu que eu pagasse o exorbitante aluguel de Cr\$ 70.000.~~ Como não quero e nem se deve questionar com casa alheia, e levando-se em conta que, aqui não há uma casa grande para caber minhas velharias das quais não quero me desfazer pensei em adquirir sua casa que, depois de terminada, será suficiente para acomodar meus velhos e estimados cacarecos. Logo quero entrar em negociação com você, do seguinte modo: ofereço-lhe **(rasura)** apesar de dizerem que é loucura minha) o preço de Cr\$3.000.000, pois tenho **(rasura)** na caixa Econômica um empréstimo de Cr\$4.000.000, ficando o milhão restante para as despesas mensais.

Poderia muito fazer esta transação com você, mas, desconhecendo suas **(rasura)** condições, de preço principalmente, fico à espera de seu pronunciamento. Peço-lhe o favor de me responder com urgência **(rasura)**, pois quero ver se fico livre imediatamente deste abacaxi de pagar Cr\$70.000 por este velho **(rasura)** paradeiro.

Assim sendo, espero sua resposta, qualquer que seja ela – favorável ou não.

Com um abraço, despeço-me cordialmente.

A velha amiga.

¹³² Os indícios indicam que foi uma carta destinada ao poeta Jorge de Lima, proprietário da casa que Maria Mariá alugou, por longa data. Não exte remetente e nem destinatário, mas a forma de escrita indica que foi um texto redigido pela professora. A ausência de data impede a associação do texto com o tempo e momento da vida de personagem. Modo de referenciar esse texto: SARMENTO, M. M. C. [Carta escrita por Maria Mariá e destinada a Dr. Polvilho]. Destinatário: Dr. Polvilho, s.d. 1 Carta.

Referências

LORIS. [**Carta escrita por Loris para Maria Mariá**]. Destinatário: Maria Mariá de Castro Sarmiento, Campo Grande, 19 de março de 1966. 1 Carta.

LYGIA. [**Carta escrita por Lygia e destinada a Vasté, Silvinha e Mariá**]. Destinatário: Vasté, Silvinha e Mariá, Campo Grande, 1966. 1 carta pessoal.

MONTENEGRO, B. [**Carta escrita por Benedita Montenegro e destinada à Mara Mariá**]. Destinatário: Maria Mariá de Castro Sarmiento, 27 mar. 1966. 1 Cartão pessoal.

SARMENTO, M. M. C. [**Carta escrita por Maria Mariá e destinada a Dr. Polvilho**]. Destinatário: Dr. Polvilho, s.d. 1 Carta pessoal.

SARMENTO, M. M. C. [**Carta escrita por Mara Mariá e destinada à mãe**]. Destinatário: Sto. Antonio, 2 fev. 1962. 1 Carta pessoal.

SARMENTO, M. M. C. [**Correspondência informativa destinada a população palmarina**]. Destinatário: População palmarina, Maceió, 10 abr. 1966. 1 Cartão pessoal.

ZILDA. [**Carta enviada de Zilda para Mariá**]. Destinatário: Inspetora de Ensino Maria Mariá de Castro Sarmiento, Bom Conselho, 4 de junho de 1965. 1 Carta pessoal.

ANEXO B – Recibos e anotações preservados por Maria Mariá

Cronologia de Recibos e Anotações (localizados em arquivos pessoais da professora)

- 1. 09/04/1966 - Recibo do Jornal de Alagoas**
- 2. 1960 (década) - Recibo resultante da atividade de Inspeção**
- 3. 1960 (década) - Manda brasa Mariá**

1. Recibo do Jornal de Alagoas¹³³

JORNAL DE ALAGOAS

ORGÃO DOS "DIARIOS E RADIOS ASSOCIADOS"

Rua Conselheiro Lourenço de Albuquerque, 111 e 115
Telefone: Redação e Administração, 383

PUBLICIDADE

Endereço Telegrafico:—JALAGOAS
MACEIÓ — ALAGOAS

RECIBO Nº 02340 SERIE 2.ª Cr\$ 15000

Recebemos do(s) Sr(s) Maria Maria de Castro

Formento a importância de

Quinze mil cruzeiros

proveniente de s/ Anuncio inserida por

2 vezes em 2 - 3 30: dia

de abril de 1966

Selado c/ Cr\$ _____

VISTO:

_____ Gerente

Maceió, 01 abril de 1966

Luiz Dim de Oliveira

¹³³ De cordo com as evidências, a correspondência anteriormente posta, foi enviada para a redação do Jornal de Alagoas, com o objetivo de divulgar a missão de 30º dia da morta da mãe de Mariá.

2. Recibo resultante da atividade de Inspeção¹³⁴

Recebi da Inspe
ora da 7ª Região
a importância de
cr\$ 1400,00

¹³⁴ Esse recibo foi localizado por uma estudante que tentou escrever um TCC sobre Maria Mariá em uma instituição de Belo Jardim. O nome da estudante é: Salomé.

3. Manda brasa Mariá¹³⁵

O Prefeito dessa cidade
É um rapaz de muito tino
Combinou com seus amigos
Para apoiar Clementino

O dia 12 de agosto
Em nossa historia ficou
Vendo como Clementino
Nosso povo conquistou

O deputado não teve sorte
Escolheu um homem manso
Hoje chora de arrependimento
Querendo vender o “Gauso”

Faz pena Antonio Martins
Homem bom e de dinheiro....
Cair em conto de Paco
Seguno um desordeiro

¹³⁵ A correspondência não tem remetente e nem destinatário. A data também não foi colocada, mas chego à conclusão, após o cruzamento de informações, que recebeu essa correspondência no início da década de 1960, e foi tal texto que inspirou a matéria por ela escrita para o Jornal de Alagoas, em **28 abr. 1963**, com o título: “**Carta ao sr. Diretor da Educação**”. É possível que a anotação esteja sem nome, intencionalmente, para preservar a identidade de quem o enviou.

Manda Brasa Múici

O Prefeito dessa cidade
 É ~~um~~ rapaz, e de muito fino
 Combinou com seus amigos
 Para apoiar o Clementino

O dia 12 de agosto
 Em nossa história ficou
 Sendo como Clementino
 Nosso povo conquistou

O deputado não teve sorte
 Escolheu um homem mau
 Hoje chora de arrependido
 Querendo vender o "Gaucho"

Faz pena Antonio Martins
 Homem bom, e de dinheiro....
 Cair em conto de Páco
 Seguindo um desordem

ANEXO C – Textos Jornalísticos

Cronologia de Jornais

1. 09/06/1957 - **15 de Junho** (Jornal da Alagoas - Página dos Municípios)
2. 10/04/1960 (Domingo) - “**ZÉ BREJEIRO**” (Jornal da Alagoas - Página dos Municípios)
3. 17-04-1960 (Domingo) - **HÁ SEIS MESES VIVEMOS NAS TRAVAS** (Jornal da Alagoas - Página dos Municípios)
4. 15/05/1960 (Domingo) - **A CONJUNTURA DO GINÁSIO** (Jornal da Alagoas - Página dos Municípios)
5. 29/05/1960 (Domingo) - **CARTA ABERTA AO REVMO. CÔNEGO TEÓFANES DE BARROS** (Jornal da Alagoas - Página dos Municípios)
6. 05/06/1960 (Domingo) - **ORGANIZAÇÃO ESPORTIVA PALMARINA** (Jornal da Alagoas - Página dos Municípios)
7. 21/05/1961 (Domingo) - **COM AS VISITAS DO IBGE** (Jornal da Alagoas - Página dos Municípios)
8. 28/04/1963 (Domingo) - **Carta ao Sr. Diretor da Educação** (Jornal da Alagoas - Página dos Municípios)
9. 05/05/1963 (Domingo) - **Luiza de França** (Jornal da Alagoas - Página dos Municípios)

1. 15 de Junho¹³⁶

Volta a cidade a se movimentar em prol de uma campanha benemérita. E' que estamos as vespersas de uma festa em benefício dos cancerosos e, para isto, o povo palmarino está mostrando sua fibra de gente capaz de lutar para amenizar o sofrimento de seu próximo, embora economicamente precisamos de quem lute e se esforce por nós. A festa que se realizará sábado, 15 do corrente promete ser boa. A comissão encarregada, por intermédio desta coluna, convida a todos indistintamente – palmarinos e amigos – para que, conjuntamente, venham colaborar com esta iniciativa de alta significação, custando apenas cada cartão de ingresso, a pequena quantia de Cr\$ 50,00. A lista de adesão já está aberta e conta, felizmente, com inúmeras assinaturas. Para maior êxito da campanha, o Sr. Governador cedeu o jazz da Polícia Militar que aqui chegará à tarde do dia 15. Esta campanha em que ora nos empenhamos constitui a primeira de uma série que pretendemos realizar em benefício dos cancerosos. Quando aqui foi instalada a Rêde Feminina de Combate ao Câncer, os pessimistas foram unânimes em vaticinar fracasso para iniciativa de tão grande vulto como se isto fosse coisa insignificante como uma partida de futebol sem menores consequências ou algum palpite sôbre jôgo de bicho, matérias em que eles são versados. Não, desta vez a coisa é séria e de grande responsabilidade. E quando aqui se criou a diretoria da Rêde Feminina de Combate ao Câncer, foi escolhida meia dúzia de senhoras de nossa sociedade, conscias de seu dever e compenetradas do grande papel que iriam desempenhar em prol não só do nosso meio como da sociedade alagoana, desta parte da sociedade que sofre e que não tem meios para minorar seu sofrimento. Portanto, o trabalho destas abnegadas senhoras – Dora Bezerra de Melo, Ester Gomes de Barros, Gleide Acioli, Esmeralda Valença Pereira, Hermé Cardoso, Ilza Sarmiento, Luiza de França Gonçalves e mais outras – só merece apoio e não palpites, como se se tratasse de simples jôgo em que entre o cerebro e não todas fibras do coração. Já foram ofertados valiosos brindes para o sorteio dos bingos, como sejam, um carneiro, um garrote, aparelhos de chá, cortes de fazenda e uma passagem de ida e volta ao Rio de Janeiro ou ao Recife do que não estou bem informada no momento. De qualquer forma, quaisquer prêmios ganhos com a mínima importancia de Cr\$20,00 valerão a pena, porque assim o concorrente estará se divertindo e colaborando com uma pequena quantia para o sucesso desta magnânima campanha da Rêde Feminina de Combate ao Câncer.

¹³⁶ Esse título aparece na obra “Uma década de prosa”, por ser uma publicação feita no Jornal de Alagoas durante a década de 1950, especificamente em 09 de junho de 1957. Mas a transcrição do texto se deu de modo equivocado, desde o título grafado com a palavras “julho”, até o texto que repete o que está na matéria de título: Marechal Deodoro. Com o objetivo de retificar a lacuna, o apresento aqui.

UNIÃO DOS PALMARES

15 DE JUNHO

Maria Mariá de Castro Sarmento

Volta a cidade a se movimentar em prol de uma campanha benemérita. E' que estamos as vesperras de uma festa em benefício dos cancerosos e, para isto, o povo palmarino está mostrando sua fibra de gente capaz de lutar para amenizar o sofrimento de seu próximo, embora economicamente precisamos de quem lute e se esforce por nós. A festa que se realizará sábado, 15 do corrente, promete ser boa. A comissão encarregada, por intermédio desta coluna, convida a todos indistintamente — palmarinos e amigos — para que, conjuntamente, venham colaborar com esta iniciativa de alta significação, custando apenas cada cartão de ingresso, a pequena quantia de Cr\$ 50,00. A lista de adesão já está aberta e conta, felizmente, com inúmeras assinaturas. Para maior êxito da campanha, o Sr. Governador cedeu o jazz da Polícia Militar que aqui chegará à tarde do dia 15. Esta campanha em que ora nos empenhamos constitui a primeira de uma série que pretendemos realizar em benefício dos cancerosos. Quando aqui foi instalada a Rede Feminina de Combate ao Câncer, os pessimistas foram unânimes em vaticinar fracasso para iniciativa de tão grande vulto, como se isto fosse coisa insignificante como uma partida de futebol sem menores consequências ou algum palpite sobre jogo de bicho, matérias em que eles são versados.

Não, desta vez a coisa é séria e de grande responsabilidade. E quando aqui se criou a diretoria da Rede Feminina de Combate ao Câncer, foi escolhida meia dúzia de senhoras de nossa sociedade, conscias de seu dever e comprometidas do grande papel que iriam desempenhar em prol não só do nosso meio como da sociedade alagoana, desta parte da sociedade que sofre e que não tem meios para minorar seu sofrimento. Portanto, o trabalho destas abnegadas senhoras — Dora Bezerra de Melo, Ester Gomes de Barros, Gleide Acioli, Esmeralda Valença Pereira, Hermé Cardoso, Ilza Sarmento, Luiza de França Gonçalves e mais outras — só merece apoio e não palpites, co-

mo se se tratasse de simples jogo em que entre o cérebro e não todas fibras do coração. Já foram ofertados valiosos brindes para o sorteio dos bingos, como sejam, um carneiro, um garrote, aparelhos de chá, cortes de fazenda e uma passagem de ida e volta ao Rio de Janeiro ou ao Recife, do que não estou bem informada no momento. De qualquer forma, quaisquer prêmios ganhos com a mínima importância de Cr\$ 20,00 valerão a pena, porque assim o concorrente estará se divertindo e colaborando com uma pequena quantia para o sucesso desta magnanima campanha da Rede Feminina de Combate ao Câncer.

2. “ZÉ BREJÊIRO”¹³⁷

Em União dos Palmares, êste começo de inverno parece ter lavado todas as coisas que a Natureza criou, inclusive nosso ceu, que está especialmente azul e a vegetação particularmente verde num legítimo convite à poesia. Não fosse a ojeriza que tomei aos meus primeiros versos (pois de poeta e louco todos nós temos um pouco) não é que eu ia poetar agora? Por uma associação de idéias, relembro, neste momento, os velhos bardos palmarinos, que deleitaram gerações com a maviosidade do seu conto, entre êles, Jorge de Lima, Correia de Oliveira, Mac-Dowell Montenegro e outros. Na atualidade, temos nosso já famoso “ZE BREJÊRO”, que batiza hoje êstes despretensiosos rabiscos. Falar deste mais novo poeta de nossa terra, é tarefa que está acima de minha capacidade de escrevinhadora. Posso, entretanto, dizer que seus versos são qualquer coisa de notável sôbre um gênero de poesia que não é tão banal como se julga, ou seja, a poesia matuta. Dizer o que sente nosso caboclo na sua linguagem típica, que peca pela simplicidade, não é tão fácil assim. Os mais famosos vates condoreiros, épicos ou românticos descendo do seu pedestal, certamente não cantariam de modo tão espontâneo, como o faz “ZÉ BREJÊRO”, a principal característica do nosso matuto que é a simplicidade de expressão. Aqueles nasceram para fazer o povo sentir, através de seus versos, as coisas elevadas, heroicas ou românticas da vida. E este jovem poeta traduz apenas o sentir do nosso jeca, símbolo Sempre humilde e esquecido da raça brasileira. E’ excelente sua “Festa de Natá”, em êle descreve o desencanto de um matuto nordestino, que voltou do Sul decepcionado com os festejos natalinos de lá:

... “Vim vê Natá, meu patrão
 Cuma no Sú num si vê,
 quis nos inlenche di prazer,
 di orguio e di imoção;
 vim vê Natá dos antigo,
 naturá, sem izagêro,
 no Nordeste brasilêro,
 qu’eu istimo di coração”...

E o outro, do Sacramento Ariscado”, reclamando contra as consequências do casamento?

... “Eu agora me alembrei,
 Pru tê falado em cumida:
 Uns come mode tê vida,
 outos véve prá cumê;
 a muié quando é sortêra
 é um fastio isguerado
 quando se casa um meicado
 num dá prá li abasticê”...

Eis, portanto, uma pequena amostra do estro poético do nosso ‘ZÉ BREJÊRO’. Seu livro de versos será publicado oportunamente com poesias selecionadas entre as que já conhecemos e mais outras inéditas. Resta ao povo de nosso Estado prestigiar esta nova e

¹³⁷ Publicado em 10 de abril de 1960 (Domingo), na Página dos Municípios do Jornal da Alagoas.

promissora revelação de nossa poesia matuta, que é o acadêmico José Nivaldo da Silva, ou por outra, o inimitável poeta provinciano “ZÉ BREJÊRO”, um dos mais legítimos expoentes da intelectualidade da terra palmarina.

UNIÃO DOS PALMARES

"ZÉ BREJÊRO"

Maria Mariá de Castro SARMENTO

Em União dos Palmares, este começo de inverno parece ter lavado todas as coisas que a Natureza criou, inclusive nosso céu, que está especialmente azul e a vegetação particularmente verde num legítimo convite à poesia. Não fosse a ojeriza que tomei aos meus primeiros versos (pois de poeta e de louco todos nós temos um pouco) não é que eu ia poetar agora? Por uma associação de idéias, relembro, neste momento, os velhos bardos palmarinos, que deleitaram gerações

com a maviosidade do seu canto, entre eles, Jorge de Lima, Correia de Oliveira, Mac-Dowell Montenegro e outros. Na atualidade, temos nosso já famoso "ZÉ BREJÊRO", que batiza hoje estes desprezíveis rabiscos. Falar deste mais novo poeta de nossa terra, é tarefa que está acima de minha capacidade de escrevinhadora. Posso, entretanto, dizer que seus versos são qualquer coisa de notável sobre um gênero de poesia que não é tão banal como se julga, ou seja, a poesia matuta. Dizer o que sente nosso caboclo, na sua linguagem típica, que peca pela simplicidade, não é tão fácil assim. Os mais famosos vates condoreiros, épicos ou românticos descendo do seu pedestal, certamente não cantariam de modo tão espontâneo, como o faz "ZÉ BREJÊRO", a principal característica do nosso matuto que é a simplicidade de expressão. (Conclue na 5a. página)

MUNDAÚ...

líticas e apolíticas.

Já agora estão interessadas, no assunto, as Câmaras de Vereadores de Maceió, Marechal Deodoro, Rio Largo e Pilar, municípios entre os quais estão encravadas as duas românticas lagoas, a Manguaba ou do Sul e a Mundaú ou do Norte.

O Deputado Dr. Jorge Quintela requereu à Mesa, no sentido de que fosse comunicado ao Sr. Ministro da Viação e ao Diretor do Departamento de Portos e Canais a reivindicação dos interessados, a qual, diga-se de passagem, é de todos os alagoanos.

O Dr. Homero Galvão prometeu telegrafar ao Sr. Presidente da República, em nome da Associação Comercial e no seu próprio, solicitando-lhe o apóio.

A Imprensa, sempre atenta e solícita, está dando a sua valiosa colaboração.

Nesta "Página", o assunto já mereceu o criterioso comentário do jornalista Carvalho Veras.

Rodrigues de Gouveia e Pedrosa de Medeiros, na "Gazeta" já se ocuparam também do as-

Santana do Ipanema O Valor do Homem

Ana Maria Nepomuceno Marques

Lembra-te, ó homem, que és pó...

— Por que pó?! Sou constituído de matéria viva, células e protoplasma, sou rico e poderoso, nada me falta; tenho inteligência rara e sou um bonitão. Que mais posso desejar, meu amigo?

— É verdade; está bem; possuis qualidades excepcionais, mas és pó... Tudo és pó, começando pelos membros lassos que aí tens e que por certo estás sentindo...

— E por que pó?! Porventura o pó pode realizar o que chamam milagre para fazer andar, falar

Conclue na 5a. página.

União...

(Conclusão da última pag.)

pressão. Aqueles nasceram para fazer o povo sentir, através de seus versos, as coisas elevadas, heroicas ou românticas da vida. E este jovem poeta traduz apenas o sentir do nosso jeca, símbolo sempre humilhado e esquecido da raça brasileira. E' excelente sua "Festa de Natá", em que êle descreve o desencanto de um matuto nordestino, que voltou do Sul decepcionado com os festejos natalinos de lá:

... "Vim vê Natá, meu patrão
cuma no Sú num si vê,
quis nos inlenche di prazer,
di orgulho e di imoção;
vim vê Natá dos antigo,
naturá, sem izagêro
no Nordeste brasilêro,
qu'eu istimo di coração"...

E o outro, do Sacramento Ariscado", reclamando contra as consequências do casamento?

... "Eu agora me alembrei,
pru tê falado em cumida:
uns come mode tê vida,
outos véve prá cumê;
a muié quando é sortêra
é um fastio isguerado
quando se casa um meicado
nam dá prá li abasticê"...

Eis, portanto, uma pequena amostra do estro poético do nosso "ZÉ BREJERO". Seu livro de versos será publicado oportunamente com poesias selecionadas entre as que já conhecemos e mais outras inéditas. Resta ao povo de nosso Estado prestigiar esta nova e promissora revelação de nossa poesia matuta, que é o acadêmico José Nivaldo da Silva, ou por outra, o inimitável poeta provinciano "ZÉ BREJERO", um dos mais legítimos expoentes da intelectualidade da terra palmarina.

3. HÁ SEIS MESES VIVEMOS NAS TRAVAS¹³⁸

União dos Palmares, felizmente, não é “o fim da picada” segundo a opinião de um turista mal intencionado que andou por aqui. Não cremos, no entanto, seja um céu aberto todo azul e rosa, pois sobretudo, não temos luz, já lá se vão seis longos meses. E água? Bem... as chuvas andam por aqui fazendo das suas. Logo quanto ao chamado “precioso líquido”, não temos de que nos queixar. A paciência e a capacidade de sofrimento do nordestino são assombrosas. “Ou oito ou oitenta” parece nortear a vida deste povo que foi esquecido, e sobre o qual, parece, pesa uma maldição muitas vezes secular. Um tipo com ares de entendido chegou a dizer que a miséria da gente nordestina provinha de sua “terra sáfara” e de outras coisas mais que não entendi, recolhida que fiquei à minha ignorância.

Contra este julgamento leviano protestei de modo veemente, pois, até quando minha memória alcança, lá pelos meus remotos 2 ou 3 anos de idade, que vejo, pelo menos em União dos Palmares, serras cobertas perenemente da mais variada vegetação, cujo verdor é um descanso para os olhos fatigados de quem as contempla. De Cabral a nossos dias, a terra prodigiosa do Nordeste vem mantendo gerações sucessivas. As famosas secas do Ceará e de outros Estados nordestinos são pedras no caminho de quantos homens tenham passado pela administração de nosso País. Mas, para vergonha nossa, não é que o deserto de Saara, a região mais inóspita do mundo, tem hoje uma sua vasta zona tecnicamente preparada, coberta da mais luxuriante vegetação? A melancolia real é que o maior rio do mundo em volume d'água (o Amazonas) e o maior rio genuinamente brasileiro (São Francisco) são apenas figuras decorativas quando um plano de irrigação nacional, aproveitando-se destes dois grandes cursos d'água, colocaria o Brasil em equidade de grandeza entre os grandes países do mundo. Tamanho é o que não lhe falta, sobra até.

Bem, deixando de lado este problema nacional, voltamos nossos olhos para um problema de casa, que é a angustiante falta de luz em União dos Palmares. O antigo motor que abastecia a cidade está em Recife, para conserto, há, aproximadamente, seis meses. Certamente está como ferro velho em alguma oficina, é o que tudo indica, pois reina em torno do assunto o silêncio das coisas mortas, tão mortas quanto as nossas fanadas esperanças de melhores dias. Isto me obriga a fazer minhas, as palavras de um velho compadre, matuto de quatro costados, meio entendido das coisas, que me disse há poucos dias, na sua linguagem característica: “Comadre, num tenho mais fé de luz aqui: nem o Prefeito resolve essa droga nem essa tá de “seu” Paulo Afonso, qui ouvi dizê qui vinha dá a luz aqui”. Francamente, esse “seu” Paulo Afonso do meu compadre é mesmo das Arábias!

¹³⁸ Publicado em 17 de abril de 1960 (Domingo), na Página dos Municípios do Jornal de Alagoas.

UNIÃO DOS PALMARES

HA SEIS MESES VIVEMOS NAS TREVAS

Maria Mariá de Castro SARMENTO

União dos Palmares, felizmente, não é "o fim da picada" segundo a opinião de um turista mal intencionado que aqui por aqui. Não cremos, no entanto, seja um céu aberto todo azul e rosa, pois, sobretudo, não temos luz, já lá se vão seis longos meses. E água? Bem... as chuvas andam por aqui fazendo das suas. Logo quanto ao chamado "precioso líquido", não temos de que nos queixar. A paciência e a capacidade de sofrimento do nordestino são assombrosas. "Ou oito ou oitenta" parece nortear a vida deste povo que foi esquecido, e sobre o qual, parece, pesa u'a maldição muitas vezes secular. Um tipo com ares de entendido chegou a dizer que a miséria da gente nordestina provinha de sua "terra"

sáfara" e de outras coisas mais que não entendi, recolhida que fiquei à minha ignorância.

Contra este julgamento leviano protesto de modo veemente, pois, até quando minha memória alcança, lá pelos meus remotos 2 ou 3 anos de idade, que vejo, pelo menos em União dos Palmares, serras cobertas perenemente da mais variada vegetação, cujo verde é um descanso para os olhos fatigados de quem as contempla. De Cabral a nossos dias, a terra prodigiosa do Nordeste vem mantendo gerações sucessivas. As famosas secas do Ceará e de outros Estados nordestinos são pedras no caminho de quantos

(Conclue na 5a. página)

União...

(Conclusão da ult. página)

homens tenham passado pela administração de nosso País. Mas, para vergonha nossa, não é que o deserto de Saara, a região mais inospita do mundo, tem hoje uma sua vasta zona tecnicamente preparada, coberta da mais luxuriante vegetação? A melancolia realidade é que o maior rio do mundo em volume d'água (o Amazonas) e o maior rio genuinamente brasileiro (o São Francisco) são apenas figuras decorativas quando, um plano de irrigação nacional, aproveitando-se êstes dois grandes cursos d'água, colocaria o Brasil em equidade de grandeza entre os grandes países do mundo. Tamanho é o que não lhes falta, sobra até.

Bem, deixando de lado êste problema nacional, voltemos nossos olhos para um problema de casa, que é a angustiante falta de luz em União dos Palmares. O antigo motor que abastecia a cidade está em Recife, para conserto, há, aproximadamente, seis meses. Certamente está como ferro velho em alguma oficina, é o que tudo indica, pois reina em tôrno do assunto o silêncio das coisas mortas, tão mortas quanto as nossas fanadas esperanças de melhores dias. Isto me obriga a fazer minhas, as palavras de um velho compadre, matuto de quatro costados, meio entendido das coisas, que me disse há poucos dias, na sua linguagem característica: "Comadre, num tenho mais fé de luz aqui: nem o Prefeito resolve essa droga nem esse tá de "seu" Paulo Afonso, qui ouvi dizê qui vinha dá a luz aqui". Francamente, esse "seu" Paulo Afonso do meu compadre é mesmo das Arabias!

4. A CONJUNTURA DO GINÁSIO¹³⁹

A taba está pegando fogo. O pivô da história é o “Santa Maria Madalena”, ginásio local. Era uma antiga aspiração do povo palmarino ter uma escola em que seus filhos recebessem o grau de instrução secundária. E há seis anos esta aspiração tornou-se realidade, pois o Ginásio “Santa Maria Madalena” aqui está, superlotado de alunos, tendo já diplomado quadro turmas. É uma verdadeira odisseia a sobrevivência desta Escola.

Valeu a pena um Ginásio em União dos Palmares? Não valeu? Eis a questão. Como profunda conhecedora da causa, pesa-me dizê-lo: Não! Infelizmente, a maioria dos pais de alunos de nossa terra não está com a mentalidade bastante arejada para compreender o valor de uma escola secundária em nosso meio social. Muitos levam sua ignorância ao ponto de, quando pela primeira vez, os convocamos para uma Reunião de Pais e Mestres, nos responderem “que tinham mais o que fazer”, e que nós, professores, ganhamos para que resolvamos para que resolvêssemos sozinhos tudo o que se referisse à Escola.

E foi um dia o Círculo de Pais e Mestres. No entanto, o Ginásio “Santa Maria Madalena” está caminhando para o fecha-não-fecha, em virtude do descaso de muitos pais de família, no que diz respeito à educação doméstica de seus filhos, verdadeira espada de Damocles suspensa sobre as cabeças de outros tantos abnegados pais, que levam a sério o nosso complexo problema educacional.

Sem comentários, aqui segue um exemplo para justificar esta minha reclamação: no ano que passou um aluno se despiu, nas proximidades do Ginásio, e assim mesmo, no singularíssimo traje de Adão, circulou o Ginásio, sob aplausos dos colegas para receber o prêmio por tão inusitada façanha: Cr\$ 20,00. Por estas e outras, talvez, o Revmo Cônego Clovis Duarte de Barros, então Diretor do “Santa Maria Madalena”, achou por bem afastar-se da direção do mesmo, visando possíveis aborrecimentos com alguns pais de alunos, muitos dos quais são daqueles que tomam satisfações com os professores, quando seus preciosos recebem penalidades por sua conduta reprovável.

O atual Diretor, prof. Geraldo Barbosa de Oliveira, acadêmico da nossa Faculdade de Direito, veio de Maceió nos prestar um grande auxílio e colocar esta Babel nos eixos. Ao tomar as primeiras providências, foi um Deus nos acuda! O melhor que ele tem a fazer é deixar esta gente ingrata entregue ao seu destino. Qual foi o cidadão palmarino que quis dirigir o Ginásio “Santa Maria Madalena”? Nenhum. Quem é o Diretor das nossas Escolas Normal e de Comércio? É um jovem bancário de São Miguel dos Campos, prof. Edmar da Costa Barros. Ambos prestando grandes serviços a uma terra que não é capaz de ajuda-los, ao contrário, constantemente a maioria esta a lhes criar dificuldades, principalmente os ginasianos, a quem são estas palavras dirigidas. No que diz respeito ao aproveitamento de muitos destes jovens, é um verdadeiro clamor: a facilidade de certos professores chegar ao ponto (e sua irresponsabilidade também) de fazer com que estes jovens concluam o curso ginasial analfabeto de-pai-e-mão. Quem achar que estou exagerando ou fazendo capanha derrotista, que se dé ao trabalho de fazer um exame de suficiência na 4a. série ginasial com programa do 1.o ano primário, e verá que minhas palavras têm razão de ser.

Para finalizar um paralelo: se eu tivesse um parente muito querido, mas celerado, preferia vê-lo morto a me causar decepções sobre decepções, e o mesmo digo com nosso Ginásio: prefiro vê-lo cerrar suas portas a continuar diplomando analfabetos e mal-educados.

¹³⁹ Publicado em 15 de maio de 1960, na Página dos Municípios do Jornal de Alagoas.

UNIAO DOS PALMARES

A CONJUNTURA DO GINÁSIO

Maria Mariá de Castro SARMENTO

A taba está pegando fogo. O pivô da história é o "Santa Maria Madalena", ginásio local. Era uma antiga aspiração do povo palmarino ter uma escola em que seus filhos recebessem o grau de instrução secundária. E há seis anos esta aspiração tornou-se realidade, pois o Ginásio "Santa Maria Madalena"

(Conclue na 2 pag.)

aqui está, superlotado de alunos, tendo já diplomado quadro turmas. E' uma verdadeira odisséia a sobrevivência desta Escola.

Valeu a pena um Ginásio em União dos Palmares? Não valeu? Eis a questão. Como profunda conhecedora da causa, pesa-me dizê-lo: Não! Infelizmente, a maioria dos pais de a-

lunos de nossa terra não está com a mentalidade bastante arejada para compreender o valor de uma escola secundária em nosso meio social. Muitos levam sua ignorância ao ponto de, quando pela primeira vez, os convocamos para uma Reunião de Pais e Mestres, nos responderem "que tinham mais o que fazer", e que nós, professores, ganhávamos para que resolvessemos sozinhos tudo o que se referisse à Escola.

E foi um dia o Círculo de Pais e Mestres. No entanto, o Ginásio "Santa Maria Madalena" está caminhando para o fechamento, em virtude do descalço de muitos pais de família, no que diz respeito à educação doméstica de seus filhos, verdadeira espada de Damocles suspensa sobre as cabeças de outros tantos abnegados pais, que levam a sério o nosso complexo problema educacional.

Sem comentários, aqui segue um exemplo para justificar esta minha reclamação: no ano que passou um aluno se despiu, nas proximidades do Ginásio, e assim mesmo, no singularíssimo

(Conclue na 2 pag.)

JUNQUEIRO

Melhoramentos econômicos e sociais

João de JESUS

São vários os elementos surgidos, que merecem aplausos de todos os junquelenses, por se tratar de progresso, mormente para uma terra relativamente pobre e sem grandes possibilidades de crescer. Presentemente, surgem realizações dignas de serem anotadas e admiradas por quantos têm oportunidade de observar "in loco" o ritmo de trabalho em nossa cidade.

Em primeiro lugar, quero me referir à esfera administrativa, local, tendo à frente o seu prefeito, sr. Teófilo Pereira, que,

eficazmente se diga, vem revolucionando a sede municipal, prestando a sua terra, benefícios que tão bem vêm repercutindo na opinião pública.

Já podemos assegurar, que cerca de 2.500 metros quadrados de calçamento da cidade estão concluídos; sendo que outros tantos, dentro em breve estão terminados tendo em vista a rapidez e o aceleramento dos trabalhos confiados à firma construtora.

Além de uma admirável praça que possui a nossa cidade, a

(Conclue na 2 pag.)

UNIÃO...

(Conclusão da última pag.)
 traje de Adão, circundou o Ginásio, sob aplausos dos colegas para receber o prêmio por tão inusitada façanha. Cr\$ 20,00.
 Por estas e outras, talvez, o Revmo. Cônego Glovis Duarte de Barros, então Diretor do "Santa Maria Madalena", achou por bem afastar-se da direção do mesmo, visando possíveis aborrecimentos com alguns pais de alunos, muitos dos quais são daqueles que tomam satisfações com os professores, quando seus preciosos rebentos têm nota baixas ou recebem penalidades por sua conduta reprovável.

O atual Diretor, prof. Geraldo Barbosa de Oliveira, acadêmico da nossa Faculdade de Direito, veio de Maceló nos prestar um grande auxílio e colocar esta Babel nos eixos. Ao tomar as primeiras providências, foi um Deus nos acuda! O melhor que ele tem a fazer é deixar esta gente ingrata entregue ao seu destino. Qual foi o cidadão palmarino que quis dirigir o Ginásio "Santa Maria Madalena"? Nenhum. Quem é o Diretor das nossas Escolas Normal e de Comércio? E' um jovem bancário, de São Miguel dos Campos, prof. Edmar da Costa Barros. Ambos prestando grandes serviços a uma terra que não é deles, sem nenhum proveito especial, e o povo desta terra não é capaz de ajudá-los, ao contrário, constantemente a maioria esta a lhes criar dificuldades, principalmente os ginasianos, a quem são estas palavras dirigidas. No que diz respeito ao aproveitamento de muitos destes jovens, é um verdadeiro clamor: a facilidade de certos professores chega ao ponto (e sua irresponsabilidade também) de fazer com que estes jovens concluam o curso ginasial analfabeto de pal-e-mão. Quem achar que estou exagerando ou fazendo campanha derrotista, que se dê ao trabalho de fazer um exame de suficiência na 4a. série ginasial com programa do 1-o ano primário, e verá que minhas palavras têm razão de ser.

Para finalizar um paralelo: se eu tivesse um parente muito querido, mas celerado, preferiria vê-lo morto a me causar decepções sobre decepções, e o mesmo digo com nosso Ginásio: prefiro vê-lo cerrar suas portas a continuar diplomando analfabetos e mal-educados.

5. CARTA ABERTA AO REVMO. CÔNEGO TEÓFANES DE BARROS¹⁴⁰

Prezado Cônego Teófanês:

Jamais deixei de responder a uma carta, seja ela aberta ou fechada. E aqui estou, respondendo a sua Carta Aberta de domingo passado. Tenha a lre dizer que meu artigo sôbre a conjuntura do nosso Ginásio causou uma celeuma enorme no meio ra classe estudantil. Insinuaram até que eu queria ser a palmatória do mundo. Não, Reverendo, o amadurecimento de minha mentalidade não permite que eu me julgue um poço de virtudes e de boas qualidades. Ponho na balança virtudes e defeitos e vejo que os pratos se equilibram. Quando eu disse que MUITOS dos nossos jovens saiam do Ginásio analfabetos de pai e mãe, não disse TODOS, pois não podemos fugir ao velho principio de que toda regra tem exceção. Também não deixo de reconhecer que alguns jovens daqui concluíram com brilhantismo o curso ginásial no “Sta. Maria Madalena”, minonásio que já se firmou há uns prezado Cônego, é constatar que inúmeros dêsses jovens recebem o certificado de conclusão do curso ginásial escrevendo barria reduzidíssima para um Gibons 7 anos. O que me revolta (**ilegível**) Maceió” com “ç”, “do” com “u”, “ser” com “c”, “céu” com “s” e “horível” assim: “orive”, êrros êstes não admissíveis sequer no curso primário. Será que isso, lá fora, recomenda bem um Ginásio que faz parte da cadeia de estabelecimentos similares que V. Revma. Abnegadamente espalhou por todo o interior de nosso Estado E’ êste, Reverendo, o ponto nevrálgico de minha questão. Meu amor a esta terra, não é de ontem, data de quase 300 anos, quando meus antepassados povoaram a terra dos Palmares. E êste amor faz, como disse V. Revma., com que eu deseje, para União dos Palmares, coisa muito melhor. No entanto, poque reclamei, levantaram uma celeuma dos diabos e não compreenderam a minha intenção. O êrro, meu prezado Cônego, vem do princípio, dos nossos já famosos exames de admissão. A meu ver para sanar êste mal, deve V. Revma. tomar uma atitude, nomeando uma comissão examinadora estranha ao nosso meio, porque do jeito em que vai..., bem, ao bom entendedor, meia palavra basta. Agradeço, reverendo, suas palavras de compreensão justamente as únicas de que tenho notícia no caso “A Conjuntura do nosso Ginásio”. Do alto de sua sabedoria, reflita sôbre o meu desencanto e não me julgue, por causa de tas palavras, uma exaltada nem tão pouco uma visionária.

¹⁴⁰ Publicado em 29 de maio de 1960, na Página dos Municípios do Jornal de Alagoas.

UNIÃO DOS PALMARES

CARTA ABERTA AO REVMO.

CÔNEGO TEÓFANES DE BARROS

Maria Mariá de Castro SARMENTO

Prezado Cônego Teófanês:

Jamais deixei de responder a uma carta, seja ela aberta ou fechada. E aqui estou, respondendo a sua Carta Aberta de domingo passado. Tenho a lhe dizer que meu artigo sobre a conjuntura do nosso Ginásio causou uma celeuma enorme no meio da classe estudantil. Insinuaram até que eu queria ser a palmatória do mundo. Não, Reverendo, o amadurecimento de minha mentalidade não permite que eu me julgue um poço de virtudes e de boas qualidades.

DE SATUBA

MELHOR ÊXITO

Manoel de Oliveira
LEAL

Verifica-se que, numa criação da animais, não se pode obter um bom rendimento onde existir ausência de higiene. É frequente, entre os nossos cria-

Ponho na balança virtudes e defeitos e vejo que os pratos se equilibram. Quando eu disse que MUITOS dos nossos jovens saíam do Ginásio analfabetos de pai e mãe, não disse TODOS, pois não podemos fugir ao velho principio de que toda regra tem exceção. Também não deixo de reconhecer que alguns jovens daqui concluíram com brilhantismo o curso ginásial no "Sta. Maria Madalena", minonário que já se firmou há uns prezado Cônego, é constatar que inúmeros desses jovens recebem o certificado de conclusão do curso ginásial escrevendo barria reduzidíssima para um Gibbons 7 anos. O que me revoltou na "Maceió" com "ç", "do" com "u", "ser" com "c", "céu" com "s" e "horrível" assim: "orive", erros estes não admissíveis sequer no curso primário. Será que isso, lá fora, recomenda bem um Ginásio que faz parte da cadeia de estabelecimentos? (Conclue na 5 pag)

União.

cimentos similares que V. Revma. abnegadamente espalhou por todo o interior de nosso Estado. E' este, Reverendo, o ponto nevrálgico de minha questão. Meu amor a esta terra, não é de ontem, data de quase 300 anos, quando meus antepassados povoaram a terra dos Palmares. E este amor faz, como disse V. Revma., com que eu deseje, para União dos Palmares, coisa muito melhor. No entanto, porque reclamei, levantaram uma celeuma dos diabos e não compreenderam a minha intenção. O erro, meu prezado Cônego, vem do princípio, dos nossos já famosos exames de admissão. A meu ver, para sanar este mal, deve V. Revma. tomar uma atitude, nomeando uma comissão examinadora estranha ao nosso meio, porque do jeito em que vai... bem, ao bom entendedor, meia palavra basta. Agradeço, reverendo, suas palavras de compreensão justamente as únicas de que tenho notícia no caso "A Conjuntura do nosso Ginásio". Do alto de sua sabedoria, reflita sobre o meu desencanto e não me julgue, por causa destas palavras, uma exaltada nem tão pouco uma visionária.

6. ORGANIZAÇÃO ESPORTIVA PALMARINA¹⁴¹

O Campeonato Palmarino de Futebol vem aí para animar a juventude desportiva da terra, no qual tomarão parte os quatro clubes locais. A fim de que fossem tomadas as primeiras deliberações para êste inusitado movimento, reuniram-se, na sede do “Náutico Atlético Clube”, representantes de tôdas as agremiações esportivas. Deu início á sessão o Presidente do “Nautico” – José Augusto Menezes – que, em poucas palavras, explicou a finalidade da reunião. O passo inicial foi a escolha da data do Campeonato e seu Regulamento e, para isto, se fez necessária a criação de uma entidade, tendo sido a escolha de seu nome submetida a votação, que se tornou alocada em virtude das várias sugestões apresentadas.

Teve maioria de votos a “Liga Esportiva Palmarina”, que, por sua vez, escolheu na mesma sessão sua Diretoria. Novos debates animados, saindo vitoriosa a seguinte chapa: presidente – Arnaldo Sarmiento de Azevedo – Vice-Presidente – Rubens Vasconcelos; Secretário – José Correia Viana; Tesoureiro – Jaime Leão, Oradora – Maria Mariá de Castro Sarmiento; Presidente do Conselho de arbitragem – Olavo Noia de Oliveira; Juizes – Carlos Sarmiento Plech, José Bezerra, Geraldo Gomes de Barros e Claricio Bugarim.

Assumindo a presidência da nova entidade, o sr. Arnaldo Sarmiento de Azevedo lembrou aos presentes a criação do Tribunal de Justiça Desportiva, para o que foram escolhidos os seguintes membros: Nev Cavalcanti Lima Breno Maia Gomes, José Gonçalves de Almeida, Manuel Juvêncio Couto e Arnaldo Sarmiento de Azevedo. O Departamento Médico ficou assim constituído: Dr. **(ilegível)** Vanderlei Melo, Fernando Sarmiento Plech e Benedito Lessa da Silva. O associado Ney Cavalcanti Lima propôs “Liga Palmarina de Desportos”, sugerindo as cores preta e amarela que, entre outras, fo**(ilegível)**ram vitoriosas. Por sugestão do associado Claricio Bugarim, foi aclamada Madrinha da “Liga” Maria Mariá de Castro Sarmiento. Em virtude do adiantamento da hora, o Presidente marcou nova sessão para o domingo seguinte quando definitivamente escolhida a data do inicio do Campeonato.

Agora, umas palavras aos meus noveis afilhas muito me sensibilizou a escolha do meu nome para Madrinha de mais uma associação de nossa terra. Faço votos para que em nossa “Liga” não surjam estes mal entendidos e disse-me-disse tão corriqueiros que já se tornaram proverbiais entre as diversas agremiações esportivas de União dos Palmares. As cores de seus Clubes não devem absolutamente, interferir nesta nova Entidade, cujo nome nome justifica seu fim. Nem tão pouco paixões politicas deverão turbar a boa marcha dos propósitos que temos em mira para o soerguimento esportivo da terra comum. Talvez estas palavras não tenham nenhum efeito, pois dizem os mais entendidos que política, à maneira de cachaça e mulher, é o diabo, quando vira a cabeça de um sujeito, o pobre está liquidado.

¹⁴¹ Publicado em 05 de junho de 1960, na Página dos Municípios do Jornal de Alagoas.

ORGANIZAÇÃO ESPORTIVA PALMARINA

Maria Mariá de Castro SARMENTO

O Campeonato Palmarino de Futebol vem aí para animar a juventude desportiva da terra, no qual tomarão parte os quatro clubes locais. A fim de que fossem tomadas as primeiras deliberações para êste inusitado movimento, reuniram-se, na sede do "Náutico Atlético Clube", representantes de tôdas as agremiações esportivas. Deu início à sessão o Presidente do "Náutico" — José Augusto Menezes — que, em poucas palavras, explicou a finalidade da reunião. O passo

inicial foi a escolha da data do Campeonato e seu Regulamento e, para isto, se fez necessária a criação de uma entidade, tendo sido a escolha de seu nome submetida a votação, que se tornou
(Conclue na 5a. página)

PENEDO

CHESF, A D

José C.

Há dois anos atrás, Penedo recebia quatro tôrres de ferro na

Porque defendemos a verdade, apanágio das consciências bem formadas.

Organi- zação...

(Conclusão da última página)
revalorada em virtude das várias sugestões apresentadas.

Teve maioria de votos a "Liga Esportiva Palmarina" que, por sua vez, escolheu na mesma sessão sua Diretoria. Novos debates animados, saindo vitoriosa a seguinte chapa: Presidente — Arnaldo Sarmiento de Azevedo; Vice-Presidente — Rubens Vasconcelos; Secretário — José Correia Viana; Tesoureiro — Jaime Leão; Oradora — Maria Mariá de Castro Sarmiento; Presidente do Conselho de Arbitragem — Olavo Nôta de Oliveira; Juizes — Carlos Sarmiento Plech, José Bezerra, Geraldo Gomes de Barros e Cláudio Bugarim.

Assumindo a presidência da nova entidade, o sr. Arnaldo Sarmiento de Azevedo lembrou aos presentes a criação do Tribunal de Justiça Desportiva, para o que foram escolhidos os seguintes membros: Ney Cavalcanti Lima, Breno Mata Gomes, José Gonçalves de Almeida, Manuel Juvêncio Couto e Arnaldo Sarmiento de Azevedo. O Departamento Médico ficou assim constituído: Drs. Dapron Vanderlei Melo, Fernando Sarmiento Plech e Benedito Lessa da Silva. O associado Ney Cavalcanti Lima propôs fossem escolhidas as cores da "Liga Palmarina de Desportos", sugerindo as cores preta e amarela que, entre outras, foram vitoriosas. Por sugestão do associado Cláudio Bugarim, foi aclamada Madrinha da "Liga" Maria Mariá de Castro Sarmiento. Em virtude do adiantamento da hora, o Presidente travou nova sessão para o começo seguinte quando definitivamente escolhida a data do início do Campeonato.

Agora, umas palavras aos meus novos afilhados: muito me sensibilizou a escolha do meu nome para Madrinha de mais uma associação de nossa terra. Faço votos para que em nossa "Liga" não surjam estes mal-entendidos e disse-me-disse tão conquireiros que já se tornaram proverbiais entre as diversas agremiações esportivas de União dos Palmares. As cores de seus Clubes não devem absolutamente interferir nesta nova Entidade, cujo nome me justifica seu fim. Nem tão pouco paixões políticas deverão tuitar a boa marcha dos propósitos que temos em mira para o desenvolvimento esportivo da terra comum. Talvez estas palavras não tenham nenhum efeito, pois quem os mais entendidos que po-

tem, na classe de servidores do Centro de Aradores e Tratoristas, anexo à Escola Agro-Técnica "Floriano Peixoto". Estes fun-

Anadia

(Conclusão da última página)

Ora, se assim fiz, não foi com outro intuito se não por desejar melhores dias para nossa cidade, que vive tão desprezada sem ter, contudo, quem a represente. Se assim faço é querendo ver não só os anadienses satisfeitos em relação à cidade, como para quem a visitar não leve má impressão da mesma.

O descaso com que se vem conduzindo o Prefeito, em relação às ruas e praças, tudo enfim, merece repercussão.

Não podemos ver essas coisas e ficar em silêncio sem bradar pelos jornais, principalmente pela "Página", que é dedicada aos Municípios interioranos.

Mata...

(Conclusão da última página)

ta a causa que lhe dá o nome.

Os visitantes que o escalam, quando em passeio, ao chegarem no cimo, soltam palavras adjetivadas com elogios a Mata Grande, por ter uma exuberância da natureza. O todo de Mata Grande é bonito. Se suas ruas se formaram em linhas curvilíneas, é porque encontraram causa suficiente para baixarem acompanhando ao pé dos montes soberbos. Se é no "Monte Santo", estamos mais perto das nuvens, quanto à altura, e mais perto de Deus, quanto aos cruzeiros. Lá se escolhe a parte séria ou recreativa, e as duas satisfazem plenamente. As pedras que substituem os matos são de cores diversas, apresentando, aqui acolá, saliências e reentrâncias, como que trabalhadas pelas mãos da natureza arrogante. Ao lado do cruzeiro-mór, pedras gigantes com lugares de assento fácil e apóio para os pés, deram ensejo a que o povo chamasse de "cadeira das almas".

Em verdade Mata Grande vive em abraços com a natureza. Talvez seja esta a causa do nosso amor por ela, pois, se assim não fôsse, a seca já nos teria feito abandoná-la.

O "Monte Santo" é conhecido de todos os matagrandenses, novos ou velhos, pois sua atração como doador de belas paisagens, deixa-nos orgulhosos com as riquezas das nossas matas, circundantes de fruteiras erectas ao sabor das brisas.

lítica, à maneira de cachaca e mulher, é o diabo quando vira a cabeça de um sujeito, o pobre está liquidado.

nom

AC

conf

Atra

envio

do,

men

espí

este

Até

O

PEI

men

tes

de s

ali.

téc

men

men

apre

7 a

sona

ba,

SAN

Es

tard

entr

Cor

Mac

7. COM AS VISITAS DO IBGE¹⁴²

Quando, no ano que se passou, por ocasião da campanha eleitoral, sua Excelencia, o atual Presidente da República, em propaganda política por todo êsse Brasil imenso fêz sentir, num de seus empolgantes discursos, que os AGENTES DE ESTATÍSTICA – vigas mestras em que se apoiava a administração pública da nação – ainda se encontravam percebendo salários-fome, sua Excelencia prometeu fazer a essa classe de servidores ibgeanos, se fosse eleito, a devida justiça.

Essa promessa ecoou com muita simpatia no coração de todos os Agentes de Estatística – frente à esperança de melhores dias, no futuro.

Vitoriou o Dr. Jânio Quadros, que havia preparado e ambientado o país a receber a boa semente da renovação dos costumes políticos, a semente revolucionária que haveria de extinguir a ladroeira confessa e toda a espécie de abuso com ou sem ciência de poder – para dar lugar a uma mentalidade nova e sadia convergida para o bem estar geral, olhando alto e devotadamente a grandeza da Pátria brasileira.

Vitoriou o Dr. Jânio Quadros, a muita coisa de bom, já tem feito inegavelmente, caldeada no louvável sentido da honestidade, da moral, do progresso e de novos rumos à administração do Brasil.

Entretanto, no que diz respeito aos Agentes de Estatística, sua promessa continua em ilusão!

Faz-se preciso, pois, que o I.B.G.E. leve ao conhecimento do Senhor Presidente da República a necessidade de cumprir o que sua Excelencia prometeu.

Tivemos em 1960 a lei da paridade que veio beneficiar funcionários públicos de toda natureza, inclusive gente nova, sem concurso, com poucos meses de serviço; mas os infelizes Agentes de Estatísticas, muitos dos mais homens cultos, com vinte e muitos anos de trabalhos prestados à Nação, respondendo muitas vezes por mais de um Município, continuam ainda com os mesmos miseráveis vencimentos em situação anterior!

E o custo da vida subiu e está subindo em proporções escandalosas! E esses abnegados servidores da União, que têm concurso, que arrastam o peso de toda a coleta estatística, que lidam com dificuldades inóportas, que observam e registram dia a dia todos os fenômenos da vida municipal – seja no setor físico, ou demográfico, ou econômico, ou sócio-cultural ou administrativo e político – permanecem desamparados, quais párias do destino, em situação de desespero, - à espera de que se lhes quebre o isocronismo de tanta injustiça com o atendimento às suas justas reivindicações.

Impõe-se, pois, ao I.B.G.E., de maneira categórica, o dever de pleitear, junto ao Presidente Jânio Quadros, os benefícios da lei da paridade para seus Agentes de Estatística – que merecem muito melhor sorte.

Todos eles são funcionários efetivos, com vencimentos fixos e com responsabilidades tão importantes, que seria iníquo desampara-los por mais tempo a essa clamorosa injustiça que não recomenda o próprio nome do I.B.G.E.

¹⁴² Publicado em 21 de maio de 1961, na Página dos Municípios do Jornal de Alagoas.

UNIÃO DOS PALMARES COM AS VISTAS DO IBGE.

Maria Mariá de Castro SARMENTO

Quando, no ano que se passou, por ocasião da campanha eleitoral, sua Excelencia, o atual Presidente da República, em propaganda política por todo esse Brasil imenso fêz sentir, num de seus empolgantes discursos, que os **AGENTES DE ESTATISTICA** — vigas mestras em que se apoiava a administração pública da nação — ainda se encontravam percebendo salários-fome, sua Excelencia prometeu fazer a essa classe de servidores ibgeanos, se fôsse eleito, a devida justiça.

Essa promessa ecoou com muita simpatia no coração de todos os Agentes de Estatística — frente à esperança de melhores dias, no futuro.

Vitoriou o Dr. Jânio Quadros, que havia preparado e ambientado o país a receber a boa semente da renovação dos costumes políticos, a semente revolucionária que haveria de extinguir a ladrocinha confessa e toda a espécie de abuso com ou sem ciência de poder — para dar lugar a uma mentalidade nova e sadia convergida para o bem estar geral, olhando alto e devotadamente a grandeza da Pátria brasileira.

Vitoriou o Dr. Jânio Quadros, e muita coisa de bom já tem fei-

to inegavelmente, calcada no louvável sentido da honestidade, da moral, do progresso e de novos rumos à administração do Brasil.

Entretanto, no que diz respeito aos Agentes de Estatística, sua promessa continua em ilusão!

Faz-se preciso, pois, que o I. B. G. E. leve ao conhecimento do Senhor Presidente da República a necessidade de cumprir o que sua Excelencia prometeu.

Tivemos em 1960 a lei da paridade, que veio beneficiar funcionários públicos de toda natureza, inclusive gente nova, sem concurso, com poucos meses de serviço; mas os infelizes Agentes de Estatísticas, muitos dos quais homens cultos, com vinte e muitos anos de trabalhos prestados à Nação, respondendo muitas vezes por mais de um Município, continuam ainda com os mesmos miseráveis vencimentos da situação anterior!

E o custo da vida subiu e está subindo em proporções escandalosas! E esses abnegados servidores da União, que têm concurso, que arrastam o peso de toda a coleta estatística, que lidam com dificuldades ingetes, que ob-

União...

servam e registram dia a dia todos os fenômenos da vida municipal — seja no setor físico, ou demográfico, ou econômico, ou sócio-cultural ou administrativo e político — permanecem desamparados, quais párias do destino, em situação de desespero, — à espera de que se lhes quebre o isocronismo de tanta injustiça com o atendimento às suas justas reivindicações.

Impõe-se, pois, ao I.B.C.E., de maneira categórica, o dever de pleitear, junto ao Presidente Jânio Quadros, os benefícios da lei da paridade para seus Agentes de Estatística — que merecem muito melhor sorte.

Todos eles são funcionários efetivos, com vencimentos fixos e com responsabilidades tão importantes, que seria iníquo desampará-los por mais tempo a essa clamorosa injustiça que não recomenda o próprio nome do I.B.C.E.

8. Carta ao Sr. Diretor da Educação¹⁴³

Com um misto de satisfação e coragem, dei início à penosa tarefa que me confiou o Sr. Governador do Estado – a de fiscalizar as escolas da Sétima Região. Confesso que fiquei desanimada e profundamente chacada com o abandono em que se encontram a maioria das escolas por mim inspecionadas. Em virtude disto, os que gostam de criar casos, assim me aconselharam: “Tire o couro do Governador e do Diretor da Educação”.

Estes eternos insatisfeitos, na sua eterna ofensiva, certamente se esqueceram de me aconselhar que também “tirasse o couro” dos Prefeitos e dos proprietários em cujos domínios se localizam escolas, todos, enfim, igualmente culpados do abandono criminoso em que se encontram determinados estabelecimentos escolares. Se recorremos aos Prefeitos, eles nada fazem, alegando que o Município paga uma percentagem anual ao Estado para que seja revertida em benefício de suas comunas. Saiba, Senhor Diretor, que muitas escolas rurais, nesta Região, foram transformadas em chiqueiros e estribarias, de forma que, com esta leva de professoras recém-contratadas criou-se um dilema territorial no espírito do proprietário local: ou aboletar a professora ou os animais. Por aqui não se levanta uma palha para conservação de muitas destas escolas, pois, no entender destes proprietários, o Diretor da Educação e o Governador do Estado são responsáveis até por uma simples goteira num destes estabelecimentos de ensino.

São estas, Senhor Diretor, as condições em que se acham as escolas desta Região. Agora, o ponto nevrálgico de toda a questão, não é bem este, e outro que assume proporções alarmantes, a dispensa, que somos obrigados a fazer, de dezenas de alunos nos grupos escolares, por falta de professores. Quando lhe pedi três professoras para o grupo escolar de Murici e uma para os de Colônia Leopoldina e União dos Palmares, V. S. se recusou, alegando que o Estado não mais podia arcar com tanta despesa, com novas nomeações de professoras.

No entanto, Senhor Diretor, que fazem aí, no Departamento de Educação, tantas funcionárias professoras que, na realidade, são um peso morto nessa Repartição? Em virtude deste desequilíbrio na, aproximadamente, duzentas crianças privadas do seu sagrado direito de estudar ou estudando mal em classes superlotadas, num atentado vivo ao Regulamento do Instrução Pública e também a moderna Pedagogia.

Como ve, Senhor Diretor, esta situação é insustentável. Se de fato os cofres do estado não podem ser onerados com a nomeação de novas professoras, só há uma alternativa: ou mandarmos de vez todas estas crianças para suas casas ou V.S. nomeia essas funcionárias excedentes do seu Departamento para ministrar as aulas.

Em caso contrário, o Departamento Estadual de Educação das Alagoas está completamente desvirtuado de sua única e legítima funcionalidade, que é dirigir a educação das crianças de nossa terra comum.

¹⁴³ Publicado em 28 de abril de 1963, na Página dos Municípios do Jornal de Alagoas.

UNIÃO DOS PALMARES

CARTA AO SR. DIRETOR DA EDUCAÇÃO

Maria Mariá de Castro SARMENTO
Senhor Diretor:

Com um misto de satisfação e coragem, dei início à penosa tarefa que me confiou o Sr. Governador do Estado — a de fiscalizar as escolas da Sétima Região. Confesso que fiquei desanimada e profundamente chocada com o abandono em que se encontra a maioria das escolas por mim inspecionadas. Em virtude disto, os que gostam de criar casos, assim me aconselharam: "Tire o couro do Governador e do Diretor da Educação".

Estes eternos insatisfeitos, na sua eterna ofensiva, certamente se esqueceram de me aconselhar que também "tirasse o couro" dos Prefeitos e dos proprietários em cujos domínios se localizam escolas, todos, enfim, igualmente culpados do abandono criminoso em que se encontram determinados estabelecimentos escolares. Se recorremos aos Prefeitos, eles nada fazem, alegando que o Município paga uma percentagem anual ao Estado para que seja revertida em benefício de suas comunas. Saiba, Senhor Diretor, que muitas escolas rurais, nesta Região, foram

transformadas em chiqueiros e es-tribarias, de forma que, com esta leva de professoras recém-contratadas criou-se um anema territorial no espírito do proprietário local: ou oboletar a professora ou os animais. Por aqui não se levanta uma palha para conservação de muitas destas escolas, pois, no entender destes proprietários, o Diretor da Educação e o Governador do Estado são responsáveis até por uma simples gota de leite destes estabelecimentos de ensino.

São estas, Senhor Diretor, as condições em que se acenam as escolas desta Região. Agora, o ponto nevrálgico de toda a questão, não é bem este, e outro que assume proporções alarmantes: a dispendiosa, que somos obrigados a fazer, de dezenas de alunos nos grupos escolares, por falta de professoras. Quando lhe pedi três professoras para o grupo escolar de Murici e uma para os de Colônia Leopoldina e União dos Palmares, V.S. se recusou, alegando que o Estado não mais podia arcar com tanta despesa, com novas nomeações de professoras.

No entanto, Senhor Diretor, que fazem aí, no Departamento de Educação, tantas funcionárias professoras que, na realidade, são um peso morto nessa repartição? Em virtude deste desequilíbrio na aproximação, muitas crianças privadas do seu sagrado direito de estudar ou estudando mal em classes superlotadas, num atendimento vivo ao Regulamento da Instrução Pública e também a moderna Pedagogia.

Como vê, Senhor Diretor, esta situação é insustentável. Se de fato os cofres do Estado não podem ser onerados com a nomeação de novas professoras, só há uma alternativa: ou mandarmos de vez todas estas crianças para as suas casas ou V.S. nomeia essas funcionárias excedentes do seu Departamento para ministrar as aulas.

Em caso contrário, o Departamento Estadual de Educação das Alagoas está completamente desvirtuado de sua única e legítima finalidade, que é dirigir a educação das crianças de nossa terra comum.

S

A ATÔMICA

CG

tores de aplicação.

A radiação controlada poderá, em futuro próximo, produzir uma raça de gado mais resistente as doenças e novos tipos de vegetais e frutas.

A energia nuclear poderá servir ainda eventualmente, como fonte econômica de calor, para dessalinização da água do mar, abrindo, desta maneira, vastas áreas desérticas da Terra à habitação humana e ao desenvolvimento.

LEIA O

9. Luiza de França¹⁴⁴

Quando eu lhe pergunto em que época aqui ocorreu determinado fato, ela ajeita os óculos e, invariavelmente, responde em tom sentencioso: “Muito antes de você chegar no Brasil”. Quem assim me fala é a professora Luiza de França que, há cerca de meio século, ensina o ABC a sucessivas gerações de palmarinos, hoje destacados em todos os ramos da atividade humana. Seus cabelos, fatalmente, estão grisalhos, dando-lhe um ar digno, imponente que só o tempo transmite às pessoas e às coisas. Os melhores anos de sua juventude foram dedicados à ingrata e divina tarefa que é ensinar, transmitir conhecimentos, e também a moldar o caráter da juventude palmarina de 1913 para cá. Seus ex-alunos não a esquecem, pois, os que se afastaram dos pagos natais, de volta ao nosso convívio, vem depositar em suas mãos os louros das vitórias alcançadas.

A velha mestra sente, assim, que seus esforços não foram em vão, sente-se realizada, porque, em parte, concorreu para que mais um cidadão tomasse parte nos mais dignos trabalhos do mundo. No entanto, se seus ex-alunos não a esqueceram, o Município a esqueceu completamente. A professora Luiza de França a querida “Lu” para seus alunos – não é somente uma figura tradicional no magistério alagoano, é, sobretudo, pelo já exposto, uma espécie de instituição palmarina, que o Município deve e precisa amparar. O Externato São Sebastião, que ela mantém há tantos lustros, com amor e dedicação, é o símbolo da tenacidade contra os descasos dos poderes públicos para com muitas coisas que nos dizem respeito. Esta escola, que honra a terra palmarina, tem sua matrícula anual com quase sessenta alunos, pagando, os que podem, a irrisória quantia de Cr\$ 100,00 mensais.

Descontando-se os inúmeros alunos cujos pais acham que “O Governo e quem deve pagar” e que lá não aparecem para saldar suas velhas dívidas, fica a professora Luiza de França lutando com dificuldades financeiras para sua subsistência, quando já está na época de ter o merecido repouso após uma vida inteira de lutas e abnegação em prol de uma coletividade. Na certeza de que não peço o impossível, dirijo-me aos adis palmarinos em geral, e em particular aos que foram seus alunos e que hoje formam uma ala de jovens que, na Câmara de Vereadores, defendem com entusiasmo os interesses de nossa comunidade. Assim sendo, peço-lhes que deliberem uma pensão mensal a professora Luiza de França, lembrando-lhes que com isto não abrem nenhum precedente, pois o caso desta antiga mestra é único nos anais do magistério palmarino. Se esta medida for tomada, os que para isto concorreram considerem-se felizes se sempre, por toda a Eternidade, mostrarem-se dignos de tão digna mestra.

União dos Palmares, 29-4-963.

¹⁴⁴ Publicado em 05 de maio 1963, na Página dos Municípios do Jornal de Alagoas.

UNIÃO DOS PALMARES

LUIZA DE FRANÇA

Maria Mariá de Castro SARMENTO

Quando eu lhe pergunto em que época aqui ocorreu determinado fato, ela ajeita os óculos e, invariavelmente, responde em tom sentencioso: "Muito antes de você chegar no Brasil". Quem assim me fala é a professora Luiza de França que, há cerca de meio século, ensina o ABC a sucessivas gerações de palmarinos, hoje destacados em todos os ramos da atividade humana. Seus cabelos, fatalmente, estão grisalhos, dando-lhe um ar digno, imponente que só o tempo transmite às pessoas e às coisas. Os melhores anos de sua juventude foram dedicados à ingrata e divina tarefa que é ensinar, transmitir conhecimentos, e também a moldar o caráter da juventude palmarina de 1913 para cá. Seus ex-alunos não a esquecem, pois, os que se afastaram dos pagos natais, de volta ao nosso convívio, vêm depositar em suas mãos os louros das vitórias alcançadas.

A velha mestra sente, assim, que seus esforços não foram em vão, sente-se realizada, porque, em parte, concorreu para que mais um cidadão tomasse parte nos mais dignos trabalhos do mundo. No entanto, se seus ex-alunos não a esqueceram, o Município a esqueceu completamente. A professora Luiza de França — a querida "Lu" para seus alunos — não é somente uma figura tradicional no magistério alagoano, é, sobretudo, pelo já exposto, uma espécie de instituição palmarina, que o Município deve e precisa amparar. O Externato São Sebastião,

que ela mantém há tantos lustros, com amor e dedicação, é o símbolo da tenacidade contra os descasos dos poderes públicos para com muitas coisas que nos dizem respeito. Esta escola, que honra a terra palmarina, tem sua matrícula anual com quase sessenta alunos, pagando, os que podem, a irrisória quantia de Cr\$ 100,00 mensais.

Descontando-se os inúmeros alunos cujos pais acham que "o Governo e quem deve pagar" e que lá não aparecem para saldar suas veias civis, fica a professora Luiza de França lutando com dificuldades financeiras para sua subsistência, quando já está na época de ter o merecido repouso após uma vida inteira de lutas e abnegação em prol de uma coletividade. Na certeza de que não peço o impossível, dirijo-me aos edis palmarinos em geral, e em particular aos que foram seus alunos e que hoje formam uma ala de jovens que, na Câmara de Vereadores, defendem com entusiasmo os interesses de nossa comunidade. Assim sendo, peço-lhes que deliberem uma pensão mensal a professora Luiza de França, lembrando-lhes que com isto não abrem nenhum precedente, pois o caso desta antiga mestra é único nos anais do magistério palmarino. Se esta medida for tomada, os que para isto concorrerem considerem-se felizes se sempre, por toda a Eternidade, mostrarem-se dignos de tão digna mestra.

União dos Palmares, 29-4-963

Referências

SARMENTO, M. M. C. A conjuntura do Ginásio. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 15 de maio de 1960.

SARMENTO, M. M. C. Carta aberta ao Revmo. Cônego Teófanês de Barros. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 29 de maio de 1960a.

SARMENTO, M. M. C. Carta ao Sr. Diretor da Educação. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 28 de abril de 1963.

SARMENTO, M. M. C. Com as visitas do IBGE. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 21 de maio de 1961.

SARMENTO, M. M. C. 25 de junho. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 09 de junho de 1957.

SARMENTO, M. M. C. Há seis meses vivemos nas travas. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 17 de abril de 1960b.

SARMENTO, M. M. C. Luiza de França. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 05 de maio de 1963a.

SARMENTO, M. M. C. Organização Esportiva Palmarina. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 05 de junho de 1960c.

SARMENTO, M. M. C. Zé Brejêiro. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 10 de abril de 1960d.